

Número 20
2013

ISSN: 0103-9482

REVISTA
INSTITUTO
HISTÓRICO
GEOGRÁFICO
DE
PIRACICABA

PATRIMÔNIO CULTURAL

Rua do Porto: arquitetura e tombamento

HISTÓRIA

Centenários do XV de Piracicaba
e Rocha Netto

BIOGRAFIAS

Piracicabanos no *Estadão*

ARTE E CULTURA

Adamoli: o genial borrador de telas

MEIO AMBIENTE

A estação ecológica de Ibicatu

e outros textos

REVISTA
**INSTITUTO
HISTÓRICO
GEOGRÁFICO
DE
PIRACICABA**

Número 20
2013

UMA PUBLICAÇÃO



IHGP
Instituto Histórico e
Geográfico de
Piracicaba

Cumprindo a Lei Municipal nº 2.160,
de 18 de Dezembro de 1974.

APOIO



Prefeitura do
Município de
Piracicaba



Ação
Cultural

COPYRIGHT © 2013 IHGP

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AO IHGP

FICHA CATALOGRÁFICA

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA

Piracicaba, Ano 1, N. 1, 1991

Ano XXII, N. 20, 2013

ISSN: 0103-9482

1. PIRACICABA - HISTÓRIA E GEOGRAFIA - PERIÓDICOS.

I. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA

CDU - 9 (816.12PI)



CNPJ: 50.853.878/0001-48

Rua do Rosário 781

Centro | Piracicaba SP

Tel.: 19 3434-8811

E-mail: ihgp@ihgp.org.br

Site: www.ihgp.org.br

REVISTA
INSTITUTO
HISTÓRICO
GEOGRÁFICO
DE
PIRACICABA

Edição nº 20

Ano de 2013

Comissão de Publicação Editorial

Orlando Guimaro Junior (Coordenador)

Gustavo Jacques Dias Alvim

Renata Graziela Duarte Gava

Toshio Iczuca

Projeto gráfico e capa

Renato Ferrante

Produção editorial

Três Gatos Editora

www.tresgatoseditora.com.br

Fotos

Acervo IHGP, exceto onde indicado.

Secretária

Laura Aparecida Garcia

Distribuição gratuita

Todos os esforços foram feitos para creditar devidamente os eventuais detentores de direitos sobre as imagens utilizadas nessa edição da Revista IHGP. Eventuais omissões não são intencionais e serão devidamente corrigidas em uma próxima edição, bastando que seus proprietários contatem o IHGP.

Diretoria Executiva IHGP 2012/2014

Presidente: Vítor Pires Vencovsky

Vice-Presidente: Pedro Caldari

1º Secretário: Orlando Guimaro Júnior

2º Secretário: Toshio Iczuca

1º Tesoureiro: Renata Graziela Duarte Gava

2º Tesoureiro: Noedi Monteiro

Orador: Gustavo Jacques Dias Alvim

Diretor Acervo: Fábio Ferreira Coelho Bragança

Suplentes:

1º Almir de Souza Maia

2º Luiz Antonio Balamnut

3º Antonio Carlos Neder

Conselho Fiscal

1º Antonio Messias Galdino

2º Moacir Nazareno Monteiro

3º Legardeth Consolmagno

4º Antônio Altafin

Suplentes Conselho Fiscal:

1º Valdiza Maria Capranico

2º Alexandre Sarkis Neder

3º Geraldo Claret de Mello Ayres

SUMÁRIO



Imagem da edição



Zayra Bottene, ao centro, segurando flores, foi a primeira aviadora de Piracicaba e a terceira a obter brevê no Brasil, em 1941. "Recordo com saudades desse ano. Foi o melhor ano de minha vida, pois naquela época conquistei o céu", afirmou em 2001, ao receber uma homenagem.

À esquerda, seu pai, João Bottene, também piloto, mecânico muito engenhoso e ativo empreendedor da 1ª metade do século XX em Piracicaba. Construiu locomotivas para a usina Monte Alegre, desenvolveu um modelo pioneiro de motor a álcool para carros e aviões e foi um dos fundadores da metalúrgica Mausa e do Aero Clube de Piracicaba.

Fonte: Almanaque Piracicaba 2002/2003.
Cecílio Elias Netto
Foto de 1941. Autoria desconhecida.
Acervo IHGP

| | | | | |
|----|---|-----|--|--|
| 7 | EDITORIAL Mais um presente para Piracicaba <i>Vitor Pires Vencovsky (presidente IHGP)</i> | 99 | Criminalidade escrava em Piracicaba no século XIX <i>Maurício Fernando Stenico Beraldo</i> | 5 ARTE & CULTURA |
| | 1 PATRIMÔNIO CULTURAL | 143 | Além do Mútuo Socorro: a importância da Società Italiana para os imigrantes em Piracicaba <i>Felipe Aparecido Rodrigues</i> | 291 Adamoli: o genial borrador de telas <i>Marcelo Batuíra Losso Pedroso</i> |
| 13 | O conjunto arquitetônico da rua do Porto e seu tombamento <i>Almir de Souza Maia</i> | 159 | 2013, um ano de centenários: XV de Piracicaba e Rocha Netto <i>Joceli Cerqueira Lazier Ana Paula Paschoaldeli Vivian Regina Monteiro</i> | 309 Fotografia, memória e cultura: atualização no processo comunicativo <i>Caroline Paschoal Sotilo</i> |
| 37 | A Coleção Alberto Lamego (IEB/USP) e a documentação sobre D. Pedro de Vasconcelos e Sousa, 33º Governador do Brasil (1711-1714) <i>Armando Alexandre dos Santos</i> | | 3 EDUCAÇÃO | 6 BIOGRAFIAS |
| | 2 HISTÓRIA E MEMÓRIA | 183 | A música caipira como instrumento no ensino de História <i>Maurício Carmezini</i> | 327 Os piracicabanos de "O Estado de S. Paulo" <i>Patrícia Ozores Polacow</i> |
| 49 | A Piracicaba dos anos 50 aos olhos de um jovem universitário da época <i>Manoel Valente Barbas</i> | | 4 MEIO AMBIENTE | 353 Chiune Sugihara, o "Schindler" japonês <i>Toshio Iczuka</i> |
| 61 | Homenagem aos 50 anos de inauguração da Rodoviária Presidente Kennedy <i>Vitor Pires Vencovsky</i> | 203 | Mosaicos de reconexão no entorno de áreas protegidas <i>Evandro Cesar Azevedo da Cruz Vicente Paulo dos Santos Pinto</i> | 7 POESIA & PROSA |
| 75 | Paróquia Imaculada Conceição – 1914 a 2014: cem anos de evangelização <i>Pedro Caldari</i> | 223 | Estação ecológica do Ibicatu: a floresta do município de Piracicaba <i>Denise Maria Gândara Alves</i> | 361 Lendas do rio Piracicaba <i>Ivana Maria França de Negri</i> |
| 87 | A criação da OAB Piracicaba e sua primeira eleição (1933) <i>Orlando Guimaro Junior</i> | 245 | A vinhaça em Piracicaba <i>Urgel de Almeida Lima</i> | 364 Piracicaba, o espírito do lugar Anatomia de Piracicaba <i>Carmen Pilotto</i> |
| | | | | 8 IHGP |
| | | | | 367 Relatório de atividades do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba |

EDITORIAL

Mais um presente para Piracicaba

Vitor Pires Vencovsky

Presidente do IHGP (gestão 2012-2014)

É com grande satisfação e alegria que apresento à cidade de Piracicaba mais uma grande contribuição do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba.

Como não poderia deixar de ser, o vigésimo número da já tradicional revista do instituto é um sucesso! São 384 páginas com uma grande variedade de assuntos que representam uma parte da história da cidade a partir das experiências e pontos de vista dos diversos autores que colaboraram com essa edição.

Esse sucesso é o resultado do compromisso do IHGP com as causas piracicabanas e com o reconhecimento da importância de preservar a memória e a história de uma das mais importantes cidades brasileiras que, nesse ano, completou seus 246 anos.

Como sempre procuro alertar, não podemos esperar que a história da nossa cidade seja contada pelos outros. Nós é que temos de realizar essa tarefa, reconhecendo que a história não é apenas uma coleção de

fatos, mas, muito mais, um conjunto de experiências daqueles que os viveram e participaram como atores ou coadjuvantes.

O Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba procura, através de suas realizações, defender os interesses dos cidadãos piracicabanos utilizando uma das armas mais importantes da atualidade, a informação. Com grande habilidade e compromisso, os autores cumpriram o prometido e possibilitaram editar um dos melhores volumes da revista do instituto.

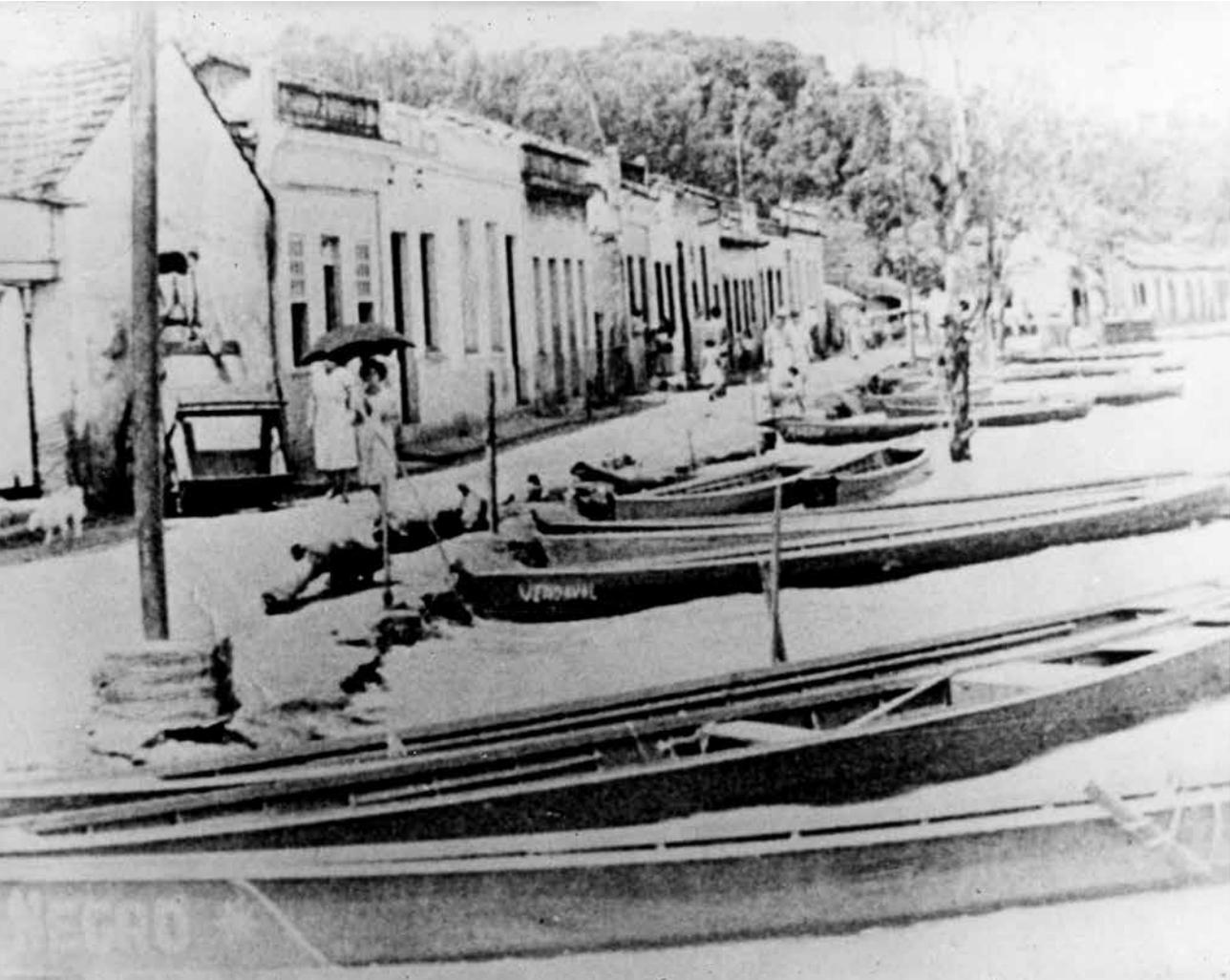
Para possibilitar a ampliação dessa edição, o instituto realizou uma ampla divulgação impressa e na Internet, convidando a sociedade para que enviasse colaborações e artigos. A resposta foi imediata e a Comissão de

Publicação da revista trabalhou muito para organizar todas as contribuições recebidas, inclusive com trabalhos provenientes de outras cidades e estados, o que traz diversificação e muito mais conteúdo para nossa Revista.

Os artigos estão organizados por temas, relacionados ao patrimônio cultural, história e memória, educação, Meio Ambiente, arte e cultura, biografia e poesia e prosa. Na última parte da revista, é apresentado um relatório com as principais atividades realizadas nos últimos 12 meses pela atual diretoria do IHGP.

Agradeço aos que colaboraram com essa edição e desejo a todos uma ótima leitura!

Vista da rua do Porto na década de 40.
Autoria da foto desconhecida.
Acervo IHGP



1

PATRIMÔNIO CULTURAL

O conjunto arquitetônico da Rua do Porto e seu tombamento

ALMIR DE SOUZA MAIA

Reitor UNIMEP (1986-2002), Conselheiro do CODEPAC, Membro do IHGP

Resumo

Este artigo é resultante de uma pesquisa realizada pelo CODEPAC, que teve como propósito resgatar os procedimentos do tombamento do conjunto arquitetônico da Avenida Beira Rio, Largo dos Pescadores e Rua do Porto em Piracicaba. Ao longo de oito meses de trabalho foi consultada a documentação constante do processo de tombamento (1980-2004) e as atas do CODEPAC (1980-2006). A pesquisa procurou desvendar e registrar os momentos e fatos mais relevantes ocorridos ao longo de 24 anos e que envolveram debates e estudos para tombar este conjunto histórico, arquitetônico e cultural, talvez o de maior significado para Piracicaba.

Palavras-chave: CODEPAC, patrimônio histórico, tombamento Conjunto Rua do Porto

1. Preservação e identidade

Há cidades que têm identidades claras, definidas. Piracicaba parece ser assim: é em torno de seu rio que a cidade se expande e mostra seu humor na medida em que ele enche e se esvazia. A partir de suas margens veio o desenvolvimento e floresceram a cultura, a arte, a religiosidade, o respeito ao meio ambiente. Como imaginar Piracicaba sem o Engenho Central, a Rua do Porto, o Largo dos Pescadores e suas histórias, a memória coletiva de seu povo?

Preservar, promover, conservar e proteger. A idéia de patrimônio histórico e cultural é algo relativamente novo na história da humanidade, embora sempre cercada por certa polêmica e vinculada ao exercício da vontade política aliada a questões técnicas.

No Brasil, data de 1936, quando o presidente de república Getúlio Vargas, criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN¹ - a partir de um projeto de Mário de Andrade. A primeira equipe que tentou dar formato ao órgão reuniu figuras exponenciais do Movimento de 22, como o próprio Mário de Andrade, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e Rodrigo Melo Franco de Andrade, que dirigiu o SPHAN em seus primeiros 30 anos.² Entretanto, foi somente a partir dos anos 70 que o conceito de preservação do patrimônio ganhou maior espaço na agenda mundial, ampliando sua conceituação e estendendo-se, da idéia de conservar monumentos para um olhar ao entorno de determinados sítios que trouxessem significado de uma memória coletiva. De critérios estéticos, fortaleceram-se opções mais históricas, integrando-se, inclusive, a políticas de gestão urbana, especialmente após as Cartas de Veneza (1964) e Nairóbi (1975), avalizadas por órgãos internacionais como a UNESCO.³

Em Piracicaba, a preocupação e o interesse pela preservação do patrimônio é anterior à criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba - CODEPAC, que aconteceu por iniciativa do prefeito João Herrmann Neto, conforme Lei N° 2374 de 8 de novembro de 1979.

Eram suas atribuições iniciais:

definir a política municipal de defesa do patrimônio cultural; proceder a estudos para elaboração e aperfeiçoamento de recursos institucionais e legais, genéricos e específicos para a defesa do patrimônio cultural:

*histórico, folclórico, artístico, turístico, ambiental, ecológico e arqueológico do Município; coordenar, integrar e executar as atividades públicas referentes à defesa do patrimônio cultural do Município.*⁴

Ao longo dos anos, o CODEPAC sofreria várias alterações em sua composição e atribuições durante as administrações dos prefeitos Adilson Maluf, Humberto de Campos e Barjas Negri.⁵

Pela legislação municipal o Conselho é responsável por estabelecer políticas de defesa do patrimônio cultural, nos termos do Art. N° 216 da Constituição Federal (1988), e ser agente proponente de ações para a defesa do patrimônio cultural, histórico, folclórico, artístico, turístico, ecológico, arqueológico e arquitetônico de Piracicaba nas modalidades móvel, imóvel ou imaterial.

Tombamento do Conjunto Rua do Porto, um marco histórico

Em seu planejamento de trabalho para 2011-2014 o CODEPAC estabeleceu dedicar ainda maior atenção ao Conjunto Monte Alegre e ao Conjunto Avenida Beira Rio, Rua do Porto, Largo dos Pescadores etc., certamente as áreas de maior significado histórico, arquitetônico e cultural da cidade, ao lado do Engenho Central, este tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - CONDEPHAAT, órgão do governo do estado de São Paulo. Ao tomar esta decisão o CODEPAC trabalhou as dimensões do passado, presente e futuro. Assim, primeiro propôs revisar todo o processo de tombamento desses conjuntos, ação necessária para melhor conhecer os encaminhamentos dados pelo CODEPAC e Poder Público. Afinal, muitas pessoas - algumas da sociedade em geral, especialistas e estudiosos da área de preservação e, ainda, moradores daqueles bairros - desconhecem os respectivos processos, que levaram anos, envolveram esforços extremamente significativos, mobilizaram segmentos da população e hoje garantem a preservação de áreas fundamentais à memória de Piracicaba.

No caso do Conjunto Monte Alegre, tombado pelos Decretos N° 8649/99 (não houve tombo) e N° 9294/00 (Tombo N° 12), este alterado pelo Decreto N° 10643/04 (Tombo N° 78), o CODEPAC contou, em 2012, com a participação de uma assessoria histórica e cultural externa para preparar um documentário técnico que contemplasse a importância histórica e cultural do conjunto; delimitasse o perímetro de valor arquitetônico, o registro iconográfico e a locação arquitetônica

dos elementos dentro da delimitação territorial; e fizesse a fundamentação conceitual necessária à preservação do sítio histórico.

Para elaborar um estudo geral retrospectivo sobre o processo de tombamento do Conjunto da Avenida Beira Rio, Rua do Porto e Largo dos Pescadores o CODEPAC indicou, em fevereiro de 2012, o conselheiro Almir de Souza Maia. O resultado do estudo foi apresentado inicialmente ao Colegiado em um Seminário em outubro de 2012 e no 1º Encontro do CODEPAC, aberto à comunidade, realizado no Teatro do Engenho Central em 29 de novembro de 2012. Ao longo de oito meses de pesquisa foram consultados os documentos constantes do processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico da Avenida Beira Rio, Largo dos Pescadores e Rua do Porto, assim como as atas do CODEPAC no período de 1980 a 2006.

Trata-se de uma documentação em bom nível de conservação e apresentação, embora com deficiências técnicas na forma de classificação e ordenação documentais, situação que não comprometeu o trabalho de pesquisa.

Compõem o acervo consultado - base desse trabalho que recupera a história do tombamento - correspondências de várias procedências e naturezas, especialmente expedidas pelo CODEPAC, que reiteram a preocupação do colegiado com a preservação de áreas e imóveis considerados de importância histórica, cultural e arquitetônica para o Município de Piracicaba; fotos, relatórios, projetos, propostas, plantas; recortes de jornais e revistas, artigos sobre temas relacionados às áreas objetos do tombamento, publicados na Revista do IHGP e no Almanaque 2000 - Memorial de Piracicaba Século XX etc.

Do acervo são extraídas as informações e dados que permitem chegar ao panorama de 186 imóveis tombados: 46 na Avenida Beira Rio, 85 no Parque da Rua do Porto e 155 no Bairro da Rua do Porto.

A Rua do Porto, ponto de encontro da história de Piracicaba

Falar do surgimento de Piracicaba é falar das margens do rio. Como relata a historiadora Marly Therezinha Germano Perecin, foi em 1767 que Antonio Corrêa Barbosa se deslocou com sua gente para fundar a cidade, estabelecida na margem direita do rio.

Eram administrados (índios carijós), escravos (provavelmente, índios), mulatos, caboclos, brancos pobres, comandados pelo Diretor-Povoador

*Antônio Corrêa Barbosa, que trazia a jovem esposa, Dona Ana de Lara, alguns filhos pequenos, muitos parentes e amigos. Não chegavam a 200 pessoas!*⁶

Foi em 1784 que o capitão decidiu pela mudança de Piracicaba para a margem esquerda do rio, quando a povoação

*[...] era tão somente a Rua da Praia (hoje, Rua do Porto). O Largo dos Pescadores permaneceu como principal logradouro daquela comunidade que continuava ligada ao rio, seja como roceiros, pescadores ou interessados nos comboios que pediam passagem para o rumo dos Campos de Araraquara.*⁷

O primeiro registro que se tem da Rua do Porto em mapas de Piracicaba (à época Vila Nova Constituição) data de 1822, quando sete casas aparecem desenhadas toscamente na então Rua da Praia. Vital para a povoação que se desenvolvia, o espaço tomou ares de propriedade particular: o dono da sesmaria Tenente Coronel Teobaldo da Fonseca instalou um portão que impedia a passagem livre para a margem do rio, fato que mereceu intervenção, inclusive da Câmara e da Comarca de Itu.⁸

Em 1877, Manoel de Moraes Barros, irmão de Prudente de Moraes, assinou uma descrição detalhada de Piracicaba onde, mais uma vez, há destaque para o que se desenvolve em torno do rio.

Esta cidade é uma das mais bellas da provincia. Assentada em uma alta esplanada, que declina branda e longamente até o rio, offerece por todos os lados aos olhos do observador encantado as mais lindas paisagens e vastos panoramas de verde-negra vegetação. Sobre-sahem por sua maravilhosa belleza a vista risonha e aprazível do salto, que eleva-se em degraus, espraiado. [...] É magnífica a ponte sobre o Piracicaba, logo acima do salto, apoiada sobre 13 pilares de pedra e cimento. Custou 84 ou 85 contos e não foi cara, o que é uma verdadeira anomalia em nossas obras públicas provinciaes e geraes. [...] Logo abaixo do salto, está a importante fabrica de tecidos do Snr. Luiz Vicente de Souza Queiroz com 50 teares, e 2500 fusos, 70 operarios, e capacidade para produzir 2.400 metros de panno diariamente. [...] A navegação fluvial pelo Piracicaba

*e Tietê até Lencóes uma extensão de 21 leguas por terra e 35 por água, e que parece firmada ao menos por seis mezes em cada anno, vae abrir-nos as portas do sertão e tornar esta cidade em um emporio dos seus productos.*⁹

O Almanak de Piracicaba de 1900, que detalha todas as ruas que a cidade então possuía, traz duas páginas para a Rua do Porto:

*A Rua do Porto [...] póde se dizer que é a única rua torta de toda Piracicaba, isso mesmo porque acompanha o rio na sua bella curvatura. Nasce num pequeno largo, de forma triangular, muito pedregoso, que fica em frente ao palacete do Dr. Buarque de Macedo, o qual é o último predio da Rua Prudente de Moraes. Nesta rua apenas vão morrer sete outras, de modo que conta ella seis quarteirões regulares e o septimo que se prolonga até a chácara do Enxofre. Existem 87 casas numeradas, todas á esquerda de quem desce o rio e 8 destas são olarias. É a rua das olarias, como já o foi dos pescadores, das monções, etc. [...] Ao longo do rio em grande extensão havia antes muitas arvores de resedá, as quaes não só enfeitavam bellissimamente a rua a reflectir-se na agua, como tambem enchiam o ambiente de um doce perfume. As arvores á beira-rio foram todas cortadas vandalicamente e só restam 2 ou 3 em um quintal do lado esquerdo. [...] É antiquissima a festa do Espirito Sancto que se celebra sobre as aguas do rio, em canoas. Consiste no encontro de duas bandeiras com aquelle symbolo, uma que desce e outra que sobe. É uma festa original, muito pittoresca, não se levando em conta seu lado religioso. [...] Com as grandes enchentes esta rua fica completamente alagada, tendo já acontecido, como em 1896, que as canoas entram nas casas pelas janellas. O local não é sadio, e, valha a verdade, é o unico ponto paludoso de toda a cidade.*¹⁰

Ao longo do século XX o olhar que a cidade dedicou à Rua do Porto e à região ribeirinha foi contraditório. Abandonada por longos períodos, em outros encarada como espaço marginal, as margens do rio voltaram a atrair um pouco mais a população, que subira a encosta rumo ao centro da cidade com a inauguração do Parque do Mirante durante a administração de Francisco Salgot Castillon, ao final dos anos 1950. Foi quando também se investiu na Avenida Beira Rio. Um pouco

depois, o prefeito Luciano Guidotti inaugurou o Hotel Municipal, alterando de maneira significativa a paisagem do local com o desaparecimento de seus jardins.¹¹

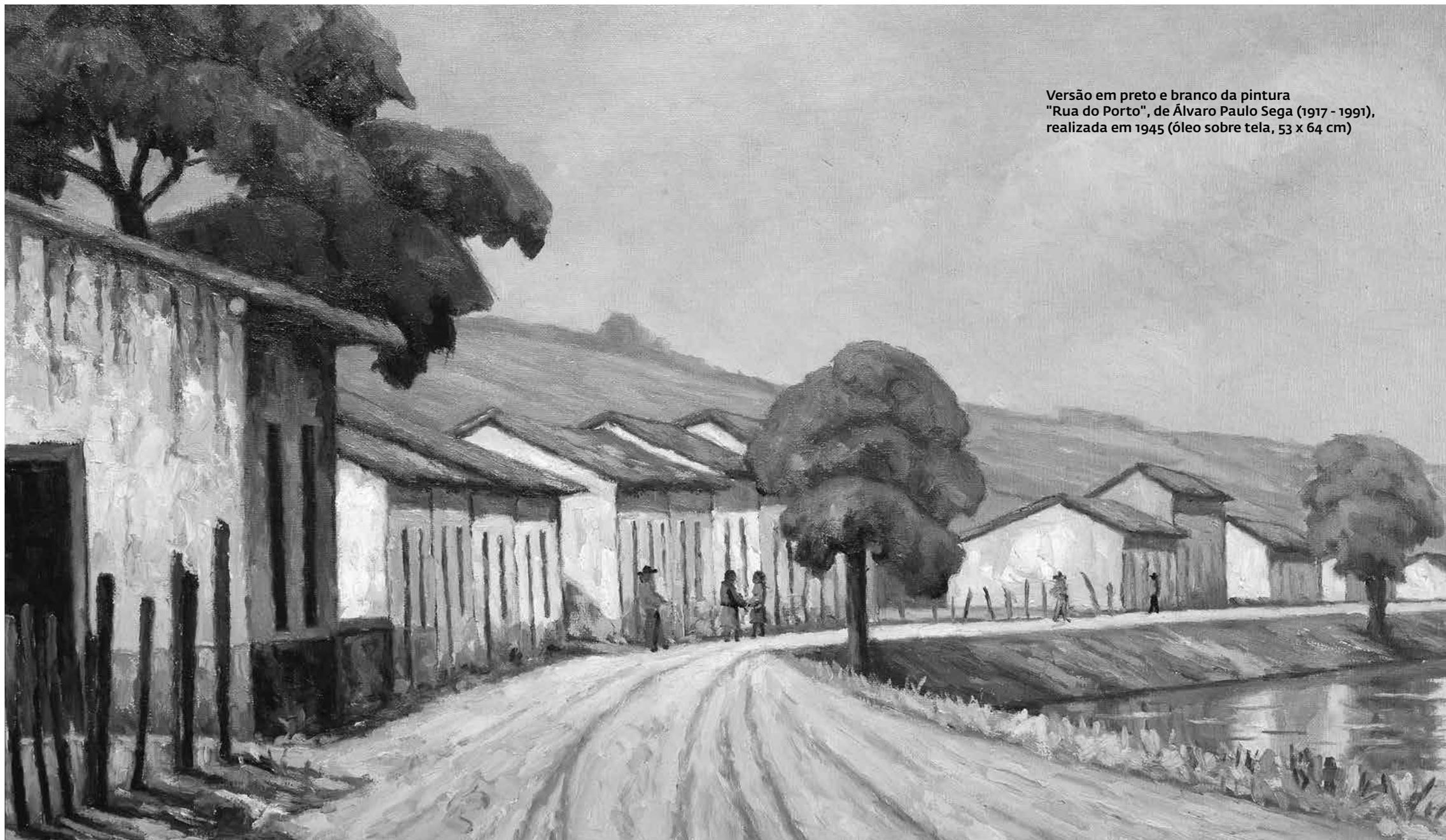
Entretanto, enquanto isso ocorria, os artistas nunca se afastaram daqueles espaços. A poesia, a pintura, o artesanato e a religiosidade da Festa do Divino se mantiveram e cresceram, ano a ano, fixando imagens, desenhando uma memória coletiva. Lendas se formaram do folclore que nascia, como a das “velhas loucas” da Rua do Porto que,

*sentadas às portas das casinhas humildes, costurando ou sem nada fazer, [...] ficavam contando histórias antigas [...] E, então, à noite -quando os homens voltavam das olarias ou das pescas - as velhas se calavam para que eles, os homens, falassem, contando de suas vantagens, fazendo a criança aprender.*¹²

Toda a área foi reestudada amplamente ao início do século XXI pelo antropólogo Arlindo Stefani, contratado para desenvolver um diagnóstico que subsidiasse ações de preservação e recuperação, base do Projeto Beira Rio, do qual foi coordenador. Com uma abordagem bastante diferenciada, que passeia entre o técnico e o poético, o antropólogo não se furtou, inclusive, de identificar

*[...] um estranho fenômeno, não comum em outros locais, mas que caracteriza o Piracicaba: o desprezo pelas beiras do rio. [...] “500 anos depois dos índios, as beiras continuam, sendo desprezadas e reduzidas à vaga noção de barranco, para onde vai dar toda a miséria do mundo”. A exceção são algumas poucas residências. A importância das beiras não acontece na Rua do Porto, no Clube de Campo, ao lado do Shopping Center ou do Engenho Central.*¹³

Isso não impedia, entretanto, que no ano 2000 os maiores donos da Rua do Porto fossem uma multidão estimada em cerca de cinco mil pessoas, de todas as idades e sexos, pescadores quase diários que Stefani descreve: “[...] se alinham no barranco à borda do rio ou nos parapeitos das calçadas, estreitas, esburacadas, povoadas de árvores adultas”. Mas havia também os moradores, muitos deles comerciantes que atraíam os clientes de restaurantes e bares, gente que “[...] não se mistura com os que preferem os barracos. E nunca come peixe do rio”. A imagem dada aos moradores definia bem a memória que caracteriza a cidade: amam o rio,



Versão em preto e branco da pintura
"Rua do Porto", de Álvaro Paulo Segal (1917 - 1991),
realizada em 1945 (óleo sobre tela, 53 x 64 cm)

respeitam suas lendas, são fatalistas com relação às enchentes. Os do calçadão estavam mais empobrecidos que aqueles que se fixaram próximos ao Largo dos Pescadores e no espaço da Festa do Divino.¹⁴

A história do tombamento, ao longo dos anos

O que se segue é quase que um diário que, a pouco a pouco, desvenda o longo processo, de mais de duas décadas, que envolveu debates, discussões e estudos para tombamento do conjunto arquitetônico que envolve a Rua do Porto, Largo dos Pescadores e Avenida Beira Rio, um centro turístico e local das mais variadas manifestações culturais da cidade. Vale resgatar os momentos e fatos mais relevantes.

1. CRIAÇÃO DO CODEPAC - LEI Nº 2374/79

O Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba - CODEPAC foi criado pela Lei Nº 2374, de 8 de novembro de 1979, pelo Prefeito Municipal João Hermann Neto.

2. PRIMEIRA INICIATIVA FORMAL

Na reunião de 30 de julho de 1980, sob a presidência de José Maria Teixeira, o Conselheiro e vice-presidente Hugo Pedro Carradore discorreu sobre o Projeto da Rua do Porto, informando que a Comissão designada, após ter percorrido e examinado todos os bens do Parque, sugeria solicitar ao Prefeito o tombamento de tudo o que fosse do patrimônio do Município na Rua do Porto. Casas que pertencessem ao mesmo proprietário também deveriam ser tombadas. Em resumo, a ata desta reunião oficializa a solicitação de que o tombamento dos prédios na Rua do Porto seja feito em bloco.

A correspondência enviada ao Prefeito Municipal João Herrmann Neto, datada de 4 de agosto de 1980, foi manuscrita e expressava a decisão unânime do CODEPAC no sentido de que “Vossa Excelência possa determinar o tombamento em bloco das áreas e prédios do Parque da Rua do Porto, obedecendo-se ao projeto constante nas plantas apresentadas em reunião do mesmo no gabinete de Vossa Excelência”. Um parágrafo final completava a correspondência: “A Comissão que se encarregou de vistoriar toda a área teve a melhor, a mais sólida e robusta impressão do aludido ‘Parque’ [...]”

Na ata da reunião do CODEPAC de 10 de março de 1981 há registro de solicitação ao Cadastro Técnico Municipal de levantamento das casas da Rua do Porto para instruir o processo de tombamento.

3. INICIATIVA SE AMPLIA E SE TORNA MAIS ABRANGENTE

Em 6 de abril de 1982 Maria Cláudia Ranzani Herrmann, Diretora do Meio Ambiente, encaminhou correspondência ao CODEPAC, na qual expressava:

Tendo em vista a necessária preservação do patrimônio ambiental urbano da cidade sugerimos o Tombamento histórico das seguintes áreas: 1. Parque do Mirante, 2. Engenho Central, 3. Parque da Rua do Porto, 4. Chácara Nazareth, 5. Casa sede da Chácara Morato, 6. Palacete Boyes. Sugerimos que o Tombamento inclua os respectivos maciços vegetais mesmo aqueles em formação.

Esta correspondência foi discutida na reunião do Conselho de 13 de julho de 1982 e, segundo registro em ata, o CODEPAC resolveu abrir processo de tombamento das áreas do Parque do Mirante, Engenho Central e Parque da Rua do Porto, encaminhando ao Prefeito um ofício solicitando decreto de tombamento, com descrição sucinta das áreas. É importante ressaltar que a partir daí se falava em providências mais abrangentes em termos de tombamento.

Ao longo dos anos, a preocupação com a preservação patrimonial, histórica e arquitetônica com a Rua do Porto foi alvo de constante atenção e atuação do CODEPAC e há vários registros de manifestações e encaminhamento de providências. Por exemplo, na reunião do dia 29 de maio de 1994 o Conselho discutiu a descaracterização continuada da Rua do Porto.

4. NOVA SOLICITAÇÃO AO PREFEITO

Em 16 de julho de 1982 o CODEPAC, pelo seu presidente Antonio Henrique Carvalho Cocenza, solicitou ao Prefeito Municipal, na época José Aparecido Borghesi, “[...] o tombamento da área descrita a seguir, incluindo-se nela os imóveis, florestas e vegetação existentes”. O referido ofício registra a delimitação de todo o conjunto objeto do processo de tombamento.

5. ZONA INSTITUCIONAL

Existem documentos dessa mesma data que afirmam que são considerados incluídos na Zona Institucional (ZIt): a Rua do Porto, a Casa do Povoador, o entorno do Salto do Rio Piracicaba, a Irmandade do Divino e o Largo dos Pescadores.

6. ABERTURA DO PROCESSO DE TOMBAMENTO

Foi “aberto Processo de Tombamento em 16 de julho de 1982”, mesma data da correspondência retro citada. Este processo se baseou na Lei Nº 2374/79, na Lei Nº 4276/97 e no Decreto Nº 3016/80.

7. NOTIFICAÇÃO AOS PROPRIETÁRIOS

Ofícios e circulares do CODEPAC, encaminhados aos proprietários, para notificá-los sobre a abertura de processo de tombamento dos imóveis integrantes dos conjuntos pelo Poder Municipal, datam de 1982.

8. ENCAMINHAMENTOS RELATIVOS ÀS ÁREAS E IMÓVEIS

Nos documentos pesquisados foram encontrados diversos registros de preocupação e encaminhamentos do Conselho relativos às áreas e imóveis constantes do processo de tombamento.

A ata da reunião do Conselho de 29 de maio de 1984 faz menção à constante descaracterização que vinha acontecendo na Rua do Porto. Em abril de 1988, o Conselho encaminhou solicitação à Secretaria Municipal de Obras no sentido de um “controle mais rígido dos imóveis que fazem parte do patrimônio ambiental de Piracicaba”, depois de indicar que “muitas falhas estão ocorrendo, principalmente na questão do acompanhamento das obras nestes imóveis”.

Na reunião de 17 de novembro de 1998, o CODEPAC deliberou oficializar às Secretarias de Obras, Turismo, Planejamento e Meio Ambiente solicitação de fiscalização mais intensa na faixa do patrimônio tombado, que compreendia a Rua do Porto, Avenida Alidor Pecorari e Avenida Beira Rio. Ao mesmo tempo, foi feita correspondência ao Prefeito Municipal, tendo em vista uma denúncia publicada no Jornal de Piracicaba sobre ocorrências nessa área.

Em abril de 1997, ofício encaminhado pelo presidente Eugênio Nardin ao Prefeito Humberto de Campos solicitava especificamente “providências imediatas no sentido de preservar a existência do nosso bem maior, histórico, cultural e turístico, a Casa do Povoador”, que já era tombado pelo CONDEPHAAT.

9. MAIS ENCAMINHAMENTOS SOBRE O TOMBAMENTO

Em ata de reunião extraordinária da Diretoria do CODEPAC de 23 de agosto de 1999, presidida por Eugênio Nardin, estão registrados alguns encaminhamentos sobre o tombamento da Rua do Porto, tendo sido informado o trabalho realizado pelo Conselheiro Hugo Pedro Carradore de fundamentação à solicitação. Na

mesma reunião foi detalhado o perímetro da área da rua e ficou decidido solicitar à SEMUPLAN cópia atualizada do documento que definia a Zona Institucional - Rua do Porto e à Secretaria de Ação Cultural a apresentação, ao prefeito, da peça de tombamento da Rua do Porto aprovada pelo Conselho.

10. FINALMENTE, O TOMBAMENTO

Passados vários anos de inúmeros encaminhamentos na linha de proceder ao tombamento, finalmente ele veio a se concluir no final da década de 1990.

Pelo Ofício Nº 69/99, de 28 de setembro de 1999, assinado pelo presidente Eugênio Nardin e pela Secretária de Ação Cultural, Aparecida Gregolin Abe, o CODEPAC encaminhou ao Prefeito Municipal Humberto de Campos recomendação de tombamento. Transcrevemos a íntegra do ofício.

O conjunto ribeirinho, com seu casario, que abrange a Av. Beira Rio, Largo dos Pescadores e Rua do Porto deixa manifesto o retrato da Memória de Piracicaba.

Inicialmente foi chamada de Rua da Praia. No afazer da subsistência, suas construções singelas eram habitadas por pescadores. O atual nome: Rua do Porto firmou-se com a abertura de um porto à margem esquerda do rio, em função da regularização da navegação fluvial em 1847.

Hoje aquela margem do Piracicaba transformou-se em um palco de atrações turísticas, com lojas e oficinas de artes, manifestações culturais, folclóricas e religiosas, como a festa do Divino Espírito Santo; bares, petiscarias e restaurantes ao ar livre oferecem o típico peixe assado no latão.

Outrossim, no conjunto encontram-se o Palacete ‘Luiz de Queiroz’, a capela e a sede da Irmandade do Divino (antigo Clube Náutico), já tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba. Cabe ressaltar ainda que, complementando a paisagem, na margem oposta (direita) encontra-se o Conjunto Arquitetônico do Engenho Central, o maior do Brasil em alvenaria (1881).

Por tais razões, e acompanhada da documentação anexa, o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba vem recomendar a Vossa Senhoria o Tombamento do conjunto transcrito:

I - Elementos para o Tombamento do conjunto: Av. Beira Rio, Largo dos Pescadores e Rua do Porto.

II - Ações para a Preservação.

III - Levantamento das edificações (I).

Plantas do Projeto “Preservação da Rua do Porto” - 1980-1981.

IV - Levantamento das edificações (II).

Plantas do Projeto “Preservação da Rua do Porto” - 1980-1982

(as.) Eugênio Nardin - Presidente do CODEPAC

Aparecida Gregolin Abe - Secretária de Ação Cultural.

11. DECRETOS E TOMBOS REGISTRADOS A PARTIR DE SETEMBRO DE 1999

Decreto Nº 8.649, de 08 de outubro de 1999

Art. 1º. Ficam tombados, como Patrimônio Histórico-Cultural de Piracicaba, a Avenida Beira Rio, o Largo dos Pescadores e a Rua do Porto.

Art. 2º. Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba autorizado a inscrever as áreas de que trata o artigo anterior no Livro Tombo competente, para todos os efeitos legais.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piracicaba, 08 de outubro de 1999.

(as.) Humberto de Campos - Prefeito Municipal

Conforme registrado em ata, a primeira reunião do CODEPAC após o decreto, ocorrida em 16 de novembro de 1999, foi aberta pelo presidente Eugênio Nardin com a comunicação do recebimento do Decreto Nº 8649/99, de 8 de outubro de 1999, que dispunha sobre o tombamento como Patrimônio Histórico Cultural de Piracicaba da Avenida Beira Rio, Largo dos Pescadores e Rua do Porto.

Decorridos pouco mais de dois meses o Conselho, reunido em 21 de dezembro de 1999, aprovou a sugestão do presidente Eugênio Nardin de discutir indicações de alteração do Decreto Nº 8649/99. As indicações de alteração seriam discutidas na reunião de janeiro de 2000. Pela documentação pesquisada, de fato houve a reunião extraordinária do CODEPAC em 24 de janeiro de 2000, mas a ata não faz menção ao tema tombamento.

A convite do CODEPAC, o Prof. Dr. Paulo Affonso Leme Machado, jurista de referência na área de Direito do Meio Ambiente e Preservação, fez uma palestra para os membros do CODEPAC, em 18 de julho de 2000, sobre tombamento, áreas de proteção ambiental e propriedade privada. A palestra teve como objetivo subsidiar o Conselho na apreciação de novos projetos para a Rua do Porto, considerando o recente tombamento. O jurista orientou o Conselho

sobre diversos pontos relevantes relacionados ao tombamento da Rua do Porto para os quais o Colegiado deveria estar atento, como o Decreto Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, a Constituição Federal e a Lei Nº 9605, de 12 de fevereiro de 1998, em vigor a partir de 30 de março de 1998.

Em consequência das orientações dadas pelo palestrante, tendo em vista as situações de conflito entre as novas propostas para a Rua do Porto, o CODEPAC, em sua reunião de 15 de agosto de 2000, deliberou solicitar à Secretaria de Ação Cultural a contratação de jurista com qualificação na área para subsidiá-lo.

Em reunião realizada no dia 19 de dezembro de 2000, o CODEPAC, conforme registro em ata, tratou da proposta de alteração do Art.1º do Decreto Nº 8649/99. O presidente Eugênio Nardin apresentou proposta da alteração preparada pelos conselheiros Eugênio Nardin, Hugo Pedro Carradore e Maria da Glória Silveira Mello. A proposta foi aprovada com a seguinte redação:

Art.1º - Ficam tombados o Conjunto Ribeirinho com todas as edificações que abrange a Avenida Beira Rio, Largo dos Pescadores e Rua do Porto.

Decreto Nº 9.294, de 27 de dezembro de 2000

Art. 1º - O art. 1º do Decreto Nº 8.649, de 08 de outubro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Ficam tombados, como patrimônio histórico e cultural do Município de Piracicaba, o Conjunto ribeirinho com todas as suas edificações que abrange a Avenida Beira Rio, Largo dos Pescadores, e Rua do Porto.” (NR)

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, 27 de dezembro de 2000.

(as.) Humberto de Campos – Prefeito Municipal

A retificação do Art. 1º do decreto se deu em atendimento à solicitação do próprio CODEPAC, conforme Ofício Nº 161/2000, de 20 de dezembro de 2000, cuja redação foi acatada na íntegra pelo Prefeito Municipal José Machado, empossado em 1º janeiro de 2001.

Tombo Nº 12 (Livro Tombo Nº 1, p.12)

Imóveis: Conjunto Ribeirinho da Avenida Beira Rio, Largo dos Pescadores e da Rua do Porto, conforme Decreto 9.294, de 27 de dezembro de 2000, assinado pelo Prefeito Humberto de Campos e Eugênio Nardin.

Decreto Nº 10.643, de 29 de janeiro de 2004

Art. 1º. O art. 1º do Decreto Nº 8.649, de 08 de outubro de 1999, alterado pelo de Nº 9.294, de 27 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica tombado como Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Piracicaba o Conjunto Ribeirinho com todas as suas edificações, na área que assim se descreve: tem início no cruzamento da Av. Barão de Serra Negra com a Travessa Maria Maniero, seguindo pela Ponte Irmãos Rebouças (do Mirante) até encontrar a Praça do Protesto Ecológico no seu cruzamento com a Rua Luiz de Queiroz, seguindo por esta, incluindo-se as edificações de ambos os lados da mesma, até encontrar a Rua Rangel Pestana, defletindo à direita e seguindo por esta, incluindo as edificações de ambos os lados da mesma, até encontrar a Rua Antonio Corrêa Barbosa, defletindo à esquerda e seguindo por esta, incluindo-se as edificações de ambos os lados da mesma, até encontrar a Av. Dr. Paulo de Moraes, deste ponto seguindo pela divisa da área verde pública do Morro do Castelinho com propriedades particulares, até encontrar a Estrada do Bongue, defletindo à esquerda e seguindo por esta até encontrar a desembocadura do Ribeirão do Enxofre no Rio Piracicaba, defletindo à direita e seguindo pela margem esquerda do Rio Piracicaba até encontrar a Ponte Francisco Prudente (do Morato), defletindo à esquerda e seguindo por esta até encontrar o seu cruzamento com a Av. Cruzeiro do Sul, defletindo à direita e seguindo pela divisa com a área verde pública até encontrar a Rua Prof. Joaquim do Marco, seguindo por esta até encontrar a Travessa Maria Maniero, defletindo à esquerda e seguindo por esta, incluindo-se as edificações com endereço na mesma, até encontrar o cruzamento com a Av. Barão de Serra Negra, fechando assim, o perímetro.” (NR)

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, 29 de janeiro de 2004.

(as.) José Machado - Prefeito Municipal

É importante destacar que o decreto descrevia, em seu Art.1º, a delimitação da área tombada, incorporando indicação de perímetros encaminhados pelo CODEPAC ao Prefeito Municipal, conforme Ofício Nº 343/2003, de 16 de dezembro de 2003, acatado na íntegra pelo Prefeito José Machado no Decreto Nº 10643/04.

A referida indicação de perímetro havia sido solicitada ao IPPLAP pelo CODEPAC, conforme Ofício 331/2003, de 01 de dezembro de 2003, com o seguinte conteúdo:

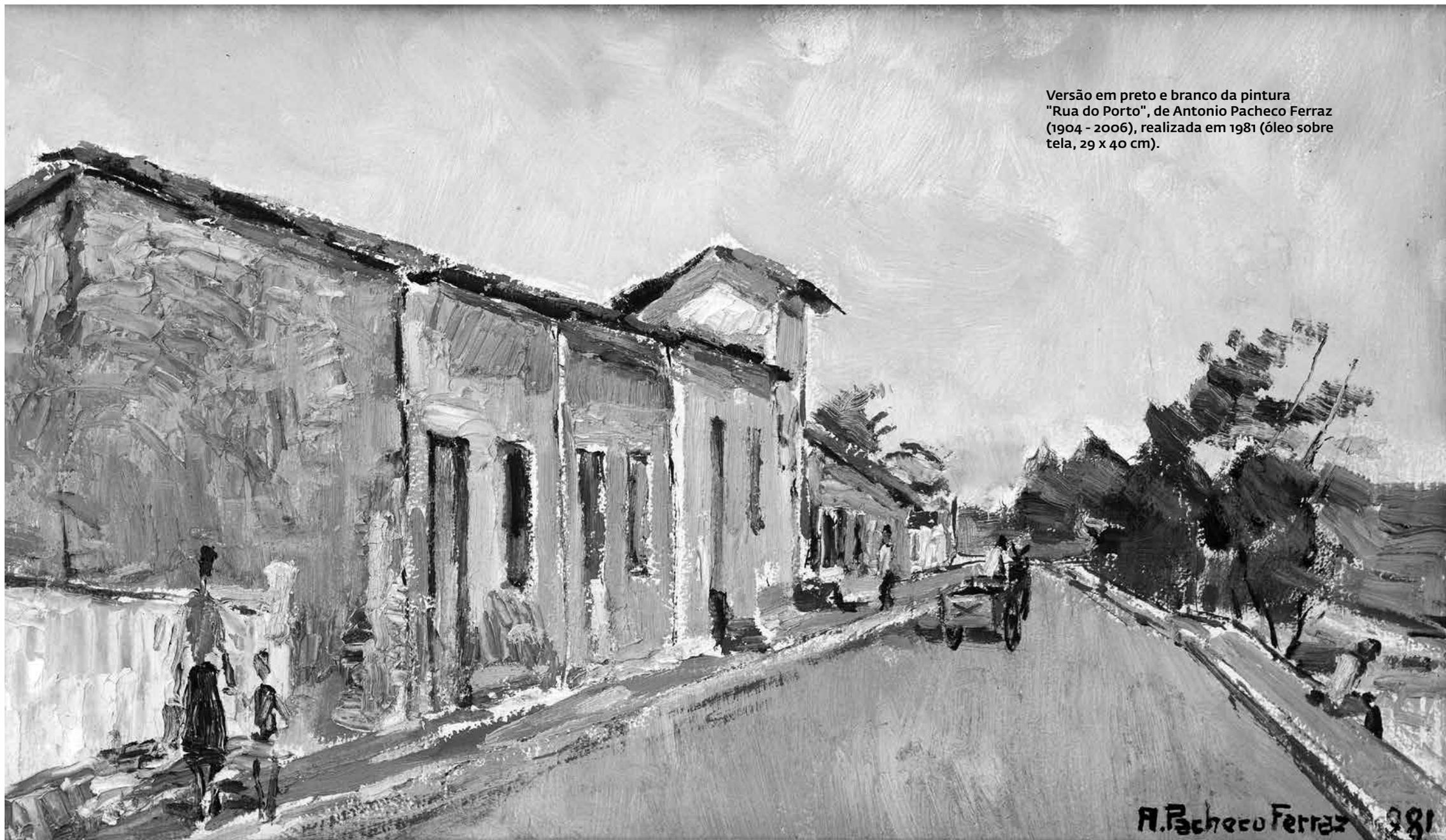
Comunicamos a Vossa Senhoria que o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural - CODEPAC, em reunião extraordinária realizada a 28/11/2003, decidiu acatar a sugestão para a retificação dos decretos de tombamento dos imóveis: Estação da Paulista, Rua do Porto e Capela de São Pedro de Monte Alegre. Solicitamos, outrossim, que Vossa Senhoria agilize junto ao IPPLAP - Departamento de Patrimônio Histórico os procedimentos necessários à descrição correta das áreas envoltórias dos bens em referência. (as.) Dr. José Ricardo Quirino Fernandes - Presidente.

O IPPLAP imediatamente encaminhou o Ofício Nº 220/03, de 1º de dezembro de 2003, do qual constam as indicações para a retificação do Decreto de Tombamento Nº 9294/00. Esta indicação traz elementos da recomendação de delimitação anterior do CODEPAC, em sua correspondência de 16 de julho de 1982, ao Prefeito José Aparecido Borghesi.

Tombo Nº 78 (Livro Tombo Nº 2, p.28)

Imóvel: Conjunto Ribeirinho com todas as suas edificações, conforme Decreto Nº 10.643, de 29 de janeiro de 2004, do Prefeito José Machado.

“Localização: Tem início no Cruzamento das Avenidas Barão de Serra Negra com a Travessa Maria Maniero, seguindo pela Ponte Irmãos Rebouças (do Mirante) até encontrar a Praça do Protesto Ecológico no seu cruzamento com a Rua Luiz de Queiroz, seguindo por esta, incluindo-se as edificações de ambos os lados da mesma, até encontrar a Rua Rangel Pestana, defletindo à direita e seguindo por esta, incluindo as edificações de ambos os lados da mesma, até encontrar a Rua Antonio Corrêa Barbosa, defletindo à esquerda e seguindo por esta, incluindo-se as edificações de ambos os lados da mesma, até encontrar a Avenida Dr. Paulo de Moraes, deste ponto seguindo pela Divisa da área verde pública do Morro do Castelinho com propriedades particulares, até encontrar a Estrada do Bongue, defletindo à esquerda e seguindo por esta até encontrar a desembocadura do Ribeirão do Enxofre no Rio Piracicaba, defletindo à direita e seguindo pela margem esquerda do Rio Piracicaba



Versão em preto e branco da pintura
"Rua do Porto", de Antonio Pacheco Ferraz
(1904 - 2006), realizada em 1981 (óleo sobre
tela, 29 x 40 cm).

até encontrar a Ponte Francisco Prudente (do Morato), defletindo à esquerda e seguindo por esta até encontrar o seu cruzamento com a Avenida Cruzeiro do Sul, defletindo à direita e seguindo pela divisa com a área verde pública até encontrar a Rua Professor Joaquim do Marco, seguindo por esta até encontrar a Travessa Maria Maniero, defletindo à esquerda e seguindo por esta, incluindo-se as edificações com endereço na mesma, até encontrar o cruzamento com a Avenida Barão de Serra Negra, fechando, assim, o perímetro.”

Posteriormente, a importância histórica e cultural do conjunto, foi reconhecida no Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Piracicaba - Lei Complementar Nº 186, de 10 de outubro de 2006 - que confere, no Art. 71, a locação da Rua do Porto na Zona Especial Institucional, Classificação V (ZEIT V).

A legitimação do CODEPAC

Na pesquisa realizada foram encontradas providências, com relação aos processos de tombamento, que legitimam as decisões tomadas pelo CODEPAC e as Administrações Municipais. O pedido de tombamento do CODEPAC é amplamente justificado por documentos que resgatam a história das áreas do tombamento; artigos de revistas e livros assinados por historiadores e personalidades ligadas à história de Piracicaba; fotos e ilustrações.

Fica evidente no processo o cuidado com a identificação dos proprietários de imóveis tombados, a partir de relações encaminhadas pelos órgãos da Prefeitura, bem como das certidões fornecidas pelo 1º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos. Houve a notificação aos proprietários do processo de abertura do tombamento, constatada pelas cópias de ofícios e circulares encaminhados.

Em 2012, da relação do Inventário de Patrimônio Cultural (IPAC) constam 186 imóveis tombados e agrupados em três categorias: Avenida Beira Rio (46), Parque da Rua do Porto (85), Bairro da Rua do Porto (155). Trabalho do IPPLAP, datado dos anos 2003 e 2004, apresenta os dados cadastrais, que têm informações como: endereço, proprietário, estilo, dados tipológicos (tipologia, cobertura, envasaduras, esquadrias, entre outros), estado de conservação, nível de proteção, uso atual. Em cada ficha cadastral há a foto do imóvel em referência.

Nesse longo período, da abertura do processo de tombamento, em 1982, até o ato formal de tombamento, em 1999, o CODEPAC desempenhou papel preponderante em todas as etapas do processo. Os documentos pesquisados ressaltam a seriedade das propostas encaminhadas e das orientações técnicas aos órgãos municipais, que foram acatadas na íntegra pelos executivos municipais, o que demonstra que o Colegiado foi respeitado e atendido no contexto de suas competências, fato a ser considerado diante das constantes críticas que o CODEPAC tem recebido com relação ao tombamento dessas áreas e sítios históricos da cidade.

Providências complementares de proteção

O enorme crescimento de Piracicaba nos últimos anos tem criado demandas em todos os setores, especialmente pelo interesse de investimentos e empreendimentos em áreas urbanas consideradas nobres para projetos imobiliários residenciais (prédios e condomínios) e comerciais (hotéis, shopping centers) etc. Esta demanda de interesse mercadológico acontece e deve ser tratada na dimensão do controle social pelo Poder Público nos limites estabelecidos pelos planos diretores e zoneamento urbano, com vista ao não comprometimento da herança maior legada do passado em termos de conjuntos históricos, arquitetônicos e culturais. Este compromisso de garantir a preservação, promoção e proteção desses bens patrimoniais vai além dos órgãos de preservação e do Poder Público e deve contar com a participação da sociedade como um todo.

Neste sentido, o conjunto ora estudado deve merecer toda atenção do Poder Público e da sociedade com vista à sua proteção como patrimônio histórico, arquitetônico e cultural. De sua parte o CODEPAC, no exercício de sua competência, tem priorizado ações que vão além do tombamento. Para isso estão sendo formulados instrumentos administrativos e legais complementares ao tombamento - resgatado neste trabalho - por meio de produção de documento técnico e diagnóstico e regulamentação da área que contemple a fundamentação conceitual necessária à preservação do sítio histórico orientados pelos seguintes eixos: análise dos processos de tombamentos individuais contemplados na área; definição da delimitação de perímetros e categorias específicas de preservação dentro do conjunto de valor arquitetônico; registro fotográfico e iconográfico de delimitação territorial contemplando a locação arquitetônica dos seus elementos constitutivos.

Todas estas ações propostas e desenvolvidas pelo CODEPAC visam contribuir para proteger e garantir este múltiplo e relevante patrimônio piracicabano no futuro.

Notas

¹ O SPHAN foi formalizado através do Decreto Lei Nº 25, de 30/11/1937.

² OLIVEIRA, 2009.

³ KOLSDORF, 2005.

⁴ Lei Municipal Nº 2374, de 08/11/1979.

⁵ Leis Municipais Nº 2925, de 22/06/1988, e Nº 4278, de 17/06/1997, Lei Complementar Nº 171, de 13/04/2005, Art. 5º, Lei Complementar Nº 253, de 2/06/2010.

⁶ PERECIN, 2000, p.31. Texto originalmente divulgado pela historiadora em 1992, durante o 225º aniversário da cidade.

⁷ Idem, p.32.

⁸ CARRADORE, 2000. p.108.

⁹ Almanak de Piracicaba para o anno de 1900. p.127,128,130.

¹⁰ Idem, p. 265, 266.

¹¹ Memorial de Piracicaba. Fascículo 11. p.247.

¹² ELIAS NETTO, 2000. p.86.

¹³ Memorial de Piracicaba. Fascículo 7, p.153.

¹⁴ Idem, Fascículo 8, p.176.

Referências Bibliográficas

CAMARGO, Manoel de. Almanak de Piracicaba. São Paulo: Tyrographia Hermes & Irmãos, 1899. 480p.

CARRADORE, Hugo Pedro. Histórico da Rua do Porto. In: Revista do IHGP. Ano VII, nº 7, 2000. Piracicaba: IHGP, 2000.

ELIAS NETTO, Cecílio. Almanaque 2000 - Memorial de Piracicaba – Século XX. Piracicaba: IHGP/Jornal de Piracicaba/UNIMEP, 2000. 416p.

_____. Almanaque 2001-2003, Piracicaba: Jornal de Piracicaba, 2003 (publicado em fascículos no Jornal de Piracicaba).

KOLSDORF, Maria Elaine. Patrimônio cultural e preservação da identidade dos lugares. In: Arquitetura Revista. UNISINOS. Vol. 1, Ano 2, Jul-dez 2005. <http://www.arquiteturarevista.unisinos.br/index.php?e=2&s=9&a=7>. Consulta em: maio 2013.

OLIVEIRA, Almir Felix Batista de. O IPHAN e seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico no Brasil. In: Cadernos do CEOM. Ano 21, nº 29. 2009. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/326/167>. Consulta em: abril 2013.

PERECIN, Marly Therezinha G. Os tempos coloniais (1722-1822): a sesmaria, a povoação e a freguesia. In: ELIAS NETTO, Cecílio. Almanaque 2000: Memorial de Piracicaba - Século XX. Piracicaba: IHGP/Jornal de Piracicaba/UNIMEP, 2000. p.31-32.

Parte ocidental do Brasil, em fins do século 18.
Autoria desconhecida.



PATRIMÔNIO CULTURAL

A Coleção Alberto Lamego (IEB/USP) e a documentação sobre D. Pedro de Vasconcelos e Sousa, 33º Governador do Brasil (1711-1714)¹

ARMANDO ALEXANDRE DOS SANTOS

Historiador e jornalista profissional, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba.

Resumo

Chamada de atenção para a disponibilidade, no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, de um precioso acervo para estudo da História do Brasil, especialmente no período colonial, bastante referido nos meios acadêmicos, mas, paradoxalmente, muito pouco explorado, constituído pelo pesquisador fluminense Alberto Lamego e adquirido, para a USP, por Mário de Andrade. O artigo focaliza, nesse acervo, o período 1711-1714, quando era governador-geral do Brasil D. Pedro de Vasconcelos e Sousa.

Palavras-chave: Coleção Alberto Lamego. IEB/USP. Brasil-Colônia. Governo de D. Pedro de Vasconcelos e Sousa



Alberto Frederico de Moraes Lamego

E esclareço, desde logo, que o presente artigo não é fruto de pesquisa nova ou pioneira, mas é, na realidade, mais uma chamada de atenção para um tesouro fabuloso facilmente alcançável por pesquisadores de várias vertentes, e inexplicavelmente pouco explorado até hoje.

Existe, no Instituto de Estudos Brasileiros, da USP, uma preciosa coleção de livros, opúsculos e manuscritos inéditos, a qual contém documentação de grande interesse para a História do Brasil. Muito se falou e se escreveu, sobre essa verdadeira mina de ouro, nos meios acadêmicos brasileiros, mas ela ainda possui importantes veios inexplorados, à espera de pesquisadores.

É sobre essa coleção, e sobre as possibilidades de pesquisa que ela abre especificamente para o estudioso de História do Brasil Colonial, que desejo fazer esta comunicação. Sobre esse assunto, já publiquei, anos atrás, um trabalho na Bahia.²

Após narrar a origem da “Coleção Lamego”, focalizarei a documentação relativa ao período em que D. Pedro de Vasconcelos e Sousa exerceu o Governo Geral do Brasil (1711-1714), transcrevendo, à guisa de exemplo, algumas de suas peças.

A Coleção Lamego

Trata-se da chamada “Coleção Lamego”, brasileira formada, em anos e anos de esforços, pelo Dr. Alberto Frederico de Moraes Lamego.

Lamego nasceu em 1870, na cidade de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro, e faleceu aos 81 anos de idade, em 1951, na então Capital Federal. Era formado em Direito, tendo iniciado seu curso no Recife e concluído o mesmo em São Paulo, em 1892. Estabeleceu-se na cidade de Campos, no Norte fluminense, onde trabalhou como advogado e colaborou ativamente na imprensa local. Foi também fazendeiro, plantador de cana, e dirigiu o Liceu de Humanidades de Campos. Não teve militância política.

Em 1906, com 36 anos de idade, transferiu-se para a Europa, inicialmente na França, depois na Bélgica, por fim em Portugal. Rico, inteligente, homem de bom gosto e acurado preparo intelectual, aproveitou muito bem sua fortuna e as facilidades que esta lhe proporcionava. Frequentou assiduamente arquivos e instituições culturais europeias, conseguindo copiar enorme quantidade de documentação primária sobre a História do Brasil. Frequentava também livrarias, leilões, antiquários, arquivos familiares, e foi pouco a pouco reunindo uma coleção maravilhosa, e no seu genero única, de livros, mapas, manuscritos, telas, gravuras e objetos de arte.

A sua vida não faltaram percalços. Quando os alemães invadiram a Bélgica, durante a Primeira Guerra Mundial, Lamego se encontrava em Bruxelas, e receou que seu acervo fosse apreendido e roubado. Não havia tempo nem meios para transportá-lo a outro país mais seguro. Na aflição, recorreu a um artifício. Sabendo que os alemães respeitavam arquivos eclesiásticos, combinou com um monge amigo de os guardar em seu convento enquanto houvesse perigo. Mandou imprimir às pressas uma grande quantidade de ex-libris do convento, e marcou cada volume com ele. Foi isso que salvou o acervo.

Ao regressar ao Brasil, em 1920, já com 50 anos de idade, instalou na sua propriedade – o solar dos Airizes – o acervo acumulado em 14 anos de Europa, e continuou a extrair, daquela riqueza imensa, informações que lhe permitiram redigir algumas obras definitivas.

Entre as obras publicadas durante a estada na Europa e as que deu a lume depois do regresso ao Brasil, contam-se:

- *A Terra Goytacá á luz de documentos inéditos*, em 4 volumes, Paris, 1913;
- *Autobiografia de Claudio Manoel da Costa*, Paris, 1919;
- *Verdadeira noticia do Aparecimento da Milagrosa Imagem de N. S. da Conceição que se venera na cidade de Cabo Frio*, Paris, 1919;
- *Mentiras Históricas*, Rio de Janeiro, sem data;
- *Papeis inéditos sobre João Fernandes Vieira*, “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, t. 75, parte II;
- *A Academia Brasilica dos Renascidos, sua fundação e trabalhos inéditos*, Paris-Bruxelas, 1923;
- *O Mestre de Campo Francisco Barreto de Menezes*, “Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano”, t. XXIX, 1928.

Foi em princípios da década de 1930 que iniciou as tratativas para a venda do acervo. Fê-lo com imensa dor, ao que parece movido não por interesse comercial, mas pelo receio de que, após sua morte, se dispersasse o fruto de tantos anos de esforços. Quis, por isso, procurar compradores que pudessem assegurar a conservação e integridade da coleção.

Mesmo assim, foi a contragosto e como que forçado pelas circunstâncias que se resignou a alienar o precioso acervo, conforme relatou Mário de Andrade, em artigo publicado por “O Estado de S. Paulo” de 22-12-1935:

Não foi sem melancolia que Alberto Lamego deixou partir o que ajuntara. Surpreendi-o por várias vezes dialogando comigo verdadeiros monólogos de consolação. O historiador da Terra Goitacá recordava nesses momentos o perigo de dispersão desse acervo (...).

A parte artística – telas e gravuras –, vendeu-a ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Infelizmente, uma parte das gravuras se havia perdido, ainda no solar dos Airizes, devorada por cupins...

Quanto à Biblioteca e Arquivo anexo, inicialmente esteve para ser comprada pelo Ministério da Educação, mas acabou sendo adquirida, como ficou dito, pela Universidade de São Paulo, por um preço que a documentação disponível não permite saber, mas que, com certeza, foi muito inferior ao seu valor real.

Dizia o “Relatório da Comissão nomeada pelo Ministro da Educação, para avaliar biblioteca e arquivo do Dr. Alberto Lamego”, composto por Mário Behring, Max Fleiuss e Rodolfo Garcia (este último, relator):

A biblioteca que detidamente examinamos consta de 2.688 obras, em 2.982 volumes; o arquivo consta de 835 códices manuscritos, fora anexos, quadros e mapas. Tanto as obras impressas como os manuscritos estão em perfeito estado de conservação, com excelentes encadernações. Em geral essas obras são de primeiras edições raras e não poucas desconhecidas dos bibliógrafos (...). Os manuscritos são também em geral originais, na maior parte, ou cópias antigas autenticadas e contêm grande número de informações inéditas de proveito para a História (...) e Geografia do Brasil e de sua literatura, como também, em menor parte, da História e da Literatura portuguesa (...).

Esse riquíssimo acervo foi adquirido pela Universidade de São Paulo em 1935, por intermediação de Mário de Andrade, para ser incorporado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da mesma Universidade. Mais tarde, em 1968, foi transferido para o Instituto de Estudos Brasileiros, da USP.

A Coleção Lamego é composta de uma Biblioteca e de um Arquivo. A Biblioteca, que de si já é uma preciosidade de incalculável valor, contém crônicas, relatos de viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil desde seu descobrimento, mais de 400 sermões pregados, nos séculos XVII e XVIII, na Bahia e também em Portugal, alguns deles de raridade tal que nem sequer se encontravam catalogados nas melhores obras de Bibliografia brasileira. É muito grande, também, a documentação impressa sobre a Companhia de Jesus, no Brasil e na Índia, e sobre outras Ordens religiosas que trabalharam em nosso País.

É também muito ampla a coleção de obras publicadas sobre o Brasil, nos campos da medicina, da mineralogia, da agricultura, do comércio, da vida militar etc. Muitas dessas obras, publicadas na Europa, algumas no Brasil e mesmo na Bahia, como é o caso das produções da tipografia de Manuel Antonio da Silva e Serva.

Os opúsculos diversos foram agrupados na sub-coleção Miscelanea e encadernados em 50 alentados volumes. Eram memórias, peças de teatro, poemas, narrativas de viajantes etc., sobre os mais variados temas, todos relativos ao Brasil e editados nos séculos XVIII e XIX, na quase totalidade em primeiras edições.

Passemos à documentação inédita, que constitui propriamente o Arquivo Lamego. São 4.062 manuscritos, reunidos em 835 códices, em 154 volumes, incluindo mapas e plantas. Uma catalogação sistemática desses 4.062 manuscritos foi elaborada pelas Profas. Heloísa Liberalli Belotto, Arlinda Rocha Nogueira e Lucy Maffei Hutter. Em 1983, o Instituto de Estudos Brasileiros da USP publicou, em dois alentados volumes, o trabalho dessas três pesquisadoras, sob o título *Inventário Analítico dos Manuscritos da Coleção Lamego* – obra de grande valor, que facilita extraordinariamente o trabalho de pesquisa.³ Agora, revisto e ampliado, esse inventário foi reeditado⁴, e foi também publicado outro volume à parte, referente à iconografia.⁵

Os documentos manuscritos colecionados por Lamego se referem à História do Brasil e à Literatura brasileira. Abrangem temas como a administração portuguesa do Brasil dito colonial, a guerra contra os holandeses na Bahia e em Pernambuco, a atuação da Inquisição, os Jesuítas e sua expulsão dos domínios portugueses por Pombal, a correspondência administrativa de autoridades, desde o século XVII até o século XIX.



Foto recente do Solar dos Airizes, que pertenceu a Alberto Lamego e abrigou seu acervo.

O Governo de D. Pedro de Vasconcelos e Sousa

Passemos a enfocar, como destaque especial, apenas a título exemplificativo, os documentos relativos ao governo de D. Pedro de Vasconcelos e Sousa, 33º. governador-geral do Brasil de 1711 a 1714. São 204 documentos, quase todos constantes de um “copiador” do governante, que nele guardava, para uso privado, cópias dos seus atos administrativos e da sua correspondência privada.

São documentos de várias naturezas, ofícios, portarias, regimentos, ordens, bandos. Na imensa maioria, são administrativos, envolvendo questões militares, econômicas, de funcionários.

O governo de D. Pedro de Vasconcelos e Sousa foi breve e muito conturbado, nele ocorrendo a invasão do Rio de Janeiro pelos franceses e um início de revolta em Pernambuco. De um modo geral, não foi boa a imagem deixada pelo governador, que parece não ter estado à altura das circunstâncias, sendo criticado por não ter energia suficiente quando necessário e, pelo contrário, mostrando-se autoritário em momentos inadequados.

Desses 204 documentos, 37 referem-se ao fato mais importante de seu governo, que foi a invasão do Rio de Janeiro por uma poderosa esquadra francesa, chefiada por Duguay-Trouin, à frente de 16 navios de guerra e 5.824 homens. Destinava-se a vingar a derrota, pouco anterior, de análoga tentativa por Duclerc, da qual resultara o aprisionamento de franceses que ainda purgavam seus pecados em cadeias da Bahia, e sobre os quais também há referências na correspondência oficial do governador.

O Rio de Janeiro era foco de atenção especialmente visado pelos invasores por ser conhecido como entreposto do ouro proveniente das Minas.

A invasão se dava no contexto da Guerra da Sucessão de Espanha (1702-1714), na qual praticamente toda a Europa se envolveu: de um lado, Áustria, Inglaterra, Holanda e Portugal; de outro, França e Espanha. A invasão pôs a nu a vulnerabilidade do Brasil português, causando grande consternação e até mesmo alarme. A intensa correspondência desse arquivo mostra isso. Os franceses, contrariamente ao que se temia, não planejavam se estabelecer no Rio de Janeiro, mas contentaram-se em saquear a cidade, levaram um resgate vultoso e se foram.

As medidas que, coordenadas a partir da Bahia, estavam sendo adotadas para libertar o Rio de Janeiro do invasor, tornaram-se, assim, desnecessárias. Estão elas documentadas no arquivo de D. Pedro de Vasconcelos e Sousa.

Destaque-se, nesse arquivo, uma nota de pitoresco: a carta que o Governador escreveu a 4-11-1711 ao Juiz da Vila de Sergipe do Conde, determinando que os vereadores fossem advertidos sobre a obrigatoriedade de comparecerem às reuniões da Câmara, sendo os faltosos punidos com prisão (doc. 1361):

*Carta p.a o Juis da Va. de Serjipe do Conde mandar notificar aos seus Companh.os assistão na Cam.ra della
Tanto q. Vm. receber esta mandarà de m.a pte. notificar ao seu Companhr.o e aos Vereadores da Cam.ra Dessa Va. p.a q assistão nella durante o tempo de sua obrigação e se houver algum q falte a ella (o q não creyo) VM o remeta preso á Cadea desta Cid.de por não ser justo se falte ao serv.o de S. Mag.de q. Deos g.de e do ajuste dos Lançam.tos da finta do dote e p.as q se hão de fazer com toda a brev.e na forma das ordens de meu antecesor. Deos g.de a VM. Ba. a Nov.o 4 de 1711 Pedro de Vasconcellos.*

Outras notas dignas de registro referem-se ao bem estar dos índios, que parecem ter constituído preocupação relevante do governador, a julgar pelo seguinte documento:

Carta escrita ao Capp.am Franc.o Dias Matarucha sobre os Índios q se tem ausentado das suas aldeas.

Vi as Cartas q. o Cap.am mor Franc.o Dias Matarucha escreveu ao Exmo. Sr. D. Lourenço de Almada meu Primo e o q me pareceu resultar sobre os part.es da d.as cartas he q o d.o Capp.am mor Francisco Dias faça restituir as suas Aldeas com aquelle bom modo e quietação q fio da sua prudencia todos os Índios q dellas se tem auzentado, pois não he justo q a estes se fassa guerra como a inimigos por serem catholicos e estarem vivendo na amizade dos brancos, e no q respeita ao gentio barbaro se este vier contender com os Índios das Aldeas q o Capp.am Mor administra a fazerlhe algumas entrosões (?) se lhe devem impedir por ser a defença natural a qer.

Deos gde, Ba, a Dezo. 17 de 1711, Pedro de Vasconcellos. (doc. 1416)

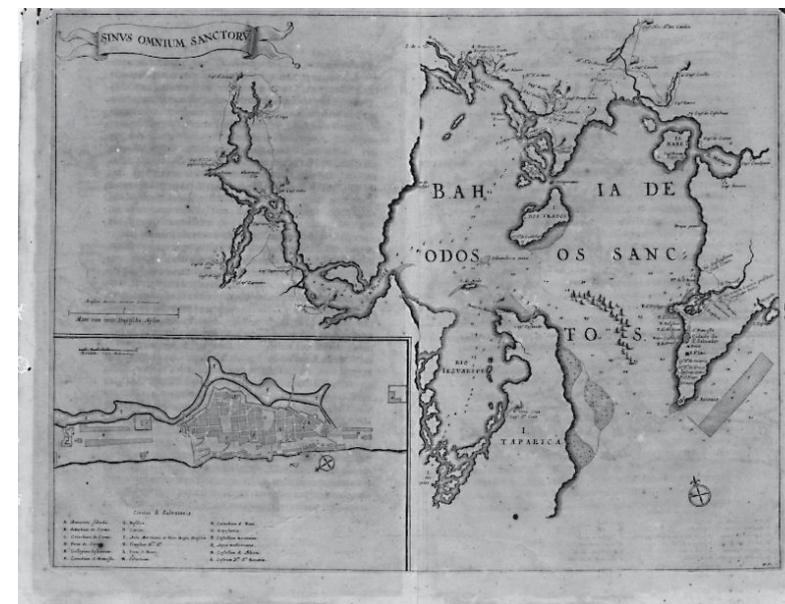
No mesmo sentido, ainda outra missiva expedida dois dias depois pelo governador:

Carta que se escreveu ao Pe. Superior do Hospicio dos Capuchinhos Italianos sobre o mao trato que o Missionario da Aldea de Pacatuba dá aos Índios

Tenho noticia de que o Pe. Fr. Gabriel de Bolonia Missionario da Aldea de Pacatuba trata aos Índios da sua Missão com gde. aspereza por cuja causa vivem descontentes V. Pde. lhe ordene se não haja comn rigor com os dos. Índios e que os trate com todo o bom modo e termo asi no encino da doutrina christã como em suas pessoas. Deos gde. a V. Pde.

Ba., a Dezo. 19 de 1711. Pedro de Vasconcellos. (doc. 1420)

No mesmo sentido ainda há outro documento, censurando famílias que “empregavam” índios em suas casas – eufemismo, talvez para disfarçar a escravidão do indígena que estava formalmente proibida.



Baía de Todos-os-Santos. Mapa oitocentista de autoria desconhecida.

Encontra-se também, na Coleção Lamego, muita documentação sobre o sebastianismo, sobre o Padre Vieira, a Inquisição, o Quinto Império, as famosas Trovas do Bandarra. Há um códice com poesias de Gregório de Matos Guerra. Sobre a Companhia de Jesus e a atuação dos Jesuítas, é muito caudalosa a documentação.

Conclusão

Seria possível, ainda, multiplicar indefinidamente os exemplos. O que aqui fica dito é de se esperar que já seja suficiente para animar os pesquisadores de História e áreas afins a deitarem mais atenção sobre esse acervo tão rico, tão acessível, e ao mesmo tempo tão pouco aproveitado.

A consulta, na USP, não pode ser feita diretamente nos originais, mas apenas pelos microfimes. O acervo Lamego se encontra todo microfilmado, em 23 rolos de microfimes, com cópias no IEB/USP, na Biblioteca Nacional e em Portugal. Os trabalhos da microfilmagem foram coordenados pela Dra. Esther Caldas Bertoletti, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Notas:

¹ Comunicação apresentada no I SIMDES (I Simpósio do Grupo DESCHUBRA – Educação, História e Cultura: Brasil 1549-1759), sobre Educação, cultura e poderes na América portuguesa (séculos XVI ao XIX), realizado nos dias 6 e 7 de outubro de 2011 na Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP

² SANTOS, A. A. dos. Documentação sobre a Bahia existente no Instituto de Estudos Brasileiros da USP. In: Alfredo Eurico Rodrigues Matta [et al.]. (Org.). Educação, Cultura e Direito: coletânea em homenagem a Edivaldo M. Boaventura. Salvador: EDUFBA, 2005,p. 495-500.

³ BELLOTTO, H. L.; NOGUEIRA, A. R.; HUNTTER, L. M.. Inventário Analítico dos Manuscritos da Coleção Lamego. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da USP, 1983. 2 vols. 815p.

⁴ BELLOTTO, H. L.; NOGUEIRA, A. R.; HUTTER, L. M.. Manuscritos da Coleção Lamego. 2. ed. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da USP, 2003. 295p.

⁵ VELLOSO, Júlio Caio. Catálogo de Iconografia - Coleção Alberto Lamego. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da USP, 2002. 110p.

Jovem com sua lambreta diante do prédio da Esalq em meados dos anos 50.
Autoria da foto desconhecida.
Acervo IHGP



2

HISTÓRIA E MEMÓRIA

A Piracicaba dos anos 50 aos olhos de um jovem universitário da época

MANOEL VALENTE BARBAS

*Engenheiro Civil (Escola Politécnica de São Paulo/USP – Turma de 1954).
Sócio fundador e membro da Comissão Fiscal da Associação Brasileira de Pesquisadores em História e Genealogia – Asbrap.*

Resumo

Em uma excursão de alunos dos primeiros anos da Escola Politécnica de São Paulo, em 1.950, um dos universitários conta, extasiado, na época, suas impressões sobre a renomada cidade paulista. Artigo originalmente publicado no jornal “O Politécnico”, da POLI/USP, foi revisado e ampliado especialmente para a Revista do IHGP.

Palavras-chave: Piracicaba, bonde, indústrias, açúcar, trem, colegas, ‘estudantadas’.

Durante o curso na Escola Politécnica de São Paulo, de vez em quando, conseguíamos organizar uma excursão para conhecer o mundo exterior e nos familiarizar com técnicas e tratos de problemas de engenharia. De certa feita (1.950), fomos à região de Piracicaba, onde se concentrava a indústria açucareira, convidados pelas Indústrias Dedini. O nosso curso era de engenharia civil, estávamos no segundo ano, e acreditávamos que tudo que iríamos ver mais nos ilustraria a cultura geral do que a técnica. No entanto, era uma ótima oportunidade para sacudir a poeira e aumentar o conhecimento das coisas do mundo. Muito importante na época era o fato de serem essas excursões financiadas pelas ditas indústrias que nos convidavam, o que não nos obrigava a desembolsar sequer um cruzeiro (moeda da época). Como a condição de estudante, geralmente, faz com que se ande com o dinheiro contado, isto era uma imposição “sine qua non”, por exemplo, para um pobretão, órfão de pai e de mãe como eu, pudesse se engajar na jornada.

A saída de São Paulo

Tão despreocupados estávamos, devido aos arroubos da idade, que nem sequer nos preocupamos com os preparativos para tal efeméride. No dia marcado, lá estávamos na Estação da Luz, na hora marcada, para o embarque. A Cidade de São Paulo, nessa ocasião, era tranqüila, sem a afobação atual; somente nos deslocávamos de bonde; pouquíssimos colegas possuíam automóvel. Fomos ciceroneados, nessa viagem, unicamente pelo Professor Eurico Cerruti, nosso mestre de Exercícios de Matemática, que corajosamente tomou a peito a empreitada.

A chegada à região de Piracicaba

De trem, descemos primeiramente em Santa Bárbara do Oeste. O nosso objetivo era visitar a Indústria Romi, fundada por um imigrante italiano, lutador, empreendedor, que só com a sua família conseguira toda a prosperidade que se via ali. Ficamos fascinados com a sua fabricação de tratores, máquinas e ferramentas industriais. Na época, ainda não havia sinal que se estava caminhando ali para a fabricação do primeiro carro brasileiro, o Romi-Isetta.

A seguir, passamos à Piracicaba que também na época era uma cidade modesta, embora muito próspera e promissora. Chegamos lá ao entardecer e nos instalamos em um hotel razoável. Ficava este à beira da linha de bonde que vinha do centro

comercial e subia uma ladeira, indo até os limites urbanos da cidadezinha. Para se ter uma linha de bonde elétrico precisava-se de movimento e fôlego econômico-financeiro, o que distinguia Piracicaba como uma das melhores do Estado.

Jantar na chuva

Estávamos jantando preguiçosamente, com preguiça prazerosa de quem come e não paga. Nesta mesa de cá, uma turminha de seis; lá adiante, noutra mesa, outra turminha. Conversas e risos ... Refeitório pequeno para o tamanho do hotel, prédio de três andares que é. Três andares? Que progressista está Piracicaba, não? Mas nesse momento, o nosso interesse estava voltado para a mesa, para as garrafas de bebida (cerveja e guaraná!), para a insipidez do mamão e da banana da sobremesa. Veio o café, em bule fumegante ... Gentileza curva de garçom, enchendo a primeira xícara de “pretinho”.

Nisto acontece o inesperado ... Veio chuva, e o susto conseqüente de coisas imprevistas. Chuva que molha mesa, ensopa toalha, ensopa os comilões assustadiços que tratam de se salvar. Direção do hotel encabulada, tentando dar explicações pela água que vertia do forro. Forro de madeira, trabalhado ... Goteira? Não, torneira esquecida aberta que alagou quarto e fez água despencar-se pelas frestas abaixo e cair encima do nosso pessoal. Torneira aberta? Quem foi, quem não foi? Pessoal meio encabulado com medo de ter sido autor da “gafe”. Pouco a pouco, vai descendo a turma, de coração leve: — “Não fui eu, foi o Basile!” Daí o escândalo: O organizador da excursão dando mau exemplo! Daí, também, as explicações desajeitadas do culpado: — “De tarde faltou água e esqueci de fechar a torneira. O azar foi que a água voltou agora e transbordou por aí”. Explicação dada, meia volta do pessoal, rumo ao café interrompido. A água fez estrago, fez açúcar do açucareiro virar melado. Que pena! Quanto açúcar estragado!

Mar de garapa

Açúcar? Pois não é que estivemos em uma Usina de açúcar de nome Modelo? Nessa tal Usina vimos tudo, o açúcar entrando em cana e saindo em saco. Tudo muito motorizado; ser humano diminuído diante de sua própria criação... Canas caindo em esteira, esteira movendo-se, levando-as para moagem, tão calmamente diante do desespero mudo de quem vai ser esmagado. Cilindros apertando as canas, líquido verde escorrendo das pobres canas esmagadas. Neste estágio o nome de tal líquido passa a ser

garapa, e a garapa é obrigada a ser filtrada, tudo friamente, sem calor de mãos calosas a se sacrificarem junto ao líquido frio. Diante do que se via, alguém lembrou que no tempo da escravidão os negros faziam todas essas passagens no muque, e por isso mesmo o açúcar devia ser mais saboroso; havia de ter ainda o gosto dos pingos de suor que caíam das faces dos infelizes e se apegavam à poeira branca e doce...

A garapa ia seguindo seu destino, em caminho motorizado, até um tanque grande, tanque com pretensões a piscina. Piscina de caldo verde e doce... Daí começa o refinamento da garapa; vem tratamento químico, destruição de impurezas etc ... Depois acontece coisa interessante: o caldo que tinha se separado do bagaço volta a encontrá-lo, mas este transformado em pó fininho, branco, seco, inexpressivo... E não é só aí que os destinos se cruzam porque parte do bagaço, depois de seco, é posto no forno para aquecer a mistura e secá-la aos poucos. Destinos cruzados !... Mal cruzados...

Montanha de Açúcar

Para resumir a história, começa então o processo de secagem, numa complicação que de memória só quem sabe é quem vive de trabalhar na própria Usina. Porque, com a mentalidade de Curso Civil em que estou, não me enfrontei no assunto; boiei o mais do tempo... Boiei em mar de garapa, de garapa espumosa e esverdinhada... Tudo se passa de repente; o enfado só fez a gente abrir os olhos diante daquela montanha branca, sendo ensacada, sendo empilhada, sendo carimbada. Açúcar que entrou pobrezinho, anônimo, despido, assustado, saindo vestido, com nome carimbado, civilizado... Foi, então, feita estatística para ver quantos sacos de açúcar São Paulo consumia. Estatística feita meio a olho, orientada pelo professor Cerruti, em férias, sem responsabilidade, somente para satisfazer curiosidade... Curiosidade de gente de cidade que vive em racionamento e falta de açúcar e agora depara com a fartura dele. O resultado foi assombroso: chegou-se à conclusão que um monte enorme de sacos empilhados que cobria toda uma imensa parede, era consumido em um só dia na Capital. Um dia de trabalho na Usina, consumido em horas no Estado. A eterna luta da produção contra o consumo...

Nós queremos Cerruti

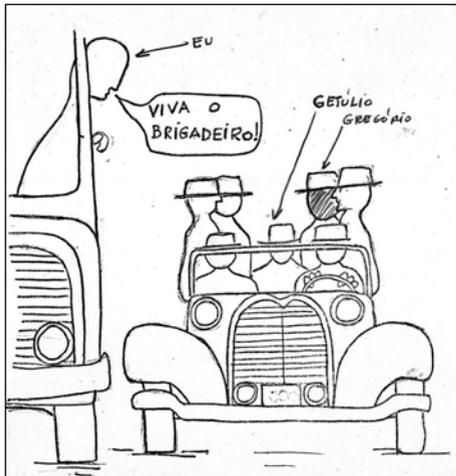
Dentro da Usina, o calor era imenso e lá fora o sol ficava até que ameno. Por isso ficamos fora um tempo, quando fomos convidados a tomar garapa gelada, em outra

dependência. Essa dependência era o laboratório da Modelo. Garapa gelada, em garrafa de Coca-Cola, em um laboratório! Coisa esquisita, quebrando monotonias anteriores... Fora, no pátio interno, havia algo artificial, onde cano torto fazia jorrar água com constância. BeIo motivo para fotografia ... Fotografia da turma em pose, do cano torto e do jorro de água ... Bateu desespero no pessoal; a vontade de ir embora chegou. Mas o professor Cerruti estava tomando cerveja com pessoas da direção da Modelo, e com o engenheiro, que era cicerone. Turma atrevida, semelhante a criança que quer ir para casa, fazendo coro forte na porta:” Nós queremos Cerruti, nós queremos Cerruti...” Ele veio, arrancado da boa prosa em que estava, e das garrafas de cerveja que deliciava o paladar. Veio com paciência de santo que é obrigado a aturar grupo de alunos irrequietos. Tomamos o ônibus reservado que estava à nossa disposição. Ônibus que devorou poeira pela estrada, cheio de passageiros que conversavam e davam pique-piques ao cicerone e ao professor.

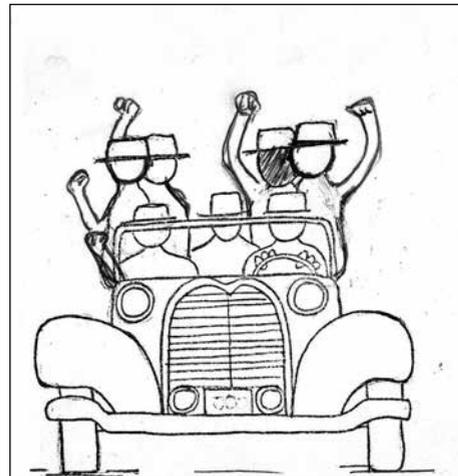
Na Usina Monte Alegre: meu encontro com Getúlio Vargas

Um dia, após o almoço, fomos visitar a Usina Monte Alegre de um grupo economicamente forte que, se não me falha a memória, era da família Morganti. Estávamos sabendo que Getúlio Vargas, na época ex-ditador, de terrível memória, estava na região, em campanha presidencial. Nunca suporíamos que estivesse tão próximo de nós. A referida Usina a ser visitada nos forneceu um pequeno ônibus em que íamos espremidos, mas com lugares para todos estarem sentados. Eu, junto a uma das janelas que por causa da poeira ia fechada com vidro e cortina. O grupo estava por demais excitado, cantando uma canção de letra impúblicável, espécie de hino que os politécnicos passavam de geração à geração. O ambiente começou a ferver, isto é, a perder a disciplina das “moléculas” que formavam o grupo. Havia gente de pé no ônibus, outros ajoelhados nos assentos e virados para os bancos de trás, conversando, cantando, entre gargalhadas e gritos incontidos. Estávamos em meio a essa histeria coletiva, quando não me lembro por qual cargas d’água, eu, olhando pela janela, vejo se aproximar por traz de nós, vindo na mesma direção, um carro preto, bastante grande, conversível, de capota arriada, carregado de homens pesadões, sisudos e vestidos de ternos escuros, gravatas e chapéus e no banco de traz, protegido qual uma abelha-mestra pelos comparsas, outro homem, gordinho, de óculos de aros metálicos e chapéu “gelot” enterrado na cabeça, de figura inconfundível.. O motorista do carro, ao deparar com aquele ônibus carregado de

“loucos”, cujos gritos deveriam ser ouvidos à distância, quis ultrapassá-lo. Eu, sem titubear, movido pela referida efervescência da idade e pela atmosfera delirante em que estávamos metidos, abri rapidamente a cortina da janela, de brim pardo, desci o vidro que se interpunha ao exterior e meti a minha cabeça para fora. Surpreendi o tal carro no exato momento em que emparelhado com o ônibus, tentando ultrapassá-lo, estava bem debaixo de minha janela.



1º ATO: o meu grito de "Viva o Brigadeiro!"



2º ATO: a reação dos capangas do ditador

E o “imortal” Getúlio Vargas, bem debaixo do meu nariz, a menos de dois metros de distância. Completamente enterrado no assento traseiro, cercado de seus capangas, trazendo ao lado esquerdo o seu fiel guarda-costas, o negro Gregório Fortunato. Os homens estavam sentados em plano mais elevado, na borda do encosto, ao nível de onde a capota arriada se apoiava. Formavam uma verdadeira muralha em torno do ex-ditador. E eu, então o que faço? Não contente de ter surpreendido a cena mais inacreditável de minha vida, fiz algo que me causa um intenso arrepiado toda vez que me lembro da bravata, mesmo agora, cinquenta e tantos anos após. Grito a plenos pulmões: -“VIVA O BRIGADEIRO”, em alusão ao Brigadeiro Eduardo Gomes, feroz adversário do caudilho que quase conseguiu vencê-lo nas eleições.

De tal forma e jeito procedi que o pessoal do carro, de tímpanos abalados, devem ter até sentido o hálito do estudante gritante, tão perto estavam de mim.

Imediatamente, o motorista do candidato diminuiu a marcha, ficando para trás, de chofre. Os homens todos, exceto Getúlio e o motorista, liderados por Gregório, ergueram os braços, rancorosamente para mim, de punhos cerrados, em sinal de ameaça. Eu, caindo em mim da loucura que fizera, tranquei a janela e a cortina rapidamente, sentei-me atabalhoadamente, com o ar me faltando aos pulmões, pelo medo. Meus vizinhos ainda me falaram: “-E agora? Se eles quiserem se vingar?”. Eu não sabia o que dizer ou fazer. A grande maioria, entretida com a canção que cantavam não deram acordo do fato histórico que acabara de ocorrer. Creio que o carro do candidato não ousou mais ultrapassar aquela viatura de manicômio e na primeira encruzilhada se livrou de nós, pois saímos daquela estrada que levava também ao aeroporto, onde Getúlio estava em sua ida para o embarque, naquele início de tarde.

Depois deste acontecimento, chegamos a Usina, grande, maior que a Modelo. Lugarejo arrumadinho, volteando a construção da fábrica. Instalação velha, organização de já oitenta anos. A cidadezinha é Monte Alegre, de nome emprestado à Usina. Esta mais robusta que a primeira visitada, de tanques maiores, de maquinaria mais portentosa. Mas a história é a mesma, o mesmo acontecimento com a pobrezinha da cana-de-açúcar. A mesma esteira a puxá-la para a moenda, a moenda esmagando-a, caldo verde e espumante escorrendo e chamada de garapa. E resultando na mesma coisa: açúcar branquinho, mais refinado que o da Modelo, pois foi tratado com mais carinho, com processo e aparelhos mais modernos. Alunos chupando torrões grandes de açúcar, como crianças de Grupo, chupando pirulito. Admiração do pessoal, diante das caldeiras, diante de umas pedras verdes que saíam como escória dos fornos, depois de cutucões e puxões de um operário. Pedras verdes que ninguém seria capaz de dizer que aquilo é bagaço de cana, fundido. Maravilhas da natureza!... Lá havia destilação de álcool, como subproduto saído do melaço ... Mas o céu de quem está dentro de uma dessas indústrias, quentes e cheirando a graxa, o céu dessas pessoas é fora, ao ar puro. Dentro é espécie de inferno...

Demos uma vista d’olhos em Monte Alegre... Igreja concorrida pelos operários, vestidos em roupagens domingueiras... Logo adiante, casa grande dos donos da indústria, rodeada por jardins; jardins cercados por pés de “primaveras”, vermelhinhas, diáfanas, dando impressão de leveza para quem as olhava.

As meias do Juvenal

Dessas contemplações, fomos diretamente ao hotel. Este já estava ficando familiar, devido aos casos que nele aconteciam. Casos que nos faziam rir muito e nos davam largas à imaginação. O pobre Juvenal que o diga. O coitado caiu na berlinda e dela não saiu até o fim do passeio. Tudo começou quando os companheiros de quarto principiaram a espalhar que ele dormia de meias. Fato simples, questão de costume, mas que deu muito pano para manga. Porque a turma o que queria era se divertir. E amolar a paciência dos outros é divertimento maldoso, mas que dá prazer. E começou o diz-que-diz-que, as perguntas que indagavam o porquê do costume. E a resposta era que ele tinha hábito de dormir com os pés para fora das cobertas e para não se resfriar, dormia de meias. Isso pode não ter nada de graça agora, mas nos fez rir muito, na época.

O homem da camisola

Outra que aconteceu no hotel foi a história da camisola. Alguém da turma, disse que encontrou um da Póli de camisola no corredor, de madrugada, mas não especificou se era aluno ou professor. Isso estourou como bomba; houve escândalo e apurações para ver quem seria a tal personagem. Riu-se muito e começaram acusações recíprocas. E foi um “salve-se quem puder”. Chegaram até a propor que se revistassem as malas para ver quem seria o portador. Quiseram que se instituisse um prêmio para quem desvendasse o mistério: “Quem era o homem da camisola?”

Camisola que nossas mentes maldosas imaginavam ser bordada e ataviada com rendas... E tudo ia no máximo, quando começamos a raciocinar direito. Todos os alunos da caravana dormiam com mais dois no quarto. O portador da camisola deveria ser uma pessoa que dormisse sozinha, porque senão os outros dois companheiros logo o acusariam. Como o único que estava sozinho no quarto era o prof. Cerruti... Encerrou-se a discussão com olhares maldosos para o mestre.

Cantiga do Fadiga, canção do disco quebrado

Quando levantávamos, a turma reclamava que não havia dormido a noite, por causa do calor e de uma voz que se ouvia a noite inteira... Voz grossa, sempre no mesmo tom... Acontece que o dono dela era o Fadiga. Ah! o Fadiga! Ele não parava de cantar. E por falar em cantos, no trem em que voltamos, foi uma calamidade. Um tal

de incomodar passageiros com músicas à moda de disco quebrado, isto é, músicas que não tinham fim, pois emendavam com o princípio. Em outras palavras, músicas harmônicas... no sentido da Física.

Escola de Agronomia, uma esperança

Quando visitamos a Escola Superior de Agronomia “Luís de Queiróz”, era a tarde de domingo, e ela estava vazia de alunos. Pudemos, por isso, escarafunchar todas suas dependências, entrar em seus laboratórios, profanar a sua quietude domingueira. Tudo nela era novidade, tudo era majestade, cercado pelos seus imensos jardins tranqüilos onde, no início do ano, calouros penam, perseguidos, e cujas gramas são regadas pelo suor do “bicho” fugitivo. Trote selvagem levam estes pobres moços, mas num cenário de doçura repousante! Há vários prédios espalhados pelo jardim. Alguns ainda em construção. Construções estas criminosamente paradas, por falta de verba. Dinheiro que poderia produzir mais alguns importantes departamentos, naquela academia de importância vital...

Indústria Dedini: grande realização

O que mais demonstrou o progresso em que vai o parque industrial daquela região foi a Indústria Dedini, grande realização de já alguns anos de vida. Lá vimos peças sendo fundidas, máquinas sendo construídas; tornos dando formatos a blocos lisos, o progresso do Brasil sendo forjado. A fundição de bronze e aço chamando a nossa atenção, fazendo-nos emocionar. O metal vermelho, incandescente, saindo líquido, parecendo certas pessoas inflexíveis, que precisam do aquecimento, de elogios ou de álcool, para se tornarem maleáveis, manobráveis.

Drs. Jayme e Cerruti, professores com P maiúsculo

E tudo ia sendo explicado pelo nosso cicerone, o dr. Jayme Rocha de Almeida, catedrático da Escola de Agronomia. Uma figura de grande simpatia, bondade e paciência denotada em suas palavras explicativas. Grande pessoa em todos os pontos de vista. Batalhador pela glória da Escola, professor exemplar. Professor com “P” maiúsculo, como só ele, o professor Cerruti e outros poucos sabem ser. Professores que sabem quais são os requisitos para seus cargos.

Por falar tanto em professor, lembrei-me da promoção que o dr. Cerruti obteve, pelos jornais da região. Promoção a catedrático. Ficamos com certa inveja surda, maldosa, até que nos desferramos, quando fomos apresentados, em certa ocasião, como engenheiros de São Paulo. Ah! a vaidade humana!

Impressões de Piracicaba

Ficamos grandemente impressionados com a Indústria Dedini. Aliás, o nome Dedini não só aparece aí, como também na sociedade da Usina Modelo e nas máquinas de sua fabricação, que são numerosas. Ao vermos todo aquele esforço, ficamos com grande confiança no futuro do país. O dr. Jaime, mostrando-nos uma máquina, disse-nos que na Venezuela há um aparelho que é tão automático que é manobrado por uma simples menina que o olha, e faz tricô, entrementes... Alguém maliciou, perguntando por que a máquina não fazia o tricô da menina, automaticamente. Mas penso que a pobrezinha, em sua intuição de ser que não foi ainda estragado pela civilização, faz tricô com as mãos, que foram as primeiras alavancas que iniciaram o progresso.

Cito o nome Dedini para nos recordar da hospedagem régia que tivemos em Piracicaba. A viagem passou para o rol das coisas que produzem saudades; os passageiros eram incomodados com cantigas sonolentas. E o trem parecia nos dizer, na sua disparada: “chega de estudantadas”...

Rodoviária de Piracicaba na data de sua inauguração, em 16 de dezembro de 1963.
Foto: Lacorte. Acervo IHGP



HISTÓRIA E MEMÓRIA

Homenagem aos 50 anos de inauguração da Rodoviária Presidente Kennedy

VITOR PIRES VENCOVSKY

(presidente IHGP - gestão 2012-2014)

Na manhã do dia 15 de dezembro de 1963, domingo, às 10 horas, realizou-se a inauguração da rodoviária municipal de Piracicaba Presidente Kennedy.

A construção dessa rodoviária em Piracicaba permitiu reunir, num único local e com instalações adequadas para atender a população, os serviços de transporte intermunicipal que eram realizados, até então, em pontos dispersos nas imediações da Praça José Bonifácio.

Várias empresas realizavam o transporte de passageiros entre Piracicaba e as principais cidades da região. Os pontos de embarque e desembarque dos passageiros estavam distribuídos em três pontos localizados no centro da cidade, conforme apresentados na Figura 1.

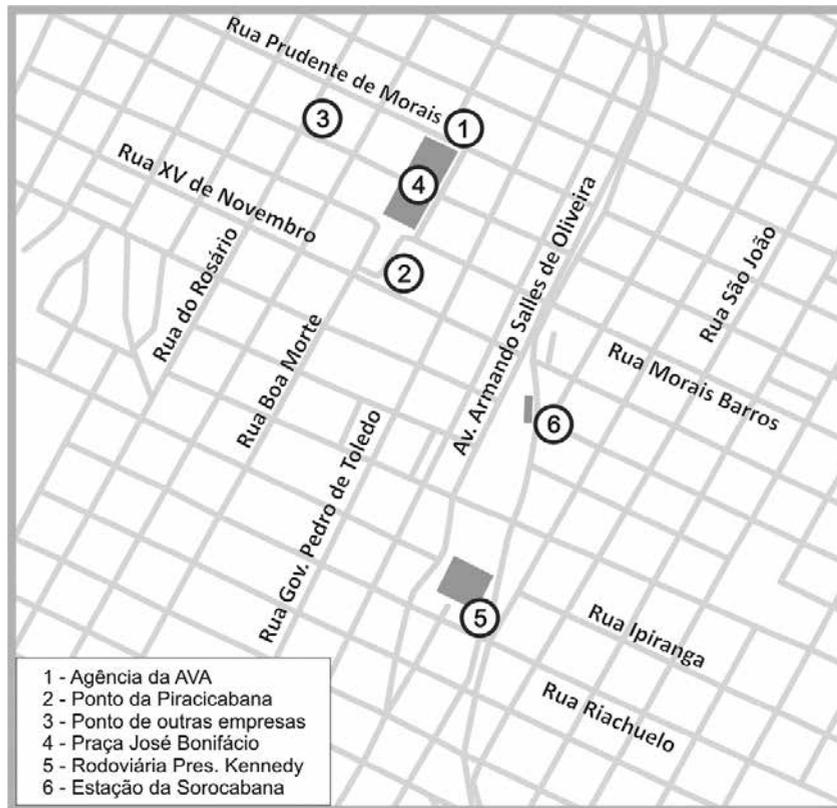


Figura 1 Localização da rodoviária Pres. Kennedy
Organizado pelo autor a partir de mapas atuais.

Os ônibus da empresa Piracicabana partiam e chegavam de um ponto localizado na rua entre a Catedral de Santo Antônio e o Hotel Central, em frente a uma lanchonete. A agência da empresa AVA (Auto Viação Americana), por sua vez, localizava-se à Rua Prudente de Moraes, vizinha à padaria Vosso Pão e esquina com a Rua Santo Antonio.

Outras empresas, como a Marchiori, utilizavam um ponto localizado à Rua do Rosário, em frente à Igreja São Benedito, onde hoje se localiza o número 808.

Homenagem ao Presidente Kennedy

A rodoviária de Piracicaba recebeu o nome do presidente norte-americano John Fitzgerald Kennedy, tragicamente assassinado no dia 22 de novembro de 1963 na cidade de Dallas, Texas, Estados Unidos da América.

A repercussão de sua morte foi grande, com homenagens que incluíram, inclusive, missa de sétimo dia promovida pela paróquia União de Santo Antonio (Figura 2).



Figura 2 – Convite anunciando a missa de sétimo dia do falecimento do presidente dos Estados Unidos. Fonte: Jornal de Piracicaba, 17 de dezembro de 1963. Acervo IHGP.

Durante o discurso de inauguração da rodoviária, o prefeito de Piracicaba Alberto Coury justificou assim a homenagem ao presidente estadunidense:

“Justificou-se, assim, o nome dado de Presidente Kennedy à estação rodoviária, como um preito de gratidão ao herói da democracia, ao lidador da vida com justiça e liberdade, e que seria sempre um exemplo para todos os cidadãos do mundo ocidental”.



Figura 3 – Inauguração da rodoviária na primeira página do Jornal de Piracicaba. Fonte: Jornal de Piracicaba, 17 de dezembro de 1963. Acervo: IHGP.

Como a imprensa noticiou a inauguração

A inauguração da rodoviária teve grande repercussão na imprensa local, que não mediu elogios à modernidade que se instalava em Piracicaba para benefício de grande parte dos cidadãos da cidade e região.

Com regosijo popular inaugurou-se a Estação Rodoviária

Tocante homenagem ao grande líder do mundo ocidental, presidente Kennedy – Os atos inaugurais (Figura 3).

Será inaugurada hoje a rodoviária “Presidente Kennedy”

Às 10 h o ato inaugural – Piracicaba passará a contar com uma das maiores e melhor aparelhadas estações rodoviárias do interior (Figura 4).



Figura 4 – Inauguração da rodoviária na primeira página do Diário de Piracicaba. Fonte: Diário de Piracicaba, 15 de dezembro de 1963. Acervo: IHGP.

Será inaugurada amanhã em nossa cidade a Estação Rodoviária “Presidente Kennedy”

Folha de Piracicaba, 14 de dezembro de 1963.

A Folha Piracicabana destacou, ainda:

“É um orgulho para a cidade, preenchendo uma grande lacuna existente no setor de transportes em Piracicaba. [] Trata-se, realmente, de uma obra magnífica que merece o aplauso incondicional dos piracicabanos, pela importância que o melhoramento trará a Piracicaba.”

Programação do evento

- Hino Nacional, realizada pela Corporação Musical União Operária
- Corte da fita simbólica pela primeira dama da cidade, Sra. Eunice A. Coury
- Benção do recinto - d. Aniger Francisco Maria de Melito, bispo diocesano
- Inauguração do retrato do presidente John Fitzgerald Kennedy
- Discurso do prefeito municipal, Sr. Alberto Coury
- Discurso do dep. Francisco Salgot Castillon

Características da estação

A estação rodoviária, construída em terreno de três mil metros quadrados, era considerada a melhor e maior rodoviária do interior, a segunda em área do estado de São Paulo. Localizada na Av. Armando de Sales Oliveira, contava como 12 boxes para diversos tipos de serviços (lanchonetes e lojas) e 14 guichês para venda de passagem.

A rodoviária Presidente Kennedy foi demolida e substituída por outra, cuja inauguração se realizou em 1994 na gestão do Prefeito Antonio Carlos de Mendes Thame. A nova passou a se chamar Terminal Rodoviário Intermunicipal de Piracicaba.

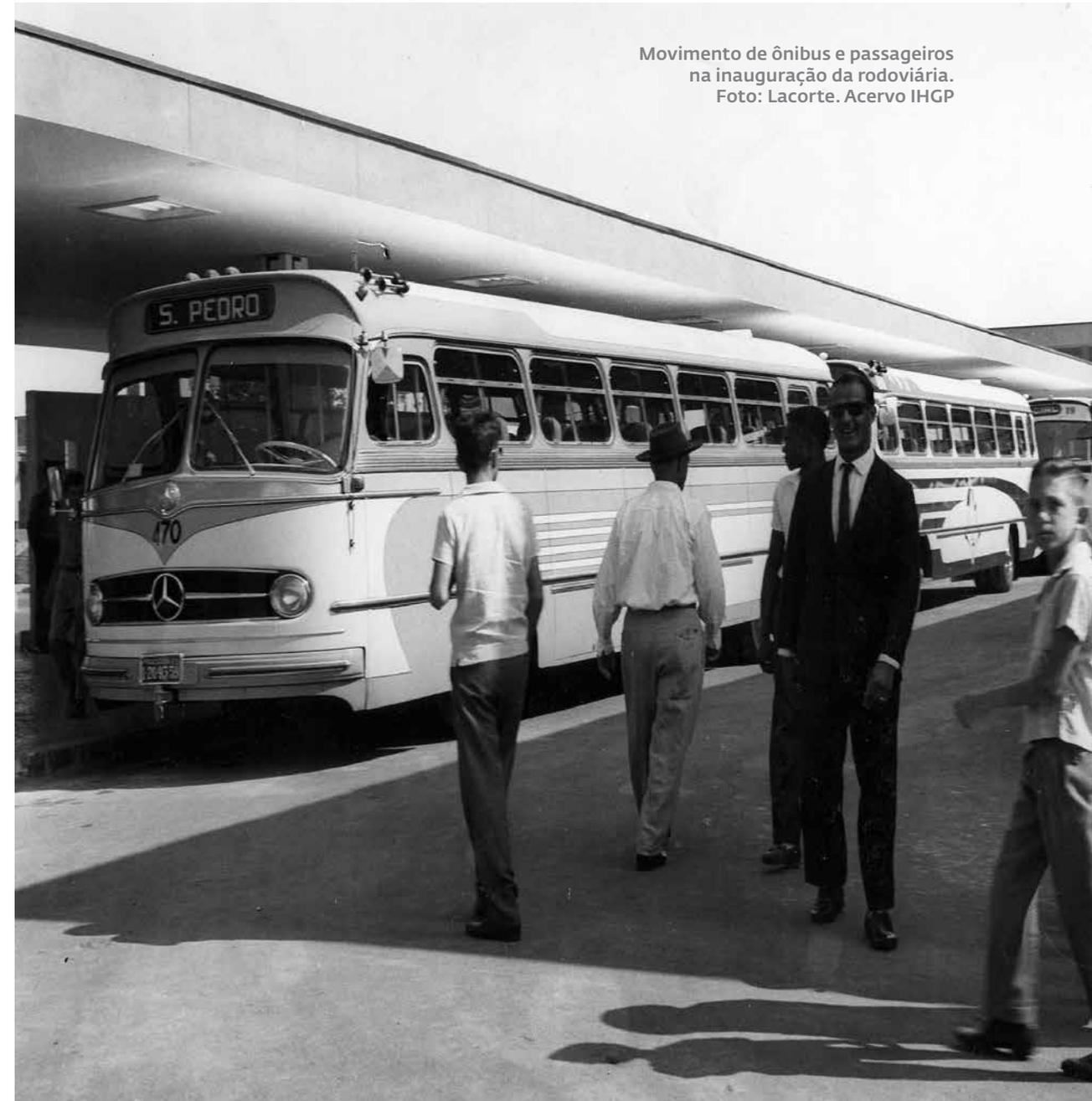
Referências

Jornal de Piracicaba. Piracicaba, Terça-feira, 17 dez. 1963. N. 20.175. Ano LXIV.

Diário de Piracicaba. Piracicaba, Domingo, 15 dez. 1963. N. 7.203. Ano XXIX.

Fôlha de Piracicaba. Piracicaba, 14 dez. 1963. N. 739. Ano III.

Fotos: Lacorte, acervo IHGP.



Movimento de ônibus e passageiros na inauguração da rodoviária.
Foto: Lacorte. Acervo IHGP

Descerramento da placa de
inauguração feita pelo deputado
Francisco Salgot Castillon.
Foto: Lacorte.
Acervo IHGP



Acompanhada do prefeito
Alberto Coury, a primeira-dama
Eunice A. Coury corta as fitas de
abertura da nova rodoviária.
Foto: Lacorte.
Acervo IHGP



Imagem do público que
acompanhou o evento
de inauguração.
Foto: Lacorte.
Acervo IHGP



Banca de jornais e
revistas Giannetti.
Foto: Lacorte.
Acervo IHGP

Vista noturna da nova
rodoviária, em 16 de
dezembro de 1963.
Foto: Lacorte.
Acervo IHGP



Igreja Imaculada Conceição de Vila Rezende.
Meados de 1914. Autoria da foto desconhecida
Acervo: IHGP



HISTÓRIA E MEMÓRIA

Paróquia Imaculada Conceição – 1914 a 2014: cem anos de evangelização

PEDRO CALDARI

Ex-presidente do IHGP (1994, 2008 a 2012)

Resumo

Resumo do livro a ser publicado pelo autor - "Cem Anos de Evangelização -1914 – 2014" comemorativo do centenário da Paróquia da Imaculada Conceição.

A narrativa sobre a existência de uma paróquia, sede de uma comunidade cristã, no caso a da Imaculada Conceição de Vila Rezende, pertencente à Diocese de Piracicaba, unidade episcopal da Igreja Católica Apostólica Romana, ao levá-la, à paróquia, a repassar a sua situação na vida espiritual e social da comunidade especificamente, do ano de 1914 ao ano de 2014, é de todo um tanto complicada como difícil, pela amplitude do tempo abrangido e pela maior ainda quantidade de fatos a serem compilados e apreciados devidamente dentro de um contexto histórico em processo de cotejamento de informações.

Desde logo, atinou-se pela precariedade dos registros documentais, maioria feitos sem a preocupação de virem um dia a ser utilizados para fins historiográficos, pois os principais articuladores dos fatos relatados, apesar de suas formações sacerdotais exigirem longos estudos sobre todas as ciências e culminados na Teologia e na Filosofia, os vigários nem sempre se davam muito bem com a prática da escrita e, por outras tantas razões, tinham suas intenções voltadas às demais atividades espirituais e materiais para suas próprias subsistências.

Vimos nos livros da paróquia, que os bispos diocesanos exerciam seus poderes hierárquicos com certo rigor, surpreendente até, ao lermos os termos empregados nas suas Provisões Pastorais, quando das Visitações Pastorais Oficiais às paróquias de suas jurisdições episcopais. O formalismo ritualista, a linguagem e a minuciosidade das observações sobre as condições do templo e de seus pertences, impressionam-nos. Paralelamente, os cuidados para com a espiritualidade evangélica, no sentido mais amplo e profundo, não ficavam em segundo plano, ou melhor, eram o foco principal de todos os sacerdotes. Nas colonizações empreendidas sob o signo da cruz e do catolicismo, expurgados os excessos cometidos pelos conquistadores aventureiros e certos grupos de mercenários, mais chegados à prática da pirataria propriamente, constata-se a importância das assistências espirituais e materiais dos religiosos propagadores dos dogmas da Igreja Católica Apostólica Romana.

Piracicaba não foi descoberta no ano de 1767, data esta de sua fundação como povoado, o qual, posteriormente, progrediria até chegar no nível de cidade, cujo crescimento populacional viria a se dever a inúmeros outros fatores ou fenômenos socioeconômicos e também, de conotações políticas. O sítio escolhido para sediar a povoação já era bastante conhecido pelos senhores brancos e muito antes deles, pelo selvícolas nativos e seus antepassados índios remotíssimos. Até a denominação geográfica do local já existia – Piracicaba – em função do rio e da sua cachoeira imponente. Há pois, uma cadeia de acontecimentos a marcar a trajetória da cidade, do território que ocupa e a evolução cultural que lhe é própria. Vila Rezende, em 1784,

voltou a ser apenas uma terra passível de exploração agrícola e apenas transitada pelos tropeiros viajantes a caminho de outras regiões, até vir a ser parte da fazenda de propriedade do Barão de Valença e deste, por herança, do Barão de Rezende. No início do século XX essa parte da cidade foi objeto de um empreendimento imobiliário bem planejado, resultando na criação de um novo bairro, o qual viria ultrapassar as mais otimistas das previsões, no sentido urbanístico e no tocante a sua diversificação – indústria, comércio, serviços, agricultura e educação. A Vila Rezende concentrou, nos primeiros anos, quase que a totalidade dos imigrantes europeus supridores da mão de obra, em substituição ao trabalho escravo do negro, maioria italianos e nas décadas seguintes, à industrialização de Piracicaba que teria por base a cana-de-açúcar como atividade verticalmente explorada e desenvolvida, inscrevendo-nos, inclusive, no cenário mundial da busca de soluções tecnológicas alternativas de energia renováveis e não poluitiva do meio ambiente, muitas décadas depois, já no final do século xx.

O empreendedor, Barão de Rezende, Senhor Estevam Ribeiro de Souza Rezende, ao radicar-se em Piracicaba, firmou sua raízes de modo tão firme que aqui permaneceria para sempre, com toda a família. Culto, inteligente, ativo e de espírito desprendido, preocupou-se com os destinos de sua terra adotiva e de seu povo ao ponto de abdicar dos convites imperiais de D. Pedro II, seu padrinho de batismo, para melhor dedicar-se ao cultivo de sua fazenda e também às suas participações na vida política da cidade, confrontando-se com as forças republicanas encabeçadas por Prudente de Moraes, pois ele fiel monarquista, se opunha às idéias revolucionárias até então democraticamente frágeis ou pouco sustentáveis. Convicto em seus princípios de justiça social e de amor pátrio, protagonizou intensos debates na Câmara de Vereadores e nas Câmaras provinciais na condição de parlamentar e de membro de seu partido político. Por assim pensar e agir, sensível aos anseios e necessidades da comunidade piracicabana, abriu mão de boa parte de seu patrimônio familiar – dinheiro e bens de raiz -, singularmente, ou seja, muito além de seus ferrenhos adversários políticos tidos na mais alta conta nos meios sociais da sua época, até em nível nacional – afinal, Prudente de Moraes foi o primeiro presidente da República civil do País.

Vila Rezende ...

Esta comunidade, ao levar o seu nome, perpetuaria a memória do grande homem que foi o Barão de Rezende no mais amplo sentido da palavra, como ser humano e como digno político e destemido empresário.

Os pilares da sociedade vilarezendina... Barão de Rezende...Baronesa de Rezende... d. Anna Cândida Conceição de Rezende, d. Lydia Sophia Ribeiro de Rezende, d. Francisca de Rezende Brasiliense de Mello, Monsenhor Jerônimo Gallo, vigário, d. Maria Maniero, d. Benedita dos Santos, d. Rosa Maniero, devotadas paroquianas... Mário Dedini, Dovilio Ometto, industriais... Monsenhor Jorge Simão Miguel, Vigário...personalidades marcantes, cada qual com forte influência na formação da comunidade de Vila Rezende. Mas é na figura do Vigário que se concentra a religiosidade do núcleo social, derivando dele, os exemplos que são seguidos pelo rebanho, principalmente em uma época que a educação, a cultura, a difusão dos conhecimentos humanos e das informações se propagavam por vias ou meios precários, não se conhecendo ainda, os instrumentos e a tecnologia que estão abundantemente à disposição do homem neste século XXI, principalmente na universalização instantânea das notícias.

Os párocos de Vila Rezende exerceram em suas respectivas épocas essas funções de capitalizadores das informações e das difusões do conhecimento dos fatos exteriores, pelo menos pela circunstância de recebê-los por primeiro ou por primeira mão, coisa que viria a ser modificada à medida que o progresso se acelerava pelo interior do País – ainda hoje em pleno século XXI, é grande o número de pequenas povoações interioranas onde o padre ou o pastor evangélico conserva essa condição de líder absoluto. O vigário foi portanto, no âmbito paroquial, o interlocutor por excelência, entre os seus paroquianos até nos fatos de maior intimidade e entre esses e as autoridades civis, sendo comum assim os seus aconselhamentos tanto nos assuntos familiares como na condução dos negócios de ordem financeira e econômica, não raro, como vimos em uma fotografia da década de 1950, o senhor Mário Dedini expondo ao vigário Monsenhor Jerônimo Gallo, à porta da Matriz, em meio a grande público, o protótipo de um motor a vapor de sua fabricação para receber as bênçãos do venerado sacerdote, devendo-se destacar que nessa ocasião, as Oficinas Dedini açavam-se dentre às indústrias de porte nacional no setor sucroalcooleiro e a Vila Rezende projetava-se urbanisticamente.

O modesto e humilde Padre Gallo, da década de 1920, testemunhou a criação da indústria que a ele recorria em 1950 para apadrinhar um produto inovador,



Primeira Igreja Matriz (demolida), projetada e construída por Ramos de Azevedo.
Autoria da foto desconhecida. Acervo: IHGP

desenvolvido pelas mãos operárias de seu bairro; pouco depois viria a falecer. Durante trinta anos consecutivos, o bravo sacerdote conduziu o seu rebanho com exemplar dedicação e zelo evangélico. Trabalho de uma vida toda, predominado por tarefas rotineiras, repetitivas aos olhos de quem hoje o avalia, é enaltecido com maior relevância justamente pelas dificuldades que tivera de superar continuamente. Influida ele, com seu vicariato, no desenvolvimento da comunidade? Evidentemente que sim. Foram milhares de pessoas que estiveram no alcance de suas palavras e de suas ações doutrinárias, além daquela relações de amizade e de cordialidade e as solidificadas nos momentos de dor, aflição, sacrifícios, enfim, de solidariedade humana.

O Monsenhor Jerônimo Gallo assumiu a paróquia quando o mundo fazia o rescaldo dos escombros da Primeira Guerra Mundial e no decurso de seu vicariato, conheceu os efeitos da grande crise econômica mundial de 1929, depois, ou durante as epidemias devastadoras, as enfermidades endêmicas e no campo político-social, revoluções armadas internas que imporiam duras perdas ao povo paulista. Nesse período, de certo modo longo para as pequenas comunidades, sempre ocorrem dificuldades decorrentes de problemas locais como falta de recursos financeiros e de meios materiais e humanos. A Vila com sua base populacional constituída de operários – da indústria e da lavoura – era então um nascente bairro de Piracicaba sendo natural portanto, de não dispor de alguns dos benefícios públicos essenciais e, o vigário, nesse momento, pelo menos aos olhos da população relativamente pobre e necessitada de assistência social, significava a autoridade reivindicadora das atenções dos poderes públicos constituídos. Muitos dos vilarezendinos dessa época, se lembram (se lembravam) da figura quase que patriarcal do padre de batina preta sovada, chapéu igualmente preto de feltro com manchas de suor nas abas rentes à copa, sinais de intenso uso sob o sol escaldante; a batina realmente era a que despertava as atenções da criançada, afinal, aquele homem vestido à moda feminina mas com um rigor ainda maior a cobrir-lhe o corpo dos pés ao pescoço, pesadamente, fechado à frente por uma fileira de botões quase colados uns aos outros, impressionavam; quando adicionou-se-lhe o filete roxo de monsenhorato, aí a curiosidade aumentou na cabeça da meninada. E o monsenhor empoleirado na sua bicicleta, apelidada pelos populares de “a borboleta”, a pedalar pelas ruas da Vila? Não raro era seguido pela criançada correndo descalça e também por alguns cães que viviam soltos por todo lado... claro que ele esbravejava, em certos momentos... Segunda Guerra Mundial... Itália, Japão encabeçadas pela Alemanha nazista contra o resto do mundo, inclusive o Brasil... pobres imigrantes e seus descendentes aqui

radicados de corpo e alma, de repente declarados inimigos da Pátria. Mais uma vez nosso vigário vê-se tocado pela crise do grave conflito bélico, sendo ele mesmo de nacionalidade italiana. Dias difíceis iriam transcorrer-se na pacata comunidade por força da beligerância de povos inflados por insanos governantes quando não movidos por razões econômicas dentre as quais as lucrativas indústrias de armamentos e de munições, tão ou mais poderosas que muitas nações do mundo, portanto, aquelas que realmente lucram com as desgraças das guerras. É, a história se repete através dos séculos, sempre com as mesmas atrocidades, mudadas tão somente quanto aos instrumentos, com os quais são cometidos e aos números crescentes de vítimas.

Despede-se o velho padre, levado por fatal enfermidade, encerrando uma respeitável missão marcada por episódios singulares e sempre com a tônica da piedade, humildade, caridade, obediência, fé, devotamento, esperança, paciência, desprendimento, abdicação, enfim, todas as virtudes que santificam o homem mortal. O velho sacerdote, quando aqui chegou, tinha o vigor da juventude aliado ao entusiasmo do idealista e sonhador, com a mente transbordante de idéias e de propostas, senão inéditas e revolucionárias, pelo menos como as boas sementes que se aproximam de solos férteis. Assim o jovem padre Jerônimo Gallo, ao encontrar-se com a jovem benemerita, dona Lydia de Rezende e membros da família do Barão de Rezende, selou uma estreita relação entre agentes em comunhão de objetivos que fundamentavam a Paróquia da Imaculada Conceição de Vila Rezende.

Para ocupar o cargo vago do pároco, o Bispo Diocesano de Piracicaba, designou a pessoa de outro jovem sacerdote de recente ordenação e originário de família da região, precisamente da vizinha cidade de Capivari, descendente de árabes, filho de imigrantes libaneses. Padre Jorge Simão Miguel não sucedeu o Monsenhor Jerônimo Gallo, mas sim aos seus conterrâneos, Monsenhor Romário Pazzianotto, que continuara o trabalho de Jerônimo Gallo pelo período de cinco anos e Monsenhor Luiz Gonzaga Juliani que permaneceu na função pelo período de dois anos e oito meses em substituição do companheiro Pazzianotto.

Propositada essa confusão acima, justamente para destacar-se a coincidência de naturalidade desses jovens sacerdotes – todos de Capivari e todos ligados com o Seminário Diocesano da Imaculada Conceição de Vila Rezende, na condição de professores eclesiais. Por conseguinte, uma rara unidade os unia. Corroborando com o pensamento expressado, da influência pessoal do pároco de longo convívio, tais sucessões não são frutos do acaso e distinguem-se nelas uma unidade de ensinamentos fundamentais, só possível

quando há uma identidade doutrinária, privilégio das crenças espirituais realmente fundamentadas na sobrenaturalidade da alma.

Há no fato acima, não a coincidência apenas na naturalidade dos três sacerdotes: nasceram na mesma cidade interiorana tradicionalmente paulista e que notabiliza-se pela figura do típico “caipira”, da fala arrastada nos erres e acabocladada que se vale de frases com palavras simplificadas e sincopadas, as vezes, não entendidas pelos ouvidos não afeitos ao meio rural ou interiorano. Os árabes e os italianos, aqueles que não perdem os seus sotaques característicos, contribuíram muito à formação ou à ampliação do vocabulário caipira.

Padre Jorge Simão Miguel... 6 de janeiro de 1960 a 26 de fevereiro de 2006... foram ao todo, quarenta e seis anos consecutivos de vicariato na Paróquia Imaculada Conceição de Vila Rezende, superando, em muito, a permanência na função diretiva dessa comunidade predominantemente católica apostólica romana, na qual, de modo significativo, somente nos anos recentes registraram-se as presenças de culto evangélicos não seculares, ou sejam, estabelecimentos que exploram as credências populares à base de lavagens cerebrais e chegados ao espalhafato verbal.

A década de 1960 ganharia contorno das épocas que prenunciaram profundas transformações econômicas e sociais no mundo, e nessa atmosfera, sentia-se a necessidade de se encontrar novos caminhos para se satisfazer os anseios da humanidade. A Segunda Guerra Mundial deixou cicatrizes doloridas por toda parte, inclusive aqui no Brasil, onde brotara algumas sementes do comunismo socialista, graças as idéias antiamericanistas de emergentes pólos estudantis e sindicalistas, resquícios evidentemente do ranço da ditadura getulista, da qual não podemos nos esquecer à guisa de avanços que propiciara ao País. Meio século, para uma nação jovem em tudo, é tempo considerável, principalmente quando cresce populacionalmente a passos largos, assim, a própria bucólica Vila Rezende sentiu o aumento de sua população ao ver que as dependências de seu templo não comportavam os fiéis freqüentadores dos cultos e não raro via-se boa parte deles postados fora da igreja.

Mário Dedini, aos domingos pela manhã, assistia a missa das 9 horas, formalmente, de terno e gravata, de pé junto ao grupo de homens adultos, que em boa parte, eram seus empregados nas oficinas. Não havia ali, constrangimento algum e nem sinais de quaisquer diferenciações, salvo é claro, à sensação de desconforto pela falta de acomodação que se acentuava quando o padre oficiante exagerava nas suas pregações e intermináveis sessões de avisos e de leituras de proclamas. Aí, então, os pés doíam e as pernas reclamavam... O prestativo cidadão e bem sucedido



Casa do Barão de Rezende na chácara São Pedro (1900).
Autoria da foto desconhecida. Acervo: IHGP

empresário, cultivava a mesma amizade que o unia ao antigo vigário – ambos italianos imigrantes – ao atual jovem pároco; decorrente dessa relação de sentido religioso, outras conversações ocorriam e em uma delas, o senhor Mário Dedini manifestou o desejo de contribuir para uma melhoria da Igreja Matriz, concluindo-se mais adiante, na proposta da construção de um novo templo e, à semelhança do existente na terra natal do senhor Mário Dedini, ou seja, na cidade de Lendinara, na Itália.

E observadas e atendidas as formalidades todas, a pedra fundamental da Nova Matriz da Imaculada Conceição foi lançada solenemente no dia 27 de setembro de 1964 na presença do generoso doador Senhor Comendador e Grande Oficial Mário Dedini, do arquiteto e autor do projeto, João Chadad, autoridades civis, militares, Bispo Diocesano de Piracicaba D. Aníger Francisco de Maria Melillo, Monsenhor Jorge Simão Miguel e Vigários das paróquias de Piracicaba além da população local.

O empreendimento dessa obra colossal absorveu igualmente enormes recursos financeiros, mesmo considerando-se que Mário Dedini pagou de seu bolso, os custos estruturais, alvenarias e cobertura, e o acabamento restante coubera à paróquia que, através de uma comissão de paroquianos, promoveu intensa campanha de

angariação de recursos na comunidade. Da família Carmignani proveio a doação do magnífico vitral que ladeia o altar-mor, com a belíssima imagem de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, cujo visual causa forte impacto sob o efeito da iluminação. Finalmente a Matriz foi inaugurada, ou melhor, teve o seu novo templo solenemente inaugurado no dia 23 de setembro de 1972, com todo o ritual que tal ato requeria eclesiasticamente, mas sem a presença física do seu grande benemérito – Mário Dedini havia falecido no dia 28 de fevereiro de 1970 – da mesma forma que a inauguração do primeiro templo ocorreu após o falecimento de seu benemérito doador, o senhor Estevam Ribeiro de Souza Rezende, Barão de Rezende.

Na primeira Igreja Matriz, a figura de Dona Lydia Sophia Ribeiro de Rezende despontou como sua impulsionadora incansável. Na segunda Igreja Matriz, tal tarefa configura-se na pessoa do admirado Monsenhor Jorge Simão Miguel, Pároco e Vigário.

Monsenhor Jorge Simão Miguel foi elevado a Vigário Emérito de sua própria paróquia, sendo sucedido pelo Monsenhor Orivaldo Casini, filho de Vila Rezende e seu pupilo antes mesmo de abraçar a vida sacerdotal, fato que bem comprova a influência do pároco na comunidade católica, através de seu exemplo e de seus ensinamentos espirituais. As décadas de trabalho cotidiano que empreendera com denotado devotamento e entusiasmo, se fazem refletir na construção e no desenvolvimento sociocultural da comunidade. Não há dúvida nessa afirmação e o historiador, no devido tempo, consolidará essa verdade que o cronista cuida de registrar em seus relatos fidedígnos assim como as belezas das imagens são captadas pelo artista pintor e as passa nas telas com a força e delicadeza de suas precisas pinceladas.

O primeiro centenário de fundação da Paróquia Imaculada Conceição de Vila Rezende estará indelevelmente inscrito dentre os acontecimentos históricos mais marcantes e significativos da história da cidade de Piracicaba.

Como bem sabemos, a vida prossegue e vai adiante, renovando-se de geração em geração e uma vez encerradas as comemorações desta data, vira-se a página e tudo caminhará como parte do segundo centenário... e como a paróquia se configurará no ano de 2114? A Vila em si? Suas ruas e avenidas, suas construções arquitetonicamente? A Igreja Matriz e todo o seu entorno? E a população propriamente dita? Quais teriam sido as mudanças substanciais na comunidade vilarezendina e na cidade toda?

dos vinte e dois dias de janeiro de mil novecentos e trinta, ^{e dois} às quatorze horas, na sede do Instituto da Ordem dos Advogados de S. Paulo, à rua de S. Bento n.º 19, presentes os signatários desta, em número de oito, o d. Plínio Barreto e por todos indicado para presidir à reunião, e convida a mim Henrique Bayma, para secretário, e declara ter sido esta reunião convocada com o fim de se escolher o presidente provisório da Ordem dos Advogados Brasileiros, subsecção de Capital de São Paulo, o qual deverá providenciar a organização da Ordem dos Advogados no Estado, de conformidade com o decreto n.º 20.784, de 14 de dezembro de 1931. Procedendo-se à eleição, por escrutínio secreto, é apurado o seguinte resultado: d. Ernesto Leme, um voto; dr. Plínio Barreto - sete votos. O d. Plínio Barreto declara que, si possível, pediria aos presentes que, no interesse da organização da Ordem, reconsiderassem a sua deliberação, pois, devendo ausentar-se de São Paulo, em próxima viagem ao Rio, necessariamente a fim de tomar parte em reunião do Conselho Director do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, não poderá dedicar o tempo necessário aos trabalhos da presidência provisória. Responde o d. Vicente Rão que foram eleitos ~~os~~ directores com cujo auxílio poderá contar o d. Plínio Barreto. A casa approva as observações do d. Rão. Por proposta do d. Henrique Bayma, é resolvido que se escolta um secretário especial para os trabalhos de organização da Ordem. A reunião encerra-se às

HISTÓRIA E MEMÓRIA

A criação da OAB Piracicaba e sua primeira eleição (1933)

ORLANDO GUIMARO JUNIOR

Advogado (OAB/SP). Especialista em Direito Contratual (PUC-SP) e em Agronegócios (PECEGE/ESALQ/USP). Presidente das comissões do Jovem Advogado (2001-2003), Aprimoramento Profissional (2004), Assistência Judiciária (2005), Defesa do Consumidor (2007-2009) e Editorial (2010-2012) da OAB Piracicaba. Membro do CODEPAC - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba (2006-2010). Associado efetivo, Diretor 1º Secretário e coordenador da Comissão de Publicações do IHGP.

Resumo

O presente artigo apresenta subsídios para a reconstituição da primeira eleição da Subseção piracicabana da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), ocorrida em 1933. Após a fundação da seccional paulista da OAB em 1932, Piracicaba integrou a lista das primeiras subseções da OAB criadas no Estado de São Paulo, elegendo Sebastião Nogueira de Lima como seu primeiro presidente.

Palavras-chave: Advocacia. Ordem dos Advogados do Brasil. OAB Piracicaba.

Ata de fundação da OAB paulista em 22 de janeiro de 1932.
A OAB Piracicaba seria criada em março do mesmo ano, elegendo sua primeira diretoria em 1933.
Reprodução. Acervo OAB/SP.

1. Introdução¹

Ao longo do Império (1822-1889) e da República Velha (1889-1930) esforços políticos e legislativos² objetivaram organizar corporativamente a advocacia em território brasileiro, mas esse intento somente foi alcançado no início do governo provisório de Getúlio Vargas com a criação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), nos termos do art. 17 do Decreto 19.408, de 18 de novembro de 1930. Referido instrumento foi objeto de regulamentação pelo Decreto 20.784, de 14 de dezembro de 1931, que só vigoraria efetivamente em 1º de abril de 1933, depois de seguidos adiamentos³.

A entidade destinada a reunir, representar e disciplinar os advogados atuantes no país se estruturaria no plano nacional através de um Conselho Federal, seu órgão máximo; no âmbito estadual, mediante Conselhos Seccionais instalados em cada unidade da federação, recebendo a denominação de Seccional e, por último, através de Subseções, divisões regionais da Seccional que podem englobar um ou mais municípios, ou mesmo bairros de uma mesma cidade, como é o caso da capital paulista⁴. Tanto o Conselho Federal, as seccionais e as subseções teriam as suas diretorias executivas.

Com a fundação da seccional paulista em 22 de janeiro de 1932 Piracicaba integrou a lista das primeiras subseções da OAB no Estado de São Paulo criadas em 21 de março do mesmo ano, relação que contava ainda com as cidades de Santos, Campinas, Rio Claro, Araraquara, Jaboticabal, Bebedouro, Pirassununga, Amparo, Espírito Santo do Pinhal, Ribeirão Preto, Franca, São José do Rio Pardo, Orlândia, Bragança⁵, Mogi das Cruzes, Taubaté, Guaratinguetá, Jaú, Bauru, Rio Preto⁶, Itápolis, Sorocaba, Botucatu, Tatuí, Assis e Araçatuba.

No âmbito da Subseção de Piracicaba passou-se à organização da primeira eleição local da OAB, prevista para março de 1933, o que finalmente lhe conferiria autogoverno.

2. Regras e convocações das eleições

As regras das eleições para as subseções paulistas foram publicadas pela OAB SP no Jornal do Estado (título do Diário Oficial do Estado de São Paulo à época) em 09 de março. No Jornal de Piracicaba de 12 de março de 1933, p. 01, foi publicado Comunicado em nome da OAB Piracicaba apresentando aos advogados piracicabanos e também aos de Capivari e São Pedro um resumo das regras gerais

das eleições, convocando-os para a eleição dos diretores da 8ª Subseção que se realizaria em 26 de março:

“Sabemos que no dia 26 do corrente realizar-se-á a eleição para a escolha dos diretores da sub-seção desta cidade, que abrange Capivary e São Pedro. Serão observadas as seguintes instruções: O presidente escolherá, dentre os advogados inscriptos na sub-seccção, o secretário da mesa eleitoral, e admitirá tantos fiscaes quantos indicados por cada grupo de cinco eleitores. – O presidente convocará os eleitores, designando o local onde a mesa funcionará. – Ella será instalada às 10 horas, abrindo-se então uma acta. (...)”

Edital de 13 de março de 1933, publicado no Jornal de Piracicaba em 19 de março, na página 05, e republicado nos dias 23 e 26 de março de 1933 no mesmo periódico, respectivamente às páginas 02 e 05, reforçava a convocação rememorando inclusive a multa prevista na legislação⁷ da época para os advogados que faltassem ao pleito sem justificativa:

“O Doutor Euclides de Campos, Juiz de Direito desta comarca de Piracicaba, por solicitação da Ordem dos Advogados do Brasil, secção do Estado de São Paulo, convoca todos os advogados inscitos nesta sub-seccção, que comprehende esta comarca, as de Capivary e São Pedro, para comparecerem no dia 26 do corrente, no edificio do Fórum, às 10 horas, afim de votarem para a formação da Directoria desta sub-seccção; o voto é secreto, pessoal e obrigatório, salvo doença ou ausência comprovadas plenamente, incorrendo em multa de 100\$000 o advogado que não comparecer e deixar de justificar-se. A directoria compor-se-á dos seguintes cargos: Presidente; Vice-Presidente; 1º e 2º Secretários e Thesoureiro; é permitido, entretanto, nas sub-seções, a supressão dos cargos de Vice-Presidente e de um secretário; somente são elegíveis os advogados inscriptos na sub-seção, brasileiros natos ou naturalizados, com mais de 5 annos de formatura. Far-se-á a chamada dos eleitos pela lista official, constante do Quadro Geral da Ordem, assignando o votante, perante a mesa, a acta aberta, recebendo então um envelope

rubricado pelo presidente, aonde collocará a sua cédula, secretamente, na sala reservada; finda a votação, far-se-á a apuração da eleição, que será em sessão pública, sendo empossados os eleitos que estiverem presentes, tudo de accordo com as instruções publicadas no “Jornal do Estado” de 8 do corrente. (...)”

3. As eleições

A eleição da primeira diretoria da OAB Piracicaba, presidida por Euclides de Campos, juiz de direito da Comarca, e secretariada pelo advogado Flávio de Queiroz Moraes, ocorreu em 26 de março de março de 1933 em sessão instalada no Fórum local, sediado à época na Rua São José, nos altos da Cadeia Pública, comparecendo os seguintes advogados aptos para votar: Aldrovando Fleury Pires Correa⁸, Flávio Queiroz de Moraes, Jacob Diehl Netto, Luiz de Silveira Mello, Moacyr Amaral Santos⁹, Osório de Aguiar Souza¹⁰, Pedro Krahënbühll¹¹, Custódio Silveira e Carvalho Junior.

Sebastião Nogueira de Lima, que seria eleito o primeiro presidente da OAB Piracicaba, não compareceu à votação por motivo de doença, tendo comunicado tal situação por carta, comprometendo-se a apresentar oportunamente atestado médico, o que ocorreu conforme relatado na ata de sua posse. Nogueira de Lima foi eleito o primeiro presidente da 8ª subseção da OAB SP com 7 votos. A votação apontou que para o mesmo cargo Osório Dias de Aguiar Souza e Aldrovando Fleury receberam um voto cada. Para secretário foi eleito Osório Dias de Aguiar Souza, com 5 votos. Moacyr do Amaral Santos, com 2 votos, e Luiz de Silveira Mello e Jacob Diehl Neto, estes com 1 voto cada, também foram lembrados para o cargo de secretário. Finalmente, para tesoureiro, restou eleito Flávio de Queiroz Moraes, com 7 votos, superando Sebastião Nogueira de Lima e Pedro Krahënbühll, que receberam 1 voto cada.

O secretário Aguiar Souza e o tesoureiro Queiroz Moraes foram empossados no ato. Nogueira de Lima só o foi às 13 horas do dia 28 de março, também no Fórum, tendo em vista seu impedimento por motivo de saúde no dia da eleição. Na ata de posse, Sebastião Nogueira de Lima, após agradecer os votos recebidos, se comprometeu em “cumprir e fazer cumprir as disposições legais que lhes são atribuídas, esperando contar com a coadjuvação inteligente dos demais colegas do foro de Piracicaba”.

Em 9 de abril de 1933, o Jornal de Piracicaba (p. 2), publicou cópia do ofício encaminhado pelo então 1º secretário da OAB SP Jorge da Veiga, cumprimentando a direção da OAB Piracicaba pela eleição:

“São Paulo, 4 de abril de 1933. Exmo. sr. dr. Sebastião Nogueira de Lima, presidente da 8ª Sub-seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil. Da ordem do sr. presidente, tenho a honra de officiar a v. exa. afim de exprimir as nossas congratulações, por motivo da sua eleição para o cargo de presidente ahi dessa sub-seção. Peço a também a v. excia. que manifeste em nosso nome aos seus dignos companheiros de diretoria todo o prazer com que soubemos da respectiva eleição. A Ordem muito espera do concurso de vs. excias., sem dúvida, dos mais efficazes, com que ella pode contar. Aproveitamos o ensejo para trazer-lhes os meus protestos de elevada consideração e apreço. (a) Jorge da Veiga, 1º secretário.”

Na edição de 19 de abril de 1933, o Jornal de Piracicaba (p. 01), informou que a sede provisória da OAB Piracicaba funcionaria na Rua Santo Antonio, n.º 06. No mesmo comunicado, os advogados da cidade são informados que “devem entender-se com o presidente, afim de ser providenciada a aquisição das carteiras de identidade”.

4. Sebastião Nogueira de Lima, primeiro presidente da OAB Piracicaba

Natural de Casa Branca (SP), onde nasceu em 3 de novembro de 1880, o primeiro presidente da OAB Piracicaba graduou-se Bacharel em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco em 1904 e atuou como promotor e delegado em diversas cidades do interior de São Paulo antes de se dedicar à advocacia e à vereança em Piracicaba. Exercendo a presidência da seccional piracicabana da OAB de 26 de maio de 1933 a 26 de dezembro de 1942, Sebastião Nogueira de Lima seguiu carreira nos meios jurídicos e políticos após deixar a presidência da entidade, exercendo inclusive o cargo de interventor federal e de presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, dentre outros. Faleceu na capital paulista em 2 de agosto de 1964.

Sebastião Nogueira de Lima foi sucedido na presidência da OAB Piracicaba por Jacob Diehl Neto (1890-1970), que se manteve a frente da entidade até janeiro de 1969.

| ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL | | |
|--|--|---|
| <p>seção do Estado de S. Paulo</p> <p>Certifico que o Conselho da Ordem nesta seção, em reunião, nos 3 de março corrente, aprovou a seguinte ata:</p> <p>"Aos dois dias do fevereiro de 1933, às 17 horas e meia, na sala das sessões do Instituto da Ordem dos Advogados, à rua de São Bento 13, nesta Capital de São Paulo, sob a presidência do sr. Plínio Barreto reuniram-se os dres. Ernesto Leme, Henrique Bayma, José Bennaton Prado, Cristovam Prates da Fonseca, Alvaro Couto Britto, João Octaviano de Lima Pereira, João Braz de Oliveira Arruda, Waldemar Teixeira de Carvalho, Eduardo de Medeiros, A. A. da Covello, Francisco Bernardino Junior, Helládio Capote Valente, Frederico da Costa Carvalho, Sebastião Soares de Paria, Abrahão Ribeiro, Jorge da Veiga e Carlos de Moraes Andrade, membros componentes do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, da Sub-seção desta Capital de S. Paulo, em sua primeira reunião correspondente ao biênio 1933-1934. Declarando aberta a sessão, o dr. Plínio Barreto, convidou para secretário o dr. Ernesto Leme, declarando que lhe competia presidir a reunião apenas para fazer proceder a eleição da nova Direto-</p> | <p>guinto resultado: para presidente, o dr. José Manuel de Azevedo Marques, por dezesseis (16) votos; para vice-presidente, o dr. João Braz de Oliveira Arruda, por treze (13) votos; para primeiro secretário, o dr. Jorge Araújo da Veiga, por dezesseis (16) votos; para segundo secretário, o alfm assinado por doze (12) votos; e para tesoureiro o dr. Waldemar Teixeira de Carvalho, por doze (12) votos. Obtiveram também votos: para presidente, dres. João Arruda e Abrahão Ribeiro, um (1) voto cada um; para vice-presidente, dres. Plínio Barreto, Cristovam Prates, Noël Azevedo e Abrahão Ribeiro, um voto (1) cada um, e uma cédula em branco; para primeiro secretário: dres. Ernesto e Waldemar Teixeira de Carvalho, um (1) voto cada um; para segundo secretário: dres. Waldemar Teixeira de Carvalho e Lima Pereira, dois (2) votos cada um, e Alvaro Couto Britto e Henrique Bayma, um (1) voto cada um; para tesoureiro, dr. Eduardo de Medeiros, seis (6) votos. Declarando eleitos os acima nomeados, mais votados nos respectivos lugares, o sr. presidente se congratulou com o Conselho e com a Ordem pela escolha que disse ser acertadíssima, pela boa ordem e seriedade manifestadas duran-</p> | <p>tes memores da Ordem não compareceram à eleição de 29 de janeiro, e que até a presente data não justificaram a sua ausência, a multa estatuída no decreto que criou a Ordem, dizendo a s. que devemos dar exemplo de exação no cumprimento dos deveres que a lei nos impõe e que, agora mais do que nunca para prestígio da Ordem, se fará mister que a pena legal aos advogados não comparecentes, fosse uma realidade, si não quizermos que o pouco caso e o menosprezo gerais nos inutilizassem para o futuro, mesmo porque a falta de comparecimento à eleição, seguida da não justificção, daquela falta, significavam menosculho a todos os colegas e à Ordem. Pediu a palavra o dr. Frederico da Costa Carvalho e disse que julgava que se devia ainda conceder aos colegas faltosos um certo prazo para se justificarem, visto que, sendo esta a primeira eleição na Ordem, os colegas nem estavam familiarizados com a obrigação de a elas ocorrer, nem tinham conhecimento do tempo e do modo de se justificarem; que a ele mesmo alguns se haviam dirigido pedindo informações que ele prometera para depois desta sessão em que esperava ver esclarecido e bem determinado o assunto. De acordo com a opinião do dr. Plínio Barreto, manifestou-se o dr. Alvaro Couto de Brito, de acordo com a opinião do dr. Costa Carvalho, manifestou-se o dr. Helládio Capote Valente. Determinou então o sr.</p> |

Ata de reunião da diretoria da OAB/SP realizada em março de 1933 e publicada no Diário Oficial da época, onde foram abordadas as eleições que ocorreriam nas subseções paulistas, inclusive em Piracicaba. Reprodução DO do Estado de SP.



Antigo fórum de Piracicaba, situado na Rua São José, onde ocorreu a primeira eleição da OAB. Autoria da foto desconhecida. Acervo IHGP.

Notas

¹ Nossos agradecimentos especiais ao servidor municipal Albino Oliveira pelo apoio na consulta aos periódicos da hemeroteca da Biblioteca Municipal de Piracicaba “Ricardo Ferraz de Arruda Pinto” e também a toda a equipe do IHGP responsável pela organização de seu acervo. Todas as citações realizadas neste artigo respeitaram a escrita da época.

² Precedendo a criação oficial da OAB são consideradas como datas marcantes para a advocacia brasileira a instalação dos primeiros cursos jurídicos no Brasil (1827) nas cidades de São Paulo e Olinda, e a fundação do Instituto dos Advogados Brasileiros (1843), que tinha como principal missão organizar a “Ordem dos Advogados”. Apenas em 1930 a OAB deixou o campo dos projetos e estudos malogrados, tornando-se enfim realidade após vencer o “conservadorismo político predominante na República Velha” e os interesses dos “rábulas”, “advogados informais contrários a qualquer hipótese de fiscalização do exercício profissional” (Ordem dos Advogados do Brasil: Oito Décadas de Luta, Brasília, 2010, p. 13).

³ Artigo publicado pelo advogado Francisco Amaral no jornal paulistano Folha da Manhã (09.04.1933), embrião do atual Folha de São Paulo, resume as frustrações com os problemas decorrentes da regulamentação da advocacia, dentre os quais o insucesso de inibir o exercício irregular da profissão: “Em oito dias de vigência, ao menos, um edital severo já deveria ter sido publicado, no sentido de fazer ver aos escriptorios de cobrança e de negocios quaesquer, mascarados de escriptorios de advocacia, que a Ordem estaria a agir severamente contra estas arapucas, coibindo-lhes o abuso de se servirem do rotulo de advogados, para prejudicar os incautos”. No artigo também são elencada críticas à não entrega das cadernetas (carteiras profissionais) aos advogados inscritos, e também à intransigência de alguns membros da Diretoria.

⁴ São Paulo, Capital, possui as subseções de Ipiranga, Itaquera, Jabaraquara, Lapa, Nossa Senhora do Ó, Pacaembu, Penha de França, Pinheiro, Santana, Santo Amaro, Tatuapé e Vila Prudente.

⁵ A partir de novembro de 1944 a cidade de Bragança adotou a denominação de

Bragança Paulista com o objetivo de se diferenciar de cidade localizada no Pará e que ostentava o mesmo nome, de acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), in http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=350760, acesso em 25/06/2011.

⁶ Atual São José do Rio Preto. De 1906 a 1944 a cidade se chamou Rio Preto, conforme http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=354980, acesso em 25/06/2011.

⁷ O Decreto federal n.º 20.784/31 estabeleceu em seu art. 62, parágrafo único, a obrigatoriedade do comparecimento à eleição, sujeitando o faltoso, exceto nos casos de doença ou por motivo “plenamente justificado”, a multa de 100 mil réis (aproximadamente R\$ 3.600,00 em valores de hoje, sem atualização monetária). Ata da reunião do Conselho Seccional da OAB SP realizada em 02.02.1933 e publicada no *Jornal do Estado* em 09.03.1933, p. 35, documenta a discussão entre os dirigentes sobre o grau de rigor com que deveria ser aplicada essa multa, com Plínio Barreto defendendo que “devemos dar exemplo de esação no cumprimento dos deveres que a lei nos impoe e que, agora mais do que nunca para prestígio da Ordem, se fará mister que a pena legal aos advogados não comparecentes fosse uma realidade, si não quizessemos que o pouco caso e o menosprezo gerais nos utilizassem para o futuro, mesmo porque a falta de comparecimento à eleição seguida da não justificação, daquela falta, significavam menoscabo a todos os colegas e à Ordem” e Frederico da Costa Carvalho, por sua vez, propondo que “se devia ainda conceder aos colegas faltosos um certo prazo para se justificarem, visto que, sendo esta a primeira eleição na Ordem, os colegas nem estavam familiarizados com a obrigação de a elas ocorrer, nem tinham conhecimento do tempo e do modo de se justificarem”. Por fim, o Conselho deliberou seguir a legislação analisando as justificativas dos faltosos. Para efeito de comparação da multa com os valores da época, a assinatura do *Jornal de Piracicaba* em 1933 custava 24 mil réis. Vide também a Lei federal n.º 51, de 14.05.1935 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1930-1949/L0051.htm), acesso em 14.07.2013, com o valor dos salários pagos a militares no período (um soldado voluntário, por exemplo, recebia 35 mil réis mensais). Nas eleições da OAB São Paulo de 2012 a Seccional estabeleceu multa de 20% da anuidade, resultando no valor aproximado de R\$ 140,00 (considerando a anuidade atual mais cara da OAB, paga pelos advogados com mais tempo de inscrição).

⁸ Foi professor de Economia Política da Faculdade Moraes Barros, instituição de ensino jurídico que funcionou por um curto período em Piracicaba nos anos 30. Segundo informa Samuel Pfromm Netto, Correa foi também vereador e prefeito de Piracicaba em 1951, sendo uma “figura de destaque na sociedade piracicabana a partir dos anos 30” e um dos “participantes do movimento que resultou na criação da Seção local da Ordem dos Advogados do Brasil em 1933 (*Dicionário de Piracicabanos*, p. 178).

⁹ Participou da primeira eleição da OAB Piracicaba o jurista e futuro ministro do Supremo Tribunal Federal Moacyr Amaral Santos (1902-1983). Natural de Capivari-SP, Amaral Santos advogou em Capivari e Piracicaba até os anos 30, quando passou a atuar na Procuradoria do Município de São Paulo, onde se manteve até 1962. Também atuou como jornalista e foi professor de Direito na USP (Largo de São Francisco). Foi professor de Ciências das Finanças da Faculdade Moraes Barros.

¹⁰ Foi professor de Introdução à Ciência do Direito da Faculdade Moraes Barros.

¹¹ Pedro Krahënbühll Neto (1887 ou 1888-1967), segundo Samuel Pfromm Neto (*Dicionário de Piracicabanos*, p. 282) formou-se pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1914, atuando como advogado, jornalista e vereador, tendo participado ainda da Revolução Constitucionalista de acordo com nota do *Jornal de Piracicaba* de 12/03/1933, p. 02, que “sua atuação e aos relevantes serviços prestados à cidade no período revolucionário”. Foi professor de Direito Civil e Diretor Técnico da Faculdade de Direito Moraes Barros.

Documentos consultados

Ata de fundação da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo. 1932.
Ata de Eleição da Diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Piracicaba. 1933.

Referências Bibliográficas:

ASSARISSE, Odinei Roque. A OAB Piracicaba e seus 80 anos. Revista OAB Piracicaba. N.º 01. Piracicaba: Linha Impressa, 2012.

PFROMM NETO, Samuel. Dicionário de Piracicabanos. São Paulo:PNA/IHGP. 2013.

SODRÉ, Ruy de Azevedo. Enciclopédia Saraiva de Direito. Vol. 5. São Paulo:Saraiva. 1977.

TIMM, Aline Machado Costa (Organizadora). Ordem dos Advogados do Brasil: Oito Décadas de Luta. Brasília: Conselho Federal da OAB, 2010.

Periódicos:

Folha da Manhã (SP).

Jornal de Piracicaba

Jornal do Estado (SP).

1824

João Antônio da R. da Comarca

Autto. da Divisão aux. officio que manda
procurar o Juiz ordinario Manoel Duarte
Kovay pello assiguo d'igo pello assassinio feito
em Andre em 1.º de Setembro por L. Theobaldo
da Comarca Moura

am
ser. Binaldo

Anno do Nascimento de Nossa
senhor Jesus christo de mil oitocentos
vinte e quatro ao dia diez e omy de Junho
do dito anno nesta Villa da Comarca
da Piedadissima e comarca da Sta. Provincia
da Imperial Cidade de São Paulo
João da Silva Juiz ordinario Manoel Duarte
Kovay da Divisão aux. Officium aodi

HISTÓRIA E MEMÓRIA

A criminalidade escrava em Piracicaba no século XIX

MAURICIO FERNANDO STENICO BERALDO

Graduado em História pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) no ano de 2007. Pós-graduado em Docência no Ensino Superior (UNIMEP) no ano de 2012. Funcionário do Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes, Piracicaba, no cargo de Assistente de Ação Educativa e Programação.

Resumo

O artigo trata-se de uma adaptação do meu Trabalho de Conclusão de Curso, realizado em 2007. Esse estudo aborda a criminalidade escrava na cidade de Piracicaba no século XIX, realizado através de pesquisa em mais de oitenta processos-crime da época, localizados no Arquivo Histórico do Centro Cultural Martha Watts. O estudo pretende analisar o tráfico interprovincial de escravos - após a proibição do tráfico internacional - e se os escravos provenientes desse tipo de tráfico eram mais suscetíveis a cometerem crimes, como afirmam alguns autores.

No estudo de processos-crime pode-se resgatar muitas informações sobre a escravidão na cidade de Piracicaba, o funcionamento jurídico aplicado aos cativos, assim como o cotidiano destes, suas origens, estado civil, idade, ocupação, dentre outros.

Palavras-chave: Criminalidade - Escravos - Piracicaba

Documento policial de 1824 descrevendo ocorrência com escravos em Piracicaba.

I- Objetivo

Neste presente trabalho, estudo os crimes cometidos por escravos na cidade de Piracicaba.¹ O tema em questão foi suscitado pela leitura da obra de Warren Dean, que, em seu estudo sobre Rio Claro, grande produtor agrícola na segunda metade do século XIX, tratou de aspectos relacionados à lei que instituiu a repressão ao tráfico internacional de escravos (1850), o que gerou o tráfico interprovincial para suprir a demanda de mão-de-obra escrava nas lavouras de cana-de-açúcar e, principalmente, nas de café. Dean demonstra que a vinda de mão-de-obra escrava das províncias do Norte e Nordeste para as do Sudeste era vista com temor pelos fazendeiros. Estes, baseados no aumento real da violência nas últimas décadas da escravidão, alegavam que os escravos nascidos no Brasil tinham maior consciência de sua condição e não a aceitavam tão facilmente, exigindo muitas vezes compensações para fazerem seus serviços. Nota-se, neste período, um aumento significativo da violência entre escravos, tanto contra outros escravos como contra feitores e senhores.²

Essas considerações de Warren Dean me estimularam a analisar os crimes praticados por escravos de Piracicaba, indagando sobre as características desses indivíduos. Assim, mapeei os autores dos crimes, procurando identificar: quem eram e quais suas origens (se eram ladinos ou africanos, se eram escravos provenientes do tráfico interprovincial ou não, se pertenciam a pequenas ou grandes fazendas, entre outras questões). Para isso, utilizei como fontes os processos-crime, encontrados no Arquivo Judiciário do Centro Cultural Martha Watts, em Piracicaba, procurando analisar os crimes que de maneira mais recorrente eram cometidos por escravos residentes nesta cidade. Foram analisados processos-crime do ano de 1824 até 1888.

II- A criminalidade escrava na historiografia

A historiografia brasileira tem abordado com bastante frequência o dueto crime/escravidão. Warren Dean, já mencionado anteriormente, Célia Maria Marinho de Azevedo e Maria Helena Machado, em suas respectivas obras, tratam da criminalidade escrava no século XIX.³ Estes autores indicam que, no decorrer do século XIX, ocorre um aumento da violência cometida por cativos, tanto contra outros escravos⁴ quanto contra senhores e feitores, sendo esta última entendida pelos autores como uma forma de resistência à escravidão.

A violência não partia somente dos escravos contra seus senhores ou administradores das fazendas. Havia também a violência de senhores e/ou feitores contra seus cativos. Nestes casos, porém, eram raras as notificações à Justiça, sendo em geral os homicídios mascarados por suicídios. Quando as comunicações ocorriam, muitas vezes eram feitas por senhores rivais tentando prejudicar aquele que era acusado.⁵

As notificações de crimes cometidos por escravos de um senhor contra escravos de outro senhor também podiam envolver situações de disputas entre ambos. Muitos senhores, rivais entre si por diversos motivos, utilizavam-se das denúncias de crimes cometidos contra seus escravos para tentar prejudicar uns aos outros, notificando o crime praticado pelo escravo do inimigo à polícia, fazendo com que a “propriedade” alheia fosse “confiscada”.

Nos casos em que os escravos eram vítimas de crimes cometidos por parceiros de cativeiro ou mesmo de outras fazendas, a questão era geralmente resolvida dentro da própria fazenda, por meio de castigos físicos. Isso ocorria porque, se os senhores comunicassem às autoridades o crime, correriam o risco de perder seu cativo (sua propriedade), ficando, assim, no prejuízo. E como muitos escravos preferiam as galés (prisão) às senzalas, havia o temor de que isso influenciasse outros escravos a fazerem o mesmo. A violência entre escravos, parceiros de senzala ou pertencentes a outros senhores, também existia de forma muito recorrente, e estes tendiam a ser punidos também dentro das fazendas, sem maiores alardes ou comunicação às autoridades, evitando assim a “perda” da mão-de-obra.⁶

Porém, quando esta violência se dava contra feitores e, principalmente, contra os poderosos senhores, a repercussão era intensa e a justiça tomava parte na “briga”.

Os autores mencionados veem a violência escrava praticada contra senhores e feitores como uma forma de resistência ao regime da escravidão. As fugas, roubos, homicídios e demais crimes são considerados formas de “resistência ao sistema de dominação material e ideológico”, por meio das quais os cativos buscavam garantir os “direitos” conseguidos ao longo do tempo e demonstrar o limite da dominação senhorial.

Esses “direitos” consistiam, por exemplo, em dias de descanso para que os cativos cuidassem de suas plantações próprias, folga em dias religiosos, suprimento de suas necessidades básicas, (como roupas e alimentação), “respeito” por profissões ou funções, consideradas melhores e mais leves que o trabalho no eito e às quais os escravos estavam acostumados, entre outros.⁸

Muitos escravos reagiam violentamente quando, por exemplo, sofriam castigos

considerados brutais ou arbitrários. Com o tráfico intra e interprovincial, os escravos eram vendidos a senhores de localidades diferentes e/ou distantes. Isso aumentava a probabilidade de que estes se rebelassem contra senhores e feitores que consideravam mais rígidos ou que aplicavam penas mais severas que as sofridas anteriormente de seus antigos donos. O remanejamento de suas funções originárias, como sair de um ambiente urbano para trabalhar na roça, também gerava grande descontentamento entre eles.⁹

Os senhores também deviam respeitar os dias de descanso e algumas comemorações culturais ou religiosas (muitas vezes consideradas profanas, sofrendo, então, proibições). Em muitos locais, os escravos podiam ter roças de subsistência e necessitavam de algum tempo para trabalhar em suas plantações próprias.

Cabia também aos donos de escravos suprir as necessidades básicas (roupas e alimentação) de seus cativos. Era dever e sinal de bom senso do senhor dar aos escravos roupas, cobertores, tecidos e alimentação necessários à manutenção, ainda que precária, da vida destes.

Sendo assim, se alguma dessas “regras pré-estabelecidas” fosse descumprida, a chance de haver violência por parte dos escravos era grande.

Segundo Machado, a violência escrava aumentou a partir da década de 1830, tendo seu ápice na década de 1870.¹⁰ É exatamente nessa época que, nas regiões de *plantation* cafeeira das províncias do centro-sul do Brasil, ocorreu o aumento da produção de café, intensificando a exploração da força de trabalho dos escravos para se atingir um maior lucro. Esse aumento da exploração do trabalho levava muitos senhores a desrespeitarem os direitos costumeiros dos escravos, impingindo trabalho nos dias de descanso e transferindo escravos domésticos para o eito.¹¹

Contribuiu também para o aumento da violência escrava a intervenção cada vez maior da Justiça na relação escravo-senhor. Há, a partir da segunda metade do século XIX, um maior número de leis e decretos a favor do escravo. As principais são: a lei de 28 de setembro de 1871 e a lei Saraiva-Cotegipe de 28 de setembro 1885, conhecidas como “Lei do Ventre Livre” e “Lei do Sexagenário” respectivamente. Estas foram determinantes para o fim paulatino do regime escravista e levaram muitos escravos a pensar que o fim da escravidão já estava decretado a partir do momento de sua promulgação, aumentando assim a resistência à escravidão. Houve também leis e decretos que proibiram a separação de escravos casados e até a proibição de castigos físicos excessivos. As Juntas de Emancipação e os abolicionistas, determinados a libertar escravos, ajudavam-lhes a obter suas alforrias, comprando a liberdade do

cativo ou utilizando o pecúlio do próprio escravo para tal fim. Essas leis e auxílio aos escravos, somados à diminuição da autoridade moral dos senhores, acabaram por gerar muitos conflitos e por estremecer a relação escravo-senhor, fazendo a violência escrava aumentar consideravelmente.¹²

Outro fator sugerido por Machado para o aumento da violência é uma maior consciência dos escravos de sua situação e a entrada de mão-de-obra livre, que fez com que os cativos não aceitassem maus tratos e castigos.¹³ Com efeito, o fluxo imigratório aumentou a partir da segunda metade do século, fazendo com que os escravos convivessem, de maneira cada vez mais próxima, com trabalhadores livres.

Segundo Emília Viotti da Costa, a imigração ganhou fôlego na segunda metade do século XIX devido a várias transformações de ordem econômica, política e social ocorridas no Brasil. Tais fatores, como indica Viotti, estavam relacionados com o maior acúmulo de capitais resultante da expansão do setor exportador, gerando, conseqüentemente, a introdução de melhoramentos no beneficiamento do café, aumentando assim a produtividade e especializando o trabalhador. Isso teria acarretado a diminuição do número de cativos necessários para a realização de determinados tipos de serviço. Nesta época, ocorreu também a melhoria do sistema de transportes e comunicação, propiciando o aumento da circulação do capital e a ampliação do mercado interno, o crescimento da população nacional, o processo de urbanização, melhores possibilidades de emprego e a entrada de imigrantes europeus. Todos esses fatores, segundo Viotti da Costa, contribuíram para dar condições à transição do trabalho escravo para o trabalho livre.¹⁴ É também de fundamental importância, como observa a autora, o subsídio que o governo imperial passou a destinar ao financiamento da vinda dos imigrantes europeus, cobrindo os custos das passagens, dos transportes internos e dos alojamentos dos imigrantes. Antes do subsídio do poder público, esses custos eram pagos pelos contratantes e repassados aos próprios imigrantes, que chegavam às fazendas com altas dívidas, gerando assim muitos atritos e conseqüentemente o fracasso inicial da imigração ocorrida nas décadas de 1840 e 1850, com os núcleos de povoamento.¹⁵ Sendo assim, a transferência paulatina do trabalho escravo para o trabalho livre fez com que escravos e trabalhadores livres convivessem próximos ou juntos na mesma fazenda e esse, como já aponte, foi um dos fatores responsáveis pelo aumento da resistência dos escravos à escravidão.

Soma-se a esse quadro, o descrédito que tomou conta de grande parte da população em relação ao regime escravista. Grande parte da população, influenciada pelos grupos abolicionistas, começou a criticar e a pedir a extinção do sistema

escravista. As idéias abolicionistas, oriundas da Europa da Ilustração, chegaram ao Brasil por meio das elites participadoras do processo da Independência.¹⁶ Porém, no Brasil, a luta pela abolição foi para muitos a busca pelo poder. Os abolicionistas, esse novo grupo social que em sua maioria provinha da chamada “classe média”, dependiam pouco ou em nada do trabalho escravo. Formavam uma classe em busca do poder, tentando sair do paternalismo da oligarquia cafeeira. Porém, havia também fazendeiros abolicionistas, levados a essa condição por transformações econômicas ou desavenças dentro da classe cafeeira.¹⁷ Os abolicionistas interferiram na relação escravo-senhor acionando as leis vigentes ou por meios considerados mais radicais. Podiam agir no Parlamento, defendendo o fim da escravidão e demonstrando e condenando os excessos do regime ou por meio de ações independentes, como adentrar nas fazendas e senzalas incitando os cativos a se rebelarem, fugirem ou denunciarem às autoridades os castigos sofridos.¹⁸ Apesar de considerar que esses fatores contribuíram para o fim da escravidão, para Viotti da Costa, ao contrário dos demais autores aqui mencionados, o aspecto econômico foi o mais importante para a extinção do regime escravista. Segundo a autora, muitos abolicionistas, assim como grande parte da população, consideravam a escravidão como a responsável pelo prejuízo no “*desenvolvimento industrial, impedindo a mecanização, desviando os capitais do seu curso natural, conduzindo [o país] à bancarrota, produzindo uma aparência ilusória de ordem, bem-estar e riqueza, a encobrir ‘abismos de anarquia moral e de miséria’*”.¹⁹ Sendo assim, consideraram que o regime escravista era responsável também pela degradação da família e da moral, pela falta de religiosidade ou profanação desta, pela violência e até pela introdução de costumes na população branca considerados prejudiciais à ordem.

Outro aspecto a se considerar, que é observado por Machado, diz respeito à reação do poder público aos crimes cometidos pelos escravos, que gerava, segundo a avaliação dos senhores, um sentimento de impunidade. Isso porque, em 1857, a pena máxima para os crimes de homicídios contra feitores e senhores passa a ser, oficiosamente, as galés perpétuas, substituindo a pena de morte, quando estas passaram a ser comutadas em grande número pelo Imperador. Isto, de acordo com Machado, contribuiu para o aumento de atentados contra senhores.²⁰ De acordo com Azevedo, a comutação da pena de morte ocorria para que se preservassem os braços responsáveis pelo trabalho.²¹

As análises de Dean e Chalhoub²², apesar de convergirem com a de Machado em alguns pontos, indicam que o tráfico interprovincial – que aumenta muito após a lei que reprime o tráfico internacional em 1850 – foi o fator mais significativo para

o aumento das atitudes violentas dos escravos. É a este aspecto que irei me atentar neste trabalho. Segundo estes autores, os escravos provenientes das províncias do norte e nordeste do Brasil eram os mais violentos. Vindos de regiões onde trabalhavam na lavoura não voltada para a exportação ou do ambiente urbano, estes escravos, quando chegavam às lavouras do sudeste, mostravam-se mais propensos a cometer crimes, pois eram mais intensamente explorados, exigindo-se deles uma quantidade de trabalho maior que aquela que antes faziam. Além disso, Warren Dean aborda o fato de estes escravos serem ladinos, isto é, nascidos no Brasil, e não mais africanos de origem. Os africanos, segundo o autor, eram tidos como de pouca inteligência e mais facilmente controlados. Por serem nascidos no Brasil, os cativos ladinos, ao contrário, eram vistos como mais inteligentes, com costumes e índole mais próximos aos da população em geral. Este fato fazia com que os escravos nascidos no Brasil tivessem maior consciência de sua condição, questionando a legitimidade da escravidão. Possuíam, segundo Dean, “a retórica da igualdade e da cidadania”, considerando a si mesmos como brasileiros.²³

Também para Chalhoub, os escravos que viveram a experiência do tráfico interprovincial se rebelavam mais facilmente, porque eram tirados de suas famílias, do ambiente de convívio e/ou dos trabalhos a que estavam acostumados.²⁴

Dessa forma, o tráfico interprovincial, segundo várias abordagens, foi um agravante considerável para o aumento da violência escrava na segunda metade do século XIX. Considera-se que muitos escravos vendidos a proprietários de outras províncias se rebelavam ou cometiam crimes contra feitores e senhores. Ao serem retirados de sua “terra natal”, os cativos rompiam laços familiares, enfrentavam a separação forçada dos cônjuges, dos filhos, do local de nascimento ou pertencimento e perdiam “direitos” (adquiridos ao longo do tempo através de acordos ou na forma de estímulos dados pelos senhores) como: terras para plantio e sustento pessoal, dias de descanso, dias festivos entre outros. Todos esses “benefícios” poderiam ser retirados quando havia a transferência do escravo para outra fazenda, senhor ou província. Os escravos, segundo Chalhoub, tinham uma noção muito bem definida do que fosse um cativo justo ou tolerável. Sendo assim, na hora das transações de compra e venda de cativos, estes deveriam ser convencidos da legitimidade do “novo” cativo. Se considerassem um senhor violento demais, que utilizava castigos físicos abusivos ou injustos, os escravos tentariam cancelar ou modificar sua transferência.²⁵

Chalhoub, por meio de análise realizada em um processo-crime, constatou que, em um episódio de crime cometido contra um comerciante de escravos da cidade

do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, a grande maioria dos escravos envolvidos tinha sido transferida pelo tráfico interprovincial: dentre 24 escravos acusados que prestaram depoimentos no inquérito policial, 21 eram provenientes de províncias do norte e nordeste.²⁶

Estes escravos estavam na casa do comerciante para serem vendidos para uma fazenda de café no interior. Porém, antes que as transações fossem realizadas, os cativos se juntaram e espancaram o comerciante. Esse fato, como observa o autor, demonstra que os escravos tinham formas de se manifestar a favor ou contra suas vendas. Utilizando-se da violência, alegando doenças ou agindo de má vontade, pressionavam seus senhores na hora da venda, dizendo de forma direta ou indireta se queriam ou não ir para tal senhor ou tal local de trabalho.

III – Metodologia

A fim de estudar a relação entre tráfico interprovincial e criminalidade escrava no município de Piracicaba, objeto de investigação deste trabalho, analisei processos-crime desta cidade, investigando se a predominância dos “escravos maus vindos do Norte”²⁷ nas ocorrências de crimes, identificada por Dean e Chalhoub, se aplica também a este município. Utilizei dados encontrados nos processos-crime atentando para o tipo de crime que com mais frequência era praticado pelos escravos na cidade, que tipo de crime foi de maneira mais recorrente cometido por africanos e ladinos, contra quem estes praticavam os crimes, entre outros aspectos.

A série documental utilizada neste estudo consiste, em sua grande maioria, em processos-crime intitulados “Sumário Crime”. São documentos que relatam detalhadamente o crime ocorrido e descrevem seus autores através de inquéritos policiais, relatos de testemunhas, interrogatório dos réus, formação de júris, acusações de promotores públicos, penas aplicadas, entre outros meios jurídicos utilizados para esclarecimento de transgressões da lei vigente.

Além dos “Sumários Crime”, são encontrados no Arquivo Judiciário do Centro Cultural Martha Watts vários outros tipos de documentos, como: Devassa Ex-Offício, Execução de Sentença Criminal, Corpo de Delicto, Processos de Recurso entre outros. Porém, estes não atendem às demandas de minha pesquisa, não contendo detalhes dos crimes e seus autores. Indicam somente, no caso das Execuções de Sentença Criminal, por exemplo, a pena aplicada aos escravos criminosos e a confirmação da aplicação desta pena.

Para mapear os crimes mais recorrentes e seus autores, utilizei somente os

documentos intitulados “Sumário Crime” ou aqueles que contém informações específicas sobre o crime e seu praticante, pois estes remetem diretamente aos crimes cometidos por escravos e apontam as informações necessárias para minha investigação. Sendo assim, dos 80 documentos existentes no Centro Cultural Martha Watts, utilizei 53. Nestes 53 processos encontra-se 72 escravos como autores de crimes como homicídio, agressão, roubo e fuga.

A análise preliminar dos processos evidencia que as questões colocadas pela pesquisa podem ser convenientemente respondidas por meio das fontes selecionadas. Analisando os 80 processos-crime existentes no acervo do Arquivo Judiciário do Centro Cultural Martha Watts, foi possível investigar a procedência dos escravos envolvidos nos crimes, suas motivações, a condição social das vítimas, bem como outras questões que contribuíram para o desenvolvimento do tema da pesquisa.

Para facilitar minha pesquisa e fazer um levantamento de todas as informações necessárias para a realização deste trabalho, elaborei um banco de dados onde estão cadastradas todas as principais informações contidas nos 80 processos-crime que consultei. Este banco de dados está na forma de CD-Rom e nele podem-se pesquisar as informações cadastradas, “filtrando” palavras, como, por exemplo, descobrir o número de casos de homicídios existentes digitando a palavra “homicídio”, que será imediatamente rastreada e apontada.

A leitura destes documentos exemplifica a forma como esta série documental permite o enfrentamento das questões que elegi para minha pesquisa. Isso porque, nos processos-crime, são encontradas informações pessoais dos réus envolvidos nos crimes. Tanto no inquérito policial quanto no interrogatório do réu, são feitas perguntas com a finalidade de coletar dados a seu respeito, tais como nome, idade, estado civil, profissão, se é alfabetizado e, o principal para o meu trabalho, sua origem. Assim, mapeei os escravos envolvidos em crimes sabendo quais eram ladinos e quais eram africanos.

IV – Estudos da criminalidade escrava em Piracicaba, s. XIX

Nos processos analisados são encontrados como réus 18 escravos africanos e 44 ladinos. Em dez processos não estão identificadas as origens dos escravos.

Ao efetuar um levantamento dos processos-crime do município de Piracicaba, no período privilegiado na pesquisa, atentei-me para um que contém 200 páginas, instaurado no ano de 1866.²⁸ Este processo tem como réus 7 escravos, acusados de matar o feitor Elizeo Rodrigues de Barros, da fazenda Corumbatahy, onde

trabalhavam. O feitor, ao castigar o escravo de nome Modesto com um relho, foi atacado pelos companheiros do cativo. Vários escravos, vendo seu parceiro de oito apanhar, armaram-se de enxadas, agrediram e mataram o feitor. No momento do crime estavam presentes diversos escravos, sendo que destes, 31 foram autuados e responderam ao inquérito policial. A partir do inquérito, a polícia chegou à conclusão de que 7 escravos tinham participado diretamente da morte do feitor, dentre eles os escravos David, Modesto, Bonifácio, Braz, Firmiano, Paulino e Frederico. A promotoria, recebendo a conclusão do inquérito policial, pediu a condenação destes no grau máximo do artigo 1º da lei de 10 de junho de 1835: a pena de morte.

Dentre os 7 acusados, 5 eram naturais da África e 2 eram ladinos, nascidos na própria fazenda Corumbatahy. No julgamento, dos 7 acusados, somente 3 escravos (Modesto, Bonifácio e Paulino) foram considerados diretamente responsáveis pelos golpes que provocaram a morte do feitor. Porém, no final, só Paulino foi condenado pelo crime de homicídio, sendo todos os outros 6 absolvidos. Paulino foi considerado o autor da pancada que acabou matando Elizeo, por isso foi condenado à morte. A pena, entretanto, foi comutada em galés perpétuas pelo Imperador Dom Pedro II.

O juiz, porém, não concordou com a sentença. Por meio das provas e confissões, considerou que Modesto e Bonifácio também haviam sido responsáveis pelo assassinato e requereu recurso, pedindo novo julgamento para os dois.

Os processos também sugerem uma tendência que é observada pelos estudos da criminalidade escrava, que é o esforço realizado para absolver os cativos criminosos em favorecimento dos senhores, que não pretendiam perder sua “propriedade”. Este aspecto é evidenciado no processo citado anteriormente, pela absolvição de 6 escravos e condenação à pena de morte de somente um deles.

Outro processo explicita claramente essa tendência de absolvição dos cativos criminosos. Trata-se do processo em que o escravo Theodoro, utilizando uma foice, matou seu senhor Antonio Fernando de Barros.²⁹ O crime ocorreu em Matto Alto, na cidade de Piracicaba. O escravo alegava que era muito maltratado e que tinha sido separado de sua mulher, que estava sendo castigada no vira-mundo³⁰, devido a uma fuga anterior. Theodoro era acusado pela esposa de seu senhor de ser o responsável pela fuga de sua mulher e por isso ele seria também castigado. Assim, o escravo acabou matando seu senhor a golpes de foice.

Preso, Theodoro confessou o crime, sendo enquadrado no artigo 1º da lei de 10 de junho de 1835. Apesar da confissão, ele acabou por ser absolvido pelo júri, que alegou falta de provas e a ausência de algumas testemunhas importantes. Houve um segundo julgamento e novamente, apesar da confissão, o réu foi absolvido.

Essa absolvição sugere que houve um esforço de parte da família em conseguir a liberdade do escravo, seja para castigá-lo pessoalmente na fazenda ou para não perder a “propriedade”, recém transformada em herança.

A partir dos processos-crime analisados também pode ser observado o motivo que levava os escravos a cometerem os crimes. No primeiro processo analisado neste trabalho (aquele envolvendo Modesto e Bonifácio), pode-se observar que as condições do cativo e o tratamento recebido pelos escravos foram os responsáveis pela ação violenta dos cativos, pois ao verem Modesto ser castigado, provavelmente considerado de modo excessivo ou injusto, seus companheiros decidem revidar e ajudá-lo, acabando assim por matar o feitor. O mesmo ocorre no caso de Theodoro: segundo ele próprio alegou, foi o castigo impingido a sua mulher e a ameaça do castigo aplicado a si próprio que o motivou a cometer o crime.

Analisando todos os processos, encontrei 35 referentes a homicídios, 11 a agressão, 5 a roubo, 1 a fuga e 1 a uma tentativa de insurreição.

Dentre os 35 processos-crime referentes a homicídios, estavam envolvidos 52 escravos no total. Os envolvidos foram divididos de acordo com suas origens, sendo que somei os escravos vindos de estados do nordeste para analisá-los como provenientes de tráfico interprovincial, sem distinguir os estados de origem de cada cativo. Assim também fiz com a província de São Paulo, onde analisei os escravos oriundos de várias cidades paulistas como sendo escravos provenientes de tráfico intraprovincial, também sem distinção das cidades. Porém, excetuei Piracicaba, pois, como já visto, meu trabalho analisa a relação entre violência e tráfico intra e interprovincial, comparando com os cativos nascidos em Piracicaba.

Sendo assim, nos casos de homicídio, cheguei à conclusão de que a maioria dos envolvidos com essa espécie de crime é de origem africana. Dos 52 escravos criminosos, 28,8 % são originários da África. Apesar dos crimes serem cometidos em Piracicaba, não há como saber se os escravos pertenceram a outra fazenda, senhor ou província antes de chegar à cidade. Os escravos vindos do tráfico intraprovincial (Província de São Paulo) representam 26,9% do total de envolvidos em homicídios, seguidos logo após pelos de origem piracicabana, que representam 23,07% dos envolvidos. Os escravos provenientes do tráfico interprovincial (estados do nordeste) representam somente 9,6% dos acusados de crime de morte. Sendo assim, na cidade de Piracicaba, os “escravos maus vindos do Norte”, não eram os principais envolvidos nos crimes de homicídios, não estando de acordo com a historiografia estudada. Os de origem africana, tidos por Warren Dean como mais fáceis de se dominar ou menos inteligentes, são os que mais se revoltavam contra senhores,

feitores, pessoas livres ou outros escravos, recorrendo ao assassinato como forma de resolver seus problemas ou descontentamentos.

Nos casos de agressão, estão envolvidos 12 escravos. Dentre esses, 3 eram africanos, 2 piracicabanos, 2 baianos e mais 5 oriundos de outras províncias. Sendo assim, os de origem africana, mais uma vez, são maioria, representando 25% dos envolvidos nos crimes de agressão, seguidos pelos escravos piracicabanos e pelos escravos oriundos do tráfico interprovincial, cada grupo representando 16,6% dos envolvidos. Pode-se concluir que os escravos vindos das províncias do nordeste, apesar de representar um número não muito distante dos africanos, não eram os principais responsáveis por este tipo de crime.

Já para o caso dos roubos, foram encontrados 5 escravos envolvidos. A maioria fica por conta dos cativos vindos das cidades paulistas, representando 40% do total. A seguir, com o mesmo percentual de 20% aparecem escravos de Piracicaba, Rio de Janeiro e um com a origem não encontrada. Nos casos de fuga e tentativa de insurreição, como são 1 ou 2 escravos envolvidos, não analisei-os estatisticamente.

Sendo assim, posso afirmar que, para o caso de Piracicaba, o tráfico inter e intraprovincial não influenciou diretamente sobre a violência (homicídio e agressão) encontrada neste município durante o século XIX. Diferente do que afirmam Dean e Chalhoub, em suas respectivas obras, os escravos oriundos das províncias do nordeste, não foram os maiores criminosos nesta cidade, e sim os africanos. Para os casos de homicídios e agressões, os escravos nascidos na África foram os maiores responsáveis por estes dois tipos de ocorrências.

Analisando especificamente os casos de homicídios, o número de cativos de origem africana envolvidos neste tipo de crime é superior ao número de cativos oriundos do tráfico intraprovincial, que fica em segundo lugar, seguido diretamente dos escravos oriundos deste município. Os cativos vindos das províncias do nordeste, que se envolveram com assassinatos, ocupam somente a quarta posição, contrariando assim a historiografia com a qual trabalhei. O mesmo ocorre para os casos de agressão, onde os africanos, mais uma vez, são os maiores responsáveis por estes crimes. O número de cativos envolvidos em crimes de agressão, vindos do tráfico intraprovincial e os originários de Piracicaba, é o mesmo, o que também difere da historiografia pesquisada, a qual aponta os escravos vindos das províncias do norte e nordeste como principais agentes destes crimes.

A diferença fica por conta dos casos de roubos, onde não aparece nenhum cativo de origem africana envolvido. Nestes casos, os principais agentes são os escravos

vindos do tráfico intraprovincial, oriundos de outras cidades paulistas, exceto Piracicaba. Sendo assim, no caso de crimes de roubo, posso supor que o tráfico intraprovincial influenciou diretamente nestas ocorrências em Piracicaba do século XIX.

V- Considerações Finais

Após todas essas pesquisas e conclusões, tomadas a partir dos processos-crime estudados, pude perceber a real importância desse tipo de documento, tanto para minha pesquisa particular quanto para se obter informações variadas a respeito do cotidiano dos escravos e da cidade de Piracicaba no século XIX. Ao decorrer de todo o processo-crime pode-se estudar diversos assuntos como: a vida dos escravos, as formas e arbitrariedades das leis vigentes, o cotidiano da cidade, as penas impostas aos cativos criminosos, entre outros. Confesso que é trabalhoso lidar com fontes manuscritas, devido à sua conservação e, principalmente, à sua escrita. São documentos escritos na língua portuguesa do século XIX, e, na maioria das vezes, por se tratar de um processo criminal, escritos rapidamente. Sendo assim, a forma de escrita de cada escrivão varia, influenciando no grau de dificuldade de leitura desse documento.

Ao término da leitura dos documentos utilizados para a conclusão deste trabalho, realizei o cruzamento das informações obtidas com a bibliografia estudada. Analisei e comparei dados com a finalidade de obter resultados semelhantes ou divergentes daqueles abordados pelos autores com qual trabalhei. Ao final, pude perceber que, para o caso de Piracicaba, os resultados foram diferentes daqueles afirmados pela historiografia.

Portanto, ao final deste meu trabalho, pude ver e conviver com a realidade de se trabalhar com fontes primárias manuscritas. Variando muito de um local para o outro, da forma de conservação destes materiais, as fontes primárias são de extrema importância para a realização de pesquisas, tanto aquelas voltadas ao âmbito regional, como as que se prestam a análises mais amplas do “universo escravocrata”.

VII – Notas

¹ Em 1774 é erigida a freguesia de Piracicaba. Quando esta é elevada a vila, em 1821, passa a se chamar Vila Nova da Constituição, em homenagem à nova constituição portuguesa. No ano de 1856 a vila é então elevada a categoria de cidade, permanecendo com o nome de Constituição. Somente em 1877, por indicação do então vereador Prudente de Moraes, o nome Piracicaba volta a ser o oficial. GUERRINI, Leandro. História de Piracicaba em Quadrinhos, 1º e 2º volume, Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1970.

² DEAN, Warren. Rio Claro - um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, especialmente pp. 135-137.

³ AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Onda negra, medo branco – o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. MACHADO, Maria Helena P. T. Crime e escravidão - trabalho, luta e resistências nas lavouras paulistas, 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁴ O aumento das ocorrências de crimes cometidos por escravos contra escravos é observado, para o caso específico da zona da mata mineira por GUIMARÃES, Elione Silva – “Violência entre parceiros de cativo: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX”, disponível em http://cedeplar.ugmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2002/D08.pdf (último acesso em 07 de julho de 2007).

⁵ DEAN, Warren. Rio Claro, p. 77.

⁶ Guimarães, Elione Silva. Violência entre parceiros de cativo, pp. 3, 13 e 24.

⁷ Machado, Maria Helena P. T. Crime e escravidão, p. 25.

⁸ Dean, Warren. Rio Claro, pp. 76 e 84.

⁹ Machado, Maria Helena P. T. Crime e escravidão, p. 84.

¹⁰ Idem, p. 33.

¹¹ Idem, pp. 84-85.

¹² Dean, Warren. Rio Claro, pp. 128-131 e 139.

¹³ Machado, Maria Helena P. T. Crime e escravidão, p. 96.

¹⁴ Costa, Emília Viotti. Da senzala à colônia. São Paulo: UNESP, 1998, pp. 34-35.

¹⁵ Idem, p. 233.

¹⁶ Idem, p. 392.

¹⁷ Idem, pp. 39-42.

¹⁸ Idem, p. 40.

¹⁹ Idem, p. 425.

²⁰ Machado, Maria Helena P. T. Crime e escravidão, p. 31.

²¹ Azevedo, Célia Maria Marinho. Onda Negra, p.157.

²² Dean, Warren. Rio Claro, pp. 135-137 e Chalhoub, Sidney. Visões da liberdade - uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²³ Dean, Warren. Rio Claro, pp. 125-128.

²⁴ Chalhoub, Sidney. Visões da liberdade, p. 27.

²⁵ Idem, p. 77.

²⁶ Idem, p. 43.

²⁷ Expressão utilizada nos debates parlamentares a respeito do aumento da violência escrava no século XIX para designar os responsáveis por tal violência.

²⁸ Centro Cultural Martha Watts (posteriormente CCMW)- Arquivo Judiciário. Processo-Crime. A Justiça, autora; Modesto e Bonifácio (escravos), réus; 2º ofício cível, caixa, 94/C, 1866.

²⁹ CCMW. Arquivo Judiciário. Processo-Crime. A Justiça, autora; Theodoro (escravo), réu; 1º ofício cível, caixa, 30/B, 1879.

³⁰ Instrumento feito de ferro utilizado para prender os escravos pelos punhos e tornozelos, como forma de castigo.

VI – Fontes e Bibliografia

1- Manuscritos

Centro Cultural Martha Watts – Arquivo Judiciário

1º Ofício

Devassa ex-ofício. A Justiça, autora; Lourenço (escravo), vítima; caixa, 6/A, 1824.

Processo-Crime. Joaquim Leite de Cerqueira, autor; Francisco (escravo), réu; caixa, 6/A, 1825.

Devassa ex-ofício. A Justiça, autora; João (escravo), vítima; caixa, 2/D, 1825.

Devassa ex-ofício. A Justiça, autora; Lucas (escravo), vítima; caixa, 11/A, 1831.

Processo-Crime. A Justiça, autora; Joaquim e Pedro (libertos) e Joaquim e Antonio (escravos), réus; caixa, 13/C, 1848.

Processo-Crime. A Justiça, autora; Custódio (escravo), réu; caixa, 11/B, 1848.

Processo-Crime. A Justiça, autora; Manoel (escravo), réu; caixa, 2/D, 1849.

Processo-Crime. A Justiça, autora; João (escravo), réu; caixa, 8/C, 1850.

Processo-Crime. A Justiça, autora; André (escravo), réu; caixa, 43/D, 1856.

Processo-Crime. A Justiça, autora; Caetano (escravo), réu; caixa, 43/C, 1856.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Francisca (escrava), ré; caixa, 30/E, 1856.
 Processo de recurso. Lindulina Maria da Conceição, autora; Tobias (escravo), réu; caixa, 44/C, 1857.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; André (escravo), réu; caixa, 8/C, 1857.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Simão e outros (escravos), réus; caixa, 10/B, 1858.
 Recurso de Apelação. A Justiça, autora; Agostinho (escravo), réu; caixa, 6/D, 1858.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Francisco e Quintino (escravos), réus; caixa, 81/B, 1860.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Felício (escravo), réu; caixa, 3/A, 1860.
 Execução de sentença criminal. A Justiça, autora; José Benguella (escravo), réu; caixa, 6/A, 1860.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Joaquim Rodrigues Barros Leite e Antonio (escravo), réus; caixa, 5/A, 1861.
 Comutação da pena. A Justiça, autora; Francisco e Quintino (escravos), réus; caixa, 6/D, 1861.
 Execução de sentença criminal. A Justiça, autora; Antonio (escravo), réu; caixa, 5/B, 1861.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Benedicto (escravo), réu; caixa, 7/E, 1862.
 Execução de sentença. A Justiça, autora; Benedicto (escravo), réu; caixa, 10/C, 1862.
 Processo-Crime. José Correa de Oliveira, autor; Bárbara de tal e Joaquim (escravo), réus; caixa, 6/B, 1864.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Adão (escravo), réu; caixa, 1/D, 1865.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Ângelo e José (escravos), réus; caixa, 4/F, 1866.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Benedita (escrava), ré; caixa, 11/A, 1867.
 Justificação. A Justiça, autora; Vicente (escravo), justificante; caixa, 32/B, 1868.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Antônio (escravo), réu; caixa, 5/D, 1868.
 Execução de sentença criminal. A Justiça, autora; Antônio (escravo), réu; caixa, 10/C, 1869.
 Execução de sentença criminal. A Justiça, autora; Euzébio (escravo), réu; caixa, 94/A, 1870.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Guilhermino (escravo), réu; caixa, 11/A, 1870.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; José (escravo), réu; caixa, 14/B, 1870.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Fabiano e Luis (escravos), pacientes; Jeremias Ferraz de Andrade, réu; caixa, 4/B, 1871.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Felíciana (escrava), ré; caixa, 12/A, 1873.

Autos de qualificação. A Justiça, autora; Quintiliano (escravo), réu; caixa, 12/C, 1873.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Camilo (escravo), réu; caixa, 93/D, 1874.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Antônio (escravo), réu; caixa, 43/C, 1875.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; João (escravo), réu; caixa, 6/A, 1876.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Claudino (escravo), réu; caixa, 3/A, 1877.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Benedicto (escravo), réu; caixa, 40/D, 1878.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Jorge (escravo), réu; caixa, 40/C, 1878.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; João (escravo), suicídio; caixa, 6/A, 1879.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Theodoro (escravo), réu; caixa, 30/B, 1879.
 Translado das principais peças do processo-crime. A Justiça, autora; Theodoro (escravo), réu; caixa, 30/C, 1879.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Bibiano (escravo), réu; caixa, 1/E, 1880.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Pedro (escravo), réu; caixa, 2/E, 1880.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Romão (escravo), réu; caixa, 36/D, 1881.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Anselmo (escravo), réu; caixa, 36/D, 1881.
 Corpo de delicto. A Justiça, autora; Rosa (escrava), vítima; caixa, 5/A, 1881.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Elias (escravo), réu; caixa, 4/F, 1882.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Cezário (escravo), réu; caixa, 4/F, 1882.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Jacob (escravo), réu; caixa, 4/F, 1882.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Agostinho (escravo), réu; caixa, 1/E, 1883.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; João Joaquim (escravo), réu; caixa, 1/D, 1883.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Tertuliana (escrava), ré; caixa, 1/D, 1884.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Luíza (escrava), ré; caixa, 1/D, 1886.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Guilhermina (escrava), ré; caixa, 32/E, 1869.

2º Ofício

Processo-Crime. A Justiça, autora; Tobias (escravo), réu; caixa, 76/D, 1856.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; José (escravo), réu; caixa, 76/D, 1859.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; José Benguella (escravo), réu; caixa, 81/D, 1860.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Valentim (escravo), réu; caixa, 86/D, 1862.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Benedicto (escravo), réu; caixa, 74/A, 1863.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Basílio (escravo), réu; caixa, 95/A, 1866.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Modesto e Bonifácio (escravos), réus; caixa, 94/C, 1866.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Eusébio (escravo), réu; caixa, 94/A, 1870.

Processo-Crime. A Justiça, autora; Sebastião (escravo), réu; caixa, 94/C, 1872.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; João (escravo), réu; caixa, 94/C, 1873.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; José Benedicto de Cerqueira e Luis (escravo), réus; caixa, 76/D, 1873.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Feliciano (escrava), ré; caixa, 76/D, 1873.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Pedro (escravo), réu; caixa, 74/A, 1877.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Jorge (escravo), réu; caixa, 19/C, 1879.
 Execução de sentença criminal. A Justiça, autora; Pedro (escravo), réu; caixa, 94/C, 1880.
 Autuação de Acordão da relação de São Paulo. A Justiça, autora; Cezário (escravo), réu; caixa, 94/C, 1882.

Ofício não identificado

Devassa ex-ofício. A Justiça, autora; Francisco (escravo), réu; caixa, 9, 1826.
 Processo-Crime. A Justiça, autora; Manoel Curto, Joaquim Grande, Estevam e Marcelino (escravos), réus; caixa, 16, 1842.
 Execução de sentença criminal. A Justiça, autora; Ângelo e José (escravos), réus; caixa, 9, 1867.
 Processo-Crime. A Juiz de Direito da Comarca Ex-Offício, autor; Sebastião (escravo), réu; caixa, 17, 1878.

2- Bibliografia

ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente, estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1821*, dissertação de mestrado, Departamento de História da USP, 1983.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, Medo Branco – O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos. Lutas jurídicas e abolicionismo na Província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. 2003. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Silvia Hunold Lara.

BANDECCHI, Pedro Brasil. “Legislação sobre a Escravidão Africana no Brasil”, *Revista de História*. São Paulo: n° 89, 1972.

BASTIDE, Roger, “Os Suicídios em São Paulo, segundo a Cor”, *Estudos Afro-Brasileiros, Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP*, São Paulo: vol. CXXI, n° 2, 1973.

BRANDÃO, Júlio de Freitas. “O Escravo e o Direito”, Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, *Coleção Revista de História*, São Paulo: 1973.

BRESCIANI, Maria Stella. “Condições de Vida do Escravo na Província de São Paulo no Século XIX”, *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo: vol. 192, Ano 42, jan.-dez. 1979.

BRITO, Fausto. *As Migrações e a Transição para o Trabalho Assalariado no Brasil*. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro, 2002....http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST33_BRITO_texto.pdf (último acesso em 04 de maio de 2007).

CARDOSO, Maria Helena Pereira. *Padrões de Criminalidade em São João del Rei, século XIX: primeiras anotações sobre processos criminais*. In: *LPH – Revista de História*. N. 7, 1997, Dep. História/UFOP.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil (1850-1888)*, trad. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da, *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: UNESP, 1998.

COUCEIRO, Luiz Alberto e ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. *Dimensões Cativas e Construção da Emancipação: Relações Morais nas Lógicas de Sociabilidade de Escravos e Livres. Sudeste, 1860-1888*. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, n° 2,

2003, pp. 281-306. http://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&lr=lang_pt&q=cache:c6_oQWazwpcJ:www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/hemeroteca/ea/vol25n2/a04v25n2.pdf+ (último acesso em 04 de maio de 2007).

DEAN, Warren, *Rio Claro. Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de Poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888)*. São Paulo: UNESP, 2005

GENOVESE, E. D. *O Mundo dos Senhores de Escravos. Dois Ensaios de Interpretação*, trad. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____. *A Economia Política da Escravidão*, trad. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

GOULART, Alípio J. *Da Fuga ao Suicídio (Aspectos da Rebelião dos Escravos no Brasil)*. Rio de Janeiro: Conquista INL, 1972.

GUERRINI, Leandro. *História de Piracicaba em Quadrinhos, 1º e 2º volume*. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1970.

GUIMARÃES, Elione Silva - *Violência entre parceiros de cativo: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. Criminalidade entre mancipios: A comunidade escrava no contexto de grandes fazendas cafeeiras da zona da mata mineira 1850-1888* - Niterói: UFF, 2001.

_____. “Violência entre parceiros de cativo: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX”. Disponível em http://cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2002/D08.pdf (último acesso em 07 de julho de 2007).

IANNI, Octávio. *As Metamorfoses do Escravo. Apogeu e Crise da Escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: 1962.

JOHANN, Karyne. *História e Documento: a utilização dos processos criminais*

como fontes de pesquisa. Revista On-line de História Ibero-Americana - Rocha, Lages-SC, 2005.

LANE, Frederico. “Armas e Técnicas de Briga nas Regiões Rurais de São Paulo”, *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo: vol. CLXI, Ano XXVI, 1958.

LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebelião Negra e Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e Escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOURA, Clóvis. “Revolta de Escravos em São Paulo”, *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo: vol. 181, abr.-jun. 1970.

_____. *Rebeliões da Senzala*. São Paulo: Zumbi, 1959.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão Negra em São Paulo. Um Estudo das Tensões provocadas pelo Escravismo no Século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

RAMOS, Artur. “Castigos de Escravos”, *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo: vol. XLVII, maio, 1938.

ROCHA, Fábio Lage da. *Entre tensões e solidariedades: os crimes de escravos em São Paulo na segunda metade do século XIX*. Trabalho de iniciação científica. Universidade Estadual de Campinas, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Sidney Chalhoub.

RODRIGUES, José Honório. “A Rebelião Negra e a Abolição”, in *História e Historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970.

SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e Superação do Escravismo na Província de São Paulo*. São Paulo: IPE-USP, 1980.

VIII - Resumo dos processos-crime

1 - 1883. João Joaquim “descarregou” duas tremendas machadadas em Magdalena, escrava idosa e muito estimada. A vítima morreu após uma machadada na cabeça e outra no pescoço. Cometeu o crime, pois a escrava “tinha grande ponta de língua” e a instigava com seus senhores. Magdalena falava tudo o que ele fazia na rua para seus senhores. O crime ocorreu na Rua do Comércio. Indiciado no artigo 193 do Código Criminal.

João Joaquim: 25 anos +/-, natural de Jacobina BA, filho de Margarida e João (escravos), solteiro, cozinheiro, residente em Piracicaba há 8 anos. Foi condenado no artigo 193 em 6 anos de prisão com trabalho. A pena foi comutada, devido ao artigo 60, em 120 açoites e a trazer ferro no pé por 1 ano.

2 - 1849. Manoel feriu com uma faca Caetano (escravo de Fructuoso José Coelho) e João Teixeira. Indiciado e condenado no artigo 205 do Código Criminal com agravantes do artigo 16, § 4, 6, 9, 10, 15. A pena foi de 400 açoites e a trazer ferro no pé por 8 anos. (ilegível)

3 - 1880. Pedro estava fugido, armado de faca e “cacete”. Agrediu Francisco de Paula Campos Pacheco (impossibilitado de trabalhar por 30 dias e dano de 1 conto e 100 mil réis). Pedro: filho de Manuel (escravo de João Quaresma que reside na província do Rio Grande Do Sul), natural de RS, 23 anos +/-, roceiro. Condenado a 1 ano de prisão com trabalho e multa correspondente a metade do tempo. A pena foi comutada em 80 açoites e a trazer ferro no pé por 6 meses. (esse documento continua no nº 29).

4 - 1866. Ângelo e José. Acusados de agressão ao feitor Antônio Garcia da Cruz, ferindo-o com uma foice. Houve dano de 100 mil réis (não ficou impossibilitado por mais de 30 dias). Antonio deu uma relhada em Josezinho, pois este estava atrasado em relação aos demais companheiros na roça. Josezinho reagiu e entrou em luta com o feitor. Na luta o feitor domina Josezinho quando aparece Ângelo e aplica uma foçada na cabeça de Antonio Garcia da Cruz.

Josezinho: filho de Benedicta, 25 anos, solteiro, trabalhador da roça, natural de Cachoeira BA, residente em Piracicaba há 8 anos.

Ângelo: filho de José e Josepha, 28 anos, trabalhador da roça, natural de Nhambupe BA, residente em Piracicaba há 8 anos.

Os dois escravos já haviam combinado anteriormente de agredir o feitor, porém, naquele dia não houve combinação. José alega que o feitor tinha raiva de Ângelo, atribuindo-lhe ao último roubo de café. Combinaram não matar, mas apenas “para ensinar”, pois o serviço era muito “apertado”. Acusados no artigo 1º da lei de 10 de junho de 1835 (pena de morte). O crime ocorreu na fazenda Tanquinho. Condenados a 200 açoites e a trazer ferro no pescoço por 18 meses. Todos os ferimentos do feitor sararam. (continua no ° 38)

5 - 1882. Elias, munido de formão, arrombou uma porta da casa de negócio de Manoel Pires de Camargo, roubando grande quantidade de dinheiro em cobre. Foi pego ainda dentro da casa. Acusado no artigo 269 do Código Criminal combinado com o artigo 270. Elias: 19 anos +/-, filho de Pedro e Francisca, lavrador, natural de Rio Claro, residente em Piracicaba há 10 anos. Furtou moedas, porção de açúcar e pitos. O réu foi absolvido.

6 - 1882. Cezário matou com uma foçada na cabeça José Pinto de Andrade (branco) empregado na mesma fazenda. O crime ocorreu na Fazenda Santa Cruz. Cometeu o crime pelo fato de o feitor estar castigando os escravos Manoel e Maria com um relho. Cezário falou que seu senhor não costumava castigar por pouca coisa e ele não tinha o direito de castigar Maria. Ele disse que estava embriagado na hora do crime e foi chicoteado antes pelo feitor, também embriagado. A viúva do feitor acusou um escravo de ter ido atrás de Maria, com quem possuía relações. Porém, este alega estar indo buscar lenha. Cezário: filho de Floriano, 37 anos, casado, roceiro, natural de Capivari, reside em Piracicaba há 12 anos e na fazenda há 1 ano. Acusado e condenado na lei de 10 de junho de 1835 no artigo 1º, galés perpétuas. Foi pedida apelação. (este documento continua no nº 30)

7 - 1882. Jacob atacou com um canivete Sebastião (escravo de José da Cunha Caldeira) de 30 anos. Foi ferido no estômago. Jacob: 20 anos +/-, solteiro, jornalista, natural de Piracicaba. Foi absolvido, pois não houve flagrante e os ferimentos de Sebastião cicatrizaram.

8 - 1861. Joaquim Rodrigues Barros Leite e Antonio (réus). Anna Gertrudes roubou uma bacia de arame e um “taxo de meio”. A bacia foi extraída do quintal da casa de Dr. Alto Rodolfo Kupfer. Do quintal do suplicante (Pedro Ferraz) foi extraído o taxo. A bacia foi vendida a Joaquim Rodrigues de Barros Leite, que foi acusado

de crime de estelionato, artigo 264. Processado por cúmplice por ter comprado. O preto Antonio pediu para Anna vender a bacia, dizendo que era dele.

Joaquim Rodrigues Barros Leite: filho de José Rodrigues Leite e D. Maria de Barros Ferraz, 30 anos, feitor de roça. Foi absolvido por não saber que o objeto era roubado e de posse de uma escrava.

Antônio: filho de João Ribollo, 50 anos, trabalhador da roça e jornaleiro, natural de Marica RJ, residente em Piracicaba há 4 anos +/- . Roubou a bacia para pagar uma dívida anterior. Condenado a 3 anos e 3 meses de prisão com trabalho e multa de 12,5% do valor do objeto vendido. Pena comutada em 75 açoites e ferro no pescoço por 1 ano. (junto com o nº 69)

9 - 1825. Francisco agrediu a concubina Anna Joaquina. Os dois foram à capela confessar. Porém o padre disse que não podia, pois eles não eram casados. Francisco obrigou-a a ir embora juntos. O padre não deixou e Francisco, junto com o filho de Desidério e o sobrinho Manoel Pires, armados de espadas, entraram na casa de Felizberto, onde a concubina estava, e a tiraram de lá, dando-lhe “planxadas”. Felizberto foi acertado com um golpe na cabeça e reagiu pegando uma foice e dando “planxadas” no preto. Condenado a pedido do padre em 100 açoites no pelourinho “para exemplo e satisfação do público”. (junto com o nº 39)

10 - 1860. José Benguella. Acusado e condenado no artigo 193 do Código Criminal. A pena foi revertida para 300 açoites (aplicados na forma da lei) e a trazer ferro no pescoço por 2 anos. São 50 açoites por dia, folgando domingo. Deveria apresentar o escravo de 3 em 3 meses para conferir a pena. Este documento demonstra a aplicação da pena. (continua no nº 32)

11 - 1876. João, suspeito de estar fugido de Pinheirinho. Foi encontrado com uma garrucha de 2 canos, 1 faca, 1 guarda-chuva, pólvora e chumbo, 23 mil réis em moedas. O delegado acredita que ele viajava com “intensões sinistras”, por não possuir documentos. Nome verdadeiro: Manuel Jeremias, 25 anos, natural de Mel do Desterro MG, solteiro, pedreiro. Disse ser livre e estar de passagem por Piracicaba. Antes passou por Santa Bárbara e seu destino era Porto Feliz, para de lá ganhar o sertão.

12 - 1864. Bárbara de tal e Joaquim (réus). José Correia de Oliveira diz ter sido arrombada sua casa onde tem um açougue na Rua da Boa Morte (corte de rezes). Foram roubados 349 mil réis em moeda papel e cobre.

Bárbara Fernandez: filha de José e Maria (escravos de Antonio Fernandez), 35 a 40 anos, casada, jornaleira (sendo sua principal profissão costurar para ganhar), natural de Porto Feliz, reside em Piracicaba há 6 ou 7 anos.

Joaquim: estava preso em Limeira por lá se encontrar a mando de seu senhor. O juiz julgou que não foram procedentes as acusações.

13 - 1858. Agostinho foi acusado de roubo. Foram achados com ele diversos objetos alheios como: garrucha, cartucheira, carteira, 920 réis em cobre, calças e uma faca. Filho de Vicente, 20 anos +/-, solteiro, roceiro, natural da Franca. Seu senhor reside em Rio Claro. Acusado no artigo 269 com agravante do artigo 16 § 1º. Condenado a 8 anos de prisão. O crime ocorreu em 1851, sendo este documento a apelação que foi para o Rio de Janeiro.

14 - 1861. Francisco e Quintino condenados à pena de morte. Este documento é o pedido de comutação da pena. “Conformando-me com o parecer da secção de Justiça do Conselho d’Estado e usando da atribuição que me confere o artigo 101, parágrafo 8º da Constituição”, comuto em galés perpétuas a pena (Francisco da Costa Carvalho). (junto com o nº 59)

15 - 1862. Benedicto flagrou Antonio Joaquim de Lima com sua mulher Izabel, matando o feitor com uma foice. O feitor trabalhava na fazenda há meio ano. Benedicto: filho de Manoel Congo, 26 anos +/-, viúvo, roceiro, natural de Pirapora, residente em Piracicaba de 2 a 3 anos. Acusado no artigo 193 da lei de 10 de junho de 1835, com os artigos 94 e 62 (galés perpétuas). Foi condenado. Houve segundo julgamento, onde o júri alegou que ele não era escravo de José Viegas Muniz quando cometeu o crime e o feitor não trabalhava na fazenda, contrariando todo o 1º julgamento. Foi absolvido, alegando defesa da honra e de homem casado. (junto com o nº 70)

16 - 1857. André assassinou seu parceiro de nome João, esmagando sua cabeça com uma mão de pilão. Depois foi até a senzala de outro parceiro, de nome Luis, escravo de Jerônimo José de Mello, agredindo-o com a mesma arma, resultando em ferimentos graves. Local do crime: Sítio Prainha, Piracicaba.

Luis: 50 anos, casado, da nação, escravo de Jerônimo de Ágoas Virtuosas MG. Veio com seu senhor visitar o cunhado Antônio F. de Mira. O escravo fica por mais de 30 dias afastado (dano de 50 mil réis). Era feitor na ausência do senhor.

André: 30 anos +/-, solteiro, trabalhador da roça ou qualquer serviço, natural de Alambari MG. Acusado no artigo 193 e 205. Luis tinha dado “uns tapas” tempos atrás em André. Ele alega não ter matado João, mas confessa ter batido em Luis. Pelo ferimento foi condenado a 8 anos de prisão com trabalho e multa correspondente a metade do tempo máximo do artigo 205. Por ser escravo a multa é comutada em 600 açoites e a trazer ferro no pescoço pelo espaço de 1 ano. Pelo assassinato foi absolvido pelo júri. O juiz não concorda e pede novo julgamento. Novamente absolvido.

17 - 1850. João acusado de crime de morte feito em José Serafim. Condenado a 12 anos de prisão com trabalho. Artigo 193. A pena foi comutada em 800 açoites e ferro no pescoço por 4 anos. (ilegível)

18 - 1848. Custódio deu machadadas na cabeça de José de Araújo Silva e quebrou-lhe o queixo. A vítima morreu. Custódio: 30 anos +/-, casado, natural da Costa da África. Processado e condenado a pena de morte. O feitor ensinava as doutrinas aos escravos e Custódio evadiu-se. Antes tinha apanhado por não ter ido fazer fogo na fornalha, como o feitor pediu. Recebeu a pena máxima: o enforcamento.

19 - 1870. José: solteiro, 20 anos, filho de Luciana e Francisco (escravos), natural de Laguna RJ, trabalhador da roça, escravo de Francisco Brigido, de Rio Claro. Estava em Piracicaba fugido há 15 dias. Foi apresentado um recibo de venda em que o escravo se chama na verdade Guilherme, 17 anos, pertencente a Francisco da Costa Bispo. O documento é um auto de perguntas.

20 - 1879. Theodoro. Acusado de matar seu senhor com uma foice em Matto Alto, nesta comarca. O senhor era de uma família importante e o crime causou extrema comoção a todos. Theodoro: 25 anos +/-, roceiro, casado, natural de Joazeiro BA, residente em Piracicaba há 15 anos. O senhor tinha prendido a mulher de Theodoro no vira-mundo por esta fugir anteriormente. O escravo alega que era muito maltratado e sua senhora o responsabilizava pela fuga de sua mulher e por isso seria castigado. Acusado no artigo 1º da lei de 10 de junho de 1835. O réu foi absolvido por falta de provas mesmo confessando o crime. Houve um segundo julgamento e foi absolvido novamente. Para o promotor a lei começou a ser violada quando foi feito o sorteio dos jurados. Também alega que faltaram testemunhas importantes. (junto com o nº 55)

21 - 1881. Anselmo estava fugido e se encontrava na vila de Santa Bárbara. Bertholino Rodrigues da Silva e José Amaral de Carvalho tentaram prendê-lo por acreditar que ele era escravo fugido. Ele reagiu e matou Bertholino a facadas. Anselmo: 50 anos, natural de Nazaretti, roceiro, morador na fazenda de seu senhor há 15 anos. Fugiu por seu senhor tê-lo castigado. Julgado no artigo 193 com agravante 1 e 6 do artigo 16. Atenuantes: cometeu o crime em defesa própria e sofreu agressão primeiro. Condenado no grau mínimo do artigo 193, 6 anos de prisão com trabalho que foi comutada em 50 açoites e ferro no pé por 3 meses.

2 - 1881. Romão acusado de matar o escravo Domingos, do mesmo senhor, com uma facada. A vítima morreu. Romão: 14 anos, natural de Piracicaba, solteiro, agricultor e escravo doméstico. Matou Domingos após uma discussão. Acusado no artigo 193, 19 da lei 2033 de 2 de abril de 1871. O réu foi absolvido pelo júri que alegou imprudência durante a briga.

23 - 1878. Benedicto feriu com uma faca Bento, escravo do padre Joaquim Cypriano de Camargo. O fato ocorreu no Bairro Alto, Piracicaba. Dano do ferimento: 300 mil réis, podendo trabalhar antes de 30 dias. Bento tinha dado uma relhada em Benedicto por desavenças anteriores. Acusado no artigo 205 com agravantes dos parágrafos 1 e 6 do artigo 16. Benedicto: 18 anos, filho de Cândida, solteiro, pedreiro, natural de Piracicaba. Foi absolvido, pois o júri entendeu que ele não provocou o conflito e se defendeu das relhadas de Bento.

24 - 1857. Tobias. Este documento é um processo de recurso. Artigo 438 § 3º do regulamento nº 120 de 30 de janeiro de 1842. Pede a revogação da sentença do artigo 169 do Código Criminal. Em 1856 Lindulina foi ao teatro e ao retornar viu que sua casa tinha sido roubada. Ela acusa Tobias, pois este estava tentando trocar dinheiro e moedas com outras pessoas. O recurso não foi aceito. O senhor foi tido como cúmplice e obrigado a pagar. (continua no nº 34)

25 - 1875. Antonio estava pernoitando na casa de Joaquim de tal, na estrada do Limoeiro junto com Joaquim Miguel, que o conduzia. Antonio toma-lhe a faca e mata-o. Condenado no artigo 193. Antonio: filho de Manuel e Feliciano, 31 anos +/-, casado, natural de Areas, nesta comarca, roceiro. Estava fugido há 3 anos em Minas Gerais. Esteve preso por 3 meses em São Gonçalo da Campanha. Joaquim

Miguel vinha conduzindo-o de volta para seu senhor e disse que ele era brinquedo na fazenda e que seria castigado quando chegasse. Antônio disse que seu senhor comprou seu corpo, mas não seu coração e ficou magoado com as ofensas que Joaquim Miguel vinha lhe fazendo. Agravantes: artigo 16, parágrafos 3º-5º e 15º. Foi condenado a galés perpétuas. Houve novo julgamento, sendo o escravo processado no artigo 193 grau médio. Porém, o artigo 60 comuta a pena em 200 açoites e a trazer ferro no pescoço por 1 ano. Foi condenado no artigo 193, 12 anos de prisão com trabalho (comutado na pena acima). (junto com 47 e 48)

26 - 1866. Basílio acusado de tentativa de homicídio contra seu senhor com um tiro de espingarda. Basílio: 30 anos, filho de Fidélis, solteiro, alfaiate e roceiro, natural de Barra Mansa RJ, reside em Piracicaba há 1 ano e meio. O senhor recebeu um tiro no braço direito quando abria a porteira. O tiro veio do mato. A suspeita caiu sobre Basílio, pois este estava passando pela região e não se encontrava com os outros escravos. Também porque havia adquirido uma espingarda de outro escravo e se desfez dela quando ocorreu o crime.

27 - 1866. Modesto e Bonifácio. Acusados da morte do feitor Elizeo Rodrigues de Barros. São presos 31 escravos acusados da morte, autuados e respondem ao inquérito policial. O feitor castiga o escravo Modesto. Os outros reagem e o matam com enxadas. O crime ocorreu na fazenda Corumbatahy. Foram acusados os escravos David, Modesto, Bonifácio, Braz, Firmiano, Paulino e Frederico. Destes, Bonifácio, Modesto e Paulino são apontados como principais, que seus golpes foram os responsáveis pela morte do feitor.

Bonifácio: 40 anos, casado, africano, roceiro, natural da Costa da África (Mina).

Modesto: filho de Salvador e Joana, 20 anos, solteiro, roceiro, natural da fazenda.

David: 50 anos, africano, morador na fazenda há 40 anos, solteiro, roceiro.

Braz: 50 anos, casado, roceiro, africano, reside há muitos anos na fazenda.

Firmiano: 30 anos, casado, roceiro, natural da fazenda.

Paulino: 40 anos, casado, roceiro e pedreiro, africano (Costa da Mina).

Frederico: 30 anos, casado, roceiro, africano (Cabinda).

Acusados no artigo 1º da lei de 10 de junho de 1835. Todos absolvidos exceto Paulino, que foi julgado como responsável pela morte do feitor. Foi condenado a morte. Houve recurso pedindo novo julgamento a Modesto e Bonifácio, por entender que eles também eram responsáveis pelo crime, pois eles que seguraram o feitor e o atacaram com enxadas. Porém, foi Paulino que deu uma enxadada na nuca do feitor

e foi esta que o matou. A pena de Paulino foi comutada em galés perpétuas pelo Imperador. (o processo tem 200 páginas)

28 - 1879. Sebastião matou 2 pessoas. O juiz o condenou a galés perpétuas da lei de 10 de junho de 1835, artigo 1º. Tinha 30 anos. Preso em 1879 morreu na cadeia em 1886 de tuberculose. O documento só aborda a morte do escravo na cadeia.

29 - 1880. Pedro. O documento é uma cópia da sentença condenatória. Condenado no grau mínimo do artigo 205. O documento se refere à aplicação da pena, para provar se estava sendo cumprida. Há no documento um “auto de collocação do ferro”. (junto com o nº 3)

30 - 1882. Cezário. O documento é uma Autuação de Acordão da Relação de São Paulo. A pena de morte a que foi condenado o escravo foi transformada em galés perpétuas por não haver unanimidade no 4º quesito do processo. (junto com o nº 6)

31 - 1870. Eusébio feriu com uma faca Antônio José e sua mulher (do escravo) Engracia, pois os encontrou em adultério. O crime ocorreu na fazenda Boa Vista. Eusébio: filho de Isabel, 25 anos +/-, casado, roceiro, natural de Socorro SP, residente em Piracicaba há 11 ou 12 anos. Dano causado em Antonio José: 10 mil réis. Julgado no artigo 192 combinado com o artigo 2º, parágrafo 2º. Condenado no grau mínimo do artigo 205 do Código Penal, 1 ano de prisão com trabalho e multa correspondente a metade do tempo. Comutada em 150 açoites e ferro ao pescoço por 6 meses. Ao caso de José Antonio o réu é condenado ao artigo 211, que não dá lugar ao procedimento oficial. (junto com 73)

32 - 1860. José Benguella matou sua mulher Eva com 2 facadas. Queria manter relações sexuais com sua mulher, mas ela resistiu e houve discussão. Ela era infiel havia tempos e já o havia traído com outros escravos. José Benguella: 50 anos, africano (Benguella), roceiro, residente na fazenda Algodal há 6 anos. Condenado no grau mínimo do artigo 193 do Código Penal, 300 açoites e ferro no pescoço por 2 anos. Atenuante: artigo 18 § 4, 6, 8. (junto com o nº10)

33 - 1859. José foi acusado de entrar na casa de Gertrudes Maria e feri-la, assim como ferir sua filha menor Zeferina. José: seu senhor é de Mogi Mirim, 20 anos, solteiro, natural da Costa, roceiro. O crime ocorreu na casa de Joaquim José Correia,

na freguesia de Santa Bárbara. O réu estava com uma faca e uma foice. Pede-se a condenação no grau máximo do artigo 271 combinado com 34 e agravantes artigo 16 § 1, 6, 14. Quando ocorreu o crime o réu estava fugido. Fugiu quando ia para Limeira a mando de seu senhor. Foi absolvido por falta de provas e as vítimas não viram o agressor, pois estava escuro.

34 - 1856. Tobias. Autuação de uma petição de queixa contra Tobias. Lindulina não o viu roubar, mas acredita que foi Tobias pela sua fama de ladrão. Acusado no artigo 269. Tobias: 20 anos, solteiro, natural de Corumbatahy (Piracicaba), trabalhador de tudo. Ele se declara inocente, atribuindo a acusação a intrigas. O réu foi absolvido. Foi pedida apelação (nº 24). Este é o 1º julgamento o 2º é o documento nº 24.

35 - 1873. Luis (escravo de André Ferraz de Sampaio) e José Benedito de Cerqueira brigavam próximo a ponte nova do córrego Itapeva. Foram avisados para parar pelos guardas policiais Jenuíno José dos Santos e Galdino da Rocha Campos. Os dois foram presos. Luis é acusado por José de roubar um feixe de lenha.

José: 16 anos, solteiro, pedreiro, natural de Piracicaba (dano de 10 mil réis).

Luis: 60 anos, roceiro, africano. (dano de 30 mil réis).

Os dois brigaram e atiraram pedras um no outro. Artigo 201. Luis foi condenado no grau mínimo do artigo 201 do Código Criminal. Um mês de prisão simples e multa correspondente a metade do tempo. Comutada em 5 açoites e a trazer ferro no pescoço por 8 dias. José foi condenado a mesma pena (1 mês de prisão simples e multa correspondente a metade do tempo, pagas pelo seu tutor Raphael Antonio de Camargo a metade dos custos dos autos pelos bens do mesmo).

36 - 1863. Benedicto matou outro escravo da mesma senhora, também de nome Benedicto. O assassino: 50 anos, casado, caseiro e roceiro, natural da Costa d'África, residente em Piracicaba há 12 anos. Os dois haviam brigado na fazenda de Francisco Franco da Silva, onde trabalhavam. O assassino estava lá alugado há 1 ano. Benedicto matou seu sogro, pois alegou que era culpa dele que a filha não o queria mais. Matou o sogro com uma foice e depois fugiu por 7 dias. Apanhou e foi para cadeia quando foi achado. Foi absolvido do crime, pois o júri alegou legítima defesa.

37 - 1877. Pedro é acusado de matar o velho João Francisco de Camargo em "caminho da Charqueada". Acusado no artigo 193 do Código Criminal. Circunstâncias agravantes parágrafos 1, 5 e 6 do artigo 16. O escravo se diz inocente, pois, para

ele, isso foi armação de um outro senhor que tinha ódio dele. Pedro: natural de Piracicaba, lavrador, solteiro, 19 anos. Foi absolvido, pois o júri entendeu que ele não matou a vítima.

38 - 1867. Ângelo e Josezinho. O documento é somente o Auto de Execução da Sentença Criminal, é a verificação e a aplicação da pena. (junto com o nº 4)

39 - 1826. Francisco. O documento inquirir testemunhas com a finalidade de descobrir que deu pancadas em Anna Joaquina. Ela foi bastante maltratada. Foi apontado pelas testemunhas o escravo Francisco. As testemunhas também dizem que Anna Joaquina estava bêbada e Francisco não. Não apresenta mais nada. (junto com o nº9)

40 - 1878. Sebastião é acusado de matar a senhora e o administrador Carlos Ferraz, da fazenda. O escravo alega que matou os dois junto com seu irmão Simão e Firmo (escravos da mesma senhora) a golpes de foice. Disse que cometeu o crime porque a senhora mandara amarrar a escrava Thereza, mãe dele, para levá-la ao tronco e castigá-la de bacalhau e palmatória por 9 dias e depois levar ferro nos pés e pescoço. Com isso, Ignácio, marido de Thereza, pergunta por qual motivo iam castiga-la e o feitor responde que não tinha que dar satisfações para negros e agrediu Inácio com cacetadas na cabeça. O escravo Sebastião diz que era maltratado pela senhora e que não havia descanso. A senhora também prometeu que quando tivesse que castigar os pais de Sebastião, também castigaria seus irmãos e a ele. Quando Sebastião vê seu pai apanhar corre em direção ao feitor e o ataca com uma enxada. Vendo a briga a senhora tenta separar e acaba atacada também por outros escravos. O feitor foge e é perseguido pelos escravos. Também foi ferido Antonio Lopes de Carvalho, porém, este não morreu (danos de 30 mil réis), pois fugiu para o mato. Sebastião, Simão e Firmo correm atrás de Carlos Ferraz, que já ferido não consegue fugir e acaba sendo alcançado e morto a enxadadas.

Sebastião: filho de Thereza, 28 anos, casado, roceiro natural de Piracicaba, residente na fazenda Congonhal.

Firmino (Firmo): natural de porto Feliz, lavrador, 24 anos, solteiro. (nega sua participação no crime).

Antônio: filho de Luis e Maria, 40 anos, solteiro, lavrador, natural de Campinas, residente em Piracicaba há 30 anos.

Simão suicidou-se.

Sebastião é acusado da morte da senhora no artigo 1º da lei de 10 de junho de 1835. Na morte do feitor são acusados Sebastião, Simão, Firmo, Antonio e Christina, esta última por ter indicado para onde o feitor correria e se escondera. Mesma pena que Sebastião.

Condenação: Firmino e Antonio mataram o feitor, porém, o júri decidiu que Carlos Ferraz não era feitor da fazenda no momento do crime e que estes não eram escravos da senhora. Condenados no grau médio do artigo 193 do Código Criminal, comutado em 100 açoites e a trazerem ferro no pescoço por 1 ano.

Sebastião matou D. Gertrudes e Carlos Ferraz, mas também foi falado que não era escravo da senhora e o feitor não trabalhava na fazenda. Condenado no grau médio do artigo 193 para as 2 mortes, comutada em 200 açoites (100 para cada morte) e ferro no pescoço por 2 anos. Foi pedida apelação pelo juiz (artigo 79 nº 1 da lei de 3 de dezembro de 1841) porque a decisão do júri vai contra as provas e confissões. No segundo julgamento, Sebastião é condenado no artigo 1º da lei de 10 de junho de 1835 porque o júri reconheceu que ele era escravo de D. Gertrudes e que Carlos Nunes Ferraz era feitor na fazenda. Foi condenado a galés perpétuas por não haver unanimidade do júri nos quesitos. (170 páginas). Obs: O fato de negar que os escravos eram da senhora e que o feitor não trabalhava na fazenda era pra livrar os escravos da lei da pena de morte.

41 - 1842. Manoel Curto, Joaquim Gramd, Estevam, Marcellino, acusados de matar Antonio Joaquim de Camargo. Houve uma briga entre Manoel Curto e o feitor. Joaquim Gramd (Grande), vendo os 2 se pegarem, deu com o olho da enxadada no feitor, matando-o. O crime ocorreu na freguesia de São João do Rio Claro. Os escravos foram mandados da fazenda Paraízo, por José Ferraz Pacheco (administrador), para outra fazenda de nome Laranja Azeda, para trabalharem na capinação de cana. Durante a briga, Marcellino e Estevam, vendo os 2 no chão, também são acusados de darem enxadadas no feitor.

Joaquim Gramd: natural de Moçambique, acusado de matar o feitor.

Manoel Curto: natural de Moçambique, acusado de matar o feitor.

Marcellino: natural de Moçambique.

Estevam: natural de Moçambique.

Foi pedida a condenação dos escravos no artigo 192, sendo que Joaquim e Manoel como autores do crime e Marcellino e Estevam como cúmplices. Joaquim foi condenado pela morte do feitor com agravantes no artigo 16 parágrafos 5, 6, 7,

15. Manoel também foi condenado pela morte com agravantes 5, 7, 16. Os 2 são condenados a morte pela força. Marcellino, assim como Estevam, não praticaram a morte do feitor e foram absolvidos.

42 - 1862. Valentim com uma espingarda disparou um tiro contra seu irmão, que faleceu. Matou Valério de 14 anos. Valentim: solteiro, brasileiro, natural de Piracicaba, 7 anos. Para o júri o crime foi acidental. “A prisão não seria um lugar ideal para um menor de idade”.

43 - 1856. Caetano agrediu com um chicote (pedaço de couro) Garcia Bitancourt, que se achava trabalhando no quintal da casa de José Marques Vieira, nesta villa. Caetano: natural do Congo, residente em Piracicaba há 20 anos, carpinteiro e pedreiro, 40 anos, casado. O escravo agrediu Garcia de 17 anos apedido da mulher de José M. Vieira, D. Maria. A mulher pediu para o escravo dar uma surra no menino, pois este era muito malcriado. Garcia trabalhava na casa, era criado ou camarada. O escravo alega ignorância e que fez aquilo para obedecer a um branco. Condenado a 1 mês de prisão simples e multa correspondente a metade do tempo. Grau mínimo do artigo 201 do Código Criminal. Pena comutada em 400 açoites e ferro no pescoço por 6 meses.

44 - 1825. João. O documento é uma Devassa Ex-offício pelo assassinato do escravo João. São inquiridas mais de 30 testemunhas, sendo que muitas delas apontam como culpado o escravo José, do mesmo senhor. Porém, o documento não esclarece mais nada.

45 - 1879. Jorge matou o escravo Florêncio pertencente a D. Theolinda Maria de Cerqueira. Jorge: 23 anos, solteiro, filho de Maria (escrava), natural de Piracicaba, roceiro. Estando na venda Guaramirim, Jorge é agredido por Florêncio com um “cacete”. Os escravos já tinham desavenças anteriores, pois Jorge quis ter relações ilícitas com a irmã de Florêncio e também porque um parceiro de Jorge tinha brigado com um parceiro de Florêncio. Florêncio dizia que Jorge e seus senhores moços eram valentes e já tinham tentado brigar com ele e seus parceiros escravos. O escravo Jorge, ao cair no chão com Florêncio, pega a faca deste e o mata. Absolvido por entender que ele agiu em defesa própria.

46 - 1879. João subiu no passo com um balde. Caiu e bateu o pescoço na borda

do balde e acabou falecendo (fratura na coluna vertebral). O documento inquirir algumas testemunhas e apresenta o corpo de delicto. A promotoria entendeu que o escravo se matou pelo “desgosto de seu estado de escravidão”.

47 - 1869. Antonio. O documento é a execução da sentença criminal. Condenado a 200 açoites e a trazer ferro no pescoço por 1 ano, por assassinar a preta Sophia, escrava do mesmo senhor. Artigo 193 do Código Criminal. São 50 açoites por dia (25 de manhã e 25 a tarde). (junto com o n° 48 e n° 25)

48 - 1868. Antonio foi preso na freguesia do Espírito Santo do Pinhal. Estava fugido por ter matado a preta Sophia da mesma fazenda da Serra Negra, de José Rodrigues Caldeira. Antonio: filho de Manoel e Felicidade (escravos de Coutinho, da cidade de Arêas), 30 anos, casado, roceiro, natural de Arêas. Antonio se desentendeu com o administrador da fazenda Manoel Rodrigues Caetano. Este deu com um “cacete” em Antonio que o ameaçou com uma espingarda. O escravo suspeitava que Sophia e o administrador mantinham relações ilícitas. Com a ameaça de castigo feito pelo administrador, Antonio foi se apadrinhar com um vizinho. Antonio ouviu Sophia aconselhar o administrador a castigá-lo. Ele se enfureceu e a atacou com uma foice. Com os golpes arrancou um braço de Sophia e depois a golpeou na cabeça, matando-a. O escravo já tinha atacado anteriormente seu ex-senhor, o Padre José Valeriano de Souza e foi condenado a 200 açoites. Condenado no grau médio do artigo 193 do Código Criminal. Pena comutada em 200 açoites e a trazer ferro no pescoço por 1 ano. (junto com o n° 47 e n° 25)

49 - 1848. Joaquim e Pedro (libertos) e Joaquim, Antonio e outros escravos. Houve uma reunião da casa de Joaquim (liberto) e foi falado que no dia 7 de setembro todos os escravos ficariam livres e que se fosse preciso correria sangue dos que se opusessem.

Pedro (liberto): natural da Costa da África, reside em Piracicaba há 25 anos, vive de jornais.

Joaquim (liberto): natural da freguesia da Conceição, SP, reside em Piracicaba há 12 anos, profissão camarada do Vigário, pagando o dinheiro que o padre pagou por sua liberdade.

Antonio: escravo do finado Manoel José de Oliveira, morador desta vila há 4 anos.

Joaquim: escravo de Manoel Soares.

Pedro foi tido como principal agente da insurreição. Condenado no artigo 113, 114, 115 e 119. Houve recurso e foi absolvido por falta de provas, de confissões e pela rebelião não ter ocorrido.

50 - 1880. Bibiano tinha ido procurar padrinho por andar fugido. Foi para casa de Manoel Germano Dias, na rua direita desta cidade. Luciano de tal, Guilherme Alves e Antonio de tal quiseram prendê-lo, porém, travaram uma luta com ele e Bibiano acabou matando Guilherme Alves com um canivete. Acusado no artigo 193 do Código Criminal. Guilherme Alves sofreu um ferimento de canivete (dano de 100 mil réis) e morre dias depois. Bibiano: natural do Maranhão, 20 anos +/-, residente em Piracicaba há 6 anos, oleiro, filho de Ignácio e Maria (escravos). Bibiano alegou ter fugido por seu senhor quere-lo morto ou castigá-lo. Sendo assim, o escravo foi até o sítio de Luis Duarte Novais para pedir que o comprasse. Ao voltar, com medo do castigo, parou na casa de Manoel Germano Dias afim de apadrinhamento. Bibiano estava perturbado por haver bebido 4 vinténs de aguardente. Foi absolvido por entender que ele agiu em defesa própria.

51 - 1883. Agostinho, escravo de Francisco Antonio da Rocha e Ricardo Cezar de Mattos. Agostinho matou o feitor Antonio Ribeiro Fernandez com facadas após este dar-lhe relhadas. O crime ocorreu na fazenda Santa Cruz. Agostinho: 20 anos, solteiro, roceiro, filho de Genoveva, natural de Maria Pereira, Ceará, reside em Piracicaba há 12 anos. O escravo alegou que na ausência de seus senhores o feitor castigava os cativos. Disse que combinaram para matá-lo, mas só ele o fez. Os 15 escravos que estavam presentes na hora do crime acusam somente Agostinho. O júri nega que Antonio Ribeiro Fernandez era feitor na fazenda e diz que o escravo era menor de 21 nos (atenuante Artigo 18 parágrafo 10). Condenado no grau mínimo do artigo 193 do Código Criminal. Pena de 6 anos de prisão com trabalho, comutada em 120 açoites e a trazer ferro no pé por 1 ano.

52 - 1858. Simão e outros escravos. O administrador Joaquim Ferreira de Toledo ia desta cidade (Piracicaba) para o sítio de Torquato da Silva Leitão, onde administrava. No caminho encontrou um escravo do senhor, Balduino, que o atacou com uma foice. Logo apareceram mais 5 escravos para pegá-lo.

Dionízio: natural da fazenda Boa Vista (Piracicaba), filho de Manoel Cabinda e Thereza (escravos), 16 anos, casado, roceiro.

Hilário: filho de Francisco e Ritta (escravos), 16 anos, casado, roceiro, natural de Piracicaba (fazenda).

Balduino: filho de Serafim e Joaquina (escravos), 20 anos, casado, roceiro, natural de Piracicaba (fazenda).

Simão: filho de Manuel e Thereza (falecidos), 21 anos, casado, roceiro, natural de Piracicaba (fazenda).

João Angola: casado, roceiro, natural de Monjolo (Angola).

Dionízio, Hilário e Balduino são tidos como os responsáveis pelo crime. Simão e João são absolvidos. Os outros 3 são condenados na parte final do artigo 1º da lei de 10 de junho de 1835, pois o feitor morre dias depois. Condenados a 600 açoites cada e a trazer ferro no pescoço por 1 ano. Os escravos alegaram maus-tratos, judiação, fome, etc.

53 - 1870. Guilhermino. (não encontrado)

54 - 1877. Claudino matou sua companheira preta Generosa (liberta) com uma faca. O escravo é considerado de má índole, pois, há tempos, já havia ferido com uma faca o escravo Benedicto e ferido Felícia com um caco de telha. O crime ocorreu na rua da Glória. Claudino: 50 anos, solteiro, natural de Porto Feliz, ferreiro, filho de Miguel e Maria (escravos), reside em Piracicaba há 30 e tantos anos. O réu alegou que não a matou. Ela estava bêbada e quando ele chegou da rua já encontrou-a morta. Tinha sangue nas mãos, porém, ele disse que matou 2 porcos no mato. Foi absolvido.

55 - 1879. Theodoro matou seu senhor Antonio Fernando de Barros com uma foçada na cabeça. Este documento é o traslado das principais peças do processo-crime. (junto com o nº 20)

56 - 1871. Fabiano e Luis. Auto de corpo de delicto feito em Fabiano em Campanha da Princesa, MG. São apontadas pelos peritos cicatrizes nas nádegas do escravo, causadas por bacalhau e são tidas como desumanas e exageradas. Fabiano: 28 anos, solteiro, filho de Pedro e Maria (escravos), natural da cidade capital da Bahia, roceiro e tocador de tropa. O escravo estava fugido há 3 meses de Rio Claro e se encontrava em MG. Foi preso na freguesia de São Gonçalo na fazenda de Francisco Coelho. O escravo alegou que seu senhor dava pouca comida e pouca roupa (só angu e feijão mal temperados e um parcelho de camisa de manga curta e calça). Fala

também que fugiu junto com seu parceiro Luis, que conseguiu fugir quando ele foi preso. Luis também apresenta cicatrizes resultantes de castigos exagerados. Os 2 ficaram inabilitados para o trabalho por mais de 30 dias (dano de 40 mil réis). Luis: 31 anos, filho de Ritta parda (escrava), solteiro, natural de Campanha da Princesa, MG, oficial de alfaiate. Apanhou por 3 dias, 2 vezes ao dia, das 9 horas da manhã até as 3 horas da tarde, surrado por 3 pessoas diferentes, cada uma por sua vez, e mais 8 dúzias de palmatórias. Isso por ter dado algumas respostas ao feitor Antonio de tal. Os ferimentos se deram há 9 meses na fazenda de seu senhor, denominada Boa Esperança, em Piracicaba. Também ele diz que seu senhor não tratava bem os doentes, que o senhor dizia que estes estavam fazendo manha. Diz também que ficou muito tempo sem andar, a não ser de gatinho, e sem por as calças ou ceroulas. Sendo assim, é pedido que se abram 2 processos contra o senhor, por graves ofensas físicas.

Jeremias Ferraz de Andrade (senhor): 34 anos, filho de José Jeremias Ferraz e Maria da Luz de Andrade, casado, lavrador, natural de Campinas. Ele é o réu. O senhor e as testemunhas afirmam que ele sempre foi um bom senhor e não castigava os escravos. as testemunhas são o feitor, um ex-feitor e outros conhecidos do senhor. Sendo assim, o juiz julga improcedente o processo. Também não há provas.

57 - 1878. Jorge matou sua mulher Libania com 2 facadas na fazenda de seu senhor Antonio Narciso Coelho. Libania: filha de Lourenço (escravo), 22 anos, casada, roceira, natural de Piracicaba. Ela falece 2 dias depois.

Jorge: filho de Justo e Gabriela (escravos), 21 anos, casado, roceiro, natural de Capivary, reside em Piracicaba há 9 anos. Jorge alegou que a mulher era falsa e andava com outros escravos da casa e quando perguntou o motivo de andar com outros homens, ela o insultou. Já ela, alegou que Jorge reclamou da comida e a agrediu, enforcando-a e depois a esfaqueando. Jorge disse também que flagrou sua mulher em adultério com seu parceiro Cândido. O réu foi absolvido por entender que ele cometeu o crime em defesa de sua pessoa e direitos.

58 - 1856. André. (não encontrado)

59 - 1860. Francisco e Quintino mataram o feitor com enxadadas na cabeça. Atacaram o feitor Francisco Boava, pois este estava castigando Francisco e costumava castigar exageradamente. Quintino deu a 1ª enxadada.

Francisco: natural da Costa da África, reside na fazenda Bom Jardim (Piracicaba) há 2 anos, carpinteiro e roceiro, solteiro.

Quintino: natural do Maranhão, reside na fazenda há 5 anos, roceiro, 25 anos, casado. Condenados na 1ª parte do artigo 1º da lei de 10 de junho de 1835. Comutada em galés perpétuas pelo Imperador. (junto com o nº 14)

60 - 1874. Camillo. Translado do processo. O escravo matou Ignácio de Miranda.

Camillo: natural de Bananal nesta província, reside no distrito de Itaquiry há 6 anos, lavrador, 35 anos, filho de Lúcia, solteiro.

Estava na casa de Ignácio Miranda por se achar fugido de seu senhor. A noite, foi até a cama da filha de Ignácio, que o rejeitou. O pai sabendo do ocorrido ficou furioso e armado de uma mão de pilão foi tirar satisfações com o escravo. Camillo pegou uma espingarda de Ignácio e atirou, mas não tinha munição. Sendo assim, pegou uma foice e atacou, matando-o. Fugiu de seu senhor de Itaquiry de São João de Rio Claro e foi para a freguesia de São Pedro, na casa de Ignácio. Condenado no grau mínimo do artigo 193 do Código Criminal, 6 anos de prisão com trabalho, comutada em 200 açoites. Foi apelado para a Relação do Distrito. Além da pena, o réu foi condenado a trazer ferro no pescoço por 2 anos.

61 - 1873. João. Comutação de pena de morte em galés perpétuas. João matou seu senhor Joaquim Barbosa de Oliveira. Ordem dada pela princesa imperial.

62 - 1886. Luíza. A filha da escrava Luíza, a ingênua Josepha, apareceu morta no distrito de Santa Maria com uma corte no pescoço. Luíza é a principal suspeita do crime. O promotor usou o artigo 74 do Código Criminal.

Luíza: 25 anos +/-, filha de Felizarda e Pedro, solteira, natural de Brotas, cozinheira, mora em Santa Maria há 2 ou 3 anos. O promotor pediu condenação da ré no grau máximo das penas do artigo 193 com agravantes do artigo 16, parágrafos 1, 4 e 6. A ré foi absolvida.

63 - 1867. Benedicta. Acusada de matar seus 3 filhos: Bárbara (6 anos), Jerônimo (4 anos) e Joaquim (12 anos). Matou-os com um cacete na nuca. Incurso no artigo 193, grau médio. Condenada a 12 anos de prisão com trabalho, comutada em 300 açoites na forma do artigo 60 e a trazer ferro ao pescoço por 3 anos. O documento é a Execução de Sentença Criminal.

64 - 1865. Adão é acusado de matar a parda Francisca (16 anos), escrava do capitão Manoel José da Conceição.

Adão: 17 anos, solteiro, agricultor, natural de Brotas, reside em Piracicaba há 8 anos. Segundo ele e testemunhas, a morte de Francisca foi acidental. O escravo Adão ao ver uma cascavel em sua senzala, foi até seu senhor emprestar uma espingarda, mas o senhor não estava. Sendo assim, o escravo foi na casa de um feitor e pegou emprestada uma espingarda. Algumas mulheres, entre elas Francisca, foram presenciar o ato. No entanto, a espingarda esbarrou no batente da porta, ocasionando um tiro que atingiu Francisca e a matou. Foi absolvido alegando um fato acidental.

65 - 1884. Tertuliana (ex-escrava de José Emílio Vieira de Moraes). Apelação Crime. O Juiz de direito (apelante) e Tertuliana (apelado).

Tertuliana matou com um machado sua filha Marinha, feriu mortalmente a Pedro e gravemente a Benedicta, todos seus filhos e ingênuos. O crime ocorreu na cozinha do sítio do seu senhor no bairro do Pau Queimado (Piracicaba). Apresentou-se à polícia espontaneamente. Marinha: 2 anos e 2 meses de idade (morta imediatamente), Pedro: 6 anos (morre 7 dias depois) e Benedicta: 8 meses de idade (ferida).

Tertuliana: 25 anos, filha de Gabriel e Maria, solteira, cozinheira, natural de Vila de Santo Amaro, desta província, residente em Piracicaba há 2 anos. Matou os filhos porque seu senhor acreditava em enredos dos vizinhos que a chamavam de ladra e de outros nomes insultuosos. Ela alegou que seu senhor a tratava bem e não castigava, mas queria ver-se livre dele e já havia pedido que a vendesse. Pedro, ferido, falou para o feitor que foi sua mãe a autora do crime. Ela também disse que seu senhor a procurava para fins libidinosos e ela não queria por ele ser doente. Acusada no artigo 193 e 205 com agravantes dos parágrafos 4 e 6 do artigo 16. Condenada no grau máximo do artigo 193 e 205 do Código Penal. Galés perpétuas, deixando de fazer a condenação nas penas do artigo 205 a vista de disposições do artigo 62, em virtude do artigo 45 81º. Condena a ré a prisão perpétua com trabalho, em substituição a de galés. Foi pedido outro julgamento por seu curador. Seu senhor, por ser doente e reduzido a intensa pobreza, não tem recursos para continuar defendendo a ré. Sendo assim, ele deliberou abandonar o domínio que possuía sobre ela (ex-escrava). No 2º julgamento, o júri alegou que ela não tinha pleno conhecimento do mal e direta intenção de praticá-lo. Cometeu o crime aterrada de ameaças, se achava em estado de loucura transitória, violentada por forças ou por medo irresistíveis. Foi absolvida. O juiz apela para o Tribunal de Relação do Distrito. Em 1886, no 3º julgamento, o ex-senhor falece. Novamente absolvida.

Discurso médico: 1º: perturbações morais e terrores súbitos, pelo seu estado de escravidão, que produz alienação mental. 2º: pode haver suspensão menstrual, bruscamente, e determinar hemorragia cerebral suplementar, alterando as faculdades mentais. 3º: a hiperemia do cérebro consecutiva a suplência brusca das regras pode produzir alterações das faculdades mentais, caracterizando-se por acessos de loucura.

66 - 1873. Feliciano. Condenado no grau médio do artigo 193, 12 anos de prisão com trabalho, comutada em 200 açoites (porém sofreu 250) e ferro no pescoço por 1 ano. Execução de sentença criminal (junto com o nº 68).

67 - 1856. Francisca. (não encontrado)

68 - 1873. Feliciano tentou matar seus 2 filhos: Cândido de 5 anos e Paulo de 1 ano. Atou um laço de cipó ao pescoço de Paulo e atirou-lhe com a cabeça ao tronco de uma árvore, produzindo vários ferimentos.

Feliciano: natural de Piracicaba, solteiro, 26 anos, cozinheira. Feliciano bateu em Cândido por este não a obedecer. A senhora dizia que ela só batia nele e não em Paulo, pelo fato do último ser ingênuo. As duas discutem e a senhora dá uns tapas em Feliciano, que segura o braço da senhora para não apanhar mais. Sendo assim, a senhora diz que vai contar ao marido para castigar a escrava. Por isso, decidiu se matar e matar os filhos. Depois de matar Paulo ela desistiu de matar Cândido por estar impressionada com o que fez. Tentou se enforcar, mas perdeu os sentidos, caiu e foi socorrida. Como não conseguiu enforcar Paulo, bateu a cabeça dele ao encontro de um pau de peroba podre. Condenado no grau médio do artigo 193 do Código Criminal (12 anos de prisão com trabalho, comutada em 200 açoites e a trazer ferro ao pescoço por 1 ano). (junto com o nº 66)

69 - 1861. Antonio. Condenado no grau médio do artigo 264, parágrafo 1º do Código Criminal, 3 anos e 3 meses de prisão com trabalho e multa de 12,5% do valor do objeto vendido, comutada em 75 açoites e ferro no pescoço por 1 ano. Execução de Sentença Criminal. (junto com o nº 8)

70 - 1862. Benedicto. Execução de Sentença. Porém, há muito tempo já tinha sido recurso e foi absolvido. (junto com 15)

71 - 1831. Lucas. Devassa ex-officio. O documento inquiriu 30 testemunhas para saber quem causou ferimentos em Lucas, escravo de Francisco José Machado.

72 - 1868. Vicente. Justificação. O escravo é justificante e Antonio Francisco Barbosa é o justificado. Vicente emprestou seu cavalo (ganhado de seu senhor) para Antonio Bento, que nunca mais o devolveu. No entanto, o escravo descobre que o cavalo está em poder de Antonio Francisco Barbosa. A justificação é alegada improcedente, pois não há provas de que ele vendeu ou emprestou o animal.

73- 1870. Euzébio. Execução de sentença. Condenado no grau mínimo do artigo 205 (1 ano de trabalho e multa correspondente a metade do tempo). Pena comutada em 150 açoites e a trazer ferro no pescoço por 6 meses. Essa pena é pelo ferimento na mulher. Já pelo ferimento em Antonio José, condenado no artigo 201. (junto com 31)

74 - 1873. Quintiliano. Auto de qualificação do escravo Quintiliano, que diz ser de Luiz Manoel da Silva.

Quintiliano: 25 anos, solteiro, roceiro, natural de Barra Mansa, RJ. Encontrava-se fugido há 11 dias quando foi preso em Piracicaba. Alegou ter fugido porque seu senhor o tratava mal, quanto à questão da comida e não dava descanso nos dias santificados. O escravo fica na cadeia até que o dono venha reclamá-lo. Seu senhor, residente em Mogi Mirim, vem buscá-lo.

75 - 1860. Felício matou o escravo Fernando, do mesmo senhor.

Felício: natural da Costa da África, roceiro, 35 anos, casado. Encontra sua mulher e o escravo Fernando juntos e fala para este que se renda. Fernando diz que não vai se render e puxa uma faca, indo para cima de Felício, que se defende pegando uma foice e golpeando Fernando 2 vezes, matando-o. Felício alega que sua mulher tinha 3 filhos com o outro escravo. Condenado no grau médio do artigo 193 do Código Penal (500 açoites e a trazer ferro no pescoço por 2 anos).

76 - 1881. Rosa. Corpo de Delicto. Rosa foi encontrada morta, enforcada. O senhor pede um exame de corpo de delicto antes de sepultá-la. Foi concluído que ela se suicidou.

77- 1824. Lourenço. Devassa ex-officio. São inquiridas 30 testemunhas para saber quem matou o escravo Lourenço.

78 - 1873. Elias e Joaquim. (não encontrado)

79 - Simão. (não encontrado)

80 - 1869. Guilhermina. Matou suas 2 filhas, Justina de 2 anos e uma menina de 15 dias de idade, ainda não batizada.

Guilhermina: 18 anos, solteira, filha de Bento e Justina, doméstica, natural de Itu, residente em Piracicaba há 2 anos. A escrava atirou-se ao tanque do sítio com suas 2 filhas, pois não aguentava os maus tratos da filha do senhor, Izabel, para com sua filhas. A filha mais velha da escrava era do senhor, por isso as filhas legítimas dele a maltratava. Pouco antes de se atirar no tanque, Guilhermina tinha sido castigada. Ela não morreu porque foi salva por um trabalhador do sítio. A ré foi absolvida mesmo confessando o crime. O juiz não concordou e pediu novo julgamento. No 2º julgamento ela nega ter matado as filhas, alegando que elas caíram no tanque. Segundo Guilhermina, a filha mais velha caiu e começou a se afogar e ela foi salvá-la, deixando a mais nova na beira do tanque. Esta escorregou para dentro da água e também se afogou. No 1º julgamento confessou o crime porque a senhora moça mandou. Também foi absolvida no 2º julgamento.



HISTÓRIA E MEMÓRIA

Além do Mútuo Socorro: a importância da Società Italiana para os imigrantes em Piracicaba

FELIPE APARECIDO RODRIGUES

Jornalista formado pela Unimep em 2004, atualmente trabalha como repórter do jornal Gazeta de Piracicaba. É Mestre em Divulgação Científica e Cultural, pela Unicamp, com especialização em Jornalismo Científico pela Unicamp e MBA em Marketing pela Unimep.

Resumo

Este artigo destaca o contexto de criação da Società Italiana di Mutuo Soccorso em Piracicaba. Além do assistencialismo, as entidades procuravam disseminar o sentimento pela terra natal, comemorando datas nacionais italianas, o culto à memória da família real e dos heróis, e campanhas para a arrecadação de donativos que eram enviados à Itália. Entre os objetivos das sociedades com esse perfil estavam os ideais de patriotismo, principalmente, mas também não faltavam atividades relacionadas a outros fazeres dos italianos, como o esporte, a religião, a educação, a cultura e a prática de artes e lazer.

Palavras-chave: associação, cultura, italianos.

"EMIGRANTE - LEIA ESTAS NOTAS ANTES DE PARTIR"
Cartilha distribuída na Itália aos que partiam para o Brasil

Uma das principais características dos italianos que chegaram a Piracicaba e em todo País foi a criação de sociedades de mútuo socorro, para enfrentar os problemas que os afetavam de forma conjunta, preservando a identidade italiana. De certa forma, eles retomaram uma tradição já antiga da humanidade. As sociedades de caráter mútuo ganharam corpo ainda na Grécia antiga, nos séculos V e VI. Elas eram destinadas para diversas áreas, podendo ser de ordem religiosa, econômica social ou política, mas a maior parte se transformou em sociedade de beneficência ou de socorro mútuo, que visavam direito aos funerais. (QUEIROZ)

A fundação de uma sociedade italiana de mútuo socorro em Piracicaba pode ser encarada como uma questão de sobrevivência ao imigrante italiano, dentro de um contexto de opressão trabalhista, violência e estranhamento diante de uma nova realidade que se apresentava na cidade, diferente da Itália. Se os problemas no país europeu eram ligados à questão econômica, no Brasil, a situação se mostrava ainda pior. O acesso a terra estava restrito a um número pequeno de ex-colonos, porém para financiar os momentos de crise dividiam-se as propriedades em pequenos lotes, tornando-se mais acessível à compra. Esta facilidade na compra de terras era muito divulgada pela imprensa e serviu de atrativos para que os imigrantes fossem para Piracicaba, já que não era uma produtora tão forte de café. A questão tornou-se então grande símbolo do progresso e uma característica específica da cidade. (QUEIROZ)

Na verdade, a organização de entidades de caráter assistencial e cooperativo foi comum no final do século XIX em Piracicaba, por conta de um novo contexto que exigia uma mudança de comportamento, mais pautado pela coletividade. Pouco antes e após a Proclamação da República, o município se desenvolveu a passos largos, realizando algumas das obras que iriam redesenhar o perfil local. É dessa época o surgimento de instituições como o Colégio Piracicabano (1881) e o Colégio Nossa Senhora de Assunção (1883), a Santa Casa de Misericórdia (1883), o Serviço de Água (1887), o Mercado Municipal (1888) e a Telefonia (1889). (PERECIN, 1989).

Em Piracicaba, já nas primeiras informações oficiais da presença de italianos no município, encontra-se um ofício de fevereiro de 1865, multando um italiano por falta de licença para realização de negócios na cidade. Era o início de uma relação conflituosa, que marcaria para sempre o modo de viver dos imigrantes no país. A adaptação para muitos italianos era praticamente insuportável, principalmente pelas dificuldades geradas pelo novo idioma. Se havia problemas

de saúde e violência, pior ainda era a impossibilidade de comunicar os desafios para outras pessoas. (ALLEONI, 2003)

Os imigrantes não conseguiam se inteirar, por exemplo, do funcionamento legal do Brasil, além do funcionamento de instituições de saúde e educação. Por isso a criação de colônias se tornou uma prática tão comum nas cidades que contavam com italianos no Brasil, inclusive Piracicaba. Agrupados, os italianos tinham condições de se ajudar, de compreender melhor os problemas que atingiam a todos, como a exploração nas fazendas, engenhos de açúcar, além de problemas de saúde comum às famílias da época, por conta da inexistência de um sistema de saneamento ideal.

A mudança das colônias para as associações foi algo natural dentro desse planejamento dos imigrantes italianos. Foi então que em novembro de 1887 foi fundada a Società Italiana de Mutuo Soccorso em Piracicaba. A sociedade nada mais era do que a junção de uma série de círculos italianos já existentes no município. Buscava-se unir os imigrantes para que fossem resolvidos problemas como os conflitos violentos entre os imigrantes na área rural e as doenças provocadas pela falta de condições básicas de saneamento deixavam os italianos em situação. (ALLEONI, 2003)

As versões sobre a origem da sociedade são distintas. Há quem defenda que a organização teve início no bairro Monte Alegre. Independente das versões, em 1887 foi formada a primeira diretoria da Società. A primeira diretoria foi presidida por Carlos Zanotta e constituída por Giovanni Scolari (vice-presidente), Antonio Ribecco (primeiro secretário), Francesco Martorelli (segundo secretário), Michele Mancini (tesoureiro) e os conselheiros Pasquale Mancini, Nicola Fiore, Raffaele Galli, Giovanni Guidi, Davide Chelotti, Egídio Infantini, Rafaele Altieri, Caetano Villarà, Francesco Ronzio, Vincenzo Bianco, Domenico Castronuovo e Francesco Midaglia. (ALLEONI, 2003)

A documentação referente à Società tem início apenas em 1898, talvez por conta das dificuldades econômicas encontradas pelos italianos no final do século XIX. Eram tempos difíceis, e os italianos ainda discutiam muito quais eram os principais caminhos que deveriam ser tomados em defesa dos imigrantes. As discussões acabaram em ramificações da Società, que terminou por não ser a única associação de caráter de mútuo socorro em Piracicaba. (ALLEONI, 2003)

Por conta de dissidências existentes na época, houve a fundação em 1892 da Sociedade Filhas da Itália Mútuos Socorros em Piracicaba (chamada depois de Circolo Italiano XX de Setembro). As versões referentes à divisão são pouco esclarecidas, embora as suspeitas estejam relacionadas a divergências por conta

dos caminhos adotados pela Società nos primeiros anos de existência. O fervor com que os imigrantes defendiam os argumentos provocou acaloradas discussões, possivelmente o principal motivo da divisão de ideias no final do século XIX. (ALLEONI, 2003)

Em 1898, o Circolo Italiano Meridionale XX Settembre in Piracicaba fez-se a primeira assembléia geral, na casa de Gustavo Müller. Entre os presentes, Leopoldo Lagrecca, Giuseppe Simonetti, Luigi Battista, Salvatore Provenzano, Vincenzo Spirandio, Mauro de Franeschi, Luigi Orsini, Saverio Gagliardi, Luigi Gatti, Biaggio Solibelo, Giovanni Casano, Giuseppe Orofino, Antônio Caprarola, Filippo del Nero, Vincenzo di Prospero, Antônio del Nero e Giuseppe del Nero.

No final do século XIX, a Società Italiana de Piracicaba deu um passo que iria marcá-la para sempre dentro da cidade, tornando-se uma das entidades mais importante na história local. Depois de anos trabalhando de forma improvisada em casas cedidas por membros da entidade, a diretoria adquiriu um prédio próprio para exercer melhor suas atividades, estabelecendo um prédio que se tornou referência para comunidade italiana. (ALLEONI, 2003)

O edifício foi construído com o objetivo de abrigar os serviços de apoio oferecidos aos imigrantes que chegavam a Piracicaba e região e também para manter viva a cultura que acaba sendo importada com a vinda dos italianos. Após anos de trabalho em prol dos italianos de Piracicaba, a sociedade adquiriu uma força invejável e, agora, poderia ter uma sede própria. O número de imigrantes que procuravam a instituição em busca de ajuda aumentou de forma significativa conforme a Società foi se popularizando em Piracicaba. Cada vez mais italianos buscavam por ajuda por conta dos problemas de saúde comuns na época, além da violência que crescia principalmente nas grandes propriedades rurais. (ALLEONI, 2003)

A diretoria da Società viu-se obrigada a dotá-la de um prédio próprio para melhor vincular-lhe afeto a todos. Assim, em 1904, foram emitidas as ações para a construção do prédio, até hoje erguido, sob arquitetura imponente, em uma das regiões mais nobres de Piracicaba. Era o início de um novo capítulo da história dos imigrantes italianos na cidade. Antes, desrespeitados nas fazendas, agora os italianos mostravam força suficiente para construção de um prédio voltado à comunidade.

O objetivo da diretoria da época era construir um centro que intensificasse as relações de amizade entre Brasil e Itália, de maneira a respeitar o Brasil, suas leis e suas autoridades constituídas, além de manter e difundir o uso do idioma italiano e o conhecimento das culturas italiana e brasileira.

Desde o início, a Società ficou marcada pela questão financeira da associação. Na

época, o objetivo maior da sociedade era manter vivo o culto pela pátria; o espírito de italianidade. Mas o forte da entidade sempre foi prover a subsistência dos sócios necessitados, prestando-lhes socorros médicos, farmacêuticos e subsidiários, além do amparo a trabalhadores que eram vítimas de maus-tratos dentro do ambiente de trabalho. (ALLEONI, 2003)

Gastos médicos eram ressarcidos pela Società para associados que prescindiam de cuidados. As doenças na época eram muito comuns por conta da situação em que os imigrantes viviam. Os italianos precisam cuidar de problemas de saúde como tuberculose, meningites, cólera, disenterias, amarelo, esquistossomose, tifo, varíola, febre amarela e malária.

A Società provia os associados de donativos referentes ao pagamento de tratamentos e assistência médica. A água encanada em Piracicaba veio no final do século XIX, mas somente na área central. Não havia preocupação com tratamento e por isso havia infecções gastrointestinais, verminoses, tétano, febre, tifo, tuberculose, sífilis, e alta mortalidade infantil também pela desidratação. (ALLEONI, 2003)

A assistência médica era problemática por causa das dificuldades econômicas e também por conta da comunicação, já que a língua italiana era um obstáculo intransponível para muitos imigrantes. Famílias eram contagiadas pelas doenças e inúmeras foram dizimadas, enquanto cuidavam dos enfermos. Esse foi um dos principais motivos que impulsionaram a criação das sociedades. Desde o início, o principal objetivo da entidade foi auxiliar monetariamente os cooperados e doentes com médicos, medicamentos, e, se preciso fosse, até mesmo com o sepultamento.

A ação recebia apoio da Igreja, que organizava bingos e quermesses para angariar recursos a entidade. As benzedeiros eram bastante requisitadas e auxiliavam na cura ou proporcionava esperança. Na época existia o manual “Humphreys Mentor”, livro que descrevia as doenças e manipulação das ‘pílulas do Dr. Humphreys’ que servia de base para as famílias se medicarem. (ALLEONI, 2003)

As fontes de recursos sempre foram variadas, embora existisse o pagamento das chamadas joias, quando aconteciam as matrículas. O valor das mensalidades eram estipulados em réis. As sociedades costumavam realizar eventos para resolver questões financeiras, além de jogos beneficentes. Em períodos de maior necessidade, os italianos recorriam a atividades como jogo de tómbola. O objetivo sempre foi refazer o caixa, para que fosse possível tornar a ajudar mais integrantes da sociedade. A inadimplência sempre foi um problema para as sociedades italianas, e era preciso pensar alternativas que pudessem trazer recursos para entidade, já que sempre havia casos de doenças, além de outros tipos de necessidades.

Cultura

A Società Italiana de Piracicaba sempre teve um lado cultural muito forte, com grupos dedicados a diferentes tipos de manifestações artísticas. Em notas publicadas em jornais da época, a entidade costumava informar os associados sobre os encontros de cunho cultural que realiza. O objetivo da movimentação é ressaltar o potencial artístico da Itália, uma das nações que pode ser considerada um dos principais expoentes artísticos durante a história da humanidade. A cultura da Itália é famosa pela sua arte, cultura e monumentos, entre os quais se encontram a Torre de Pisa o Coliseu de Roma. (SOCIETÀ)

É italiano um dos principais movimentos artísticos locais: o Renascimento. O período teve início na Itália no século XIV. Nomes como Boccaccio, Maquiavel e Castiglione fazem parte da cultura Ocidental, assim como a pintura, escultura e a arquitetura produzida por gigantes como Leonardo da Vinci, Raffaello, Botticelli, Fra Angelico e Michelangelo. Iniciativas como o grupo dramático Vittorio Alfieri buscavam dar vazão à cultura dos italianos. O grupo teatral era inspirado na figura de Niccolò Vittorio Alfieri, um escritor italiano. (SOCIETÀ)

Bailes

A Società Italiana de Mutuo Soccorso de Piracicaba teve como um dos seus grandes atrativos a questão social. Bailes, festas e jantares eram comuns por parte dos italianos, que festejavam datas tanto brasileiras como também as europeias. Uma das principais motivações para realização de festividades, no entanto, sempre foi o prédio da sede. Eventos para arrecadação de recursos para reformas eram bastante frequentes durante todo o início do século XX.

Os bailes eram chamados de grandiosos e eram tidos como muito apreciados na época. Notícia divulgada no Jornal de Piracicaba em janeiro de 1930 diz que a Società Italiana, em vista dos sucessos dos bailes anteriores, a pedido do grande número de famílias e de sócios, resolveu encerrar com uma partida dançante a série de festas sociais promovidas em comemoração à passagem do ano. (SOCIETÀ)

O baile foi animado pelo jazz Batacian, presente também em outras festividades realizadas pelos italianos na época. No mesmo ano, por exemplo, a Società Italiana celebrou o Carnaval, novamente com destaque ao jazz, ritmo musical originário dos Estados Unidos que se desenvolveu por volta de 1910 e, desde então, se popularizou por todo o planeta.

Com jazz ou não, o carnaval sempre foi uma das principais festas para os italianos. Notícia do jornal de Piracicaba de 1938 aponta que, o rei Momo, com sua corte de pierrots, colombinas, malandros e melindrosas, armaria tenda na festa da Società Italiana de Mutuo Soccorso. A sede da entidade teve uma folia de gala, com bailes na maior alegria, sob a mais absoluta ordem. (SOCIETÀ)

O divertimento era intenso e barulhento, o que correspondia às melhores expectativas para a época. A decoração observada no local era repleta de adereços carnavalescos, o que atestava o comprometimento dos italianos com a folia de Momo. Luiz Pandolfi foi o responsável pela decoração, auxiliado por uma turma de consócios presentes nas festividades. O jornal encerra a nota dizendo que, infelizmente, a noite do dia 1º de março de 1938 iria ter o último baile carnavalesco da entidade.

Mas os bailes eram animados por outros ritmos musicais e também outras bandas de destaque, como a piracicabana União Operária. A Banda União Operária é um dos ícones culturais de Piracicaba. Criada no dia 1º de maio de 1906, com o nome de Lira Piracicabana, passou a chamar-se União Operária um ano depois. Não foram poucas as vezes que o grupo tocou na Società Italiana, inclusive na festa de aniversário do cinquentenário da entidade, em 1937. (SOCIETÀ)

Eram grandes festas, como a da comemoração do cinquentenário da sociedade italiana, divulgada com destaque na imprensa da época. A comemoração não poderia ser mais solene e deixou a recordação mais grata, destaca correspondente do jornal italiano. A população se reuniu no grande salão, quando o vice-cônsul e o comendador Pedro Morganti foram recebidos em sua chegada ao som de canções patrióticas executadas pelas bandas Sergio Pedro Morganti e União Operária. A apresentação foi seguida de aplausos calorosos da platéia.

As apresentações das autoridades foram feitas em seguidas, no palco do grande salão da Società Italiana. Entre os presentes estava o pároco reverendo Monsenhor Rosa, presidente da Companhia, Coriolano Ferraz, representantes da Santa Casa, agente consular Terenzio Galesi, Pedro Zani, entre outras pessoas responsáveis pelo empreendedorismo piracicabano. Após as últimas notas das execuções do hino italiano e brasileiro, o presidente leu as cartas de saudação e os telegramas recebidos. Entre elas incluem uma carta do escritório do advogado Luiz Aranha Corrêa de Camargo, representante de um tribunal distinto da lei. Camargo se desculpou por ser incapaz de ir à solenidade, porque a dor da perda de sua mãe o impedisse de ir ao local. (SOCIETÀ)

Além do depoimento emocionado de Camargo, houve leituras de cartas e telegramas de felicitações e saudações do padre Martinho Salgat e do diretor do Grupo Escolar Moraes Barros. Depois de ler as declarações de apoio, o presidente fez uma saudação comovente ao único membro fundador que estava presente e que teve lugar no palco das autoridades. Assim que se encerraram os aplausos, o presidente da fundação baseou-se na história, mencionando os nomes de todos os presidentes e os professores que ensinavam na Società, até quando o espaço foi capaz de manter uma ação social escolar, para depois passar a palavra para Marcelo Nogueira de Lima. O orador distinguiu com a eloquência que lhe é própria a importância da Itália para o desenvolvimento do Brasil, e a colaboração que o braço e a mente dos italianos no progresso brasileiro há 50 anos.

O discurso de Marcelo fez a plateia ficar entusiasmada e lhe retribuir com uma salva de palmas. Ele deu a palavra ao cônsul de forma elegante, que tratou de expor alguns pormenores da entidade de acordo com informações de relatório que foi enviado a São Paulo. O discurso foi elogioso às muitas atividades desenvolvidas pelo clube. “Você sabe que em matéria de benefício mútuo, como é o espírito patriótico que surge em todas as manifestações patrióticas”. O cônsul elogiou o elemento de harmonia entre os italianos e brasileiros e a hospitalidade da entidade. As últimas notas dos hinos são executadas no grande salão sob os aplausos dos presentes, quando o presidente convida a todos para assistir à apresentação da obra de Dario Niccodemi “O Maestrini”. A apresentação foi seguida por novas falas e aplausos. Uma noite de gala, em homenagem merecida aos 50 anos de uma entidade que cumpriu papel essencial no desenvolvimento de Piracicaba. (SOCIETÀ)

Esporte

Os membros da Società Italiana costumavam praticar diversos esportes, mas principalmente o tênis de mesa. As notícias divulgadas em jornais da época destacavam as disputas realizadas entre italianos ou integrantes de sociedades vizinhas como as de Rio das Pedras e de Rio Claro. Mais do que a prática do esporte, as disputas eram oportunidades de confraternização entre os integrantes das entidades.

Em Rio das Pedras, os italianos da Società de Piracicaba fizeram um anunciado encontro de pingue-pongue entre as duas sociedades italianas, em 1930. As notícias divulgadas na época fazem questão de destacar o caráter amistoso dos encontros. “Não podia ter sido mais brilhante essa jornada, se levarmos em conta o grau de

cordialidade que reinou entre a nossa embaixada e os distintos diretores e jogadores da benemérita sociedade rio-pedrense”. Recebidos na estação por diversos membros da diretoria, foram os piracicabanos acompanhados até a sede, onde se entretiveram em franca e cordial camaradagem. Às 19 horas, após um succulento ‘lanche’, dirigiram-se os visitantes para o salão, onde perante uma numerosa assistência a que não falou o concurso encantador de gentis torcedoras, deu-se início aos jogos. (SOCIETÀ)

Jogando em primeiro as segundas turmas, cabendo a vitória dos piracicabanos por 100 a 91. No jogo das primeiras turmas, venceram ainda os piracicabanos pela contagem de 200 a 152. Os componentes da representação piracicabana regressaram da cidade vizinha sensibilizados pela carinhosa e cavalheira acolhida. Em 1931, foi a vez de disputa entre os italianos de Piracicaba e a Sociedade Cidade Nova, de Rio Claro, na sede da Società Italiana, na rua D. Pedro I. O encontro constituiu-se uma belíssima festa de fraternidade esportiva, em que os jogadores das duas cidades se empenharam em emocionantes embates de pingue-pongue. Os visitantes de Rio Claro fizeram jus ao renome que possuíam e formou duas turmas de incontestável valor. Eles venderam caro as derrotas para os italianos de Piracicaba, já que se empenharam e dificultaram o êxito por parte dos piracicabanos.

A embaixada rio-clarense chegou a Piracicaba às 16 horas do dia 20 de abril de 1931. Após os cumprimentos a Justo Moretti, que ofertou a taça Sudan Ovaes, os visitantes dirigiram-se em visita à Escola Agrícola Luiz de Queiroz. A seguir, dirigiram-se para a sede local, onde os jogos foram efetuados. Em primeiro lugar, jogaram as segundas turmas, jogo este que se manteve equilibrado até o fim, verificando-se a vitória dos italianos de Piracicaba por 150 a 147. Por conta do resultado, a Sociedade Italiana ficou uma taça oferecida por um cavalheiro de Rio Claro. Fizeram os pontos Nascimento (45); Percin (37), Spartaco (31), Rinaldo (19) e José (18). (SOCIETÀ)

Logo a seguir jogaram as primeiras turmas. O jogo também foi bastante disputado, com nova vitória local por 200 a 183. Desta vez, fizeram os pontos Pradinho (55), Augusto (43), Brasolin II (41), André (31) e João (3). A seguir, foi oferecido aos visitantes um lanche, durante o qual, em nome dos jogadores locais, o professor Libero Mainardi saudou a embaixada rio-clarense. A seguir, deu-se início uma brincadeira dançante que se prolongou até altas horas da noite.

A Sociedade de Rio Claro era um dos principais adversários dessas disputas esportivas. Os piracicabanos costumavam ir com frequência a Rio Claro, assim como os rio-clarense viajavam até Piracicaba sempre que possível. Após os jogos,

era comum a realização dos chamados jantares dançantes. Por isso, os encontros eram sempre realizados quando o tempo estava bom. Em notícia divulgada no Jornal de Piracicaba no ano de 1931, a Società Italiana explicita a necessidade de cancelamento de um encontro com os rio-clarenses motivado pelo mau tempo.

Os jogos de tênis de mesa costumavam ser uma homenagem a nomes como Justo Moretti, que por sua vez, costumava oferecer taças aos vencedores das disputas esportivas. O clima de animosidade inexistia, dando lugar a um confronto amistoso marcado pela confraternização entre duas cidades vizinhas. Apesar do caráter amistoso das partidas, os jogos estavam longe de ser encarados com displicência. Os atletas da Società Italiana costumavam treinar a modalidade esportiva na sede do prédio. Em notas divulgadas à imprensa da época, a entidade convocava os jogadores para os treinos previstos. Em 17 de abril de 1931, o Jornal de Piracicaba publica nota em que a Sociedade Italiana chama ao treino os seguintes jogadores que compõem a primeira turma da entidade: André (capitão), Prado, Brasolin, Negri e João. (SOCIETÀ)

O caráter esportivo da Società Italiana de Piracicaba se desenvolveu e passou a integrar a Seção Recreativa da entidade, inaugurada em 1931 com um grande baile. Os italianos, na verdade, fortaleceram a relação com o esporte exatamente na década de 30, quando a equipe italiana venceu nada menos do que duas Copas do Mundo. Embora a Società Italiana piracicabana tenha perdido a identificação com o esporte, a relação entre esporte e as sociedades italianas ainda se mantém vivas.

Registros

Uma das principais características dos italianos é a capacidade de registrar de forma fidedigna os acontecimentos referentes ao município. Em registros presentes na Câmara referentes ao ano de 1937, é possível vislumbrar alguns dos apontamentos feitos pelos imigrantes. Diz eles que Piracicaba foi fundada em 12 de agosto de 1767, quando o Brasil vivia o período da conquista “interna” do Estado de São Paulo. (SOCIETÀ)

Os italianos destacam que, pela característica do rio correr para o interior (e não para o mar), o rio Piracicaba foi uma das principais formas de progresso do município. Desde o início, os imigrantes ficaram encantados com o nome Piracicaba, que vem do indígena (tupi-guarani) significa “lugar onde o peixe pára”. (SOCIETÀ)

Dizem os italianos: “Situado em uma região importante em relação ao desenvolvimento 10 de Império do Brasil, conta Piracicaba com dois fatores

importantes para o progresso: a estação Ferroviária Ituana, que foi inaugurado em 20 de fevereiro de 1887, e o sistema de navegação do rio, que liga a cidade com vários locais através do rio Tietê.

A cidade foi fortemente influenciada pela cultura européia, particularmente pelo italiano, por conta da existência significativa de imigrantes na cidade. “Ao longo do tempo e com muito trabalho, os italianos acabaram se tornando os proprietários das terras”. Mas não apenas isso. Além das plantações, os italianos também contribuíram com a formação da indústria local, com o surgimento de grandes grupos que, agora dominam certos setores da economia.

Em outro registro, mais extenso, é possível observar a riqueza das observações dos imigrantes a respeito da geografia local. Localizado a noroeste da capital, entre 22° 43 ‘e 27’ de latitude sul e 4r, 38 ‘e 57 “de longitude oeste do Greenwich, o município tem atualmente uma área de 1.465 quilômetros quadrados e uma população de 73.425 habitantes. É limitada ao norte, com o Município de Rio Claro, além de cidades como Tietê, Santa Bárbara e Rio das Pedras. O território é acidentado, em geral, mas com ligeiras ondulações. Há cerca de 20 quilômetros do centro, ao sudoeste, se estende um grupo de montanhas, que é chamado de Monte Branco e Pico Alto. (SOCIETÀ)

Os imigrantes também destacavam as condições meteorológicas da região, consideradas privilegiadas. Já que o clima, em geral, era temperado e seco. “Raramente a temperatura cai a zero no inverno, ou sobe para 32 graus no verão (panorama bem diferente do observado hoje, no que diz respeito ao calor)”. O subsolo do município é rico em minérios de qualquer natureza, principalmente xistos, a partir do qual você pode facilmente extrair o combustível líquido. (SOCIETÀ)

Segundo os italianos da época, a agricultura era de grande fertilidade por conta da extraordinária terra, que possibilita aos agricultores o trabalho com culturas diferentes. São produções de arroz, milho, batata, mandioca, mamona, fumo, mas especialmente frutas e cana-de-açúcar. Piracicaba já era um importante centro do estado de produção de açúcar. Em 1935, a produção desta cultura chegou ao montante de 222.730 arrobas. A criação pecuária também já era significativa: cavalos, bovinos, caprinos, suínos e até bichos de seda eram cultivados.

Lembram os italianos que, em 1937, Piracicaba contava com 89 fábricas de produtos diversos, com cerca de 900 empregados, o que garante ao município o status de ser um dos principais centros industriais do Estado. “Além de seis grandes instalações modernas e 114 menores de produção de açúcar e álcool, há um número de máquinas de arroz, algodão café, em várias fábricas de moagem de cereais Eles

também destacam que o município tem importante parque de fábricas têxteis, além da produção de vassouras e escovas, artigos manufaturados de couro, telhas, doces e confetes, produtos farmacêuticos, chapéus, perfumes, cerveja, gelo, bebidas, massas, sabonete, vagões e carruagens, móveis, serrarias, fábricas de curtumes, oficinas mecânicas, entre outros empreendimentos. (SOCIETÀ)

“O comércio é uma atividade em florescimento. As estatísticas registram a existência de 1.225 estabelecimentos comerciais na Câmara Municipal, assim distribuídos de acordo com o ramo de comércio. Os dados são de 1937. Na época, eram 257 estabelecimentos voltados a alimentos, roupas e têxteis somavam 102 empreendimentos; 39 confeitarias e padarias 39; quatro hotéis; 117 bares e cafés; 69 lojas de itens de vestuário, sete bibliotecas, além de 448 diversas.

Seguem os registros: “Eram 29 grupos de instrução primária inscritas na Câmara Municipal, com uma população escolar de 13.664 alunos”. No secundário, eram duas escolas normais, com 12 faculdades. A imprensa é representada pelos dois jornais: “Jornal de Piracicaba e” Gazeta de Piracicaba”, o semanário “O Agrícola” e as revistas “O Solo”, órgão oficial do Centro Acadêmico Luiz de Queiroz, além da “Revista de Agricultura”, sem falar em várias outras folhas periódicas. Eclesiasticamente, o Município de Piracicaba é dividido em três paróquias, chamado de, respectivamente, Santo Antônio, Senhor Bom Jesus e Serra Negra de Santo Antonio, que é dependente da Diocese de Campinas. (SOCIETÀ)

Eles também se impressionavam com a quantidade de associações e entidades existentes em Piracicaba, fossem elas de caridade, recreativas, culturais, esportes, classes, entre outras finalidades. “Tendo ainda em Piracicaba numerosos corpos técnicos paraestatais, incluindo a Estação Experimental de Cana, Estação Experimental de Banana, Estação Experimental de Algodão, Laboratório de Medicina e o estacionamento de Meteorologia”. Seguem: “mesmo nos campos de cuidados de saúde hospitalar, Piracicaba tem uma ocupação de destaque, com a adição da Santa Casa de Misericórdia. São nove instituições na cidade para acomodar doentes e os necessitados”.

No registro de 1937, destaca-se que a comunidade italiana residente no município de Piracicaba consistia em aproximadamente 15 mil pessoas. Se somados os filhos de italianos, o número subia para cerca de 30 mil. “Nossos compatriotas são dedicados à agricultura”, mas muitos estão lidando com comércio e indústrias, além de negociações. E seguem diversos números: “eles têm 1.203 propriedades rurais para o valor per capita de 25.304 contos de réis. A lista a seguir é importante, pois registra os nomes dos pioneiros descendentes de Piracicaba. (SOCIETÀ)

“Os italianos de Piracicaba fundaram uma Sociedade de Mútuo Socorro, que, ao mesmo tempo que sempre desempenhou de forma rentável e com grande espírito de fraternidade um programa de assistência social, simultaneamente tem contribuído para manter, firme e forte, o conhecimento e o amor pela Pátria longe. Em 1937, o presidente da entidade era Pietro Cofani, tendo como vice-presidente Pasquale Guerrini; secretário Giuseppe Bruno; vice-secretário Plácido Zenatti e conselheiro Francesco Maiolino. O conselho diretivo da entidade era formado por Augusto Ballo, Salvatore Paolillo, Agostino Pettinelli, Angelo Palma, Primo Falzoni, Nazzareno Cofani, Giuseppe Bisson, Pietro Cobra, Amato Petrini, Giovanni Morini e Vincenzo Moretti.

Conclusão

Observa-se, então, que a sociedade italiana era essencial na construção da identidade da comunidade italiana. A verdadeira razão do amor universal pela comunidade é que é sempre possível distinguir entre o justo e o injusto, o legítimo e o ilegítimo, mas feito a partir de determinada tradição a partir do qual se possa fazer um julgamento universal. Ou seja, mesmo com a verdade absoluta liquidada e a universalidade morta e enterrada, ainda se pode ter o que os falecidos e enganosos benfeitores prometeram dar: a alegria de estar ‘do lado certo’ – embora não talvez a todo momento, mas em todos os lugares ao mesmo tempo e com todos (BAUMAN, 1999).

Sentimento da vida que não é necessariamente típico de um temperamento conservador, mas antes de uma sensibilidade tradicional, que vê normal um elemento do ‘dado’ mundano. Sensibilidade que, por isso mesmo, desconfia dessa temática de poder sobre a natureza – e não há discurso que se funde com mais propriedade dessa idéia do que a ciência. A morte, o diabo, o mal, o animal, passam então ser parte integrante de um conjunto do qual não se pode arrancar um pedaço arbitrariamente, intelectualmente. Há uma exaltação no ar (MAFFESOLI, 2004). O relacionamento puro tende a ser a forma predominante de convívio humano na qual se entra ‘pelo que cada um pode ganhar’ e se ‘continua apenas enquanto ambas as partes imaginem que estão proporcionando a cada uma das satisfações suficientes para permanecerem na relação. A necessidade de afirmação da identidade comunitária, mesmo em território estrangeiro. A importância de manter a origem sempre em voga, apesar do movimento migratório. Esta preocupação foi fundamental para que o respeito pelo povo italiano se mantivesse com o decorrer dos séculos. E só crescesse até os dias atuais.

BIBLIOGRAFIA

ALLEONI, Olívio. **Uma fresta para o o passado: a presença italiana em Piracicaba**. Piracicaba: Unimed, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1999

MAFFESOLI, Michel. **A parte do diabo**. São Paulo: Record, 2004

PERECIN, Marly Therezinha Germano. **A Síntese Urbana (1822-1930). Contribuição à História de Piracicaba**. Piracicaba: IHGP/ Ed. Shekinah, 1989.

QUEIROZ, Ricardo Canguçu Barroso de. **Sobre as mutualidades**. Disponível em: <http://www.advogado.adv.br/artigos/2000/barroso/mutualidades.htm>.

SOCIETÀ ITALIANA DE MUTUO SOCCORSO. **Acervo da entidade referente aos anos de 1880 a 1945**.



Figura 1
Rocha Netto em seu acervo.
Autoria da foto desconhecida.
Acervo Rocha Netto CCMW/IEP

HISTÓRIA E MEMÓRIA

2013
UM ANO DE CENTENÁRIOS

XV de Piracicaba e Rocha Netto

JOCELI CERQUEIRA LAZIER

Mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Coordenadora do Centro Cultural Martha Watts e do Núcleo Universitário de Cultura da Unimep.

ANA PAULA PASCHOALDELI

Licenciada em História pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Técnica em museu do Centro Cultural Martha Watts.

VIVIAN REGINA MONTEIRO

Licenciada em História pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Técnica em acervos do Centro Cultural Martha Watts.

Resumo

O ano de 2013 nos traz duas importantes comemorações, o centenário do E. C. XV de Novembro e do jornalista Rocha Netto, sendo este o responsável por formar um dos maiores acervos de esporte do país. Há onze anos Rocha Netto doou seu acervo ao Instituto Educacional Piracicabano, que a partir de 2006 o disponibilizou para pesquisa no Espaço Memória Piracicabana/Centro Cultural Martha Watts. Pretendemos neste artigo resgatar a história dos primórdios do XV de Piracicaba, assim como a importância do acervo para a preservação da memória do clube.

Palavras-chave: E.C. XV de Piracicaba; Rocha Netto; Piracicaba; memória; acervo; futebol.

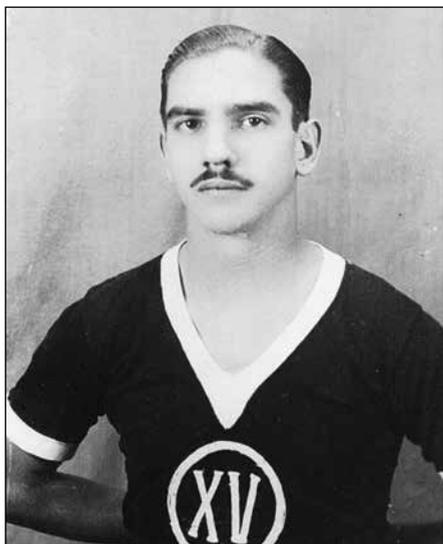


Figura 2
Rocha Netto como jogador do XV.
Autoria da foto desconhecida.
Acervo Rocha Netto CCMW/IEP

2013, ano de centenários, 100 anos do E.C. XV de Novembro de Piracicaba¹, seria também o centenário de Delphim Freire da Rocha Netto. Duas datas que conjugam entre si, pois não temos como falar de Rocha Netto sem mencionar o XV, e ousamos dizer que não se pode falar de XV sem falar de Rocha Netto.

Pretendemos neste texto falar destas duas celebridades piracicabanas que não por acaso ao longo dos anos eternizaram suas histórias. Abordaremos o colecionador Rocha Netto que divulgou um clube de uma cidade do interior paulista a ponto de se tornar conhecido como os grandes clubes e o papel do acervo para a memória do E. C.XV de Novembro de Piracicaba.

Em uma de suas muitas entrevistas Rocha Netto disse:

A pergunta que você fez agora, todo mundo faz. Se eu achava que o meu trabalho de criança ia se transformar, resultar nesse gigante que você está vendo. Nunca esperei, fiz isso sem interesse nenhum, só por gostar do trabalho, não tinha outro interesse. (ROCHA NETTO, 2003).

No entanto, tudo o que colecionou fez dele um memorialista. Ulpiano escreveu “que a memória precisa ser resgatada e conduzida ao presente” (1992, p. 10) e Júlio Pimentel Pinto complementa que “pela memória constituímos nosso passado: recoletamos cenas, confirmamos termos” (1998, p. 205).

A formação de seu acervo referente ao XV não ocorreu devido uma obsessão pelo arquivo de algo condenado ao esquecimento. Na verdade, se olharmos do presente, mesmo passando por altos e baixos o que o time representa para a cidade vai além de títulos, ele faz parte de uma memória viva entre a população piracicabana.

Essa coleção teve início com figurinhas encontradas em balas e recortes de jornais quando ele tinha seis anos de idade. Esses papéis de bala foram o solo fértil que impulsionou o colecionador a fincar suas raízes. Colecionadores como Rocha Netto não buscam o reconhecimento por seu trabalho, mas a participação pela beleza que ele revelou (BENJAMIM, 1987, p. 235).

Desde pequeno Rocha Netto demonstrava interesse pelo futebol, influenciado pelo pai e pelos tios que jogavam no time universitário da ESALQ. Adolescente, jogou futebol na divisão juvenil do XV de Piracicaba, foi goleiro de basquete, (que na época também tinha goleiro) e apitou diversos tipos de jogos.

Adulto, acompanhava os esportistas que vinham jogar na cidade, fazia muitos contatos e cultivava novas amizades. Sobre isso, o próprio Rocha Netto disse: “Os grandes jogadores que eu conheci, lá na década de 20, 30, eu era muito amigo deles. E consegui arrebatá-los, essas amizades e fui fazendo tudo o que eu mais gostava.” (ROCHA NETTO, 2003).

Rocha Netto pode ser qualificado como um contador/narrador de história, pois aqueles que o conheceram o ouviam com prazer, e aqueles que o leem através de suas matérias jornalísticas e anotações também partilham de seu entusiasmo ao escrever. Ainda hoje, seus escritos e sua paixão pelo XV contagiam a torcedores e não torcedores.



Figura 3. Time juvenil do XV, meados de 1930, que manteve dois anos de invencibilidade. Em pé: Bisoca, Gumercindo, Max Baer (apelido de Rocha Netto), Bérna, Cassio, Alceu, o treinador Agenor Righi Ferraz. Ajoelhados: Silvio, Manoelito, Bononi, Argino e Jorge. Autoria da foto desconhecida. Acervo Rocha Netto CCMW/IEP



Figura 4. Rocha Netto com algumas personalidades: Alziro Pozzi, Mineiro, De Sordi, Mazola, Angelico Barreta, Farid Elmor, Técnico Vicente Feola, Lauro Vadit e seu filho, Rocha Netto, Jorge Assef, Vicente Sganbatti e Fernando Costa Filho, 1958. Autoria da foto desconhecida. Acervo Rocha Netto CCMW/IEP

Na contação de história a narração passada de pai para filho é a mais expressiva forma de se passar um ensinamento, uma experiência; e nos escritos de Rocha Netto percebemos também essa “coordenação da alma, do olhar e da mão” (BENJAMIM, 1987, p. 223)

O cronista que narra os acontecimentos sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história (BENJAMIM, 1987, p. 223).

Percebemos, em todo o acervo, que ele considerava tudo importante para ser registrado “Pra mim, uma foto do infantil vale tanto quanto uma da seleção brasileira” (ROCHA NETTO, 2003). São questões simples como esta que tornou valioso o acervo Rocha Netto. Encontramos em suas colunas comentários sobre o que acontecia nos cinemas da cidade com o mesmo entusiasmo com que ele falava sobre futebol. Jornais, revistas, colecionadores e pesquisadores se auxiliam das imagens e informações para seus trabalhos desde há muito tempo.

Com o passar dos anos esse acervo parece ter sido criado, além do gosto pessoal, como um “respeito ao vestígio” (NORA, 1993, p. 15). A paixão de Rocha Netto pelo XV é incontestável e o seu acervo é prova disso. Sua coleção de troféus, prêmios diversos de reconhecimento por seu trabalho como cultivador da memória do esporte, flâmulas e camisetas em forma de homenagens, corroboram para isto



Figura 5. Rocha Netto e Leônidas. Autoria da foto desconhecida. Acervo Rocha Netto CCMW/IEP

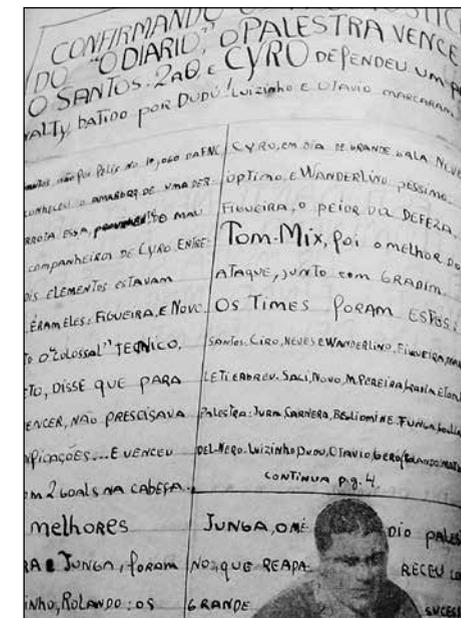
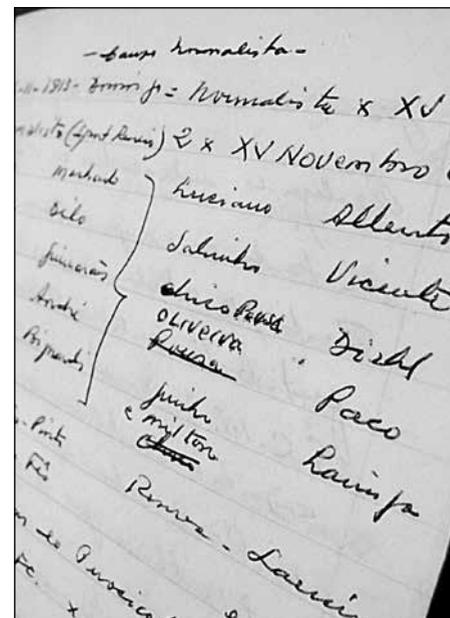
Sua coleção pode ser vista como lugar de memória individual e coletiva. Memória individual entendida como “guardada por um indivíduo e se refere as suas próprias vivências e experiências, mas que contém também aspectos da memória do grupo social onde ele se formou” (VON SIMSON, 2003, p. 01) e memória coletiva descrita como “formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla” (VON SIMSON, 2003, p. 01).

Vivemos em uma sociedade onde a aceleração da história é cada vez mais visível, isto é, as mudanças são cada vez mais rápidas e logo esquecidas.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história [...]. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. (NORA, 1993, p. 07).

Sendo a memória carregada por grupos vivos, está sempre mudando, sendo acrescentada de novas informações e significações, “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento [...] suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações” (NORA, 1993, p.09). Há em Piracicaba uma memória difundida por pessoas que vivenciaram fatos registrados no acervo e por fazerem parte de algo tão importante à identidade cultural da cidade são retomados com frequência. Podemos tomar como exemplo o “Seminário 100 anos do XV”, ocorrido em janeiro de 2013, com parceria da Faculdade de Comunicação da Unimep, a Comissão de Arquivo e Memória

Figura 6.
Rocha Netto e
Friedenreich. Ano
Autoria da foto
desconhecida.
Acervo Rocha Netto
CCMW/IEP



Figuras 7 e 8. Cadernos de anotações de Rocha Netto. Reprodução.
Acervo Rocha Netto CCMW/IEP



Figura 9. - Algumas das centenas de flâmulas pertencentes a Rocha Netto. As da imagem acima são do XV, de anos variados. Reprodução. Acervo Rocha Netto CCMW/IEP

do XV de Piracicaba e o Centro Cultural Martha Watts, onde foram retomados acontecimentos importantes para o clube a partir do final da década de 1940.

Um dos participantes foi o ex-jogador Marcos Antonio Pizzelli que atuou no clube entre os anos de 1970 e 1980. Nem mesmo ele se lembrava de quantos gols havia feito no Nho Quim, mas no acervo Rocha Netto está sua ficha de jogador, onde foi possível confirmar os dados. Além de fornecer números de jogos e de gols de cada jogador, encontramos informações como a profissão dos jogadores, acontecimentos na cidade na mesma época dos jogos, fotos que nos permitem resgatar as vozes dos atores do XV de Piracicaba, uniformes, times, torcedores, campos e muitos outros dados interessantes a uma história cultural, social e de preservação da memória do clube. A memória no acervo Rocha Netto “se apoia inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem” (NORA, 1993, p. 14).

Destacamos que esse material não tem sido usado apenas para trabalhos acadêmicos, mas para matar as saudades daqueles que passaram pelo clube XV de Piracicaba, saudades de um tempo ido, mas presente na memória e revivido pelas fotografias e anotações.

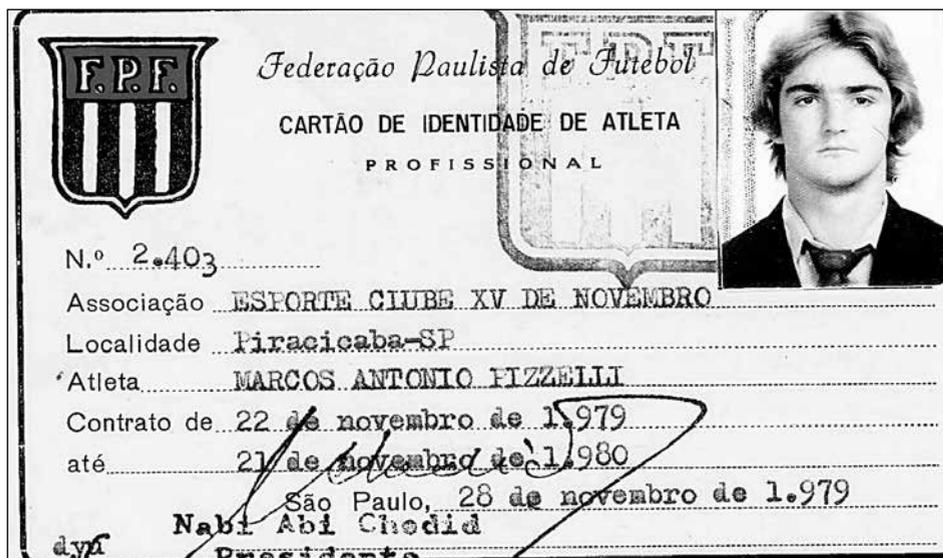


Figura 10. Carteira de jogador de Marcos Antonio Pizzelli. Reprodução. Acervo Rocha Netto CCMW/IEP

O ex-jogador Rivelino também visitou o acervo e, segundo o jornalista, ele hesitou quando recebeu o convite, mas acabou ficando 4 horas conhecendo o material colecionado.

Nascido no mesmo ano do clube, tempos depois, Rocha Netto buscou as origens do time, o que resultou em fotos e anotações do clube desde seu início. Além de ter deixado seus dois livros sobre o XV, um de 1913 a 1946, pelo jornal “O Diário”, e outro de 1947 a 1994, pelo “Jornal de Piracicaba”, seu acervo aponta um rico material sobre a história do time da cidade de Piracicaba e do futebol nacional e internacional.

O acervo Rocha Netto carrega um sentido de pertencimento e construção da identidade do povo piracicabano em especial dos torcedores do Clube XV de Novembro de Piracicaba. Ele propicia o conhecimento do não vivido por muitos e a vivência de uma paixão através dos registros escritos e imagéticos.

Hoje ouvimos e falamos muito que não temos mais ídolos nos esportes, em especial no futebol visto que a passagem e permanência dos jogadores têm outros componentes que vão além da paixão pela camisa vestida. Por isto a importância de se fazer conhecida aos mais novos esta história passada que não será revivida como tal em nenhum outro momento, mas que dá subsídios às gerações, mantendo viva

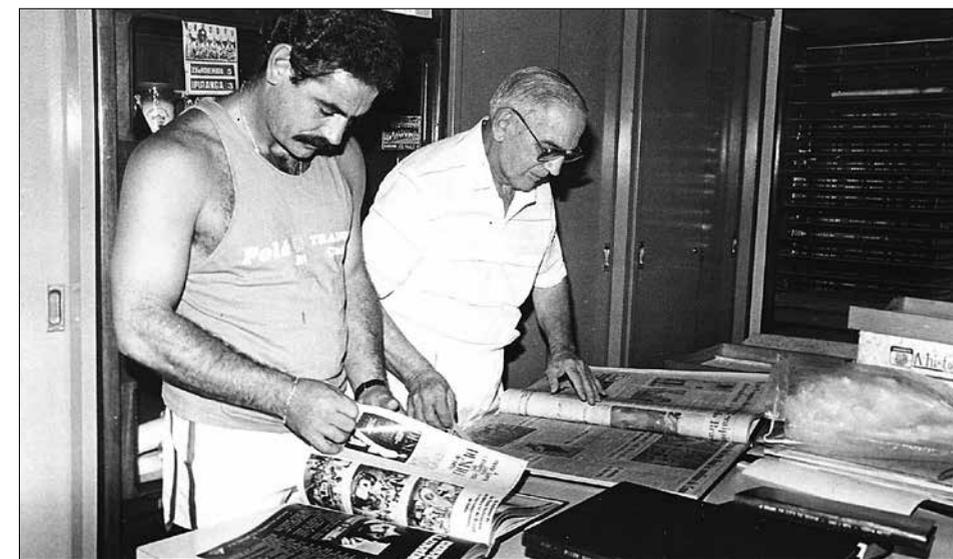


Figura 11. - Rivelino visitando Rocha Netto em 8 de março de 1966. Autoria da foto desconhecida. Reprodução. Acervo Rocha Netto CCMW/IEP

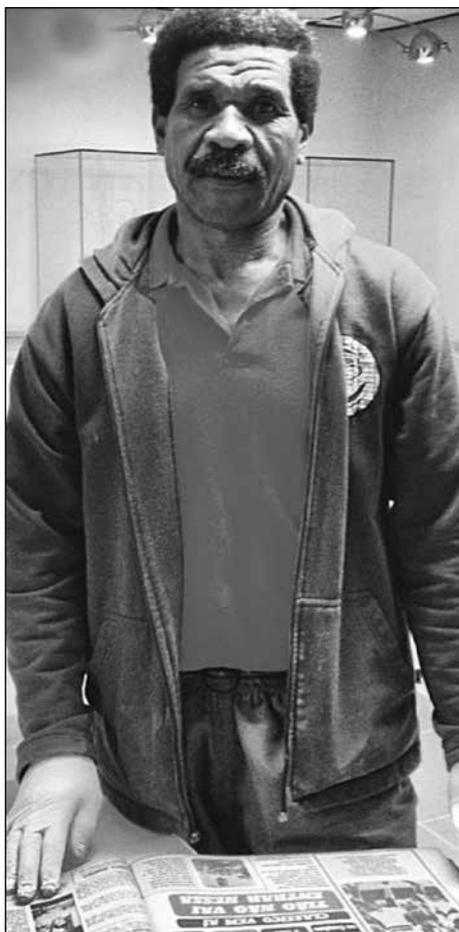


Figura 12. José Carlos Augusto, o Carreta, visitando o acervo Rocha Netto no Espaço Memória Piracicabana. Carreta jogou no XV na década de 70. Foto: Vivian Monteiro. Acervo Rocha Netto CCMW/IEP



Figura 13. Troféu de Honra ao Mérito entregue pelo XV à Rocha Netto em 1960. Foto: Vivian Monteiro. Acervo Rocha Netto CCMW/IEP

a memória. Antigamente este papel era dos anciãos que eram os responsáveis por manter viva a história de um povo, eles tinham a incumbência de passar aos mais novos os fatos que garantiriam a sobrevivência do grupo. Hoje, são os lugares de memória que a preservam:

[...] museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade (NORA, 1993, p. 13)

No texto de abertura do livro “A História do XV, volume I, 1913/1931”, o jornalista explica as dificuldades de se resgatar a história do clube:

Escrever sobre a fundação do E.C.XV de Novembro não é uma tarefa fácil, porque já não mais existem os livros Atas do alvinegro, que registraram os acontecimentos, para que alguém possa historiar a sua primeira reunião. Não há nada na sede social, (...), pois nada, nada mesmo, existe nos seus arquivos sobre os seus primórdios.” (ROCHA NETTO, 1980, p. 10)

A memória do XV após a década de 1940 ainda é vivenciada por ter seus agentes ou pessoas próximos a eles vivos. Já a história inicial do clube só é vista no acervo Rocha Netto devido a busca feita por ele. Suas fontes de pesquisa foram fotos, documentos, depoimentos de técnicos, historiadores, torcedores e ex-jogadores

Antonio Martins Belmudes de Toledo, um dos fundadores do XV, além de jogador, diretor e presidente do clube, contribuiu com textos para os livros da História do XV, destaca a importância da história oral, de se resgatar o que resta de lembranças dos que participaram da fundação do clube:

A História de um clube, como todas as histórias, nem sempre é descrita de forma real e indiscutível, uma vez que carece, quase sempre, do registro sistemático de todas as ocorrências que foram dando corpo à sua vida através do tempo. Ademais, na falta de um arquivo de idoneidade inconcussa, os ‘historiadores’, quase sempre, dando ensanchas, à imaginação, vão deixando no papel, à guisa da realidade, fatos exclusivos do domínio de fantasia. E, por isso, aqueles que não foram participantes de sua evolução outros meios não tem, senão admitir pela tradição oral

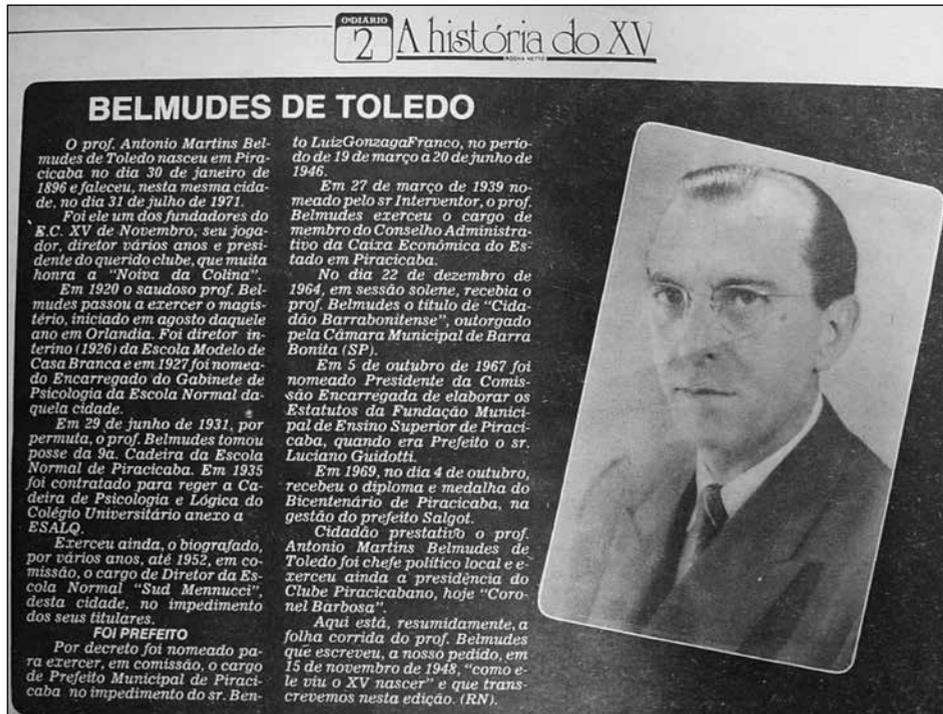


Figura 14. - Antonio Martins Belmudes de Toledo, um dos fundadores do XV. Reprodução. Livro "A História do XV – 1913/1931 – Vol. I". Acervo Rocha Netto CCMW/IEP

ou escrita. Não somos historiadores e tão pouco dispomos de arquivos. Servimo-nos, apenas, ao escrever estas notas, dos recursos que a memória concede aqueles que, sempre emocionados, guardam, avaramente, de forma indelével, os feitos maiores da própria criatura. (ROCHA NETTO, 1980,p.11).

Leandro Guerrini, historiador e um dos fundadores, também deixou sua colaboração nos livros. Em um trecho do texto, fala sobre o pedido que Rocha Netto fez ao historiador para que escrevesse sobre o XV:

Isso porque Rocha Netto, o campeão fórmula-um dos cronistas esportivos de Piracicaba, chegou-se para mim, fechou carranca, e formulou o clássico chavão: “é um assalto!” Ou seja, não foi bem isso, pois o Delphim personificando a fidalguia seria incapaz dessa façanha rocambolesca.

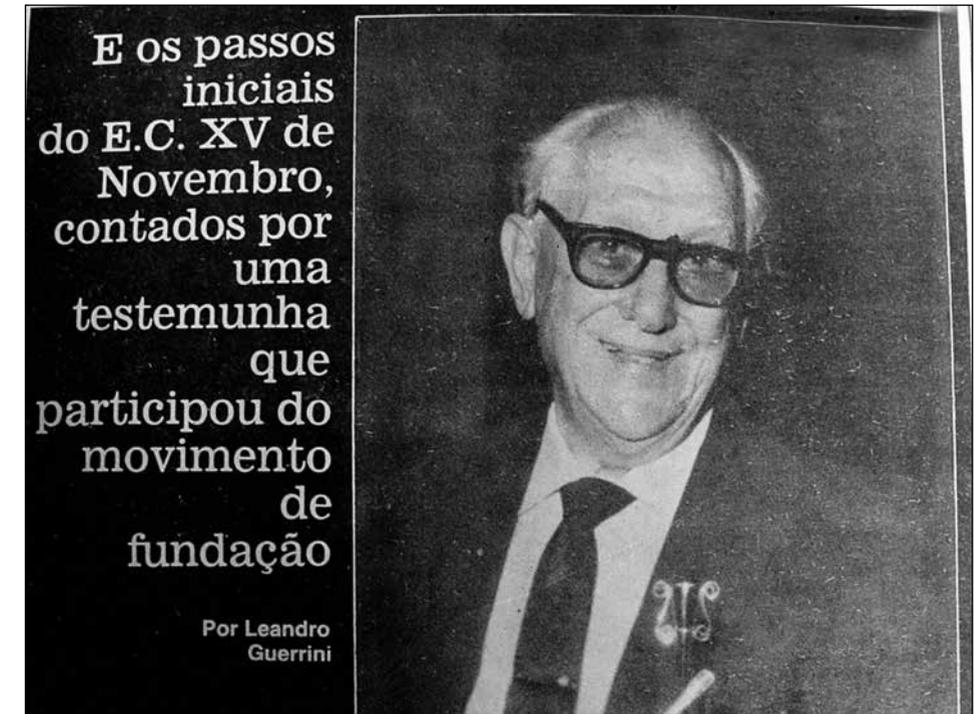


Figura 15. Leandro Guerrini no livro "A História do XV – 1913/1931 – Vol. I". Reprodução. Acervo Rocha Netto CCMW/IEP

Quase isso: “É um pedido!” Um pedido para que a gente escrevesse alguma coisa à respeito do E.C.XV de Novembro, destinado a uma coletânea de imprensa. (...) Ora, uma ordem desse moço, o maior arquivo futebolístico cá da terra, do Estado, quiçá do Brasil, correspondeu a um tremebundo trinta-e-oito apontado para meu peito. “Resistir quem há de?”, cantou o poeta que visitava o lar da infância.” (ROCHA NETTO, 1980, p. 12).

Antes mesmo de ser fundado o XV em Piracicaba, as partidas de futebol eram constantes entre os moradores durante um intervalo e outro do trabalho:

O almoço marcava-se das dez às onze horas. Parava-se o motor. Pausa para a bola.(...) A postos para um bate-bola de arrancar toco. De entrada,



Figura 16. Amistoso XV de Piracicaba x Palmeiras em 15/11/1944, no estádio da Rua Regente Feijó. Nesse jogo o XV perdeu de 2 a 0.
Autoria da foto desconhecida. Acervo Rocha Netto CCMW/IEP

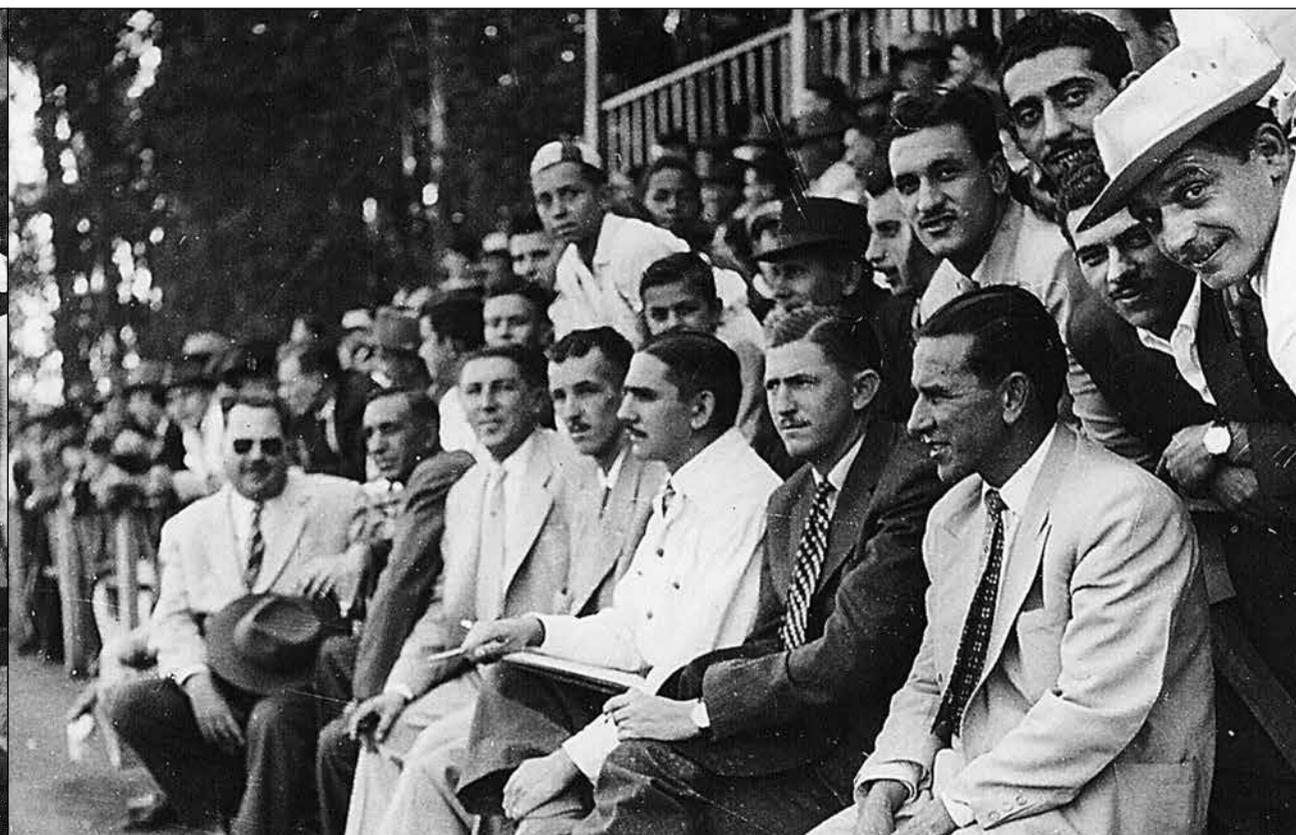


Figura 17. Torcida
Autoria da foto desconhecida.
Acervo Rocha Netto CCMW/IEP

foi uma bola de meia, bem redonda, sonora. Depois surgiu uma bola de gente, capotão e câmara de ar. Como já se disse, o quintal era comprido. Formava-se linha e defesa, mais o goleiro. Entre a morada da frente e o barracão, entre brigas e palavrões, veio a tradição. Almoço corre-correndo. Uma colherada aqui, um bocado por ali. A brincadeira pebolística lufalufa antes que o motor roncasse.” (ROCHA NETTO, 1980, p. 13)

Diante de tanto entusiasmo com o esporte, surge a idéia de montar um clube de “verdade”, até um campo improvisado foi arrendado. Nessa época, meados de 1913, era tudo provisório, a sede era “no salão de barbeiro do Paco” (ROCHA NETTO, 1980, p. 13), e os sócios eram poucos, como conta Guerrini:

Começou o pé-bola, isto é, começou a seiva de uma agremiação. A dois mil réis por mês de mensalidade, sem distinção. Diretoria improvisada. O Paco era a voz Caliente. (...) Cessou o tumulto no quintal da Marcenaria, que fechava o expediente às 5 horas da tarde. Pimba para o campo, uma bola comprada a rateio, uma vaquinha, já que o clube não tinha fundos! Tudo se fazia nessa base, tal como se deu com o talionário para a cobrança das mensalidades. De início, a mim coube a prebenda de preencher os talões dos sócios, uns quinze ou vinte se tanto. Foi uma temporada de efervescência, de entusiasmo [...] (ROCHA NETTO, 1980, p. 13).

Logo essa confusão divertida se tornou assunto sério. O XV surge então da união de dois times, o “Esporte Clube Vergueirense” e o “Esporte Clube 12 de Outubro”. Segundo Toledo, os dois times eram de famílias piracicabanas, o primeiro da família Pousa e o segundo da Família Guerrini:

Como o Vergueirense era amigo do 12 de Outubro e como ambos tinham inimigos comum, e como sozinhos não podiam viver, resolveram um dia fazer a fusão, organizando-se um quadro social, com diretoria de verdade (ROCHA NETTO, 1980, p. 11)

O tal inimigo em comum que Toledo cita era o time universitário da ESALQ, sempre que surgiam oportunidades eles disputavam partidas acaloradas. Sobre a junção dos times, Guerrini narra mais um fato importante



Figura 18. Parte da coleção sobre a História do XV de Piracicaba, todos escritos por Rocha Netto. Foto: Fábio Mendes. Acervo Rocha Netto CCMW/IEP

O projeto de fusão vinha acompanhado de boa vontade: a formação de uma agremiação legal, com diretoria certa, estatutos, sede, uma coisa bem direita, para que ninguém pusesse o bico. No geral, as sociedades esportivas de então eram formadas ao Deus dará, sem qualquer formalidade legal. Nasciam, viviam e sucumbiam sem água benta, sem deixar ninguém para contar o romance. Nestas enquadramentos, a fusão 12 de Outubro e Vergueirense foram de excelentes nuances, um futuro auspicioso para o futebol cidadão. As negociações tiveram bom prosseguimento, bom epílogo, até no nome de novo centro esportivo surgir: não Vergueirense, nem 12 de Outubro, já que a data se fora. E como data atrai data, à sugestão de 15 de novembro exultou, brotada como luz esplendorosa, pois a data se aproximava e podia se prestar para festividade ampla, a que não faltasse chope, os discursos e foguetório. E um jogo, o jogo inaugural, um jogo para exibição de craques genuínos, tais como Belmácio, Paco, Salvinho, Chico Pousa, Luciano, Guinho, Laringa e outros mais. (ROCHA NETTO, 1980, p. 13).



|  BALANCETE DOS ANOS DE 1913 E 1914 | |
|---|--|
| <p>O XV de Novembro colocou em xeque seu nome, de 1913 até 1914, jogando 13 vezes, acusando 5 derrotas, 4 vitórias e 4 empates, números esses mais ou menos equilibrados. O seu ataque funcionou 10 vezes, enquanto a sua defesa foi vencida 14 vezes.</p> <p>Separando-se os dois jogos de 1913, os leitores podem notar que o XV progrediu. Nesta estatística estão apenas os jogos considerados oficiais, ou seja aqueles em que o XV pôs em jogo o seu nome, não se contando os treinos e jogos entre seus associados, etc.</p> | |
| <p>AQUI, OS NUMEROS</p> <p>1913— 16-11 — XV, 0 x Normalista, 2</p> | |
| <p>23-11 — XV, 0 x Piracicaba, 2</p> <p>1914 20-03 — XV, 0 x Scratch, 1 12-04 — XV, 0 x Piracicaba, 0 19-04 — XV, 1 x Internacional (Limeira), 0 03-05 — XV, 0 x Piracicaba, 2 07-06 — XV, 3 x Sucrierie, 0 28-06 — XV, 2 x Internacional (em Limeira), 3 09-08 — XV, 0 x APSA, 0 (segundos quadros) 04-10 — XV, 0 x APSA, 1 (segundos quadros) 18-10 — XV, 3 x APSA, 2 15-11 — XV, 0 x Sucrierie, 0 27-12 — XV, 1 x Concórdia (S. Paulo), 1</p> | |
| <p>RESUMO 13 jogos; 5 derrotas, 4 vitórias e 4 empates. Tentos marcados, 13, tentos sofridos, 14.</p> | |

Figura 19. Tabela de jogos do XV de Piracicaba nos anos de 1913 e 1914. reprodução. "A História do XV - 1913/1931 - Vol. I". Acervo Rocha Netto CCMW/IEP

No primeiro livro Rocha Netto destaca as derrotas do XV que vieram no mesmo ano de sua fundação. A primeira foi no dia 16 de novembro de 1913 contra o Sport Recreio Normalista e a segunda derrota foi em 23 de novembro. Por ser um time amador, os primeiros anos do XV foram equilibrados, conseguindo prestígio como mostra a tabela de jogos ao lado.

Tudo o que Rocha Netto recolheu de informações sobre o XV e outros times faz parte de uma coleção única, e somente encontradas em seu acervo, como ele disse "é uma coleção que não tem preço, pois vale uma vida e não

há dinheiro que pague uma vida" (ROCHA NETTO, 2002).

A riqueza do acervo é infinita e o resgate histórico feito por ele é imensurável. Ex-jogadores, torcedores, diretores e o próprio Rocha Netto, que já não estão mais presentes entre nós, contam essa história através do acervo, resgatando-as para que não fiquem perdidas no tempo, esquecidas e mudas.

Nesse centenário trazemos novamente à tona, o início de tudo, prestigiando seus personagens e revivendo uma época que marcou e deu um novo rumo para a história do esporte em Piracicaba.

Figura 20. - Arquibancada
Autoria da foto desconhecida.
Acervo Rocha Netto CCMW/IEP

Figura 21
Arquibancada com a torcida organizada do XV.
Acervo Rocha Netto CCMW/IEP.



Notas

¹ A partir desse momento para nos referirmos ao Clube além de utilizarmos E. C. XV de Novembro de Piracicaba utilizaremos XV de Piracicaba/XV/Time/Nho Quim, como é carinhosamente conhecido e aclamado pela torcida

Bibliografia

BENJAMIM, Walter. “Ensaio sobre literatura e história da cultura”. In: *Obras escolhidas*, vol. I, *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

NORA. Pierre. “Entre memória e história. A problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez./1993. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>, acessado em 20/06/13, às 12h16.

PINTO, Júlio Pimentel. “Os muitos tempos da Memória”. In: *Projeto História*. São Paulo, n. 17, Nov./1998. Disponível em: <http://revistaspucsp.br/index.php/revph/article/viewfile/11146/8177>, acessado em 20/06/2013, às 12h26.

Rocha Netto – o memorialista. Direção: Thiago Altafini. Urgência filmes, 2003, DVD (07 min).

ROCHA NETTO, Delphim Freire. *A história do XV – 1913/1931*. Vol. 01. Suplemento de *O Diário*, ano 46, 1980.

ULPIANO, T. Bezerra de Menezes. “A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais”. In: *Revista Inst. Est. Bras.*, SP, 34:9-24, 1992.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. “Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do Centro de Memória da UNICAMP”. In: *Revista acadêmica Augusto Guzzo*, n. 06, 2003.

"Mandi (Olegário José Godoy) e Sorocabinha (Manuel Rodrigues Lourenço)", primeira dupla caipira a gravar um disco em 1930. Permeneceram juntos até 1940, tendo gravado nesse período mais de 60 discos.

Autoria da foto desconhecida.
Acervo IHGP



3

EDUCAÇÃO

A música caipira como instrumento no ensino de História

MAURÍCIO CARMEZINI

Graduado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP- Assis, SP);
Pós-Graduação - Latu Senso - Metodologia o Ensino de História e Geografia
CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER

Resumo

Esta pesquisa tem como proposta abordar a utilização da Música Popular Brasileira, não apenas aquela conhecida como "MPB", isto é, urbana e mercadológica, mas sim a música de uma parcela significativa do povo brasileiro, a música caipira, como documento no ensino de História. Desta forma, um dos principais focos deste trabalho é demonstrar a possibilidade do uso da linguagem musical, como documento histórico, dentro da sala de aula. Assim, pretende-se levar o professor e o educando a ampliarem o leque de possibilidades relacionadas aos estudos da História do Brasil, fugindo da utilização sistemática dos livros didáticos tradicionais. Sendo assim, pretende-se mostrar que, a música caipira pode proporcionar, como fonte de estudo, não só o que por décadas, de forma preconceituosa, os meios eruditos taxaram-na a oferecer, isto é, um conteúdo simplista que se remete, por exemplo, apenas às saudades de um sertão que não existe mais. A música caipira tem muito mais a oferecer, tal como: questões políticas sejam exaltando ou criticando o momento histórico abordado; questões sociais sejam familiares ou trabalhistas; temas sobre a cultura negra ou indígena; entre outros. Entender que, a música caipira pode ser um instrumento que aproxime e facilite a busca pelo conhecimento significativo da História do Brasil dentro da sala de aula é uma das metas deste estudo.

Palavras chave: Música como Documento. Música Caipira. História do Brasil.

Neste artigo demonstram-se algumas experiências realizadas junto a alunos do Ensino Fundamental II, da Rede Privada de Ensino do Estado de São Paulo, no período de 2010, a respeito da utilização da música caipira como fonte documental do Ensino de História.

De acordo com Chaves (2006), as letras das canções podem ser entendidas como elementos históricos contextualizados, sendo para isso necessário pensar quais as formas mais adequadas de se incorporar a música nas aulas de História. O autor defende a possibilidade de trabalho com a música caipira em sala de aula “como forma de contribuir para o entendimento de vários temas históricos, como recurso para ler e compreender historicamente o passado e como forma de valorização e respeito às diferentes culturas que compõem a cultura brasileira” (CHAVES, 2006, p. 09).

A opção escolhida, nesta proposta de desenvolvimento de trabalho que utiliza a música caipira como fonte documental em sala de aula, é fruto de ensaios metodológicos realizados com alunos do Ensino Fundamental II, buscando variar os métodos de ensino que se pautam, na maioria das vezes, nas aulas expositivas e presas a manuais didáticos, engessados a modelos de ensino tradicionais.

Uma das metas em desenvolver esse estudo com os educandos foi proporcionar-lhes a utilização de diferentes fontes e linguagens no ensino de História, no caso específico desse trabalho, a utilização da música caipira. Contribuir para que, o processo de ensino/aprendizagem se transforme em uma atividade de investigação e produção de conhecimentos por parte de educandos e educadores. Ainda, acompanhar e orientar o trabalho dos alunos na apreensão e uso do material didático proposto - músicas caipiras - na escola.

Para atingir tal propósito, faz-se necessário apresentar um breve estudo a respeito da utilização da música como recurso didático em sala de aula; a utilização tradicional da Música Popular Brasileira e o esquecimento da Música Caipira no ensino de História; a Música Caipira como documento: um possível caminho para ampliar os métodos de ensino/aprendizagem da História do Brasil. Para fechar a proposta realizada, serão apresentados, no decorrer do texto, os trabalhos realizados junto aos educandos da citada instituição de ensino, preservando os respectivos nomes.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Música Como Recurso Didático

Um dos maiores desafios da prática docente atual é enquadrar-se no universo multifacetado e de diversas possibilidades de informações e entretenimento que os educandos têm acesso. O intuito não é lutar contra essa realidade, o que seria impraticável, mas adequar-se a ela. Dentro do universo dos adolescentes, recheado de celulares, tablets, games, entre outros, estão os CD players, os mp3 players e os demais reprodutores de música digital. Uma pesquisa da Sociedade Médica de Estudos de Pediatria e Adolescência dos Estados Unidos constatou que cerca de 9 entre 10 adolescentes e jovens ouvem em média duas horas e meia de música por dia (FARIA, 2007, p.6). Desta forma, constata-se que, ouvir música é uma atividade prazerosa entre os jovens.

A importância da música não está presente apenas no cotidiano dos jovens, ela está inserida na vida de todos. Desde os primórdios da existência dos seres humanos a música evoca a uma série de reações emocionais, sejam elas relacionadas à curiosidade, ao espanto, à alegria, à tristeza, à memória e à aprendizagem. “A música é um elemento capaz de informar, expor ou explicitar as ações humanas, sua história, existências, angústias e necessidades” (MADEIRA, 2008, p.2).

Para Faria (apud ONGARO; SILVA, 2006), “a música está presente na vida de todos os seres humanos, e ela também está presente na escola para dar vida ao ambiente escolar, além de despertar nos alunos o senso crítico para o que ouvem e como isso se reflete em sua vida”. De acordo com esse autor, a escola é um espaço institucional para transmissão de conhecimentos socialmente construídos e deve se ocupar em promover a reflexão dos jovens para o que ouvem e que mensagem essa canção lhes passa, ainda que não a compreenda completamente. Desta forma, está ao alcance dos discentes oportunizarem situações de aprendizagem em que os alunos estejam em contato com um variado número de materiais didáticos, além do tradicional livro-didático, buscando aproximar-se do universo social vivenciado pelos educandos. No contexto escolar a música tem a finalidade de ampliar e facilitar a aprendizagem do educando, pois ensina o indivíduo a ouvir e a escutar de maneira ativa e refletida.

No que diz respeito ao aspecto pedagógico, o professor deve compreender as transformações educacionais por que passa a sociedade atual. Assim, ele precisa reconhecer que já não detém o poder único da transmissão do saber, tendo que

aceitar e se adequar com as novas formas de aprendizagem, que já não são lineares, pois são carregadas de diversas influências da sociedade atual, especialmente aquelas ligadas à tecnologia.

A música como recurso didático, pode ser utilizada nas diversas áreas do conhecimento, desta forma, a disciplina de História não é exceção. Schimidh (2004) no seu livro “Ensinar História”, demonstra que inovações em sala de aula fazem com que a prática docente desmitifique a noção que se tem do “professor enciclopédia” detentor do saber, substituindo pela imagem de um “professor construtor”, que contribui para o conhecimento de seus alunos em sala de aula, e que se percebe que a música é uma forma de indicar ao aluno novas formas de compreender a história.

Sendo assim, o professor deve fazer uso de toda a variedade possível de atividades didáticas que vão além do livro, pois, os alunos, inseridos com os educadores no processo de ensino-aprendizagem, carecem de uma forma de apropriar-se do conhecimento que seja, quando possível, uma alternativa prazerosa e plausível de ser aplicada. Cabe, em parte, ao professor variar suas metodologias e tornar a aula mais dinâmica, para que os alunos prestem atenção, se entusiasmem com a aula e, conseqüentemente, aprendam o conteúdo. Desta forma, a utilização de atividades lúdicas e prazerosas, é fundamental para o entretenimento da turma e motivação para a aprendizagem.

2.2 A Utilização da MPB e o Esquecimento da Música Caipira no Ensino de História do Brasil

Quando se trata da utilização de música como recurso didático das aulas de História do Brasil, é inevitável esse tipo de associação: serão utilizadas as “músicas de protestos”, isto é, a Música Popular Brasileira, ou MPB. Chico Buarque de Holanda; Geraldo Vandré, Caetano Veloso; Gilberto Gil; entre tantos outros extraordinários compositores vêm logo à lembrança como defensores da liberdade de expressão, de pensamento, enfim da democracia, vetada durante os anos em que os militares estavam dominando o cenário político brasileiro, entre os anos sessenta e oitenta do século XX. Não se pode desprezar, e não é esse o intuito desse artigo, a imensa importância desse gênero musical dentro das aulas de História. No entanto, é válido inserir outros estilos musicais brasileiros, dentro desse quadro, como por exemplo: o samba; o baião; o sertanejo e, evidentemente, a música caipira.

Segundo o Parâmetro Curricular Nacional (PCN) de História,

O estudo de novos temas, considerando a pluralidade de sujeitos em seus confrontos, alterando concepções calcadas apenas nos “grandes eventos” ou nas formas estruturalistas baseadas nos modos de produção, por intermédio dos quais desaparecem de cena homens e mulheres de “carne e osso”, tem redefinido igualmente o tratamento metodológico da pesquisa. A investigação histórica passou a considerar a importância da utilização de outras fontes documentais, além da escrita, aperfeiçoando métodos de interpretação que abrangem os vários registros produzidos. A comunicação entre os homens, além de escrita, é oral, gestual, sonora e pictórica (BRASIL, 1998, p.21).

Desta forma, conforme o PCN, a aprendizagem deve desenvolver competências e habilidades para que o aluno entenda a sociedade que vive como uma construção humana, que se reconstrói constantemente ao longo das gerações num processo contínuo e dotado de historicidade e a utilização da música brasileira dentro do ambiente escolar pode proporcionar isso.

A propósito, é preciso se deter no entendimento do significado de “MPB”. Analisando o significado das palavras, enquanto estrangeiros, poderia se entender que a MPB, isto é, a Música Popular Brasileira, seria a produção musical realizada pelo povo brasileiro, ou seja, pagode, bossa nova, folclore, samba, sertanejo, caipira, entre outras produções musicais que se encaixariam no conceito de MPB. No entanto, os brasileiros foram doutrinados a entender como MPB a música que representa um pensamento urbano, engajada nas discussões intelectuais, políticas, econômicas e sociais. Por outro lado, a Música Caipira, é vista, apenas, como a representante do campo e assim sendo associada a uma descrição da roça e do “caipira” nos moldes, ainda, de Monteiro Lobato, do Jeca Tatu, ignorante e preguiçoso. Dentro das salas de aulas, os professores, reflexos da sociedade, aplicam esse modelo em sua prática de ensino.

Segundo Chaves (2005), professor de História e mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), as escolhas dos professores podem ser explicadas. O gênero caipira ainda é visto como simplório e desprovido de valor no seu conteúdo, tornando-se, ao longo dos anos, alvo de críticas na verdade bem inconsistentes. Assim, no meio escolar, passou-se a aceitar como fontes de cultura musical apenas aquelas canções privilegiadas pela indústria cultural. O conjunto dos gêneros musicais preferidos dos professores pertence, sem dúvida, às principais correntes históricas da MPB. Mas isso não devia justificar a ausência das canções

caipiras. A exemplo de outras composições, o gênero sertanejo também se insere no contexto brasileiro, abordando temas de contestação ou exaltação de conjunturas políticas, sociais e econômicas bem significativos para o estudo e a compreensão da História.

A discussão sobre o real significado da expressão MPB já foi alvo de discussão no Seminário Decantando a República: um inventário histórico e político da música brasileira, na PUC do Rio de Janeiro, em janeiro de 2001. Segundo Carlos Sandroni (2001), em seu estudo apresentado no seminário intitulado de “Adeus à MPB”, no decorrer do período republicano brasileiro, o conceito de “música popular” variou muito, pois, hora foi vista como “folclórica”, em outros momentos como “ideológica”, assim como “brega”, ou seja, a música realizada e cantada pelo “povo brasileiro”, já teve várias conceituações. Sandroni, não conclui qual é o real significado de “MPB”, pois para ele essa redefinição ainda está em curso. No entanto, para o autor do estudo, perguntar-se sobre o que se entenderá por música popular brasileira daqui para frente, ou se a expressão ainda será usada no futuro, é também perguntar-se sobre o que se poderá entender por “povo brasileiro”; pergunta que não diz respeito apenas à música, mas também a maltratados ideais republicanos brasileiros.

Desta forma, se todos os cidadãos compõem a sociedade brasileira, sendo do campo ou da cidade, do Norte ou do Sul, músicos ou apreciadores desta expressão artística fantástica, cabe especialmente aos profissionais da educação, que pretendem utilizar a música como instrumento didático, não priorizar um determinado estilo da música popular brasileira e descartar outro. Tudo é “MPB”, isto é, “música popular brasileira”, cabe ao professor escolher e trabalhar junto aos educandos o gênero que julgar mais propício. A proposta desse estudo é a Música Caipira.

2.3 A Música Caipira

Como já foi exposta anteriormente, a proposta desse trabalho respeita e entende que a produção da música popular brasileira é ampla e importante para formar a riquíssima cultura do nosso país. Entretanto, cabe definir que o material documental musical utilizado nesse trabalho remete-se à música caipira e não a outros gêneros musicais que utilizam algumas características do “sujeito caipira” para adentrar no mercado musical. Desta forma, não basta vestir-se, expressar-se, ter nascido no interior ou utilizar viola em suas composições para ser considerado um autêntico caipira. O que se vê, e escuta-se, atualmente, é uma enxurrada de produções que se enquadram no gênero sertanejo e não caipira.

Em entrevista ao Jornal da Tarde, Inezita Barroso, uma das maiores defensoras e ao mesmo tempo incentivadoras da música caipira no Brasil, foi perguntada se o “sertanejo” está mais fraco ou mais forte atualmente, ao qual Inezita responde que existem dois gêneros: o de raiz, que é tirado do povo e jogado para o povo e tem um outro, que não foi tirado de lugar nenhum. Parece uma coisa “não-sei-o-quê universitário”. Isso não dura, não tem lastro. Não está ligado no chão. Ainda, questionada se o sertanejo universitário não contribuiu para chamar a atenção para a moda de viola, Inezita Barroso destaca:

São dois trilhos. Nesse aqui está o “não sei o quê universitário”. E nesse outro trilho, está o pé no chão, o puro e o pé na terra. Esta é uma raiz plantada que nenhum vendaval derruba, desde os tempos dos jesuítas. É uma coisa que vem de dentro para fora. Esses moderninhos vêm de fora para dentro. Bate e fica só um mês. São dois trilhos que não se encontram, conclui (JORNAL DA TARDE, 2012, p.01).

Entende-se, depois desse comentário, que nem todo sertanejo é o considerado “universitário”, todavia, é utilizada no trabalho a música caipira, isto é, a música raiz.

A partir de considerações feitas por Donadio (2006): caipira é uma denominação tipicamente paulista. Nascida da primeira miscigenação entre o branco e o índio. “Kaai ‘pira” na língua indígena significa, o que vive afastado, (“Kaa”- mato) (“Pir” corta mata) e (“pira”- peixe). Também o cateretê, inicialmente uma dança religiosa indígena, na qual os índios batiam palmas, seguindo o ritmo da batida dos pés, deu origem à “catira”. A catira passou a ser um costume de caboclos, antigamente chamados de “cabolocos”. Com o avanço dos brancos, em direção ao Mato Grosso e Paraná, a cultura caipira foi levada principalmente pelos tropeiros. (DONADIO, 2006, p.02).

Ainda buscando a origem do caipira e sua música, encontra-se o estudo de Ribeiro (2006), onde é possível constatar que a música caipira teve sua origem a partir da vinda do português para o Brasil e seu entrosamento com os ameríndios, mais precisamente do relacionamento entre os jesuítas e as diversas culturas indígenas. Segundo Ribeiro, os jesuítas teriam se valido da musicalidade presente entre eles para catequizá-los, utilizando o cateretê como atrativo que posteriormente se transformou no catira (dança caracterizada por elementos rítmicos, sapateado e palmas), um dos primeiros gêneros da música caipira a receber letra.

As primeiras músicas caipiras a romper a porteira do campo e ganhar repercussão na “cidade”, isto é, deixar de ser ouvida apenas nos meios rurais e passar a ser apreciada em alguns centros urbanos, foi devido à paixão e o empenho de Cornélio Pires, radialista, jornalista, escritor e folclorista de Tietê, cidade próxima de Piracicaba, interior paulista. Segundo Maria Immaculada da Silva, filha de Olegário José de Godoy, o “Sorocabinha”, junto de seu parceiro “Ditinho Pintor”, a convite de Cornélio Pires, em 1924, a dupla foi contratada para apresentar sua arte na capital paulista, no Cine República. Estava formada uma das primeiras duplas genuinamente caipiras do Brasil a iniciar a divulgação da “música raiz”, profissionalmente, para os centros urbanos. Foi em São Paulo, capital, que o homem do campo, por meio da música, começou a trilhar perspectivas, mesmo que modestas, de ganhar a vida como artista. Na moda de viola composta por “Sorocabinha”, no ano de 1924, intitulada de “A impressão de São Paulo”, o autor destaca:

*Sai de Piracicaba
Com viola caixa e pandeiro
Em companhia do Cornélio Pires
E de mais seis companheiros
Pra nois diverti o povo
E pra nois ganha dinheiro. (SILVA, 2011, p.17).*

A partir de então, rompendo barreiras antes impensáveis, é formado o grupo: “A Turma Caipira de Cornélio Pires”. Ainda nesse ano começam os shows com estilos como: a Catira, o Fandango, a Folia de Reis e é claro a Moda de Viola Caipira em várias cidades do Brasil. Segundo Caldas (1971),

[...] a permanência da forma nasalada de cantar até nossos dias deve-se principalmente ao fato de que nos desafios e cantos religiosos realizados no interior e meio rural, ainda enquanto manifestação da cultura do caipira paulista predominava essa nasalção [...] a partir das manifestações lúdico-religiosas, a nasalção impregnou-se de tal forma na cultura caipira, que hoje não se pode mais pensar em música caipira sem ela.

E foi assim que a Turma de Cornélio Pires gravou as primeiras músicas - “Jorginho do Sertão”, “Esconieno noiva”, etc., cuja aceitação, tanto no meio rural como no meio urbano, foi total.

Foi no ano de 1929 que, na capital federal do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, que Mandy (nome artístico do professor Manuel Rodrigues Lourenço) e Sorocabinha gravam o primeiro disco de música caipira do Brasil. Entre 1929 e 1938 a dupla “Mandy e Sorocabinha” gravou grandes sucessos, que tinham como tema os acontecimentos da época, como: as revoluções, a crise, os momentos políticos, os acontecimentos polêmicos, mas nunca deixando de lado o romantismo ingênuo, umas pitadas de humor e de crítica, sobretudo o respeito, afirma Immaculada (2011, p.17). A partir de então, a cultura do campo atingiu em cheio o povo brasileiro.

Desde os anos de 1930 até os dias atuais, seja por meio do rádio, das gravações consumidas por meio dos LPs, via televisão e hoje Internet, são diversos os colaboradores para a manutenção e engrandecimento do gênero da música caipira de raiz. Seria aqui injusto correr o risco de citar alguns e deixar outros de fora. Porém, o que todos têm em comum, é o compromisso de relatar e perpetuar, o orgulho e o amor de manter o “jeito caipira de ser”. Seja por meio de seus “causos”, “contos”, “modas”, isto é, através de composições musicais, estes registram suas memórias e suas histórias, brindando a todos com essa maravilhosa e vastíssima cultura, que mesmo chegando tão longe, não se esquece de sua origem.

2.4 A Música Caipira como Documento: uma proposta para ampliar os métodos de ensino/aprendizagem da história do Brasil.

Esta proposta pedagógica foi oferecida a alunos do Ensino Fundamental II, da Rede Privada de Ensino do Estado de São Paulo, no colégio Instituto Baroneza de Rezende, na cidade de Piracicaba, localizada no interior paulista. Tendo o privilégio de estar inserido em uns dos berços mais sagrados da cultura caipira, mais sabendo de antemão que, o gênero musical a ser colocado em prática não é um dos prediletos dos adolescentes, fez crescer ainda mais o interesse do pesquisador de aplicar a ideia.

A proposta foi lançada para duas turmas do nono ano do Ensino Fundamental quando ambas as salas estavam estudando o fim da ditadura militar brasileira e o início da “Nova República”. A propósito, já havia sido utilizado, em outras oportunidades, músicas brasileiras, que não faziam parte do cotidiano dos alunos, como instrumento de apoio e aprofundamento do material didático utilizado na escola, como por exemplo, o samba de 1940, intitulado “É Negócio Casar” de Ataulfo Alves e Felisberto Martins, para estudar a malandragem e a política trabalhista de Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945);

Chico Buarque de Holanda e uma de suas composições mais utilizadas em salas de aula, para abordar a insatisfação popular perante a ditadura militar no Brasil (1964-1985) em 1970, “Apesar de Você”; outra música utilizada, ainda dentro do contexto político e econômico militarizado agonizante que o Brasil vivia, foi a canção “Aluga-se” de 1980, do considerado por muitos o “Pai do Rock Brasileiro”, Raul Seixas. De forma surpreendente, muito bem aceita pelos alunos, aplicados esses diversos gêneros da música popular brasileira, estava faltando à utilização da música caipira.

Vale ressaltar que, a ideia de se trabalhar com música no ensino de História já havia sido colocada em pauta para os alunos e lhes foi dito, baseando-se em estudos de José Geraldo Vinci de Moraes que, “as canções poderiam constituir-se em um acervo importante para se conhecer melhor ou revelar zonas obscuras das histórias do cotidiano dos segmentos subalternos” (MORAES, 2004 p. 204). Diante desse argumento os alunos perceberam que a História não se faz apenas através de documentos escritos e que esses “papéis” não são apenas compostos, escritos, por pessoas especiais, diferentes, “vultos” históricos. Vislumbraram que a História é um fenômeno social que extrapola os documentos escritos, podendo ser desenvolvida e realizada por meios e pessoas diversas, sejam eles escritores, arquitetos, músicos, entre outros. Desta maneira, os alunos perceberam que a música poderia ser utilizada como fonte histórica, como documento, pois ela representava, via seus compositores, uma visão social vivenciada nos períodos históricos propostos.

Para a implementação da utilização da música caipira nas aulas de história, não foram utilizadas todas as experiências metodológicas anteriores. Nesses últimos casos, os alunos foram apresentados e amparados pelas letras das composições, do universo cultural e social dos autores das músicas. Ou seja, no samba da “Era Vargas”, no engajamento político de Chico Buarque ou na “maluques” de Raul Seixas, os educandos foram orientados a associar a música dentro do contexto histórico trabalhado, com a mediação do conhecimento apresentado pelo professor. A partir daí, foram convidados a dialogar e enriquecer o conhecimento histórico com suas impressões e opiniões.

A respeito da música caipira os alunos foram surpreendidos com a canção de um dos mais espetaculares compositores e intérpretes da música brasileira: Renato Teixeira. Foi apresentada para audição, sem aviso prévio, a canção “Rapaz Caipira”, cuja parte inicial destaca:

*Qui m'importa, qui m'importa
O seu preconceito qui m'importa
Você diz que eu sou muito esquisito
E eu às vezes sinto a sua ira
Mas na verdade assim é que eu fui feito
É só o jeito de um rapaz caipira
Qui m'importa...¹*

Nessa música o autor faz questão de destacar, entre outras características do “rapaz caipira”, uma das marcas registradas do caipira: o “R” carregado e arrastado em sua forma de expressar-se verbalmente. A reação imediata dos alunos foi o riso e, a uma mistura de sentimentos, hora de “vergonha”, vez por outra de “orgulho”, por perceberem que estavam eles inseridos dentro dessa cultura caipira. Foi espetacular que, dentre uma maioria que se sentiu envergonhada, alguns já entenderam o propósito da letra – encarar o preconceito relacionado ao “rapaz caipira”.

Dessa forma, abriu-se para o debate o que era “ser caipira”. Foi exposto para os alunos um pequeno estudo sobre as origens, as tradições, as contribuições culturais, isto é, “o jeito do rapaz caipira”. Nesse estudo, procurou-se deixar claro que a forma de falar, acentuando o “R” não é a única maneira de remeter-se à cultura caipira. Destacou-se que essa forma de falar, ao invés de ser vergonhoso, motivo de piadas, é a marca registrada da região onde estão inseridos.

A identificação cultural foi tamanha, pois, muitos relataram que, mesmo estando longe de sua terra natal, é só conversar por alguns instantes que a pergunta é inevitável – você é de Piracicaba? A propósito, os educandos puderam perceber que expressar-se carregando no “R” não é uma forma errônea de falar, mas sim parte de uma rica cultura: a caipira. Ainda, objetivando reforçar a importância do “ser e assumir-se enquanto caipira” foi-lhes apresentado, de forma sonora, o que ficou conhecido, extraoficialmente, como o hino de sua cidade – Rio de Lágrimas (Rio de Piracicaba), composição de Lourival dos Santos, Piraci (Miguel Lopes Rodrigues) e Tião Carreiro.

*O Rio de Piracicaba
Vai jogar água prá fora
Quando chegar a água
Dos olhos de alguém que chora²*

Mesmo encontrando algumas resistências, cada vez menores, pois muitos cantaram o “hino caipira” de sua cidade, lançou-se o desafio de se utilizar a música caipira, como complemento do material didático, para o estudo de história.

O momento histórico escolhido foi o governo do presidente José Sarney (1985-1989), dando ênfase à aplicação e aos primeiros resultados do Plano Cruzado de 1986. Foram apresentadas duas canções para análise: “O Pacote do Povo” (autores, ano da gravação original) e “A Coisa Ficou Bonita” (autores, ano da gravação original).

Munidos da letra das músicas, propôs-se a audição. A primeira música, “O Pacote do Povo”, cantada por Dino Franco e Morai, de 1986, deixa de forma explícita o momento histórico abordado, em especial quando os autores exaltam o plano econômico e o presidente que estava em exercício.

*Indústria e comércio já tem estrutura
Até a agricultura vai ter sua vez
O trabalhador vai sair do sufoco
E guardar alguns troco todo fim de mês
Ministro Funaro e todo o ministério
O Governo mais sério eu não encontrei
E salve o destino que deu pra gente
Um grande presidente José Sarney.*³

Outra canção apresentada foi “A Coisa ficou Bonita”, de Tião Carreiro e Lourival Santos, gravada no mesmo ano do Plano Cruzado. De forma menos clara que a primeira música, destaca-se também o momento econômico colocado em foco:

*Recebeu um cruzado forte aquela inflação maldita
Já fizeram seu enterro e ela não ressuscita
Já voltou café na mesa pra família e pra visita....
Presidente do pé quente chegou na hora bendita
A coisa que estava feia agora ficou bonita.*⁴

Após a apresentação das músicas, análises das letras, discussão e debates a respeito do momento histórico posto em pauta, pôde se observar que os alunos, passaram a ter outra visão sobre a música caipira. Esta música poderia oferecer mais do que até então eles estavam acostumados. O espanto de muitos foi perceber que



“Turma Caipira Victor”, de Piracicaba (1929), grupo de música caipira formado por Sorocabinha, a pedido da gravadora RCA Victor, para gravação de um disco. Era formada por Sebastião Ortis de Camargo, Antônio Estevam, Sebastião Roque, Manoel Rodrigues Lourenço, o Mandy, e as filhas, Avelina, Durvalina e Maria Immaculada. O local das gravações foi na Escola Normal de Piracicaba (atual Escola Sud Mennucci), que era dirigida pelo próprio Manoel Lourenço Rodrigues, professor da escola.
Fonte: http://www.sorocabinha.com.br/o4_fotos.htm

os “caipiras” estavam engajados, ainda que enganados em relação às consequências que o plano econômico resultaria, na situação econômica vigente do país.

A reação dos alunos foi tão positiva que o projeto inicial ampliou-se. Percebendo-se então como parte integrante da cultura caipira, muitos confessaram que ouviam música caipira em casa, acompanhados dos familiares, no trajeto para a escola, seja no transporte escolar ou nos carros particulares, a rádio estava sintonizada em algum programa caipira ou mesmo na televisão, em especial aos domingos e, de alguma forma, estavam em contato com a música sertaneja de raiz. Sendo assim, foi proposto para os educandos trazerem músicas caipiras para a sala de aula que abordassem e valorizassem o caipira como referência cultural do povo brasileiro e não como o “homem atrasado” que vive no campo alienado do mundo em que vive.

Sendo esse desafio uma novidade para os alunos, surgiram os mais diversos compositores e intérpretes, na visão dos educandos, da música caipira. A propósito, algumas músicas não se adequaram à proposta, pois, são consideradas músicas “sertanejas universitárias” e não se enquadram no gênero caipira. Esse fato, no entanto, serviu para reforçar ainda mais o propósito do projeto. Apareceram, entretanto, composições caipiras de fato abordando aspectos sociais, tais como “A Caneta e a Enxada”, na qual fica evidente o desprezo do intelectual a respeito do “matuto”, isto é, o trabalhador do campo onde no final a enxada mostra sua importância para a caneta; “A Vaca foi Pro Brejo”, onde fica claro a falta de respeito que alguns filhos têm em relação aos seus pais; “Mundo Velho”, canção que evidencia as diferenças sociais no Brasil e a falta de moral e religiosidade do povo; “Ana Rosa”, que retrata a violência contra a mulher; “Preto Velho”, destacando a situação de preconceito e abandono dos negros pós abolição da escravidão no Brasil, entre outras.

Desta forma os alunos puderam, dentro da escola, encontrar e sentir a satisfação cultural, defendida por Snyders (1988), em sentir-se capaz de estar inserido no processo de ensino aprendizagem, aliado ao conhecimento histórico ou a situações do cotidiano.

Vale ressaltar que, em nenhum momento, na exposição das ideias referentes ao estudo proposto, foi evidenciado um “confronto de gerações” a respeito do gosto musical dos estudantes, que não deixaram de ouvir suas músicas prediletas, apenas, e com certo esforço por parte de alguns, passaram a respeitar o gênero caipira enquanto objeto de estudo e parte de sua cultura.

Tão fundamental quanto demonstrar que música caipira pode e deve ser usada em sala de aula, como documento para ampliar os métodos de se aprender a disciplina de História, foi despertar nos educandos o respeito e a importância que o “sujeito caipira” construiu e ainda constrói enquanto peça fundamental para se escrever a História do país. A partir de se conhecer um pouco mais sobre a vida do caipira é que se pode entender porque sua música é chamada de “RAIZ”.

3. METODOLOGIA

Para atingir os resultados descritos anteriormente foram desenvolvidos procedimentos teóricos e práticos. Quanto aos primeiros, realizou-se uma revisão bibliográfica abrangendo livros, artigos científicos, projetos pedagógicos ligados ao tema, músicas, entre outras fontes, de caráter regional e nacional.

Quanto ao segundo, foi realizado um estudo de campo que consistiu no desenvolvimento de algumas etapas, mediada pelo professor, que teve início com a exposição de uma breve história da Música Popular Brasileira, e de sua importância cultural e política. Em seguida, foi oferecido aos educandos possibilidades de entender e utilizar da música, MPB, como fonte documental para a construção e compreensão da História brasileira. A audição das canções foi outro passo. Após esse encaminhamento, realizou-se a análise das letras, dos compositores e do período que as mesmas tinham sido lançadas para o público. Nessa etapa, foi proposto o fato histórico a ser estudado, no caso o Plano Cruzado de 1986, e a utilização das músicas caipiras como opção para o desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem. Desta forma, foi possível demonstrar para os participantes do projeto que “o sujeito caipira” e sua música, tão presente e enraizada na cultura regional do qual os mesmos estão inseridos, é capaz de colaborar e tornar mais agradável e significativo a busca pelo conhecimento da História brasileira.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi proposto nesse trabalho constatou-se que, a utilização da música popular brasileira, especialmente a caipira, mostrou-se como uma ferramenta prazerosa e eficaz no intuito de oferecer um método de ensino-aprendizagem diferenciado nas aulas de História, considerando que, mesmo não sendo o gênero predileto dos alunos, a música caipira está presente na vida desses educandos como elemento da cultura, isto é, de seu local de origem. A maioria confirmou que, sendo no seio familiar ou não, em algum momento a música caipira esteve e está presente em suas vidas. No entanto, até então, a exceção era na sala de aula.

A busca pela valorização da música caipira e a desconstrução do preconceito em torno dela também foi significativo. Os alunos puderam compreender, de maneira participativa, por meio de discussões e debates, construindo assim um conhecimento crítico que, seja tocando guitarra ou viola, estando na cidade ou no

campo, os autores podem ter mensagens diversas, sejam de apoio ou de protesto sobre política, economia ou diante da sociedade. Entretanto, o homem do campo não está escondido, não é ignorante, pelo contrário, é sábio e tem uma maneira muito peculiar de falar o que pensa. Segundo os apaixonados pela cultura caipira, como Inezita Barroso “a música caipira, de raiz é riquíssima. O poeta caipira é um herói”.

O envolvimento dos alunos foi tão positivo que extrapolou a proposta inicial que era trabalhar um determinado momento da História do Brasil, o Plano Cruzado de 1986. Os alunos foram capazes de identificar, em outras canções trazidas pelos mesmos para a sala de aula, diversos assuntos que abordam outros momentos da história e também de seu cotidiano. As composições caipiras, desta forma, passaram a ser fonte documental para a construção do conhecimento histórico do país.

Valorizar todas as formas de cultura e não apenas adaptar-se a uma cultura pautada pela imposição da mídia foi um dos pontos motivadores desse trabalho, pois, é preciso pensar a cultura na perspectiva de Raymond Williams (1969), ou seja, como uma cultura comum em que não há exclusão e antagonismos entre os conteúdos, em uma concepção em que todas as culturas são vistas como verdadeiramente democráticas, então o uso da música caipira nas aulas de História faz sentido.

Vale ressaltar ainda que foi de entendimento de todos os que participaram do projeto que a música caipira é sim uma das maiores representantes, dentro da música popular brasileira, de temas que abordam o saudosismo do sertão, o amor cortês a muito esquecido e o “jeito do rapaz caipira”, como diz o poeta Renato Teixeira. No entanto, foi consenso também, que a música caipira tem mais a oferecer, como foi demonstrado no decorrer do projeto.

O ensino de história, tendo a música caipira como ferramenta, surge como uma prática dentro das possibilidades de inovações metodológicas já existentes, mas ainda pouco exploradas. Portanto, para reverter esse quadro e incluir a música caipira como documento a ser explorado nas aulas de história, se faz urgente formar, reformar conceitos e eliminar preconceitos. Para isso, é pertinente propor aos educadores uma reflexão para a ampliação referente a seus métodos de ensino/aprendizagem. É preciso valorizar mais a cultura regional e enxergar nela possibilidades de construir um conhecimento histórico crítico e reflexivo e não apenas reproduzir o que se é proposto nos manuais didáticos, por mais que estejam dentro das propostas dos PCNs Estaduais e/ou Nacionais.

Enfim, o trabalho demonstra que, a possibilidade de utilizar músicas caipiras como documentos nas aulas de história é plausível e agradável, para educador e

educandos. Pesquisar as músicas caipiras e analisá-las, propor aos educandos e vencer o preconceito é muito desafiador e trabalhoso. Porém, os resultados positivos colhidos com essa proposta, mesmo que modesta, servem para encorajar e buscar transformar a sala de aula em um ambiente significativo e construtivo, para todos aqueles que estão envolvidos como o processo de ensino/aprendizagem.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio**. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>>. Acesso em: 19 de março de 2012.

CALDAS, Waldenyr. **Acorde na aurora: música sertaneja e indústria cultural**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979, p.89.

CAVALCANTE, Berenice; EISENBERG, José; STARLING, Heloisa (Org.). **Decantando a República: inventário histórico e político da canção popular moderna brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 34. (Volume I: Outras conversas sobre os jeitos da canção).

CHAVEZ, Edilson. **Música Caipira em Aulas de História: Questões e Possibilidades**. Curitiba, 2005. Dissertação de Mestrado, UFPR. Disponível em: <www.educacao.ufpr.br>. Acesso em: 20 de março de 2012.

DONADIO, Vanda Catarina P. A Origem do caipira. IN **ViolaTrapeira.com.br**. Publicado em 2006. Disponível em: <<http://www.violatrapeira.com.br/origem.htm>>. Acesso em: 04 de janeiro de 2012.

FARIA, Dilmara Furlan de. **A influência da Música na Formação dos Jovens e no Processo de Ensino-Aprendizagem de Língua Inglesa**. Londrina, 2007. Trabalho de Conclusão do Programa de Desenvolvimento Educacional PDE, UEL. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/654-4.pdf>. Acesso em: 07 de janeiro de 2012.

FARIAS, Wilmar de. **Projeto pedagógico artístico e temas transversais** (Música na escola). Disponível em: <http://www.alipso.com/monografias2/TEMAS_TRANSVERSAIS/index.php>. Acesso em: 09 de abril de 2012.

JORNAL DA TARDE. **Entrevista:** Inezita Barroso. Variedades. Publicado em 20/02/2012. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/jt-variedades/entrevista-inezita-barroso/>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2012.

MADEIRA Cristiane de Oliveira Silva. **A música popular brasileira em sala de aula**. Disponível em: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/505-4.pdf>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2012.

MORAES, José Geraldo Vinci de. História e Música: canção popular e conhecimento histórico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n.º. 30, vol. 20. Dossiê: Brasil, Brasis, 2000.

ONGARO, Carina de Faveri; SILVA, Cristiane de Souza. **A importância da música na aprendizagem**. UNIMEO/CTESOP. 2006. Disponível em: <<http://www.alexandracaracol.com/ficheiros/music.pdf>>. Acesso em: 15 de março de 2012.

RIBEIRO, José Hamilton. **Música Caipira:** as 270 maiores modas de todos os tempos. São Paulo: Globo, 2006.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

SILVA, Maria Immaculada da. **Sorocabinha:** a raiz da música sertaneja. São Paulo: Scortecci, 2011, p.17.

SNYDERS, Georges. **A alegria na escola**. São Paulo: Ed. Manole Ltda, 1988.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade:** 1780-1950. Trad. Leônidas H. B. Hegenberg {et al.}. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

Músicas e letras

CARREIRO, Tião; PARDINHO. **Rio de Lágrimas**. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/tiao-carreiro-e-pardinho/478780/>>. Acesso em: 03/04/2012.

CARREIRO, Tião; SANTOS, Lourival. **A Coisa Ficou Bonita**. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/tiao-carreiro-e-pardinho/a-coisa-ficou-bonita.html>>. Acesso em: 07/04/2012.

FRANCO, Dino; MOURAI. **O Pacote do Povo**. Disponível em: <<http://www.radio.uol.com.br/#/letras-e-musicas/dino-franco-e-mourai/o-pacote-do-povo/2167908>>. Acesso em: 07/04/2012.

TEIXEIRA, Renato. **Rapaz Caipira**. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/renato-teixeira/rapaz-caipira.html#ixzz1pmOlpcYP>>. Acesso em: 01/04/2012.

GEOGRAFIA

Mosaicos de reconexão no entorno de áreas protegidas: estratégias de re-envolvimento sócio-ambiental na ReBio Poço d'Anta (Juiz de Fora/MG)

EVANDRO CESAR AZEVEDO DA CRUZ

Mestrando em dinâmicas sócio-ambientais - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora

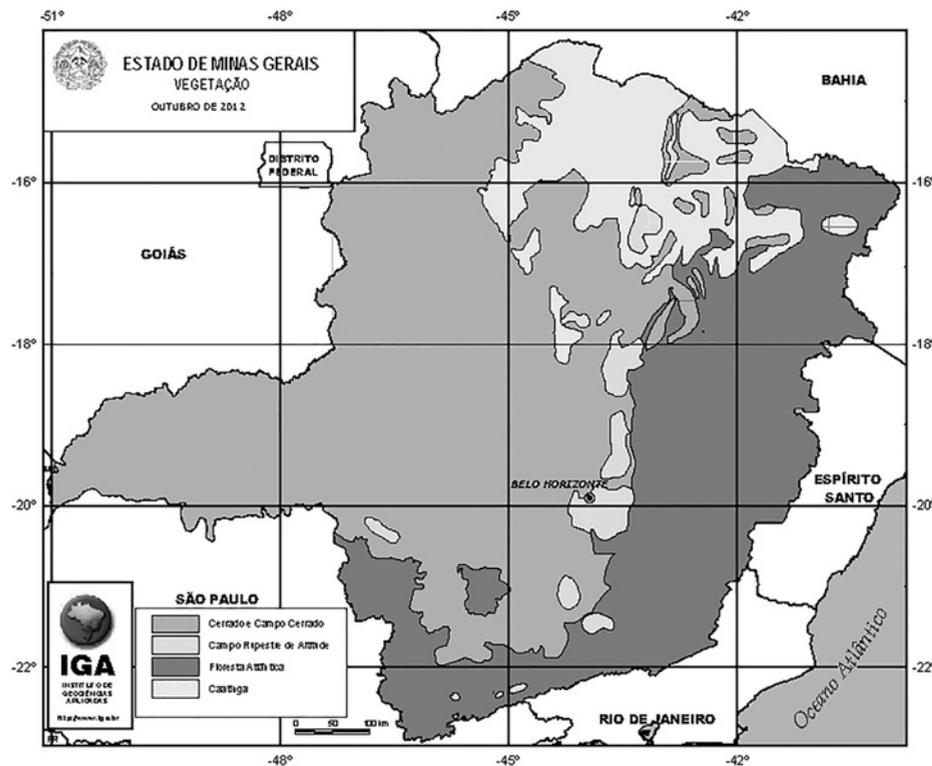
VICENTE PAULO DOS SANTOS PINTO

Mestre e Doutor em Geografia (UFRJ) e atual coordenador e professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Resumo

O presente trabalho tece uma investigação geossistêmica no entorno a Reserva Biológica Municipal Poço D'Anta, nas franjas urbanas do município mineiro de Juiz de Fora. Procurando conjugar o potencial ecológico, a exploração biológica e o aprovisionamento das comunidades locais, essa abordagem sistêmica busca uma confluência na relação das sociedades locais com a área protegida em questão. A sobreposição tripolar destes parâmetros, nos fornece o desenho de um mosaico de corredores ecológicos e áreas protegidas capaz de amortecer os impactos da produção espacial do entorno pois, através da integração entre o uso e a ocupação do solo, as feições naturalistas deste ambiente e a tradição cultural simbólica das comunidades, estaremos reconectando florestas, saberes e viveres.

Palavras-chave: - Áreas protegidas - Ruptura sócio-ambiental - Corredores Ecológicos



A ciência e a experiência têm nos mostrado que a natureza natural – ecossistêmica – se devidamente preservada dos sucessivos desequilíbrios antropogênicos, é plenamente capaz de se reestabelecer e assumir uma dinâmica regenerativa. A partir da tomada desta consciência, o entorno destas áreas protegidas passa a ser focado como espaço estratégico para o amortecimento dos pressões sócio-espaciais que o envolvem.

Sob este enfoque, o Conama, através do decreto nº99.274, de 06 de junho de 1990, considerando o disposto nos artigos 79 e 27, dispõe em seu artigo 2º: “Nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de dez quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota, deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente.”

Percebe-se, portanto, que um dos grandes desafios da gestão das áreas protegidas, nesse cenário, é a aplicação das restrições de uso dos recursos naturais para as comunidades locais, que sentem muitas vezes apenas o ônus da unidade de conservação. Sendo assim, acredita-se, hoje, que “a melhor forma de lidar com essa situação é transformar áreas de proteção integral em áreas centrais de um sistema mais amplo, que envolva o uso sustentável dos recursos naturais pelas comunidades locais e o desenvolvimento de outras atividades geradoras de renda para essas populações.” (Brockeman et al., 2002)

Estudos recentes realizados pela Funbio, sobre o entorno de nove unidades de conservação de proteção integral, distribuídas em 10 estados brasileiros, mostrou que a gestão da área se torna mais eficiente quanto maior é o envolvimento das comunidades locais. As principais lições deste estudo intitulado “Entorno de unidades de conservação: estudo de experiências em UC’s de proteção integral”, apontam que é necessário lidar com a complexidade das situações que envolvem conservação da biodiversidade e populações humanas pois, “o que acontece fora da unidade de conservação influencia o que se quer conservar em seu interior; quanto mais participação, organização e informação, menos conflituosa e mais eficiente é a gestão da unidade.” (Soares et al., 2002). Essa perspectiva de interação entre as áreas protegidas e as comunidades do seu entorno, revelam na reconexão sócio-ambiental uma possibilidade de reversão da dinâmica degenerativa da produção sócio-espacial desigual.

Buscando reconhecer tais dinâmicas de reconexão sócio-ambiental em um objeto empírico, focamos o entorno de uma área protegida de Mata Atlântica encravada nas franjas urbanas do município de Juiz de Fora/MG. Essa escolha apóia-se na riqueza das produções espaciais existentes em seu entorno, que

inclui significativos fragmentos de florestas, permeados por áreas rurais, áreas de expansão urbana e áreas de urbanização consolidada. A fragmentação deste relicto de Mata Atlântica chama a atenção pois este bioma congrega grande importância em termos de biodiversidade mundial e encontra-se, atualmente, em avançado estágio de fragmentação devido a forte pressão antrópica exercida pelas elevadas densidades demográficas que o cercam.

Regionalmente, o recorte espacial escolhido integra o Corredor Sudeste da Mata Atlântica, correspondente a região de Juiz de Fora, Minas Gerais. Neste município, alcançamos a área protegida em estudo, a Reserva Biológica Municipal (ReBio) do Poço D’Anta. (Figura 1)

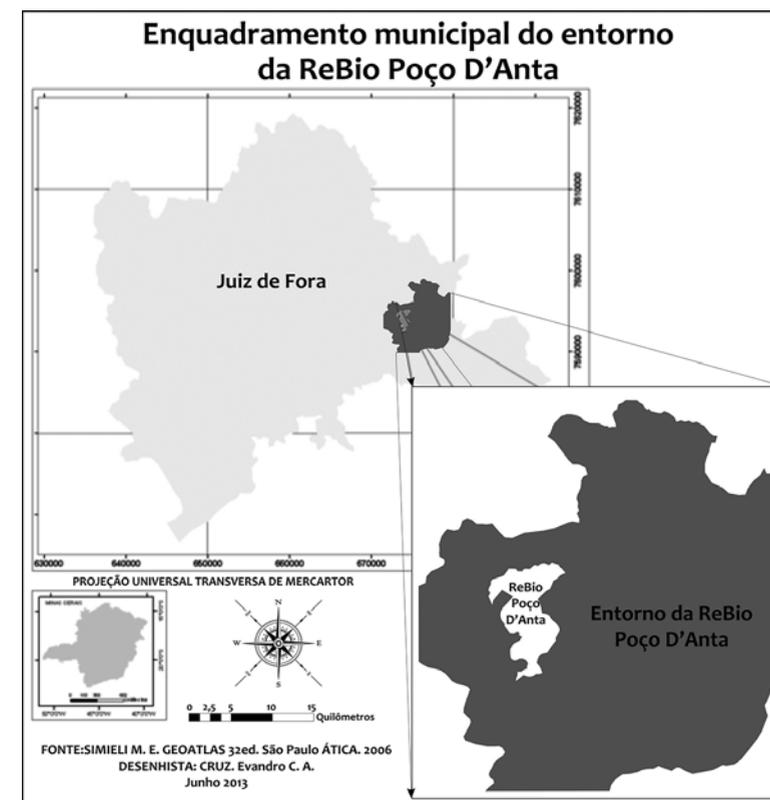


Figura 1. Enquadramento municipal do entorno da Reserva Biológica Municipal Poço D’Anta – Fonte: CRUZ, E.C.A., 2013

A Reserva Biológica Municipal Poço D'Anta, localizada na porção sudeste do município de Juiz de Fora – MG, foi criada pelo Decreto Municipal nº 2.794, de 21 de setembro de 1982, com uma área de 277 ha. A partir de um processo natural de regeneração, a reserva se reconectou, através de um corredor ecológico, à mata da Fazenda Floresta com 350 ha. A união desses fragmentos regenerou uma área conservada de Mata Atlântica com aproximadamente 627 ha, revelando, segundo o plano de manejo da ReBio Poço D'Anta, “uma grande importância para a formação de um corredor ecológico em torno do município”. Já que os fragmentos de mata conservada se reconectaram naturalmente, fica claro que a chave para a expansão do ecossistema em questão está na gestão do seu entorno.

Partindo destas considerações feitas sobre o envolvimento das comunidades do entorno na preservação das áreas protegidas, problema central deste trabalho, e o nosso objeto empírico de estudo, o entorno da ReBio Poço D'Anta, atingimos o objetivo central deste estudo: Desenhar um mosaico de áreas protegidas e corredores ecológicos, capaz de religar a cultura tradicional das comunidades locais ao uso sustentável dos recursos naturais do entorno da ReBio Poço D'Anta. Para tanto, como um plano de ações metodológicas que nos conduzem à meta central, elencamos estes objetivos específicos: 1 - Identificar áreas com alto risco de ruptura sócio-ambiental, no entorno da ReBio, 2 – Projetar redes de reconexão que interliguem os fragmentos de mata das áreas em eminência de ruptura e 3 – Elencar os tipos de áreas protegidas capazes de religar a cultura local, tradicionalmente acumulada, ao aprovisionamento atual da comunidade em seu território.

Fundamentação teórica

Pode-se dizer que a macro-estrutura teórica do trabalho baseia-se no modelo GTP (Geossistema, Território e Paisagem), um método de análise sócio-ambiental derivado da análise dos geossistemas, termo este que foi utilizado pela primeira vez em 1960 pelo investigador russo Sotchava, podendo ser caracterizado do seguinte modo (Beroutchachvili e Bertrand, 1978, p.171-172): uma morfologia, que corresponde à estrutura espacial, tanto no sentido vertical (os geohorizontes), que representa as trocas de energia e de massa com o exterior do sistema; um comportamento, que significa as mudanças de estado do sistema, em função do tempo. Buscando a superação da ruptura entre sociedade e natureza e tendo como interesse epistemológico e metodológico a preocupação de preservar a complexidade e a diversidade do ambiente, Bertrand cria, em 1997, um novo conceito mais amplo

para o geossistema, chamado por ele de GTP (Geossistema, Território e Paisagem). Sua inovação vem da concepção do sistema tripolar que enfatiza o componente humano ao considerar os aspectos sócio-econômicos e sócio-culturais dentro das ações antrópicas. (Figura 2)

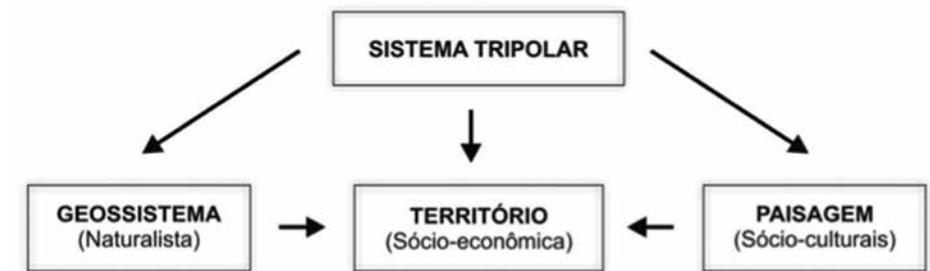


Figura 2: Sistema tripolar proposto por Bertrand em 1997. Fonte: Bertrand, 1997 apud TORRES, 2003, p.44

Servindo não só para a delimitação e representação cartográfica das áreas, mas também para detectar os problemas existentes e o grau de responsabilidade da ação antrópica sobre os mesmos, a metodologia do GTP, passou a subsidiar o desenho de estratégias para conter, reverter ou amenizar os impactos existentes, pois, considera o território analisado a partir de três perspectivas: o território recurso, correspondente à vertente sócio-econômica; o território aprovisionamento, correspondente à vertente sócio-cultural e o território fonte, correspondente à vertente naturalista do modelo tripolar. Na investigação de cada uma dessas vertentes, utilizamos metodologias distintas, porém concordantes.

Na primeira parte do corpo de desenvolvimento do trabalho, as análises da produção sócio-espacial do entorno contaram com o apoio teórico-metodológico dos “agentes produtores do espacial” de Roberto Lobato Corrêa, a análise espacial dos “sistemas de ações e de objetos” de Milton Santos, das concepções espaciais e do método regressivo-progressivo de Henri Lefèbvre e das concepções acerca da produção capitalista do espaço desde Karl Marx até as suas releituras por David Harvey. Já na segunda parte do corpo do trabalho, a investigação da vertente naturalista se apoiou nas concepções geossistêmicas de Georges Bertrand e nas

determinações legais sobre as áreas de preservação permanente (APP), constantes na Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, (D.O.U. de 16/09/1965), e nas Resoluções CONAMA 302 e 303 de março de 2002. Na última parte do corpo do trabalho, a pesquisa se utilizou das concepções de Paulo Freire e suas “perguntas geradoras” para apoiar a confecção dos roteiros e a realização das entrevistas. Os métodos de planejamento comunitário rural sustentável, desenvolvidos por John Croft, geógrafo co-fundador da Fundação Gaia Internacional, no leste da Austrália, também colaborou para prospectar as intencionalidades e relações culturais tradicionais das comunidades locais do entorno.

Materiais e métodos

Instrumentalmente, procedemos inicialmente com o estudo dos mapas e diretrizes contidos no Plano de Manejo da Reserva para definirmos os setores de análise do entorno da ReBio. Com essa setorização definida, passamos a analisar os sistemas de objetos e de ações em cada um destes, em busca de identificar os agentes produtores do espaço atuantes. Apurando essas indicações, realizamos uma pesquisa documental englobando a produção espacial da área de estudo, desde os seus primórdios até os dias atuais, num recorte temporal de aproximadamente 300 anos.

Tais investigações nos indicaram os produtores espaciais hegemônicos e hegemonzados em cada um dos setores de análise possibilitando, assim, a identificação dos vetores de expansão da produção do espaço que envolve a Reserva e, conseqüentemente, das áreas com alto risco de ruptura sócio-ambiental no entorno da ReBio. Tendo a sido investigada essa vertente sócio-econômica, relativa à produção sócio-espacial do entorno da ReBio enquanto território, um campo de poderes, procedemos à vertente naturalista, abarcando a área de estudo agora com um olhar geossistêmico.

Tomando como base as áreas com alto risco de ruptura sócio-ambiental já detectadas, mapeamos, com o auxílio do software livre Quantum GIS versão 1.8.0, os fragmentos de mata vizinhos, as redes de drenagem do entorno da Reserva, incluindo as suas nascentes e lagos. Para tanto foi utilizado como base o levantamento aerofotogramétrico, na escala de 1:5.000, em formato digital Raster-ECW, encomendado pela Prefeitura de Juiz de Fora em 2007. Em consonância com as determinações da Lei 771/65 e com as Resoluções CONAMA 302 e 303/2002, já supracitadas, mapeamos também em nossa áreas de estudo tais APP's. Este material

possibilitou a detecção da rede de corredores ecológicos interligando os fragmentos de mata que permeiam as áreas em eminência de ruptura sócio-ambiental.

Buscando o terceiro objetivo específico do nosso projeto, relativo à vertente sócio-cultural, passamos a prospectar as relações sócio-ambientais ao longo das gerações que manejaram suas respectivas áreas. Essa concepção do espaço diz respeito ao território a provisão, ou seja, à visão do meio como fonte de provisões, como um ambiente possibilitador da sustentabilidade da comunidade no local. O manejo necessário para obtenção destes recursos no próprio ambiente vem sendo desenvolvido tradicionalmente e é um forte canal de expressão e reprodução da cultura local. É a chave do sistema tripolar de Bertrand que une harmonicamente o território recurso ao território fonte de forma recíproca, cíclica, continuamente disponível até as próximas gerações, ou seja, o re-envolvimento sustentável.

A sobreposição espacial dos apontamentos de cada um dos objetivos e vertentes pesquisadas indicam as intenções, ações e conformações sócio-ambientais. Tais resultados nos indicam pontos de atrito e de fluência de poder na produção sócio-espacial que envolve a ReBio e completam a análise sistêmica tripolar do GTP (Geossistema, Território e Paisagem). Podemos, então, focar os atritos e conflitos e nos aprofundarmos em suas causas e conseqüências. Mas isso já foi feito muitas vezes e pouco se transformou efetivamente. Direcionamos aqui, portanto, nossas ponderações aos pontos de fluência, de acordos e cooperações em busca de subsidiar o empoderamento de todos os agentes produtores do espaço que envolvem a Reserva. Pois acreditamos que a reconexão sócio-ambiental vem do re-envolvimento entre as comunidades e seus meios de manejar o ambiente que, culturalmente tem a provisão dos recursos vitais que dessa relação surgem.

Resultados e Discussões

As primeiras análises realizadas no recorte espacial selecionado incluem uma série de estudos acadêmicos e técnicos, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora e o Plano de Manejo da ReBio Poço D'Anta. A partir destes materiais, detectamos que a zona de amortecimento referente à Reserva Biológica tratava todo o entorno da mesma forma, estabelecendo zonas concêntricas com relação a mata da ReBio. Em nossas análises, porém, optamos por estabelecer setores no entorno que congregassem características comuns em seus sistemas de objetos e de ações, ou seja, definimos setores conforme os tipos semelhantes de produção sócio-espacial já existentes.

Tal setorização foi estipulada visando adequar melhor a análise espacial do entorno da ReBio, uma vez que esta área compreende realidades rurais e urbanas que coexistem em diferentes estágios de complexificação. Com isso, o olhar analítico sobre este espaço não pode ser uniforme sob o risco de incorrerem em generalizações crassas que deturpariam completamente a compreensão sócio-espacial desta porção tão heterogênea do entorno da ReBio.

A partir da definição destes setores, a análise dos sistemas de objetos e de ações nos revelou tanto os agentes de produção espacial existentes, quanto o espaço já socialmente produzido no entorno. Algumas observações interessantes podem ser realizadas a partir do agrupamento das informações expressas no mapa acima pois, percebemos o predomínio dos promotores imobiliários e dos proprietários dos meios de produção no setor de urbanização consolidada. Já nas áreas de expansão urbana, tanto do Linhares, quanto do Floresta, percebemos o predomínio dos proprietários fundiários e dos promotores imobiliários. Finalmente, no setor rural, contemplamos o predomínio de proprietários fundiários e de proprietários dos meios de produção.

Neste ponto, torna-se necessário esclarecer que alguns agentes assumem posturas diferentes conforme a configuração espacial da área onde eles atuam. Como exemplo citamos os proprietários dos meios de produção que, no setor de urbanização consolidada atuam, predominantemente, no setor terciário. Já no setor rural, tais agentes agem, majoritariamente, no setor primário ou secundário. Os promotores imobiliários, por sua vez, atuam mais na administração e locação de imóveis no setor de urbanização consolidada. Quando vamos nos afastando deste setor e adentramos os setores de expansão urbana, a abordagem destes agentes muda para a incorporação, promoção e venda de imóveis. No setor rural, onde os proprietários fundiários e dos meios de produção estão predominantemente embricados no valor de uso da terra, a ação dos promotores imobiliários (baseada no valor de troca) quase não é percebida.

No entanto, o predomínio numérico dos agentes em cada setor não é diretamente correspondente ao seu poder de produção espacial pois existem diferentes potências entre tais agentes. Esses campos de poderes, por sua vez demandaram instrumentos metodológicos como o Regressivo-Progressivo de Lefebvre que, através de uma análise das horizontalidades cotidianas, seguida de um mergulho vertical no passado, e um retrocesso transversal para o presente, é capaz de revelar as forças predominantes e predominadas, bem como os pontos de inflexão entre a hegemonia de tais poderes.

A partir disso, percebemos que a dinâmica da expansão urbana nas franjas do município se principia com a ação dos proprietários fundiários que, estimulados pelo Estado ou pelos proprietários dos meios de produção, loteiam seus terrenos e criam o espaço inicial para a futura ocupação urbana. Essa ocupação inicial possibilita o desenvolvimento dos proprietários dos meios de produção, que ao atrair um grande contingente populacional, pressionam o Estado a prover as infra-estruturas urbanas básicas. Com os melhoramentos urbanos realizados, começa a ocorrer uma valorização do solo urbano que, ao mesmo tempo, atrai os promotores imobiliários e repele os grupos sociais excluídos. A ação destes agentes imobiliários em conjunção com o Estado, eleva o preço do solo e, muitas vezes, repele até mesmo os proprietários dos meios de produção, que se mudam para áreas periféricas em busca de terrenos grandes e baratos.

Por fim, verificamos que os marcos gerais de mudanças são relativos ao aparecimento dos promotores imobiliários como agentes de produção do espaço e a coalizão entre estes agentes e o Estado, concentrando muito poder urbanizador advindo, tanto da regulação legal de uso e ocupação do solo, quanto do poder de atração de investimentos de capital, através do mercado imobiliário. Este binômio Estado-Promotores Imobiliários influencia os demais agentes, direcionando os espaços destinados à eles de acordo com a lógica da valorização do solo e dos interesses políticos implícitos. Já os grupos sociais excluídos, como a própria denominação aponta, são hegemônicos em todos os setores do entorno e em todos os períodos. Até mesmo quando realizam invasões estes agentes, ou são usados pelos proprietários fundiários, que desejam atrair a ação do Estado, ou devem suportar as restrições de ocupação e o abandono do Estado.

Neste campo de poder, tem mais potência aquele agente que é capaz de aferir o maior lucro possível do uso do solo. O Estado, bom observador, rapidamente se coopta com este agente mais poderoso e assim se protege e se reproduz. Os grupos sociais excluídos, a grande massa populacional coesa e de fácil modelagem, também é usada por esses agentes dominantes, seja como sendo um bolsão de mão-de-obra barata, ou como grande mercado consumidor, ou ainda como uma isca à intervenção do Estado. Aí residem os conflitos que permeiam a construção do entorno da ReBio do Poço D'Anta. São os clássicos embates entre os ricos e pobres, entre burgueses e vendedores da força de trabalho, entre o valor de uso e o valor de troca. E nessa batalha, o Estado que deveria ser mediador, passa a usar do seus poderes, conferidos pelo social, em favor do capital.

Da mesma forma que esta dinâmica urbanizadora capitalista se reproduz ao longo do tempo, ela se espraia pela entorno da Reserva, agindo com o mesmo roteiro, funcionando em cada setor da área de estudo como funcionava em ciclos anteriores. Essa lógica indica que o setor rural está vivendo, atualmente, num campo de poder parecido com o do período de 1710 a 1930, com predomínio das atividades primárias e da atuação dos proprietários fundiários em consonância com o Estado. No setor de expansão urbana, por sua vez, este campo de poder funciona como se estivéssemos no período de 1930 a 1980, com predomínio das atividades secundárias e dos proprietários dos meios de produção apoiados pelo Estado. Por fim, o setor de urbanização consolidada, de funcionamento atual, (1980 – 2012), apresenta um campo de poder ditado pelos promotores imobiliários em cooptação com o Estado.

O estudo de todas essas dinâmicas sócio-espaciais nos permitiram identificar, não só os principais fluxos materiais que ocorrem no entorno da ReBio, como também os seus principais destinos. Conhecendo, então, a direção e o sentido dos fluxos de expansão espacial, identificamos o módulo ou a força destes fluxos para que pudéssemos, finalmente, determinar os vetores (módulo, direção e sentido) de expansão atuantes na áreas de estudo. Essa força do fluxo foi aferida através da identificação do estágio do ciclo de acumulação capitalista em que o setor de análise se encontra.

É, portanto, extremamente importante ressaltar esses estágios que compõem o processo de acumulação do capital), pois é a partir da correlação destes com os grupos associados de agentes produtores do espaço e suas potenciais áreas de atuação, que podemos prospectar qual será o próximo estágio do ciclo e, assim, identificar a força ou o módulo do fluxo de expansão da produção sócio-espacial no entorno da ReBio.

Conforme as premissas teóricas supracitadas, quanto maior a concentração no centro urbano, maior a tendência de expansão da malha urbana sobre a periferia. Respondendo a essa tendência, os setores de expansão urbana (SEU), vizinhos imediatos dos setores de urbanização consolidadas (SUC), têm um aumento na demanda e, logicamente, uma elevação do valor do solo. Estes processos, juntamente com a crescente oferta de sistemas de crédito e os investimentos na promoção das vendas e aluguéis, indicam o estágio de intensificação, onde o grupo de agentes produtores do espaço predominantes é formado pelos promotores imobiliários e pelos proprietários fundiários interessados no valor de troca de suas terras e imóveis.

Assim, o setor de urbanização consolidada (SUC) apresenta, em suas vias principais de circulação, um sistema de objetos e de ações reconfigurados e

com fluxos já intensificados, que propiciam a extração do lucro e a conseqüente acumulação de capital aos proprietários dos meios de produção (predominantemente do setor terciário) e aos promotores imobiliários, grupo de agentes que, em coalizão, são hegemônicos na produção espacial deste setor. Também encontramos a predominância da ação deste grupo de agentes nos antigos centros dos bairros pertencentes ao setor de expansão urbana –SEU- (Floresta, Jardim Esperança, Retiro e Linhares).

O ciclo de acumulação de capital, já tendo aqui explorado o uso do espaço de todas as formas, atinge um ponto de saturação, seguido da obsolescência que caracteriza o estágio da crise. Nesse sentido, de acordo com Harvey, “o Estado, inevitavelmente, envolve-se na administração de crises e age contra a tendência de queda da margem de lucro.”(2005, p.83) Em meio a tais desvalorizações e desemprego de capitais e de mão-de-obra, o Estado desempenha um papel importante no provimento de “bens-públicos” e infra-estruturas sociais e físicas; pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum agente capitalista individual acharia possível prover com lucro.

Em suma, o SUC, possuidor dos maiores fluxos e de produção mais antiga, com alguns sistemas de objetos já obsoletos vive entre a saturação e a crise, imprimindo grande força no fluxo de expansão. Este fluxo, fluindo pelas principais vias de transporte, chega com grande pressão nos SEU, tanto do Floresta, quanto do Linhares. Sob a força dos promotores imobiliários e com o apoio do Estado, estes setores que se encontram entre a inovação e a intensificação, aceleram os fluxos de atração e concentração, ampliando a eminência de produção sócio-espacial. Finalmente, o SR (setor rural), encontra-se em um momento de transição entre a crise e a inovação, mesclando fluxos de repulsão, principalmente dos minifundiários, com atração de novos investimentos, principalmente dos latifundiários. Um quadro que aumenta a concentração fundiária, abrindo campo para inovações na produção espacial ao mesmo tempo em que libera mão-de-obra para as frentes de expansão que vêm logo atrás.

Cumprindo a proposta da investigação sócio-econômica do espaço do entorno da ReBio através das análises acerca das dinâmicas sócio-espaciais, identificamos que os vazios urbanos e as grandes áreas de pastagens situados entre as florestas conectadas à ReBio e as áreas já socialmente produzidas, são exatamente as que correm alto risco de ruptura sócio-ambiental pois a exposição à produção sócio-espacial é grande, o perigo para o ambiente e para a sociedade advindo dessa produção espacial é igualmente grande e, finalmente, a ameaça de ruptura sócio-ambiental

também é grande pois a produção sócio-espacial se dá, hegemonicamente, sob a lógica da produção capitalista do espaço. A exposição, o perigo e a ameaça são os três parâmetros que formam o triângulo dos riscos. Quanto mais alta a combinação deles, maior é o risco a que estamos sujeitos.

Tendo sido atingido o primeiro objetivo específico, correspondente a vertente territorial do nosso modelo tripolar GTP, passamos à investigação geossistêmica e, através de uma abordagem naturalista, mapeamos os fragmentos de mata presentes no entorno estudado da ReBio e identificamos uma série de pontos de fragilidade de conexão entre os fragmentos de matas, bem como algumas alternativas de reconexão. Para aumentarmos essas possibilidades, procuramos identificar as áreas de proteção permanente (APP) existentes no entorno. Entendemos que essas áreas foram criadas para proteger o ambiente natural, o que significa que não são áreas apropriadas para alteração de uso da terra. Assim, essas áreas devem estar cobertas com a vegetação original para que os efeitos erosivos e a lixiviação dos solos possam ser aliviados, contribuindo também para regularização do fluxo hídrico, redução do assoreamento dos cursos d'água e reservatórios, além de trazer benefícios para a fauna (Costa et al., 1996).

Como o viés da nossa abordagem analítica é de integração entre as comunidades e a proteção das áreas, elencamos em nosso mapeamento somente as APP's relativas aos corpos d'água, devido aos seu elevado potencial ecológico. Tal característica possibilita tanto uma maior capacidade de regeneração ecossistêmica, quanto uma maior eficiência enquanto corredor ecológico, pois seu desenho contínuo facilita o fluxo gênico da fauna e da flora local. Além disso, essas áreas correspondentes às APP's de corpos d'água estão, normalmente, próximas às áreas de uso das comunidades e, portanto são estratégicas para o alcance dos nossos propósitos de reconexões sócio-ambientais.

Assim, passamos a buscar os eixos da nossa rede de corredores ecológicos e, dentro destes, as áreas carentes de reconexão entre os fragmentos de mata já existentes, as APP's dos corpos d'água detectadas, as florestas já conectadas à ReBio e ao eixo principal de drenagem do município, o rio Paraibuna. Essa investigação nos revelou a existência de uma rede com quatro eixos de expansão florestal por corredores ecológicos, a partir dos quais, tornou-se possível desenhar uma rede de corredores ecológicos interligando os fragmentos das áreas em eminência de ruptura sócio-ambiental, nosso segundo objetivo específico.

Correspondendo a última vertente de análise do modelo tripolar GTP, que estrutura essa pesquisa, damos relevo agora aos resultados das investigações

sócio-culturais realizadas com comunidades do entorno da ReBio. Em primeiro plano, percebemos que a população de cada setor tem sua ligação com o meio ambiente reduzida, de forma proporcional ao aumento da artificialização urbana nos sistemas de objetos. Isso que dizer que no Setor de Urbanização Consolidada (SUC) a população é menos ligada, temporal e culturalmente, às práticas cotidianas de sobrevivência relacionadas diretamente ao meio. À medida que nós vamos nos aproximando do Setor Rural (SR), passando através dos Setores de Expansão Urbana (SEU's), a ligação entre a sobrevivência e o meio aumenta.

Esse fenômeno também ocorre, em linhas gerais, entre as classes econômicas. Observamos em nossas entrevistas que quanto menos recurso financeiro, menor acesso às artificializações industrializadas e, como estratégia de sobrevivência, maior é a ligação e o conhecimento dos mecanismo do ambiente. Conversando com moradores das pequenas propriedades dos setores rurais, freqüentemente ouvimos observações acerca da fase da lua em que estávamos, da estiagem ou do excesso de chuvas, do aumento ou diminuição do fluxo d'água nos córregos e nascentes, época de colheita ou de reprodução de animais, enfim, uma percepção do meio muito mais apurada do que nos setores onde a produção sócio-espacial já estão mais adiantados.

Atingimos aqui a consciência de que as populações do setor rural e dos limites deste último com os Setores de Expansão Urbana, são as que ainda guardam uma maior ligação sócio-ambiental, sendo assim prioritárias em nossa investigação sob o aspecto sócio-cultural do território enquanto um provisãoamento. Dessa forma, procuramos em nossas interações com as comunidades rememorar as gerações antepassadas, seus modos de vida e o manejo dos recursos locais, e percebemos que essas sociedades eram muito mais sustentáveis e recorrentemente afirmam “a natureza é muito grata, quanto mais você cuida dela, mais ela te devolve em recurso ...” (encarregado da Fazenda do Tosa há 52 anos).

Também percebemos uma interligação entre o nível de envolvimento sócio-ambiental e a visão do espaço pelo valor de uso e pelo valor de troca. A contribuição marxista da visão de valor nos indicou que o Setor de Urbanização Consolidada e nas partes mais urbanizadas dos Setores de Expansão Urbana, predomina a visão do valor de troca do espaço, sempre valorizado por amenidades relativas e artificializadas. Para que um terreno com terras férteis se o supermercado é na esquina?

Por outro lado, nas proximidades rurais, o valor de uso começa a predominar. Procura-se terrenos com nascentes, ou com “água de mina”, os moradores exibem orgulhosos seus pomares e fazem questão de que provemos seus frutos. A sabedoria

dos ancestrais no manejo com o meio é freqüentemente citado: “meu pai roçava o quintal, picava o mato todo, aí juntava com as folhas do terreiro e com a “sujeira das galinha” e botava tudo no pé das plantas. Crescia que era uma beleza ...” (Moradora mais antiga da vila do Tosa).

A prospecção dessas relações sociais, culturais e ambientais balizou o refinamento final do nosso mosaico de reconexões sócio-ambientais indicando que, além da religações florestais, é também necessário estabelecer pontes com os conhecimentos tradicionais, resgatando saberes ancestrais de manejo sustentável e adequá-los ao ambiente presente de cada comunidade.

O instrumento legal que encontramos para subsidiar esse processo e, ao mesmo tempo trazer um ganho para todos os agente de produção sócio-espacial, reduzindo os atritos e aumentando as fluências, foi o incentivo governamental à criação de áreas protegidas. A partir dessa iniciativa, vislumbramos a possibilidade dos agentes produtores capitalistas do espaço receberem uma contrapartida pela prestação de serviços ambientais. O Estado também se beneficia, tanto no curto prazo, através do recebimentos de tributos e impostos vinculados à preservação ambiental, quanto no longo prazo, através ganhos indiretos na saúde pública, na gestão das águas, no microclima urbano, dentre outros.

Os grupos sociais excluídos, hegemonzados em todos os períodos e setores, revelaram-se os grandes guardiões da sustentabilidade ancestral, mas vivem sob constante ameaça, pois o retorno à condição de autonomia das gerações anteriores impede a lógica capitalista de expansão que necessita de liberar o espaço e a mão-de-obra para se reproduzir. Aqui atingimos com clareza a fonte das rupturas sócio-ambiental, do ideologia da busca pelo “des-envolvimento”. A reversão vem da desconstrução do valor de troca do espaço e da tomada de consciência do valor de uso do ambiente, através das pontes sócio-ambientais que permitem a interação entre humanos e florestas, entre plantações e nascentes, entre manejo e sustento.

Nas entrevistas realizadas no setor rural do entorno da ReBio, ficou evidenciada uma grande contribuição dos quilombolas ex-escravos das fazendas Floresta e Fortaleza, situadas na localidade. A vila denominada Tosa, outrora abrigou descendentes quilombolas que praticavam nas margens dos cursos d’água a agrofloresta, uma prática ancestral tanto dos escravos africanos no Brasil, quanto dos próprios índios brasileiros. De acordo com essa técnica, os plantios de árvores frutíferas, raízes, legumes, vagens e até mesmo algumas verduras é feito forma mesclada com espécies nativas, estimulando os ciclos biogeoquímicos do solo e reduzindo os problemas de pragas da monocultura. Além disso, as plantas

“invasoras” como cipós, gramíneas e arbustos, popularmente chamadas de “mato” são constantemente manejadas e reincorporadas ao solo local, aumentando o volume de matéria orgânica e mantendo uma maior insolação dos cultivos. É também importante ressaltar que este manejo se preocupa em ocupar todos os extratos da vegetação, ou seja, as espécies forrageiras, as arbustivas e as arbóreas de pequeno, médio e grande porte.

Como vemos, essa prática agroflorestal requer manejos constantes, mas simples, tendo sempre alguma colheita a ofertar. Nesse ponto também percebemos um aspecto social interessante derivado das agroflorestas. Como constantemente ocorrem colheitas volumosas de um mesmo gênero em cada casa, ocorre o costume das famílias trocarem gêneros diferentes entre si, numa espécie de economia solidária comunitária.

Por fim, nos baseando nessas indicações sócio-culturais e na sobreposição destas sobre os apontamentos sócio-econômicos e geossistêmicos já investigados, fechamos o desenho dos mosaicos de reconexão sócio ambiental através das redes de corredores ecológicos integradas com áreas protegidas envolvendo a ReBio Poço D’Anta. Essas áreas protegidas devem, por sua vez permitir uma interação entre a sociedade e o ambiente que ao invés de depredar, maneja, que troca a exploração egoísta pela manutenção mútua. A alternativa das agroflorestas parece se adaptar muito bem em todos os setores de análise e a proposta é que ela seja usada na formação dos novos corredores ecológicos. Dessa forma completamos nossos objetivos específicos e, conseqüentemente no objetivo geral deste nosso estudo.

Considerações Finais

A partir da perspectiva final oferecida por essas análises das dinâmicas sócio-ambientais no entorno das áreas protegidas percebemos que algumas habilidades precisam ser adquiridas, tais como a expansão coordenada de florestas pois já residimos em um município com cobertura vegetal abaixo dos padrões mundialmente acordados, nossos mananciais vem reduzindo sua vazão e a nossa sociedade está perdendo a percepção ambiental.

O resgate de práticas ancestrais também deve deixar de ser visto como obsoleto e inadequado. Essa visão é fruto de uma projeção linear da vida. No entanto, como vivemos em ciclos, sempre devemos voltar sobre o mesmo lugar ou às mesmas práticas, porém, adequadas a um novo nível. As gerações anteriores fizeram esforços imensos para nos pronunciar, nos projetar para uma vida melhor

do que a deles. Nossos antepassados nos entregaram todos os seus tesouros e isso nós não podemos negar.

A aquisição dessas habilidades nos propicia a transformação da visão do valor de troca artificialmente embutido para a retomada do valor de uso. Essa mudança, por sua vez, provoca outra transformação: as ações passam a ser mais locais e menos difusas, as riquezas e potências locais passa a ser reconhecidas, preservadas e multiplicadas. Assim, a cultura é fortalecida as técnicas são apuradas e as intervenções antrópicas no meio, e entre si, vão dos atritos às fluências.

O sabedoria dessas chaves trazem o discernimento de que a reconexão sócio-ambiental é feita entre os humanos e o meio e entre as gerações passadas, presentes e futuras. Uma espécie de permeabilidade temporal que, a partir dos conhecimentos ancestrais, adaptados aos recursos presentes, garantem as gerações futuras. Ou seja, reconexão sócio-ambiental é sustentabilidade e o conhecimento ancestral é um recurso tecnológico.

Finalmente, aprendemos que é a ligação sentimental entre os seres humanos e a natureza que pode transformar o explorador em guardião. O coração é a ponte que permite o ir e o vir entre o passado e o futuro, entre o ser e o meio e entre o indivíduo e a comunidade. Ele não garante a nossa vida só porque bate, mas porque nos une.

Bibliografia

BERTRAND, G. BERTRAND, C. *Uma Geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através do território e das temporalidades*. Maringá: Massoni, 2007.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo – sec. XV – XVIII* - Vol. 1 - São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

BIODIVERSITAS. 2007. Fundação Biodiversitas: *Revisão das listas das espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção do estado de Minas Gerais*. Disponível em <<http://www.biodiversitas.org.br/listas-mg/default.asp>>. Acessado em 22 nov. 2007.

CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) - *Resolução nº 013/93*. Brasília, 1993

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*, Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, n. 174, 1995.

LEFÈBVRE H. *A reprodução das relações de produção*. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Ed anthropos, 1974.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP e A, 1999

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 17 – nº49 – junho/2002.

MARTINS, J. S. (Org.) *Henri Lefèbvre e o retorno à dialética*. São Paulo Hucite, 1996.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. *As possibilidades de aplicação do método de análise regressivo-progressivo de Henri Lefèbvre na geografia urbana*. In: História do

pensamento geográfico e epistemologia em Geografia / Paulo R. Teixeira de Godoy (org.). – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA (PJF). *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, Edições FUNALFA, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA (PJF). *Plano de Manejo da Reserva Biológica Municipal do Poço D'Anta*. Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

PRADES, Jacques (dir.) *La technoscience, les fractures des discours*. Paris L'Harmattan, 1992.

RAFFESTIN, Claude (1993). *Por uma Geografia do poder*. São Paulo, Ática.

SACK, Robert D. (1986). *Human Territoriality – Its Theory and History*. Cambridge, Cambridge University Press.

SANTOS, Milton. *O trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. (1º Ed., 1971). São Paulo, Hucitec, 1978 (1996:4º. ed.)

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* – 4. ed. 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado, fundamentos Teórico e Metodológico da geografia*. Hucitec. São Paulo, 1988.

SANTOS, M. et al. (2000). *O papel ativo da Geografia : um manifesto*. Florianópolis : XII Encontro Nacional de Geógrafos.

SARTRE, Jean-Paul. *L'Imagination* (1º Ed., 1936). Paris, PUF, 1969.

SNUC - *Sistema nacional de Unidades de Conservação - Zona de amortecimento*. Brasília, 2002

SZILASI, Wilhelm. *Introducción a la Fenomenología de Husserl*. (1º. Ed. 1954). Buenos Aires, Amorrortu, 1973.

VILLAÇA, Flávio. *Efeitos do espaço sobre o social na metropole brasileira*. VII encontro nacional da ANPUR. São Paulo, 1997

TROPPEMAIR, H. *Biogeografia e Meio Ambiente*. Ed. do autor, 4a ed., 259 pp., Rio Claro, 1994/2000.

TUAN, Y.F (1979). *Space and Place: Humanistic Perspective*. In GALE, S. e OLSSON, G. (eds.) *Philosophy in Geography*. Dordrecht, Reidel Publ. Co., pp. 387-427



MEIO AMBIENTE

Estação Ecológica do Ibicatu: A Floresta do Município de Piracicaba

DENISE MARIA GÃNDARA ALVES

Profa. Dra. Educação Ambiental e Políticas Públicas, Departamento de Ciências Florestais,
Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo.

"E Sílvia disse: Oh, meu Deus! Quem saberá o segredo das fontes? (...)
Sou a FILHA DA FLORESTA. Sei que você protege os pássaros,
sei que trata bem dos animais.
Por isso, vendo que você deseja conhecer o segredo das fontes,
aqui estou para explicar esse segredo."
(A Filha da Floresta, Andrade, 2003)

Resumo

A Estação Ecológica do Ibicatu, localizada na região central do município de Piracicaba, é uma riqueza ameaçada. O presente artigo valoriza o contexto histórico e geográfico da EEC Ibicatu, enfatizando o papel das políticas públicas como instrumentos de sustentabilidade socioambiental. São trazidas algumas perspectivas e oportunidades para esta região, com foco na conservação da biodiversidade e restauração, na importância da flora e fauna nativas, das nascentes e ribeirões, no contexto rural da cultura caipira. Espera-se contribuir com o diálogo socioambiental local-global, numa época em que a saúde humana depende da saúde dos recursos naturais, base da qualidade de vida, constituindo-se as verdadeiras riquezas e valores de uma nova identidade planetária.

Palavras-chave: Floresta, Ibicatu, Sustentabilidade Socioambiental.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO IBICATU: características geográficas

*“Quer saber daonde vêm as águas que saem debaixo da terra,
borbulhando, tão puras, tão claras, tão gostosas (...)
Saio do seio da terra, como vê, mas venho céu, venho das Nuvens (...)
Minha mãe é a Floresta. A Floresta me protege (...)
passo a vida inteira dando de beber a todos -
aos homens, ao gado, aos passarinhos,
às flores perfumosas, às hortaliças...”
(A Filha da Floresta, Andrade, 2003)*



Figura 1. EEc Ibicatu.
Fonte: PEREIRA et al.,
(2006).

Na região centroeste do município, encontram-se formações geológicas mais altas de Piracicaba: a Serra do Pau d'Alho (665m), Serra da Floresta (690m) e a Serra da Fortaleza (790m), que formam um vale que encerra a única e bela unidade de conservação de proteção integral do município, a Estação Ecológica do Ibicatu. Com altitudes de cerca de 560m, em seu interior vertem córregos que constituem a microbacia do Ribeirão Jibóia, um afluente do Tietê (Figura 1).

O Plano de Ação Estruturador feito a partir do Projeto Beira Rio destaca o privilégio do município em ter riquezas como a EEc Ibicatu, citando a microbacia do ribeirão Jibóia, que, mesmo não sendo contribuinte do Piracicaba, destaca-se por suas possibilidades de preservação, uma vez que aloja a referida Estação Ecológica. O texto ainda afirma que essas bacias deverão receber, numa segunda fase, projetos específicos do PAE, conforme previsto no Zoneamento Ecológico-Econômico do Município de Piracicaba.

A Estação Ecológica compreende uma área de 76,4ha criada pelo decreto estadual no 26.890, de 12 de março de 1987, “com a finalidade de proteção ao ambiente natural, à realização de pesquisas básicas e aplicadas e ao desenvolvimento de programas de educação conservacionistas”.

A figura 2 mostra uma foto de satélite disponível publicamente pelo Google Earth. A EEc Ibicatu encontra-se em destaque entre as duas linhas que representam respectivamente, a Estrada Estadual Piracicaba-Anhembi (acima), e a Estrada Municipal Piracicaba-Anhumas (abaixo).



Figura 2. Imagem de satélite destacando a EEc Ibicatu. Pode-se observar os fragmentos florestais presentes na região. % Área Unidade de Conservação do Município 0,006%.
Fonte: <http://wikimapia.org>.

FLORESTA DO IBICATU: Um Remanescente de Floresta Semidecidual da Mata Atlântica

"... E a destruição da Floresta é minha morte. (...)
E o Sol e os Ventos dão conta de mim (...)
Ora, minha morte é a morte dos animais,
é a morte das plantas, á a fuga dos pássaros..."
(A Filha da Floresta, Andrade, 2003).

A floresta estacional semidecidual (Figura 3) foi a formação dominante das terras delimitadas pelo município de Piracicaba, e a que mais sofreu com as intervenções antrópicas, sendo portanto a formação mais ameaçada em termos de degradação, estando restrita hoje a pequenos remanescentes encravados em áreas de difícil acesso, consideradas inaptas para práticas agrícolas ou raras vezes protegidas na forma de reservas ou parques ecológicos por ação institucional e até de alguns proprietários rurais (PEREIRA et al. 2006).



Figura 3. Remanescente florestal na EEc Ibicatu. RODRIGUES, 1999.

MATOS et al (2008) fizeram um levantamento de autores que caracterizaram a Floresta. RODRIGUES (1999) caracteriza a Floresta Estacional Semidecidual pela presença de um dossel irregular, entre 15 e 20m de altura, com presença de árvores emergentes de até 25-30m de altura. Nos estratos superiores há predominância de algumas famílias como Anarcadiaceae, Bombacaceae, Caesalpiniaceae, Mimosaceae, Apocynaceae, Fabaceae, Lecythidaceae, Lauraceae e outras. RADAMBRASIL (1983) apresenta algumas espécies presentes no estrato dominante, como: a peroba (*Aspidosperma* sp.); o angico (*Piptadenia* sp.); o jequitibá (*Cariniana* sp.); as canelas (*Ocotea* sp. e *Nectandra* sp.); e a sapucaia (*Lecythis* sp.).

FERREIRA (2002) destaca a abundância da peroba-rosa e do canxim (*Pachystroma longifolium*), e a importância que as espécies *Cariniana estrellensis* (jequitibá-branco), o *Esenbeckia leiocarpa* (guarantã) e o *Caesalpinia ferrea* (pau-de-ferro) têm na recuperação de áreas degradadas. Abaixo do estrato superior, as condições de sub-dossel e sub-bosque são caracterizados pela presença marcante das famílias *Meliaceae*, *Rutaceae*, *Rubiaceae*, *Europhorbiaceae*, *Sapindaceae* e *Myrtaceae*. Destacam-se as espécies como o catiguá (*Trichilia* spp.); a camboatã (*Cupania vernalis* Camb. e *Matayba elaeagnoides* Radlk); a uvaia (*Eugenia uvalha* Camb.); a sete capotes (*Campomanesia* spp.); o cambuí (*Eugenia moraviana* Berg., *Eugenia blastanta* Berg. e *Eugenia* spp.); a jangada falsa (*Rudgea jasminoides* (Cham.) Muell. Arg.); a ixora (*Ixora venulosa* Benth.); a laranjeira do mato (*Esenbeckia febrifuga* (St. Hill) Juss. Ex Mart.); o chupa ferro (*Metrodorea nigra* St. Hill); a mamoninha (*Galipea jasminiflora* Engl.); o branquilha (*Sebastiania* spp.); a canela de veado (*Actinostemon communis* (Muell. Arg.) Pax. e *A. concolor* (Spreng) Muell. Arg.), etc.

A área representada pela EEc Ibicatu é um fragmento florestal encravado em meio a pastagens e agricultura de cana-de-açúcar. As principais consequências dessa fragmentação são: a alteração no microclima, particularmente nas bordas do fragmento tornando-as mais sujeitas a exposição solar, aumento dos riscos de erosão, assoreamento dos cursos d'água e redução gradativa do recurso água. Verifica-se também, a perda da biodiversidade microbiológica do solo, da flora e da fauna, da diversidade genética, redução da densidade ou abundância e alteração da estrutura da vegetação podendo haver danos para uma espécie em particular ou para a comunidade de plantas e/ou animais. A fragmentação florestal constitui um processo de formação de mosaicos de habitats, apresentando uma probabilidade reduzida de dispersão e estabelecimento de indivíduos adultos e juvenis da fauna, que são responsáveis pela maior parte do fluxo gênico entre as populações de plantas. Além disso, é a alteração nos padrões de troca de genes das populações

remanescentes que têm sua variabilidade e estrutura genética alterada (SEOAE et al., 2000; MATTOS, et al. 2008).

Vários autores também construíram anteriormente para a caracterização florística da unidade, entre outros, COSTA (1992), COSTA e MANTOVANI (1995), CUSTÓDIO et al (1994).

Atualmente, projetos estão sendo desenvolvidos, como o do pesquisador Evandro Vagner Tambarussi sobre o fluxo gênico contemporâneo, sistema de reprodução e estrutura espacial de genótipos em população fragmentada de jequitibá-rosa (*Cariniana legalis* Mart. o. Kuntze) utilizando marcadores microssatélites (FAPESP, 2011-2014).

CONTEXTO HISTÓRICO: a expansão rural em fins do século XIX

*"Árvores que até ali estiveram cheias de vida,
cobrindo a terra com a sobra de seus galhos e dando-lhes valor,
agora, de repente, num instante, se acabavam estragadas pelo fogo (...)
Lá estava ela (A Filha da Floresta) quase a morrer.
Caíram-lhe as últimas gotas. (...)
Dos olhos de Sílvia, que fora vê-la,
caíram também as últimas lágrimas. (...)"*
(A Filha da Floresta, Andrade, 2003).

Desde o início da colonização, ainda no século XVIII, as roças de milho, feijão e mandioca foram características da paisagem rural, ao lado da mata natural devastada em parte pela coivara. No início do século XIX já começa a aparecer a produção açucareira na região. Em 1818 Piracicaba possuía 32 engenhos com 676 escravos e dez anos depois, já havia 75 engenhos (TORRES, 2003).

Com a chegada da lavoura do café, as propriedades iniciam uma transição para o cultivo misto de cana e café. Piracicaba, sendo pioneira, apresenta aspectos ainda herdados do período colonial de tradição bandeirista, do paulista isolado que se satisfaz com pouco e o conservou por gerações. Simples se comparada às outras fazendas de café do Estado de São Paulo, as sedes dessas fazendas configurariam a propriedade do "autêntico caipira", segundo MARCONDES (A Província, 2010).

Já no século XIX, a área da EEc Ibicatu fazia parte de uma fazenda denominada Pico Alto, antigo nome da Fazenda Pau D'Alho, que à época possuía 2500 alqueires,

incluindo a Fazenda Boa Esperança. O proprietário das fazendas era o Dr. Manoel de Moraes Barros, irmão de Prudente de Moraes. Ambos nascidos em Itu, radicaram-se em Piracicaba onde vieram a exercer a advocacia e a política, projetando-se no cenário nacional durante a transição do segundo reinado à república.

A fazenda Pau D'Alho possuía cultivo misto de cana e café, e consta na relação das Primeiras Lavouras de Café entre os classificados para o pagamento de imposto municipal (1888) o nome do Dr. Manoel, com produção de de café 1.000 arrobas em 1888 e 7.000 arrobas em maio de 1889 (A Província, 2010).

O cenário político Piracicabano estava dividido entre monarquistas e republicanos, que se uniram num esforço comum (pelo menos em parte e por algum tempo), para trazer as estradas de ferro para o município. A primeira a chegar foi a Ituana (Sorocabana). A estação que funcionava no porto João Alfredo, onde é o atual bairro de Ártemis, foi fundada em 1887, nomeada em homenagem ao senador do Império, João Alfredo Correa de Oliveira, monarquista e abolicionista, autor do projeto da Lei Áurea.

Numa Piracicaba cheia de problemas pelo crescimento urbano desordenado, as grandes propriedades urbanas e as rurais eram cercadas por cercas da nobre madeira de garantã, que também era a lenha utilizada para as máquinas a vapor e locomotivas. Somente quando mais tarde Navarro de Andrade, introdutor do eucalipto no Brasil, provou ser este "superior" ao garantã, e implantou florestas energéticas o consumo de guaratã reduziu. Porém, as florestas de eucalipto não chegavam a suprir metade da demanda, e de acordo com FERRARO (2005), ainda assim, as estradas de ferro continuavam a consumir árvores e florestas naturais inteiras.

ALEXANDRE (2007) referencia a reportagem do Jornal de Piracicaba de 19 junho de 1919 sobre "A Devastação das Florestas", onde cobra-se do Estado de SP, a decretação do Código Florestal, a "única maneira de poupar as florestas remanescentes", com a citação de Thales Castanho de Andrade, autor de A Filha da Floresta (introdução aos tópicos do presente artigo), como a "obra sendo um hino de admiração à beleza moral da terra".

Este escritor e educador Piracicabano foi pioneiro e anterior a Monteiro Lobato na literatura Infantil com o enfoque da valorização da vida no campo. Sua obra reflete o amor e cuidado à natureza, em épocas de intenso desenvolvimento rural em Piracicaba, favorecido pelos novos conceitos e tecnologias trazidas pela Escola Agrícola (atual ESALQ/USP), cuja admiração Thales nunca escondeu, tendo frequentado-a mesmo sem cursá-la.

A Educação na Piracicaba do século XIX

A Educação primária dos filhos de famílias abastadas era feita particularmente por preceptoras muitas vezes estrangeiras, e depois eles eram enviados à Capital para completar os estudos, ou graduavam-se fora do Brasil.

FIGUEROA (2008) afirma que no final do século XIX, a escolaridade e a cultura escolar serviram a grupos das classes dominantes (elites piracicabanas) ou a grupos a elas vinculados, instituindo um rol de práticas que lhe conferiram sustentação ideológica para seu projeto de hegemonia.

A população, portanto, continuava em sua maioria, analfabeta. Em 1830 havia apenas uma escola em Piracicaba, onde a prioridade era dada ao ensino masculino. Segundo PIRES (2009) o acesso à escola no Brasil do século XIX era um privilégio de poucos, em que a maioria da população pobre formada por negros, mestiços e índios, estava excluída do acesso ao poder, contribuindo de forma involuntária para a manutenção do poder das elites locais. Cenário este cujos reflexos perduram até hoje.

Em 1872 foi fundada a terceira escola pública localizada à Rua do Porto, que por iniciativa da professora Francisca Elisa da Silva, alegando motivos de insalubridade e riscos à saúde das crianças, foi transferida para outro local.

Dentro deste contexto, TORRES (2003) descreve que no final do século XIX outros setores no campo educacional também surgiram, como a Escola na Fazenda Pau d'Alho na zona rural, que em março de 1898 já funcionava regida pelo professor Antonio de Oliveira. Além disso, uma nova sociedade denominada Sociedade Egualitária foi fundada por iniciativa de um grupo de negros no dia 13 de maio no mesmo ano de 1898.

Outra escola rural também funcionava na Fazenda Santo Antônio do Ibicatu, constando no Diário Oficial do Estado de São Paulo, que em 1905 a professora Anna Rita Toledo Godinho iniciou sua carreira nessa fazenda, então pertencente a Dr. Paulo de Moraes Barros.

A EEC IBICATU: propriedade do Estado de São Paulo

O Dr Paulo de Moraes Barros era filho de Moraes Barros, e portanto sobrinho do Presidente Prudente. De 1896 a 1913 foi eleito vereador, assumindo por várias vezes a presidência da Câmara, foi deputado e senador, secretário da Agricultura, de Obras e Viação, e da Fazenda, durante os governos Rodrigues Alves e Pedro de Toledo.

Além de médico sanitário dedicado e político ativo, o Dr Paulo era criador de gado, tradição que permanece com seus herdeiros até hoje. A fazenda Boa Esperança quando pertencente a seu filho, Paulo de Moraes Barros Filho, possuía 1.923 alqueires, que em 2010 contava com 419 alqueires, pertencentes aos herdeiros vivos do Senador Manoel de Moraes Barros, Armando de Moraes Barros e Paulo de Moraes Barros Neto (A Província, 2010).

Foi em 1958 que Jânio Quadro, então Governador do Estado de São Paulo, declara uma área da Fazenda Santo Antônio do Ibicatu "utilidade pública para ser desapropriado, o imóvel abaixo descrito, que consta pertencer ao senhor Paulo de Moraes Barros Filho, e destinado à defesa da flora e fauna estaduais e ainda a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza, uma área de terra na zona rural, com 76,40 hectares, situada no município e comarca de Piracicaba" (Decreto n. 33.261, de 29 de Julho de 1958).

Mais tarde, em 16 de Novembro de 1964 Diário Oficial do Estado de São Paulo emite o parecer favorável em relação à medida legislativa do deputado Salgot Castillon: "Da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações sobre o Projeto de Lei nº 2266, de 1963. (...) versa a presente medida legislativa, do nobre deputado Salgot Castillon sobre a criação de um parque turístico com reserva florestal do estado situada no município de Piracicaba. (...) "Parque Turístico do Ibicatu" por localizar na reserva florestal do mesmo nome (...). A fazenda ibicatu distante trinta e poucos quilômetros da cidade de Piracicaba no-lo diz a justificativa do projeto. Existe uma extensão de mata virgem que foi preservada, graças a intensa campanha que foi realizada, há alguns anos, pelas entidades, jornais e forças vivas daquela cidade, dando como resultado a compra da mata pelo Estado e a sua transformação em reserva florestal, (...) mais soberba amostra da exuberante flora subtropical do Estado de São Paulo, formada por um conjunto de centenas de altaneiros jequitibás, com circunferências na base superiores de 10 metros, acredito ser o mais compacto conjunto de jequitibás existentes no Brasil (...) rara beleza que apresenta deve ser transformado local de visitação pública e motivo de turismo".

Consta que Salgot Castillon chegou a ser prefeito e em seu curto mandato, conquistou avanços na saúde e saneamento, com significativa redução de mortalidade infantil. Ainda pela atenção dada à área rural, cujo desenvolvimento, pioneiro na América Latina, mereceu reconhecimento da Unesco ao lograr a contenção do êxodo rural no município, que estava bem acentuado no país. Foi cassado pelo AI-5 e perdeu direitos políticos por 10 anos (A Província, 2012).

O Jornal de Piracicaba cita a EEC Ibicatu na reportagem de Maio de 2007

de Rodrigo Guadagnim. Então criada há 20 anos (1987), como ainda exposta à degradação, sendo abrigo para espécies de animais e árvores também ameaçados de extinção. Na época um plano de manejo estava em fase de elaboração e havia a preocupação com o isolamento dos fragmentos florestais da região, próximos a Ibicatu. Os corredores ecológicos serviriam para interligá-los, permitindo o fluxo de material genético -- tanto da flora quanto da fauna.

A reportagem ainda inclui a explicação do professor da ESALQ Flávio Gandara sobre a autodestruição que ocorre em um único fragmento, onde espécies de animais e vegetais se reproduzem exclusivamente entre si, provocado um fenômeno cientificamente chamado de endogamia (consangüinidade). Os indivíduos gerados nesses cruzamentos tendem a nascer mais frágeis ou com deformidades, o que, em última instância, leva à extinção local das espécies. Com a implementação do Plano de Manejo, os corredores ecológicos criados a partir do reflorestamento das Áreas de Preservação Permanente reduziram essa possibilidade. O entorno de Ibicatu é praticamente todo composto por pastagens.

A reportagem traz que além do risco de extinção local, provocado pela ausência de fluxo gênico, a estação ecológica de Ibicatu enfrenta ainda as ameaças humanas. Entre elas, estão a de incêndio e a da invasão do fragmento pela gramínia da pastagem, que impede que novas sementes do fragmento brotem, impedindo o processo de sucessão ecológica. Dentre as espécies em extinção presentes na EEC Ibicatu, estão as florestais, Peroba, o Araribá e o Jequitibá, e as animais, canário-da-terra, periquito, pomba do ar, pica-pau, tico-tico, cachorro do mato, juriti, quati, tatu, veado e uma espécie de macaco.

Embora bastante estudada em termos florístico, a EEC Ibicatu carece de mais pesquisas acerca da fauna silvestre. A população local relata presença de felinos, micos, e grande variedade de pássaros. Porém, a caça ainda é uma prática constante, o que também precisará de especial atenção dos processos educadores socioambientais que venham a ser implantados na região.

Atualmente, a EEC Ibicatu é margeada por cinco propriedades e o acesso é feito por uma estrada de servidão em trecho da fazenda Boa Esperança. Em 12 de Junho de 2013 o Diário Oficial de São Paulo publicou a recuperação da estrada de acesso em parceria com a Prefeitura Municipal de Piracicaba com a Fundação Florestal, atual gestora da área do Ibicatu, sob a responsabilidade de Eduardo Meira Campos.

Aspectos legais das Unidades de Conservação

A conservação e o manejo da biodiversidade para as futuras gerações no Brasil é dever do poder público, e a definição dos espaços territoriais a serem protegidos constam na Constituição Federal, art 225, § 1º, Inciso III. Diferentes segmentos do governo federal promovem a implantação destas áreas protegidas através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (Lei 9.985 de 18 de julho de 2000).

Unidades de Proteção Integral, incluem Parques Estaduais, Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Monumentos Naturais e Refúgio de Vida Silvestre, dentre outras. Áreas representativas de ecossistemas brasileiros, a Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. Apresentam no mínimo 90% da área destinada à preservação integral da biota. É de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

Somente é permitida a visitação pública quando com objetivo educacional.

De acordo com o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Lei 9.985 de 18 de julho de 2000), na Estação Ecológica só podem ser permitidas alterações dos ecossistemas no caso de:

- I – medidas que visem a restauração de ecossistemas modificados;
- II – manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica;
- III – coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas;
- IV – pesquisas científicas cujo impacto sobre o ambiente seja maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos ecossistemas, em uma área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares.

O SNUC, no seu artigo 27º, determina que cada UC possua um Plano de Manejo. No caso das unidades de proteção integral, esse instrumento de planejamento e gestão deve contemplar uma zona de amortecimento e os corredores ecológicos, elencando medidas que promovam a proteção da biodiversidade e integrando as unidades à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

Conforme o SNUC, Artigo 2º, inciso XVII, trata-se de um “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade de Conservação”.

Os Planos de Manejo são construídos dentro de um processo de planejamento integrado e participativo. Ao estabelecer normas, diretrizes, programas e zoneamento da UC, o documento auxilia na destinação e obtenção de recursos para a implementação das medidas e intervenções propostas.

A Educação Ambiental (Constituição Federal, art 225, § 1º, Inciso VI), a partir das políticas públicas instituídas, é essencial para o Plano de Manejo. Perpassa todos os processos de forma participativa, inclusiva e integradora da socio e biodiversidade, permite que se busque a sustentabilidade de forma integral.

SUSTENTABILIDADE INTEGRAL: valorizando o que realmente tem valor

A busca dos "ouros" é recorrente na história de Piracicaba desde sua fundação, seja a busca do ouro - metal, seja do ouro branco - açúcar, ou do ouro negro - café, cujos ciclos de ascensão e queda da abundância destas riquezas transitórias, demonstram historicamente a lição obrigatória de ser aprendida na contemporaneidade. Reconhecendo-se as inegáveis conquistas e benefícios do desenvolvimento, o ciclo destrutivo não identificado nas origens, precisa ser revertido urgentemente.

Os processos de destruição e intenso consumo das riquezas naturais, humanas e culturais, pela grande inércia do processo histórico, trouxe e ainda traz sérios danos, muitos dos quais irreversíveis, e ainda muitas preocupações sociais e ambientais.

Unanimidade, a insustentabilidade dos modelos de desenvolvimento, crescimento e consumo vigentes, é fato inquestionavelmente demonstrado. O prêmio Nobel da Paz de 2007 foi entregue a um conjunto de pesquisadores de vários países, o IPCC (Protocolo Intergovernamental de Mudanças Climáticas), que comprovaram que as atuais transformações (socio)ambientais do planeta são frutos da ação humana.

A seriedade das questões ambientais atreladas à social apareceu ao mundo a partir da ECO-92, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável ocorrida no Rio de Janeiro em 1992.

De lá para cá, o termo "sustentabilidade" sofreu grande banalização midiática a partir da apropriação do termo como instrumento de "green wash", em que algumas empresas se utilizam do marketing verde como fachada para esconder sua insustentabilidade.

Importante explicitar neste complexo contexto, o que se deve entender por sustentabilidade e como os processos educadores são condição *sine qua non* à sua implementação.

A ONU desde 2010 eleje seus Anos Internacionais com temas Ambientais, tal é a relevância da questão, que deveria permear o cotidiano de cada um e de todos, foram eles:

2010 - Ano Internacional da Biodiversidade

2011 - Ano Internacional das Florestas

2012 - Ano Internacional da Energia Sustentável para Todos

2013 - Ano Internacional da Cooperação pela Água

Previsto para 2014, o Ano Internacional da Agricultura Familiar demonstra a importância em nível global do alinhamento de propostas com vistas à valorização rural, no claro caminho para esta direção, explicitadamente pela ONU desde 2010.

Assim, a sustentabilidade verdadeira requer uma compreensão profunda do ambiente (Natureza e Ser humano em interrelações indissociáveis) no resgate e preservação da diversidade cultural e o que se identifica e integra à paisagem harmonizando-a com a produção rural. Esta compreensão que abarca ambos, o educando e o educador, é essencial para que haja um processo equânime de ensino-aprendizagem, onde o potencial de agir de cada ator dentro deste cenário esteja motivado pelo pertencimento ao local, mobilizando-se forças nas diferentes frentes de ações, como a recuperação das áreas degradadas e a sua valorização, educando e aprendendo em comunidade desde os valores éticos e estéticos do lugar, aos humanos e universais.

Esta sustentabilidade é integral, e é somente obtida na união de esforços em direção a um Bem Comum (ALVES et al. 2010, ALVES e SORRENTINO, 2012). Para se criar uma nova cultura da sustentabilidade, o diálogo precisa estar aberto. Ouvir histórias, "causos", sonhos e necessidade de todos os envolvidos, pois todos estão interligados.

A partir da segunda metade do século XIX a população rural envolveu-se na lavoura canavieira e o desenvolvimento social e econômico provocou o declínio da cultura caipira nas áreas rurais. Houve desmatamentos e "expulsão" dos lavradores de suas propriedades ao longo do tempo, o que continuou no século vinte. A descontrolada urbanização ocasionou o deslocamento de milhares de pequenos produtores para a cidade, gerando grandes índices de pobreza (LEOPOLDINO 2009).

Mas ainda há gente no campo. Pode-se imaginar que algum dos agricultores familiares que ainda persistem na lida diária do campo, podem ter sido alfabetizados no passado nessas escolas rurais, onde as professoras, moças "bem nascidas" da elite, iam lecionar com dedicação e amor. Cruzam-se histórias e memórias.

As escolas rurais precisam ser valorizadas, pois são parte fundamental do processo de educação socioambiental de um município com as características como as de Piracicaba. Processos que se iniciam com professores, coordenadores, diretores, funcionários, abarcando além dos estudantes e suas famílias, decisivos para o despertar sobre as riquezas da região.

Aqui faz-se necessário enfatizar que a Educação Socioambiental é um processo que utiliza um conjunto metodológico que permite uma evolução mais efetiva em direção à sustentabilidade verdadeira, posto que valoriza todos os atores envolvidos, na busca de soluções coletivamente, cuja integração equilibra suas três dimensões, o social, o econômico e o ambiental.

A Educação para a Sustentabilidade Socioambiental tem uma amplitude e envergadura muito maior do que o senso comum entende quando se pergunta "do que trata a Educação Ambiental". Invariavelmente, exceto a quem já tenha tido experiência com a Educação Ambiental preconizada na PNEA (Política Nacional de Educação Ambiental e seu programa, o ProNEA), as pessoas pensam que se trata meramente de "conscientização" via informações ou instruções com transmissão de conhecimento, "lista das espécies em extinção", "vamos salvar as baleias", placas e cartilhas sobre "o que fazer" e "como fazer", coisas do tipo "apague as luzes ao sair", "feche a torneira", "não jogue o lixo no chão"; ou ainda oficinas de reciclagem, teatro, o que na maioria das vezes, é voltado para o público infantil, a "geração do futuro". Não há mais justificativa de se transferir a responsabilidade de tantas gerações passadas, para as gerações futuras.

Sustentabilidade integral trata de todas as dimensões da educação, além da formal, também informal, não formal, difusa ou à distância, em inúmeras frentes em que a Educação Ambiental atua processualmente. O descrito anteriormente como sendo o senso comum (transmissão de conhecimento, oficinas isoladas, cartilhas distribuídas, lembretes, etc) são uma pequenina parte da Educação Ambiental, muitas vezes equivocadas e isoladamente pobre. Entretanto, é esta ainda a ideia que se faz de Educação Ambiental, focada somente nas crianças, como abordada comumente em instituições, públicas ou privadas, e no ensino em geral.

A elevação do padrão de vida devolve a dignidade à população, mas é condição *sine qua non* que venha associada à educação, pois com a superação da linha da pobreza, a nova classe social aumentará seu poder de compra, seu consumo e consequentemente, o lixo. Viajar pela estrada a caminho do Ibicatu propiciaria uma inspiradora contemplação da bela e charmosa paisagem bucólica com suas

colinas, curvas e ribeirões, mas torna-se repugnante ao se avistar o crescente descarte de entulho às suas margens.

A Educação Socioambiental tem contexto, histórias, sonhos e ações concretas. É inclusiva e próxima das comunidades mais simples, onde adultos podem ser ecoalfabetizados mesmo sendo analfabetos ou iletrados, pois são estes, afinal, que vivem à beira dos ribeirões, e das estradas, mantêm a identidade e os costumes da cultura caipira, mas também queimam a mata, caçam animais e descartam lixo. As transformações esperadas como o abandono de práticas insustentáveis requer cuidadosos processos educadores permeados de respeito, sensibilização, valorização cultural, ao mesmo tempo em que se trabalham novas alternativas do fazer diferente e do ser sustentável economicamente sob o novo paradigma.

Por isso as oportunidades são imensas, bem como as perspectivas futuras, que podem ser muito favoráveis. Não há dúvida de que a implementação de processos educadores socioambientais que abarquem todas as dimensões são tecnologias sociais de vanguarda que efetivam a sustentabilidade. Estas tecnologias precisam ser articuladas e coordenadas para a emergência de diálogo entre todos os atores envolvidos, pois para questões complexas, somente o diálogo conecta diferentes visões de mundo e expectativas sobre o futuro, chegando-se a soluções compartilhadas.

Relance sobre oportunidades

As oportunidades ecoturísticas da região, já mencionadas no Plano de Ação Estruturador, precisam de ampla implementação. Embora a EEc Ibicatu, não gere receita, pois pode somente receber pessoas para pesquisa e educação ambiental, há as propriedades do entorno que precisam unir seus fragmentos. ALEXANDRINO et al (2012) citam a Zona Rural do entorno da Estação Ecológica de Ibicatu com grande potencial pela área florestal das fazendas adjacentes, que pode contribuir com a heterogeneidade da paisagem rural do entorno, favorecendo a ocorrência de aves de diversos hábitos, e consequentemente a observação de pássaros (*birdwatching*). E enfatiza que, apesar deste potencial, a infraestrutura local para recepção de turistas é inexistente.

O aspecto econômico da Sustentabilidade precisa ser trabalhado na região, e o ecoturismo é uma das reais oportunidades. Além disso, os proprietários que investirem na recuperação de nascentes, recuperação de áreas degradadas, consequentemente se tornarão produtores de água e mitigadores de gases do efeito estufa, podendo ser pagos por serviços ambientais (PSA).

A canalização de investimentos públicos e privados não apenas alavanca os processos de sustentabilidade socioambiental, como também podem acelerá-los sobremaneira.

Existem diversas normatizações concernentes ao ambiente nas diferentes esferas de governo federal, estadual e municipal, que instituem políticas e as regulamentam. A participação social está prevista na implementação de todas elas, com representações nas diferentes instâncias de poder, nos mais diversos órgãos colegiados, conselhos, comissões, etc. Várias são as políticas nacionais voltadas ao ambiente, apenas citando algumas. A Política Nacional de Meio Ambiente, a de Recursos Hídricos, a de Resíduos Sólidos, de Educação Ambiental, entre outras. Esta última já tem sua versão municipalizada, a Lei Municipal nº 6922/2010 que institui a PMEIA, Política Municipal de Educação Ambiental, regulamentada pelo Decreto nº 14611/2012.

Assim, urge que se deflagrem processos da sensibilização à ação, do sonho à realidade, do planejamento à implementação, da gestão à educação com seus "respectivos vice-versas", a partir de, e na elaboração de políticas públicas.

Está na alma piracicabana o potencial de ser sustentável, observado desde as singelas fábulas de Castanho de Andrade no início do século XX, até a busca de alternativas energéticas renováveis, a partir de seus engenhos e pesquisas da universidade, que alcançaram repercussão global.

Não há poder e transformação sustentável sem virtude, pois é a virtude o verdadeiro poder (virtu=poder em latim) que sustenta o potencial humano e sua expressão. Além de discursos, a prática. E que a partir de agora Piracicaba seja reconhecida pela sua capacidade de se renovar, se recriar, de se autosustentar e encontrar soluções socioambientais dignas da coragem dos tropeiros caminhantes pela Estrada do Ouro.

Considerações finais

Urgente se faz construir uma nova cultura planetária, transcendendo a complexidade para atingir o simples que a todos une: valores humanos que sejam universais à vida em todo o planeta. O que importa é o que une, não o que separa.

Ao longo da história de Piracicaba, entrelaçam-se vidas de Barões do Café, Senhores de Engenho, Monarquistas, Republicanos, Escravos e Imigrantes, porém, quando unidos por motivações corretas, transformações são possíveis.

Neste pequeno recorte, percebe-se que a sociedade de hoje reflete ainda sua história, mas olhar para o passado, com espírito de ensino-aprendizagem socioambiental, significa valorizar o que realmente tem valor. Os direitos de todos são iguais, mas as responsabilidades, diferentes.

E a felicidade é direito de todos, fruto de uma Cultura de Paz baseada em valores que universalizem o respeito à vida em todas suas dimensões, presentes neste ainda belo planeta.

"Que fazer agora? Se eu pudesse ressuscitar as árvores? (...)

Você pode. (...) Você está no seio da Floresta Grande

e em presença da Rainha da Árvores. (...)

- Toma. São mudinhas e sementes de todas as árvores

que formam a floresta protetora da fonte. (...)

Sílvio ficou pasmado! O milagre estava feito!

O parque verdejante (...) as fruteiras pendiam dos

galhos carregados, o algodoal branquejava, as vacas,

os cavalos e as ovelhas pastavam sossegadamente. (...)

Sílvio, ao ver a fonte, pulou de alegria.

Pulou e se pôs a gritar com toda a força."

(A Filha da Floresta, Andrade 2003).

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRE, L.F. *Literatura e Educação na Memória de uma Cidade: um Olhar sobre Thales Castanho de Andrade*. Dissertação FE-USP. São Paulo. 2007. 230p.

ALVES, D.M.G., SORRENTINO, M. *A Temática da Felicidade e a Busca de Indicadores de Sustentabilidade Socioambiental In: Educação Ambiental e Políticas Públicas: Conceitos, Fundamentos e Vivências*. Curitiba : Appris, 2012, p. 191-202.

ALVES, D.M.G., SORRENTINO, M. Felicidade e Espiritualidade sob um Olhar Transdisciplinar da Educação Ambiental. In: *Educação Ambiental e Políticas Públicas: Conceitos, Fundamentos e Vivências*. Curitiba: Appris, 2012, p. 203-214.

ANDRADE, T.C. *A Filha da Floresta*. Piracicaba: Melhoramentos. 2003. 64p.

BRITO, M.S. FFLCH/USP. *Estudo do Vocabulário Cururu em Piracicaba*. São Paulo. 2013.172p.

FERRARO, M.R. *A gênese da Agricultura e da Silvicultura Moderna no Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. ESALQ/USP. Piracicaba, 2005. 106p.

FIGUEROA, J. P. S. *A Sociedade Piracicabana do Final do Século XIX: Classes Dominantes, Cultura e a Mediação da Educação*. FE/Unicamp. Campinas. 2008. 156p.

LEOPOLDINO E.A. *A fala dos Tiroleses em Piracicaba: um Perfil Linguístico dos Bairros de Santana e Santa Olímpia*. FFLCH/USP. São Paulo. 2009. 373p.

PERECIN, M.T.G. *Os passos do saber: a Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz*. Piracicaba: EDUSP. 2004. 389p.

PERECIN, M.T.G. *A Síntese Urbana*. Piracicaba: IHGP. 1989. 304 p.

PIRES, C.R.S. A Instrução Pública em Piracicaba no Século XIX: o Papel da Escola. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.34, (12-19) 2009.

REVISTAS DO INSTITUTO HISTÓRICO DE PIRACICABA. Piracicaba: IHGP. Nos 1 - 19. 1992 - 2012.

SORRENTINO, M, GUNZTEL-RISSATO, C., ANDRADE, D. F., ALVES, D. M. G., MORIMOTO, I. A., CASTELLANO, M., PORTUGAL, S., BRIANEZI, T., BATTAINI, V. *Educação Ambiental e Políticas Públicas: Conceitos, Fundamentos e Vivências*. Curitiba : Appris, 2012, v.1. p.492.

TORRES, M. C. T. M. *Piracicaba no século XIX*. Piracicaba: Degaspari, 2003. 292p.

TORRES, M. C. T. M. *Um Lavrador Paulista do Tempo do Império*. Piracicaba: Equilíbrio. 2010. 99p.

SITES CONSULTADOS

www.fflorestal.sp.gov.br

www.iflorestal.sp.gov.br

www.ipplap.com.br

www.ihgp.org.br

www.aprovincia.com.br

www.wikimapia.org

www.camarapiracicaba.sp.gov.br

www.siave.camarapiracicaba.sp.gov.br

www.educacao.piracicaba.sp.gov.br

www.al.sp.gov.br

www.jusbrasil.com.br

www.mma.gov.br

www.fapesp.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, E.R., MARCONDES, O.T., QUEIROZ, M., MASSARUTTO, R.C. O Potencial do Município de Piracicaba para o Turismo de Observação de Aves (Birdwatching). *Revista Brasileira de Ecoturismo*. São Paulo. v5, n1. 2012. 27-52p.

ALVES, D.M.G., ANDRADE, DF, BARBOSA, CR, BIASOLI, SA, BIDINOTO, VM, BRIANEZI, CARRARA, M, COATI, AP, COSTA-PINTO, AB, FERREIRA, LCE, LUCA, AQ, MACHADO, JT, NAVARRO, SM. PORTUGAL, S., RAIMO, AA, SACCONI, LV, SIM, EFC, SORRENTINO, M. Em Busca da Sustentabilidade Educadora Ambientalista. *Ambientalmente sustentável: Revista Galego-Lusófona de Educación Ambiental*, A Coruña, v.9, p.7 - 35, 2010.

COSTA, L.G.S. Estrutura e dinâmica de trecho de mata mesófila semidecídua, na Estação Ecológica de Ibicatu, Piracicaba, SP.. Dissertação. IB/USP. São Paulo, 1992. 187p.

COSTA, L.G.S., e MANTOVANI, W. Flora Arbustivo-Arbórea de Trecho de Mata Mesófila Semidecídua, no Sítio Ecológico de Ibicatu, Piracicaba (SP). *Hoehnea*, 22(1/2) 1995. 47-59p.

CUSTODIO FILHO, A.; FRANCO, G.A.D.C.; NEGREIROS, O.C. de; MARIANO, G.; GIANNOTTI, E.; DIAS, A.C. Composição Florística da Vegetação Arbórea da Floresta Mesófila Semidecídua Estação ecológica de Ibicatu, Piracicaba, SP. *Revista do Instituto Florestal*, São Paulo, v.6, (99-111), 1994.

FERREIRA, L. *Periodicidade do crescimento e formação da madeira de algumas espécies arbóreas de Florestas Estacionais Semidecíduas da região Sudeste do estado de São Paulo*. Dissertação. ESALQ/USP. Piracicaba, 2002. 103p.

LEÃO, J.F.M.C. *Análise de uma Unidade de Conservação Ameaçada - a Estação Ecológica de Ibicatu, Piracicaba (SP) como Subsídio para Elaboração de seu Plano de Manejo*. Dissertação. ESALQ/USP. Piracicaba. 1994. 178p.

MATTOS, I.F.A., ROSSI, M., SILVA, D.A., CATARUCCIA.F.M., ARRUDA, C.M., MODLER, I.F., KANASHIRO, M. K., NOGUEIRA, S.M.B., HAACK, P.G., PFEIFER, R. M., PINHEIRO, G. S. *Zoneamento da Estação Ecológica de Ibicatu*, SP. São Paulo: Instituto Florestal. 2008. 72p.

PEREIRA BARRETO, A.G.O., SPAROVEK, G., GIANNOTTI, M. *Atlas Rural de Piracicaba*. Piracicaba: IPEF, 2006. 77p.

RADAM BRASIL. *Levantamento dos Recursos Naturais-Folhas SF 23/24*, Ministério de Minas e Energia. Rio de Janeiro, v. 32, 1983. 780p

RODRIGUES, R. R. A vegetação de Piracicaba e municípios do entorno. *Circular Técnica*. Piracicaba: IPEF, No 189 (1-18) ,1999.

SEOAE, C. E, S; KAGEYAMA, P. Y. & SEBBENN, A. M. Efeitos da fragmentação florestal na estrutura genética de populações de *Esenbeckia leiocarpa* Engl. (Guarantã). *Scientia Florestalis*, n.57, p. 123-139, jun. 2000.



MEIO AMBIENTE

Um resumo histórico sobre a vinhaça em Piracicaba

URGEL DE ALMEIDA LIMA

Engenheiro agrônomo diplomado em 1951, pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo. Sua vida profissional foi e continua voltada para atividades agroindustriais, com ênfase em tecnologias sobre produção de açúcar, álcool e fermentações industriais



O autor (esq.w) e o Sr. Myllos Fillippini (dir.) em 2012

O dicionário registra que “história é a narração metódica dos fatos notáveis ocorridos na vida dos povos da humanidade”, ou a define como “um conjunto de conhecimentos adquiridos através da tradição e/ou por meio de documentos, relativos à evolução, ao passado da humanidade”.

Com o decorrer dos anos fatos importantes podem ser esquecidos ou a narração sobre eles pode ser falha, porque contados por quem não os vivenciou. Por isso, tive o desejo de narrar fatos que tiveram muita repercussão e muita importância para

Piracicaba nas décadas de 1940 e 1950. Esta é uma cidade rica de histórias, plena de acontecimentos notáveis, que deram e mantêm o brilho desta comunidade. O que passo a contar faço sem consultar referências escritas, porque as presenciei, fiz parte e agora testemunho. Claro está que é apenas uma parte de um todo, pois não se vivencia tudo e em todo o tempo. Os fatos se referem a um esforço ambiental desenvolvido em Piracicaba, sem precedentes. Trata-se do combate a poluição por vinhaça que resultou em benefícios para a comunidade deste município e para todo o país.

Digo que não consulte referências, mas não é de toda verdade, pois incluo descrições e partes de textos inéditos do Professor Jayme Rocha de Almeida, protagonista da campanha de proteção ambiental desenvolvida nas décadas de 1940 e 1950, que despertou paixões, discussões técnicas e científicas acirradas e até inimizades.

As partes de textos que dele usei não estão identificadas na narração, mas destacadas com entre aspas ou em itálico porque são inéditas, oriundas de suas aulas, de palestras, de comentários não publicados e excertos a mim confiados, que certificam seu excelente conhecimento de Química Agrícola (fora professor nessa área na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) e de Tecnologia do Açúcar, Álcool e Fermentação, catedrático que era na mesma Escola. Ele era meu tio, professor, orientador, Chefe e me transmitiu o entusiasmo pelos problemas da vinhaça: seus malefícios como resíduo poluidor e, posteriormente, como resíduo definitivamente aproveitável e benéfico para a Agricultura.

A narração, sobre vinhaça, ainda que de fatos históricos, muitas vezes escorrega para descrições técnicas e maçantes. Entretanto, acho que um pouco de técnica é importante para se entender bem o valor do que foi realizado.

VINHAÇA

A vinhaça é o líquido residual da fabricação de bebidas alcoólicas destiladas e da indústria de álcool industrial.

O caldo de cana (garapa) e o melaço (resíduo da fabricação de açúcar) adequadamente diluído com água são fermentados por microrganismos especiais que transformam o açúcar em álcool e gás carbônico, que compõem um líquido denominado vinho. Este vinho é aquecido em aparelhos especiais (alambiques e colunas) de onde é separado o álcool e sobra o resíduo, a vinhaça. Além de vinhaça, também são registradas as denominações de restilo, vinhoto, caldas, garapão, tiborna e caxixi.

Ela é um líquido escuro, opaco, composto de água, sais minerais, material orgânico e apresenta reação ácida. Como informação geral pode-se dizer que as vinhaças contêm 94% de água e 6% de sólidos totais, dos quais 4% aproximadamente são de matéria orgânica, quase totalmente de natureza coloidal e 2% de material mineral. O grau de diluição das vinhaças altera esta proporção.

O material sólido (matéria orgânica e sais), embora muito diluído, é suficiente para tornar a vinhaça um resíduo de poder poluidor altíssimo, responsável pelos prejuízos aos corpos d'água quando neles é lançada. O poder poluidor decorre principalmente da exigência da matéria orgânica por oxigênio, para se estabilizar, ou “mineralizar”.

Composição média de vinhaças em g/100 mL

| Componentes | Vinhaça de melaços | Vinhaça de caldo de cana |
|------------------|--------------------|--------------------------|
| Sólidos totais | 6,472 | 6,696 |
| Matéria orgânica | 4,629 | 5,141 |
| Matéria mineral | 1,955 | 1,567 |
| Nitrogênio (N) | 0,045 | 0,015 |
| Cálcio (CaO) | 0,076 | 0,044 |
| Magnésio (MgO) | 0,075 | 0,013 |
| Fósforo (P2O5) | 0,011 | 0,000 |
| Potássio (K2O) | 0,485 | 0,168 |
| pH | 4,76 | 4,57 |

Fonte: Almeida, J.R., 1956

Análise de vinhaças ao natural

| Componentes | Melaço g/100 mL | Mandioca g/100 mL | Sorgo g/100 mL |
|--|-----------------|-------------------|-------------------------|
| Sólidos totais | 4,50 – 8,50 | 2,40 | 3,41 |
| orgânicos | 3,70 – 6,50 | 2,18 | 2,90 |
| minerais | 0,90 – 2,00 | 0,22 | 0,51 |
| Açúcares redutores | 0,66 – 0,95 | 0,66 | - |
| Carboidratos | 1,15 – 2,40 | 1,16 | 0,34 |
| Nitrogênio (Kjeldahl) | 0,06 – 0,10 | 0,04 | 0,08 |
| Proteína bruta (N x 6,25) | 0,375 – 0,625 | 0,25 | 0,50 |
| Proteína (biureto) | 0,34 – 0,57 | 0,23 | 0,61 |
| Cinza | 1,18 – 1,46 | 0,23 | 0,61 |
| pH | 4,50 | 5,00 | 4,50 |
| Glicerol | 1,58 – 2,52 | 0,73 | - |
| Gomas | 0,08 – 1,00 | 0,60 | 0,53 |
| Fibras | 0,03 – 0,05 | 0,014 | 0,08 |
| Matéria graxa | 0,00 – 0,12 | 0,003 | 0,70 |
| Ceras | 0,01 – 0,03 | 0,01 | 0,006 |
| Sílica em SiO ₂ | 0,005 – 0,009 | 0,003 | - |
| Ferro em Fe ₂ O ₃ | 0,01 – 0,05 | 0,03 | - |
| Alumínio em Al ₂ O ₃ | 0,01 – 0,05 | 0,03 | - |
| Cálcio em CaO | 0,36 – 0,52 | 0,009 | 0,016 |
| Magnésio em MgO | 0,10 – 0,16 | 0,009 | 0,002 |
| Fósforo em P ₂ O ₅ | 0,02 – 0,04 | 0,02 | 0,01 em PO ₄ |
| Sódio em Na ₂ O | 0,004 – 0,007 | 0,009 | - |
| Potássio em K ₂ O | 0,58 – 0,78 | 0,11 | - |
| Cloretos em NaCl | 0,19 – 0,30 | 0,011 | - |
| Sulfatos em SO ₄ | 0,37 – 0,81 | 0,008 | 0,04 |
| Manganês em MnO | Traços | 0,005 | - |
| Iodo | Traços | Nihil | - |
| Cobre | Traços | Traços | - |
| DBO 20oC (demanda bioquímica de oxigênio) | 2,31 – 2,89 | 1,69 | 4,60 |
| DQO (demanda química de oxigênio) | 5,29 – 7,25 | 2,34 | - |

Fonte: Análises realizadas no Instituto Nacional de Tecnologia do Ministério de Indústria e Comércio

Análise de vinhaças concentradas

| Componentes | Vinhaça de melaço, em mg/L | Vinhaça de mandioca, em mg/L |
|--|----------------------------|------------------------------|
| Sólidos totais | 60,00 | 60,00 |
| Açúcares redutores | 7,10 | 17,12 |
| Carboidratos | 18,50 | 28,50 |
| Nitrogênio (Kjeldahl) | 1,01 | 1,06 |
| Proteína bruta (N x 6,25) | 6,33 | 6,82 |
| Proteína (biureto) | 5,45 | 6,30 |
| Cinza | 17,60 | 6,10 |
| pH | 4,5 | 5,0 |
| Glicerol | 4,5 | 5,0 |
| Gomas | 9,0 | 15,42 |
| Fibras | 0,50 | 0,32 |
| Matéria graxa | 0,72 | 0,03 |
| Ceras | 0,18 | 0,16 |
| Sílica em SiO ₂ | 0,26 | 0,02 |
| Ferro em Fe ₂ O ₃ | 0,36 | 1,00 |
| Alumínio em Al ₂ O ₃ | 0,26 | 0,36 |
| Cálcio em CaO | 2,40 | 0,40 |
| Magnésio em MgO | 0,86 | 0,80 |
| Fósforo em P ₂ O ₅ | 0,55 | 0,52 |
| Sódio em Na ₂ O | 0,70 | 0,35 |
| Potássio em K ₂ O | 7,00 | 3,24 |
| Cloretos em NaCl | 1,70 | 0,35 |
| Sulfatos em SO ₄ | 5,83 | 0,19 |
| Manganês em MnO | Traços | 0,19 |
| Iodo | Traços | Nihil |
| Cobre | Traços | Traços |

Fonte: Análises realizadas no Instituto Nacional de Tecnologia do Ministério de Indústria e Comércio

A quantidade de vinhaça produzida em uma destilaria varia com a composição. Há muitos elementos que influem nesta proporção: composição da matéria prima, diluição do líquido a fermentar, tipo de álcool produzido, percentagem de álcool no destilado, sistema de captação, regularidade no fornecimento de água e vapor.

Em geral é aceito que o volume de vinhaça varia amplamente entre 12 e 15 litros por litro de álcool destilado.

Entretanto, na prática estes números não são rigorosamente importantes. Uma forma fácil para se estimar o volume de vinhaça produzida é multiplicar por 10 o volume de álcool de qualquer tipo, pelo tempo de fabricação, hora, dia, mês ou ano. Este cálculo ainda que não seja rigoroso é satisfatório para usos agrícola e industrial.

Vinhaça, ameaça ao ambiente

A geração de vinhaça muito incomodou Piracicaba nas décadas de 1940 a 1950, por causa da intensa poluição que causava ao rio, anteriormente conhecido como piscoso e habitat de muitas espécies de boa qualidade. O incômodo para a sociedade tomou características de calamidade quando a indústria canavieira começou a se desenvolver após o fim da segunda guerra mundial. O consumo de açúcar, de álcool industrial e de bebidas destiladas aumentou ao mesmo tempo em que cresceu a população, e a demanda como consequência.

A vinhaça é conhecida dos brasileiros desde as primeiras destilações de caldo de cana fermentado. Há informações sobre a produção de açúcar, mas pouco sobre a produção de destilados, sobretudo onde teria sido feita a primeira destilação para obtenção de aguardente, como eram os alambiques primitivos e de que material era construído: de barro cozido ou de cobre. Faltam informações sobre quem importou o primeiro aparelho de cobre, sua procedência e quais eram os ceramistas construtores de destiladores de barro. Se as houver, certamente incluirão contradições, das quais há muitas na História.

Uma dessas contradições se relaciona com a primeira lavoura de cana de açúcar em nosso país. No estado de São Paulo está consolidada a opinião de que foi Martim Afonso de Souza quem importou, em 1532, as primeiras mudas da ilha da Madeira e plantou-as na Capitania de São Vicente, onde teria sido montado o primeiro engenho de açúcar e, possivelmente teria sido feita a primeira destilação para produção de aguardente.

Entretanto, há discordância. Em consulta à internet foi encontrada afirmação de que a primazia do plantio da cana de açúcar, não se deve a Martim Afonso de Souza, pois a cana de açúcar fora plantada antes na Bahia e Pernambuco, vinda de Cabo Verde.

“Segundo Lou Rodrigues – 2011 – há um erro quando se diz que Martim Afonso foi quem primeiro plantou cana no Brasil. Na verdade já existiam pequenos engenhos na capitania de Itamaracá e de Pernambuco, como se pode ver nos relatórios da alfândega de Lisboa, do ano de 1518”.

“A Alfândega de Lisboa registra o engenho de açúcar de Pedro Capico, na Ilha de Itamaracá, como contribuinte sobre produção de açúcar. Pedro Capico chegou a Pernambuco (Itamaracá) em 1516, na armada de Cristovão Jacques e se estabeleceu no local montando um engenho de açúcar próximo da feitoria de Itamaracá” Fontes: Historia do Brasil: Administração colonial. Capitánias do mar (1516-1532); Almeida Prado, J. F. Primeiros Povoadores no Brasil”.

(...) “Também, em 1516 ocorreu a primeira tentativa de colonização metódica e aproveitamento da terra com base na plantação da cana (levada de Cabo Verde) e na fabricação do açúcar. Já devia ter havido algumas tentativas de capitánias e estabelecimentos em terra, pois em 15 de julho de 1526 o rei D. Manuel I autorizou Pedro Capico, “capitão de uma capitania do Brasil”, a regressar a Portugal porque “lhe era acabado o tempo de sua capitania”.

“A Alfândega de Lisboa registra o engenho de açúcar de Pedro Capico, na ilha de Itamaracá, como contribuinte sobre produção de açúcar. Pedro Capico chegou a Pernambuco (Itamaracá) em 1516, na armada de Cristovão Jacques e se estabeleceu no local montando um engenho de açúcar próximo da feitoria de Itamaracá”.

“A presença de Pedro Capico no Brasil, a partir de 1516, por vários autores, entre os quais Almeida Prado, Martins Santos, bem como Edith Porchat, onde se lê a breve biografia de Pedro Capico:

“CAPICO, PEDRO. Primeiro capitão de São Vicente. Veio para o Brasil em 1516, na armada de Cristovão Jacques. Aqui permaneceu durante 10 anos, tendo acumulado fortuna. Voltou a Portugal em 1527, em companhia de Cristovão Jacques, que aqui estiveram pela segunda vez. Comandante de uma das “capitánias do mar”, existentes na costa do Brasil, antes das esquadilhas guarda costas, organizadas por Dom João III. A denominação de “capitania” era dada a simples abrigos, onde ficavam depositadas mercadorias à espera de embarque”.

“Pedro Capico parece que era bem relacionado na Corte porque seis anos

depois (1532) retornou ao Brasil, na frota de Martim Afonso de Souza como escrivão real, sendo responsável pela lavratura de documentos de doação de terra a Pero Goes (São Vicente). (PORCHAT, Edith. P.39.)”

“O “Engenho São Jorge dos Erasmos” foi o terceiro engenho de açúcar a ser construído na América Portuguesa, no centro da Ilha de São Vicente, hoje no município paulista de Santos (suas ruínas estão sob a guarda da Universidade de São Paulo). Foi provavelmente construído por volta de 1534 por ordem de Martim Afonso de Sousa, donatário da então Capitania de São Vicente, juntamente com os primeiros assentamentos portugueses da área. O Engenho constitui um dos mais notáveis monumentos do passado econômico do Brasil, sendo o único no estado de São Paulo. O monumento foi tombado pelo Patrimônio Histórico em todas as instâncias (IPHAN, CONDEPHAAT e CONDEPASA).

A respeito desse engenho foi encontrada um recorte de jornal não identificado em que havia a seguinte notícia: “Ana Pimentel, filha de família nobre espanhola, foi uma das mulheres a exercer cargos de Chefe de Capitania no Brasil. Casada com Martim Afonso de Souza, donatário da Capitania de São Vicente, Ana Pimentel governou as terras doadas a seu marido por meio de procuração entre 1534 e 1536. Apesar de não ter sido a primeira mulher nessa função, Ana foi a mais audaciosa. Desafiou o próprio Martim Afonso de Souza ao revogar uma lei baixada por ele, que proibia os colonos de subir a Serra do Mar, para evitar conflitos com índios; e mandou trazer mudas de laranja de Portugal, para incentivar o controle de escorbuto na Capitania. A ela é atribuída também a introdução do cultivo do arroz, do trigo e da criação de gado na região”.

Origem e destino das vinhaças

As vinhaças se originam de líquidos naturais fermentados, pela separação do álcool etílico que contêm por meio de destilação. Desde os primórdios da colonização das terras de Portugal, ao terminar as destilações os aparelhos de destilação eram esvaziados e o resíduo quente era despejado no ambiente. Não há registros aonde, mas por lógica natural é de se pensar que era lançado em cursos d’água, para levá-lo para longe da fábrica e das construções, livrando-as de prejuízos como mau cheiro e criação de mosquitos. É evidente que havia prejuízo ao ambiente, mas a

ele nem se dava importância porque nos cursos d’água fluía volume suficiente para neutralizar o efeito dos volumes do resíduo, comparativamente pequenos, tornando despercebida ou irrelevante a consequência dos despejos, da mesma forma que o despejo dos resíduos sanitários. A diferença de volume entre a água potável e despejos era suficientemente grande e permitia que os cursos se autodepurassem sem que o Homem tomasse consciência.

Esse costume continuou por séculos, até os meados do século XX, quando os prejuízos dessa prática se fizeram sentir de forma aguda sobre o ambiente.

Entretanto, no fim do século XIX em Piracicaba, no planejamento da Escola Agrícola constou a utilização da vinhaça para irrigação e fertilização do solo.

Na década de 1930, a usina Catende, em Pernambuco, construiu um sistema de irrigação dos canaviais nos morros, por distribuição do resíduo líquido da destilaria em sulcos abertos em curvas de nível. O sistema usado por algum tempo não prosperou e é possível especular o por quê. A irrigação era cara, a tecnologia agrícola ainda pouco desenvolvida, os volumes aplicados e os resultados da adubação não eram apreciáveis para justificar o gasto, e os prejuízos ao ambiente pelo lançamento ao rio de um líquido poluidor ainda não eram vultosos a ponto de preocupar.

Histórico sobre as preocupações com a vinhaça

O que motivou este texto foi a preocupação de não deixar perder fatos que ocorreram há mais de sessenta anos e dos quais participei ainda como estudante de agronomia e que mereceram atenção especial por causa dos malefícios que esse resíduo causa ao ambiente. A motivação veio também depois de me dar conta que sou um dos três sobreviventes da época em que os estudos os prejuízos da vinhaça sobre o ambiente começaram a ser realizados em Piracicaba, SP, e resultaram no encontro de benefícios que seu aproveitamento causaria na restauração da fertilidade de solos.

Os outros dois companheiros são o Sr. Myllos Filippini um dos diretores da Usina Modelo S/A onde tudo começou e o Sr. Lecy Bonilha, funcionário do Instituto Zimotécnico da Universidade de São Paulo, anexo à Cadeira de Tecnologia Agrícola (hoje Departamento de Agroindústria, Alimentos de Nutrição da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), a quem foi encarregada missão de se incumbir das atividades de transporte e de distribuição da vinhaça nos campos de experimentação da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e em várias usinas, em vários municípios do Estado de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Jayme Rocha de



Senhor Myllos Fillippini (outubro, 2012)



Senhor Lecy Bonilha (julho, 2013)

Almeida, Diretor do Instituto Zimotécnico. Myllos Fillipini participou ativamente da campanha em prol do uso da vinhaça. A Usina Modelo S/A forneceu vinhaça para os estudos iniciais do uso do resíduo e muitos anos depois, em sequência, para a afirmação da campanha de divulgação do uso do restilo nos canaviais.

Minha preocupação em preservar essa parte histórica se deve ao fato de nós três sermos já octogenários e de que o Prof. Dr. Guido Ranzani, um dos três que em primeiro pesquisaram os efeitos da vinhaça no solo, ter falecido nonagenário há pouco tempo. Mais recentemente faleceu Oswaldo Teixeira Mendes, outro auxiliar também nonagenário.

De memória, procuro manter a veracidade de um fato importante que não está devidamente registrado, mas que vivenciei. À medida que o tempo passa, informações são divulgadas sobre as primeiras pesquisas e nem sempre por quem delas participou. Muita coisa foi escrita, lida e nem sempre interpretada de forma adequada.

Preocupações com a vinhaça

As observações e estudos racionais sobre a vinhaça que conduziram a surpreendentes resultados, importantes no desenvolvimento da indústria alcooleira, iniciaram por razão de um acidente ambiental de grandes proporções

Por consequência da industrialização da cana de açúcar há formação de resíduos e problema para sua disposição sem prejuízo ao ambiente. Repetindo, no início de nossa colonização os resíduos eram lançados no ambiente ao natural, e pela lógica em rios, ribeirões, riachos ou em qualquer curso d'água, para levá-los para longe das habitações. Tal qual, o costume se manteve até o período contemporâneo em que a poluição do ambiente era menosprezada.

Um método simples para avaliar a poluição de um corpo d'água é determinar quanto ele encerra de oxigênio e quanto dele é consumido em determinado tempo. Essa medida se denomina de demanda bioquímica de oxigênio, ou DBO, simplificada. Para facilitar a compreensão, um corpo d'água é considerado de boa qualidade quando consome no máximo 4 miligramas de oxigênio em cinco dias, porém mantendo sempre um teor positivo do gás dissolvido. A falta de oxigênio dissolvido impede a vida de animais aquáticos, prejudica a flora e altera a população de microrganismos.

Os gases podem ser dissolvidos em água. Um corpo d'água (rios, lagos, açudes, barragens) encerra oxigênio dissolvido em proporções variadas, de acordo com sua temperatura, movimentação natural, ventos, agitação por qualquer interferência mecânica. Sem detalhes, as águas de cursos d'água encerram de 4 a 8 miligramas de oxigênio, dependendo dos fatores citados. Nos cursos d'água o teor de oxigênio é sempre superior ao de espelhos d'água.

Na década de 1950 a poluição do rio Piracicaba no período de safra da indústria canavieira era tão grande que a água acusava demanda bioquímica de oxigênio superior ao aceitável, com consequência imediata sobre a flora e fauna aquáticas, com redução dos numerosos espécimes de peixes até seu desaparecimento no rio, considerado extremamente piscoso.

Desastre ambiental

A década de 1940 se destacou em relação à industrialização da cana de açúcar, com ênfase no município de Piracicaba, SP.

Após o término da conflagração mundial em 1945 houve um surto de desenvolvimento na agroindústria canavieira em todos os sentidos. As destilarias de aguardente evoluíram e com isso elevaram sua capacidade produtiva, novas usinas de açúcar foram construídas e a tecnologia de produção de açúcar, álcool e aguardente começou a se modernizar.

Esse desenvolvimento foi marcante no estado de São Paulo e na cidade de Piracicaba. Na ocasião o Instituto do Açúcar e do Álcool aprovou a compra de usinas de outros estados e sua transferência para São Paulo com suas quotas diminutas sem permitir seu aumento, mas os novos usineiros adquiriam equipamentos com capacidade de produzir dez ou mais vezes. Era um atrevimento que deu certo, pois a fiscalização teve de encerrar suas exigências em face ao aumento de consumo, que exigia maiores produções.

Entre esses investimentos nasceu a Usina Modelo em uma região do município de Piracicaba pontilhada de pequenas destilarias de aguardente, longe das margens do caudaloso rio Piracicaba, inaugurando um novo conceito de instalação de usinas.

Na usina foi construída uma destilaria de álcool retificado para consumir o melaço excedente da fabricação de açúcar e como consequência sobravam milhões de litros de vinhaça que não encontravam escoamento para o grande rio, como acontecia em muitas usinas e destilarias de álcool e de aguardente às margens de rios e ribeirões. A usina foi forçada a construir tanques de armazenamento para conter todo o volume de resíduo líquido produzido na safra.

No ano de 1946 um tanque de depósito de vinhaça da Usina Modelo S/A em Piracicaba ruiu, ou foi rompido voluntariamente (não ficou claro), e por isso um canal foi inundado com todo o volume do resíduo estocado. Na data, os Diretores da Usina, liderados pelo Senhor Angelo Filippini, também coletor federal, procuraram o Prof. Jayme Rocha de Almeida, catedrático de Tecnologia Agrícola da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, na busca de orientação para resolver o problema criado com o acidente. Conhecedor da indústria do álcool o Professor não tinha conhecimento de fato similar anterior e não podia oferecer solução aos industriais, mas passou a se preocupar com o futuro do canal, sem encontrar uma orientação segura.

Ele alertou os fabricantes de álcool e de aguardente para tomarem cuidado com seus depósitos de vinhaça, reforçando-os e procurando evitar que desastres semelhantes pudessem ocorrer novamente. Até aquele momento, era tacitamente aceito que a vinhaça, um produto de forte reação ácida, ao ser distribuído nos solos, também de reação ácida, contribuiria para prejudicar severamente os canaviais tornando-os inviáveis para o cultivo da cana de açúcar. Entretanto, por falta de estudos técnicos e científicos, por falta de solução técnica, ou por charlatanismo, a vinhaça continuou a ser estocada ou escoada nos canaviais.

A partir do que se considerou um desastre, houve um período de espera e atenção sobre o que iria ocorrer no futuro, de expectativa sobre as canas replantadas e sobre possível prejuízo ao re-brotamento e comportamento das socas. Análises passaram a ser efetuadas dos solos inundados, assim como avaliação do comportamento das canas recém plantadas e das que viriam a rebrotar.

Passado o momento do acidente e ocorrido o esperado re-brotamento da cana, com grande surpresa surgiu esperança de que o problema não era tão sério como se anunciava. Os novos colmos apontaram viçosos e mais potentes do que a própria cana planta, cresceram e não causaram prejuízo à usina. Restava explicar.

O Professor Jayme Rocha de Almeida, seu assistente Octavio Valsechi e Guido Ranzani, assistente do Prof. José de Mello Moraes na Cadeira de Química Agrícola, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, se puseram a estudar racionalmente o solo contaminado pela vinhaça e encontraram resposta insuspeitada.

A vinhaça não acidificara os solos encharcados pela vinhaça; ao contrário, eles apresentaram reação menos ácida e alta riqueza em nutrientes fertilizantes, fatores que permitiram aos canaviais produzirem canas mais robustas com rendimento agrícola muito superior ao normalmente encontrado no município, mesmo nas canas recém plantadas. Após a colheita, os cortes sucessivos mostraram elevado rendimento agrícola e a possibilidade de serem realizadas mais colheitas sucessivas além dos três normalmente usuais.

Isso entre 1947 e 1949, quando os resultados das intensivas pesquisas geraram uma comunicação para um Congresso Internacional de Agricultura na Bélgica em 1950, comunicação científica de tal importância que viria a se refletir no futuro, quando o país iniciou seu programa de energia alternativa renovável na década de 1970.

Essa comunicação informava que:

- 1 – A vinhaça nas condições dos ensaios não aumentou a acidez natural dos solos;
- 2 – Pelo contrário, houve elevação do pH do solo (diminuição da acidez) e esta elevação foi tanto mais pronunciada quanto maior foi a quantidade de vinhaça ácida ou neutralizada aplicada ao solo;
- 3 – A vinhaça aplicada ao solo em doses de 500 000 litros por hectare ou mais, levou a reação deste solo à alcalinidade;
- 4 – Os resultados obtidos com a aplicação da vinhaça neutralizada com leite de cal não aconselham este tratamento, pois que se obtém praticamente um mesmo valor pH do solo com a vinhaça não tratada;
- 5 – A lentidão da penetração da vinhaça no solo mostra que suas aplicações devem ser sempre precedidas de arações profundas, pois a irrigação nestas condições é tanto mais favorável no momento em que o solo recentemente arado oferece uma superfície de exposição maior;
- 6 – A vinhaça pura aplicada ao solo conduz a aumento progressivo do poder de embebição do solo;
- 7 – A vinhaça não é nociva ao solo, ao contrário melhora suas propriedades físicas;
- 8 – Não se deve, ao contrário do que se aconselha, neutralizar a vinhaça, pois que os resultados obtidos mostraram a superioridade da vinhaça não tratada preliminarmente, em relação à quantidade de água absorvida pelos solos.



Primeiras aplicações de vinhaça na ESALQ: quente e ao natural; Lecy fiscaliza a aplicação

Os resultados surpreendentes estimularam a realização de uma série de trabalhos, a partir do que o Professor e pesquisador, iniciou observações de campo para demonstrar a viabilidade técnica do uso da vinhaça como fertilizante, campanha não muito bem recebida pela maioria dos destiladores de álcool e aguardente, mas defendida e auxiliada pelas Usina Modelo S/A em Piracicaba, Usina Santa Bárbara em Santa Bárbara d'Oeste e destilaria da Rhodia em Campinas, todas no estado de São Paulo.

O Instituto do Açúcar e do Alcool, órgão federal que então controlava a produção de açúcar e álcool no Brasil deu apoio incondicional e de valor considerável à campanha para o uso de vinhaça como fertilizante, concedendo uma verba de 150 mil cruzeiros ao

Instituto Zimotécnico, com a qual o Prof. Dr. Jayme Rocha de Almeida adquiriu um caminhão tanque com capacidade de 5 000 litros. Equipado com tanque de madeira, inatacável pelo resíduo das destilarias, o caminhão foi o meio de transporte da vinhaça para instalar experimentos de fertilização de canaviais em várias usinas e municípios do estado de São Paulo. Os primeiros ensaios de adubação em canaviais do campus da ESALQ foram instalados com vinhaça transportada em tanque de pequena capacidade, assentado sobre uma carroça emprestada pelo Departamento de Horticultura da ESALQ puxada por burro, de nome Piloto, lembra Lecy.

O caminhão ostentava a frase escrita no tanque: “Restaure sua terra usando vinhaça como adubo”.

A produção de vinhaça foi crescente com o desenvolvimento da indústria que tem a cana como base e deixou rastros de prejuízos ao ambiente até que se encontrasse uma forma de aproveitá-la de forma eficiente e econômica. A solução foi encontrada nas décadas de 1940 e 1950, mas só foi devidamente usada depois de muita polêmica para a conscientização da vantagem do uso de um resíduo rico em material fertilizante, mas altamente poluidor.



Caminhão doado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool: motorista Lecy Bonilha



Depois de ensaios feitos em canteiros com plantação de cana, milho, feijão, algodão e outras culturas, o Professor Jayme Rocha de Almeida concentrou-se em pesquisas com cana de açúcar, em larga escala, em usinas cujos proprietários ou gerentes acreditaram nos resultados surpreendentes obtidos com o uso de vinhaça de diversas origens (de melaço, de caldo e mista).

Destruidor da vida aquática interior pela sua disposição ao natural em cursos d'água, por dezenas de anos o resíduo foi despejado de forma inadequada sem vantagens econômicas.



Feijão plantado em terreno arenoso: sem vinhaça (E), com vinhaça(D)



Cana plantada em terreno arenoso: sem vinhaça (E), com vinhaça (D)



Milho plantado no mesmo terreno arenoso: no meio, adubado com vinhaça

Composição da vinhaça

Sua composição depende da composição dos líquidos açucarados que lhe deram formação. Como eles variam segundo a matéria prima, a maneira de preparar os mostos e o tipo de aparelho destilador, não é possível apresentar números que sejam representativos de todos os tipos de vinhaça.

Os mostos mistos, normais nas usinas de açúcar com destilaria anexa, têm composição variável de acordo com a produção de açúcar e com a quantidade de cana excedente, ou de acordo com a produção de álcool independente da fabricação de açúcar. Em países onde as usinas produzem açúcar sem preocupar em esgotar profundamente os méis, ou fabricam álcool com cana plantada com o objetivo de obter álcool, a composição das vinhaças pode ser ainda mais variável que os números citados nas tabelas.

A poluição e a sociedade piracicabana

Na década de 1950 o volume de vinhaça despejada no rio era enorme, ao ponto de transformá-lo em um fluxo d'água mal cheiroso e, em épocas de maior seca, praticamente esgoto a céu aberto. Os peixes se reduziram a espécies de couro e as nobres desapareceram. Quando os pescadores lançavam a linha de pesca ela saía pesada com matéria orgânica aderida e o anzol recoberto com um tufo de matéria orgânica, sem peixe. As águas que antes se prestavam ao banho e esportes aquáticos já não permitiam o uso para prazer; o mau cheiro colava à pele e o ar se tornava prenhe de mau odor que se difundia pelo ar da cidade. A grita do povo era geral e as autoridades buscavam coibir os lançamentos.

O aumento do volume de resíduo líquido nas destilarias causado pelo desenvolvimento da produção de álcool causou grande temor de desastre ecológico e despertou a atenção de governantes, investigadores e produtores para o problema.

Ao mesmo tempo, pesquisadores ligados à saúde, à proteção da caça e pesca se movimentavam à procura de solução para a situação. Eram pessoas seriamente preocupadas com a saúde pública e com a proteção do ambiente. Os seus trabalhos criaram, talvez, a primeira luta travada contra poluição em elevada escala em todo o país. Sobre eles escrevi um artigo que foi publicado pelo Jornal de Piracicaba em junho de 2005, como homenagem às pessoas que se ocupavam em diversas áreas a defender o ambiente do ataque do efeito nefasto do lançamento descontrolado de resíduo industrial, copiado a seguir.

Ambientalistas de primeira hora

“Em Piracicaba, defesa do ambiente é atividade antiga, de projeto centenário e de ações mais do que quinquentenárias. O dia mundial do Meio Ambiente fez-me reviver fatos que considero históricos e trouxe-me à lembrança pessoas que tornaram a cidade pioneira na defesa e proteção do meio ambiente. Seus nomes merecem ser rememorados como uma singela homenagem. Desculpem-me os que foram esquecidos, mas os aqui citados foram fundamentais para uma importantíssima fase de desenvolvimento de Piracicaba e da indústria canavieira, que um dia foi execrada pela população e agora vive uma nova crise, que será superada. O final da década de 1940 e o início da de 1950 foram marco de agitação ambiental nesta cidade, quando a vinhaça (restilo) ainda



Prof. Dr. Jayme Rocha de Almeida em palestra sobre os benefícios do uso da vinhaça como fertilizante, na Sociedade Rural Brasileira, em 1952

que de forma estacional, no período de safra, causava gigantesco mal aos nossos rios, coincidentemente em suas menores vazões. O grau de degradação pelo despejo do resíduo era testemunhado pela frequente mortandade de peixes. Nossa bacia hidrográfica foi talvez a mais poluída nas décadas de 1940 e 1950 e a população de Piracicaba a mais prejudicada, pois ficava a jusante de muitas destilarias e do recebimento da carga poluidora de uma população de milhões de pessoas.

Luiz Vicente de Souza Queiroz, quando elaborou seu projeto, em fins do século XIX projetara uma destilaria de aguardente para integrar sua escola e um sistema de distribuição da vinhaça nos canaviais. Daí a

citação de um projeto centenário de proteção ambiental.

Entretanto, a grande preocupação com as condições do rio Piracicaba remonta aos meados do século passado. A primeira vez que ouvi falar de poluição foi em 1947, quando vim estudar na Luiz de Queiroz. Nesta época o Engenheiro Agrônomo Felisberto Pinto Monteiro, que viria a ser Professor na ESALQ, já estava estudando seu efeito sobre os peixes.

Repetindo um pouco do que já foi dito, o artigo continha: Por volta de 1946, em data imprecisa, ocorreu um acidente com um depósito de vinhaça na Usina Modelo; ele rompeu-se e inundou canaviais. A ESALQ foi contatada e o Professor Jayme Rocha de Almeida, catedrático da Cadeira de Tecnologia Agrícola da ESALQ, consultado pelo Senhor Ângelo Fillipini, diretor da Usina, sobre o que poderia ocorrer com a plantação de cana, afirmou com base na bibliografia existente, que os canaviais provavelmente seriam altamente prejudicados, porque um produto ácido despejado em grande volume num solo ácido iria torná-lo ainda mais ácido e impróprio para o cultivo da cana. Mas com grande surpresa, os rebrotos da cana vieram pujantes, grossos, fortes e produziram por hectare, muito mais cana do que se produzia no primeiro corte.

À vista do inesperado, o Professor Jayme iniciou investigação com dois colaboradores, os Professores Octavio Valsechi e Guido Ranzani para encontrar a

razão do resultado controvertido. Ao final de trabalhos laboratoriais, os resultados da pesquisa apresentados em um Congresso de Solos na Bélgica, evidenciaram que, em vez de prejudicar o solo, o resíduo das destilarias melhorava a terra e aconselhava seu uso como adubo, o que revolucionaria o cultivo da cana. O trabalho desses Professores criou um horizonte de pesquisas que conduziu à solução econômica e definitiva para o problema do despejo, pela comprovação da vinhaça ser excelente adubo quando adequadamente usado nos canaviais. Pode-se afirmar que essa solução abriu a possibilidade para o aumento da produção de álcool combustível e obtenção de energia limpa, alternativa no momento da crise de petróleo.

O Professor Jayme Rocha de Almeida, pela imprensa, reformou sua primeira reação ao acidente e iniciou uma cruzada para estimular o uso da vinhaça como adubo e defender o meio ambiente. Argumentando contra os que eram contra a irrigação da vinhaça por causa dos custos, dizia enfaticamente que era necessária sua adoção, ao menos para proteger os cursos d'água de poluição, e insistia calorosamente nesse ponto. Evitar a poluição foi argumento para defesa ambiental e forma de instigar a irrigação com vinhaça, contrapondo-se aos que achavam proibitivos os custos que essa prática acarretaria.

Preocupação com poluição das águas é assunto muito antigo no Brasil, já constante do Código de Pesca de 1938, mas nessa época o parque fabril brasileiro era pequeno e os problemas de poluição praticamente se limitavam às águas litorâneas sujeitas à contaminação pelo despejo de óleo dos navios. Entretanto, naqueles idos, nas cidades onde havia curtumes, os ribeirões próximos dessas indústrias já estavam mortos, sem vida aquática. Ao que saiba, este resíduo ainda é um problema sem solução econômica, como o das fecularias de mandioca.

A partir de 1945, após a guerra mundial, o Brasil teve um surto de desenvolvimento, caracterizado pelo crescimento e multiplicação das indústrias, entre elas as da cana-de-açúcar. As usinas existentes aumentaram suas capacidades, outras foram montadas, a produção de álcool e aguardente prosperou enormemente e, em consequência, aumentou o volume de resíduos a serem rejeitados, com destaque para a vinhaça das destilarias. A cada litro de álcool destilado corresponde a geração aproximada de dez litros de líquido residual composto de água, sais minerais e matéria orgânica. Embora seus componentes se encontrem sob forma muito diluída, o enorme volume produzido torna extremamente difícil o emprego de tratamentos físicos, químicos e biológicos, para neutralizar seu efeito poluidor. Aqui em Piracicaba, no início da década de 1950, membros da população revoltados com a

conseqüência do lançamento desordenado e crescente da vinhaça, chegaram a pensar em depredar usinas e incendiar canaviais.

O problema não era apenas piracicabano, era geral em todos os estados que produziam álcool e açúcar. Além da vinhaça, outros resíduos da indústria canavieira afetavam os rios embora em volume mínimo em comparação com os volumes de vinhaça. Ainda se somavam os despejos de esgoto doméstico das cidades a montante e da própria Piracicaba, mas na época de safra o grande vilão era o restilo, resíduo pertinaz e resistente a qualquer espécie de tratamento, ao menos economicamente. Enquanto se produzia cada vez mais açúcar e álcool, a poluição do rio era tanta, que um pescador que nele jogasse sua linha, em minutos a via envolvida por tufos de matéria orgânica.

O tempo, que é um solucionador de problemas, escoava-se lentamente. No entanto, havia resistência ao emprego do restilo como adubo, mesmo tendo sido comprovado que seu uso trazia benefícios à produção de cana. Havia refratariedade porque seu uso envolvia custos, considerados elevados demais pelos destiladores. Entretanto, estudos provaram que embora os custos de irrigação fossem altos, eram econômicos, porque retornavam com lucro o capital investido.

Embora já houvesse dispositivos legais contra a poluição dos cursos d'água, órgãos fiscalizadores lutavam para obter leis que efetivamente coibissem a poluição, o que se consolidou com nova legislação em 1955. Com a solução para o despejo da vinhaça, o Governo passara a contar com elemento capaz de combater a poluição e os industriais passaram a providenciar meios para se livrarem do problema.

Embora havendo solução para o despejo da vinhaça e sua aceitação por pequeno número de produtores de álcool, não houve adesão geral para o reaproveitamento do restilo e as condições dos cursos d'água pioraram de ano para ano, até que um grupo de cidadãos piracicabanos resolveu processar os industriais para dar paradeiro à calamidade já instalada, iniciativa que teve como figura de proa o combativo advogado Jacob Diehl Neto.

Porém, como é costume, havia quem não acreditasse na execução das leis e foram apanhados de surpresa pelas medidas punitivas. Convém ressaltar que ao Poder Público não interessava apenas punir, mas que se adotassem soluções para evitar a poluição.

Havia solução técnica, mas por muitos e muitos anos se preferiu irrigar estradas e carreadores com a vinhaça, a empregá-la como fertilizante. Após a crise do petróleo na década de 1970, os adubos químicos importados passaram a custar muito e a partir daí buscou-se aproveitar o que a vinhaça continha e que

se desperdiçava. O tempo incumbiu-se das soluções, mas muito dele se perdeu insensatamente.

Em apoio ao uso da vinhaça como adubo, surgiram diversos nomes de pesquisadores preocupados com a defesa dos rios e da fauna e flora aquáticas, que colaboraram para a consolidação da tarefa pioneira de defesa ambiental, proposta que ainda era pouco aceita.

Neste empreendimento destaco os nomes do Doutor Francisco Bergamin, médico sanitaria da Divisão de Hidrobiologia do Departamento de Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, do engenheiro Emilio Varoli, da Divisão de Proteção e Produção de Peixes e Animais Silvestres da mesma Secretaria, do Engenheiro Sanitarista Armando Fonzari Pêra da Secretaria de Viação, do Professor Felisberto Pinto Monteiro, então na Cadeira de Avicultura da ESALQ, desenvolvendo trabalhos em piscicultura.

Notável e extremamente positivo foi o apoio incondicional do Jornal de Piracicaba, na pessoa de seu incansável Diretor, Dr. Fortunato Losso Neto, que deu guarida aos reclamos da população e apoio aos pesquisadores, divulgando as pesquisas e soluções e abrindo as portas do Jornal a quem desejasse manifestar-se contra a poluição de nosso rio.

Também há que se lembrar do apoio entusiasmado do Engenheiro Jean Balbaud, à época Diretor da Usina Santa Bárbara, do Engenheiro Paul Baudon da Société de Sucreries Brésiliennes (Engenho Central), do Engenheiro Agrônomo Vinicius Cotrim Nascimento da Destilaria da Rhodia em Campinas. O primeiro distribuía vinhaça a até seis quilômetros da saída da destilaria, em canais de irrigação e obteve canas tão desenvolvidas, às quais dizia, brincando, que tinham de ser cortadas com machado e não com podão. O segundo colocou a Destilaria do Engenho à disposição para estudos de corrosão de tubulações para vinhaça e o terceiro irrigou mais de 20 hectares da destilaria, em área de Campinas, considerada como o pior solo do Estado de São Paulo, usando mais de 10 caminhões tanques na empreitada, mas obtendo resultados surpreendentes com o uso da vinhaça. Estas experiências foram decisivas para estudos de condução da vinhaça, de produção e rendimento dos canaviais e de custos de distribuição. Antes de Piracicaba, em Pernambuco, uma usina que fizera uso de vinhaça em canaviais por algum tempo, abandonou o projeto antes da cruzada encetada pelo Professor Jayme Rocha de Almeida.

O Engenheiro Roger Desmonts, da Usina Rafard, também da Société de Sucreries Brésiliennes, pesquisava a produção de levedura alimentar por fermentação da vinhaça.

Foi fundamental o apoio da Prefeitura de Piracicaba, nas pessoas do Prefeito, Engenheiro Francisco Salgot Castillon, colaborando com as pesquisas e do Engenheiro Paulo Geraldo Serra, Chefe do Setor de Tratamento de Águas, sempre presente às reuniões e debates em defesa da Bacia do Piracicaba, colaborando com a ESALQ, com a recém criada CETESB e com os pesquisadores envolvidos com os problemas de poluição.

Neste empreendimento, foi muito ativo Mario Stolf, vereador à Câmara de Piracicaba fazendo ligações entre a CICPAA, Instituição criada em São Caetano do Sul para combater a poluição no ABC paulista e os pesquisadores de Piracicaba, lutando para a criação de uma Associação semelhante em nossa cidade, que se concretizou com a denominação de ACOPARP (Associação de Combate à Poluição do Rio Piracicaba) e cujo funcionamento foi possível porque contou com a colaboração decisiva do Doutor Dovilio Ometto, doando camionete e equipamentos para a fiscalização da poluição. Essas duas instituições desapareceram com a constituição da CETESB, no estado de São Paulo.

A fiscalização dos cursos d'água da bacia, por muitos anos ficou a cargo de elementos da Divisão de Caça e Pesca da Secretaria da Agricultura, sob responsabilidade do Setor de Hidrobiologia da Secretaria de Agricultura, chefiado pelo Dr. Francisco Bergamin e contou com a colaboração dedicada de alguns funcionários, entre os quais é preciso destacar o nome do Inspetor Gilberto Armelin, servidor incansável no seu afã de pesquisar o nível de poluição em todos os ribeirões que compõem a bacia do Piracicaba, de Americana a São Pedro, Araras e Leme, sempre acompanhado de seu colega Antonio Manzano. Nas coletas de amostras no rio Piracicaba, o funcionário Nonô, pilotava o barco usado nos deslocamentos. Samuel Teixeira Mendes e Geraldo Pinto de Toledo eram outros nomes da Secretaria de Agricultura.

Na ESALQ foram incansáveis os técnicos de laboratório Vinicius Ferraz, Armando Porta, Oswaldo Teixeira Mendes, Licy Bonilha, Santo Pavan, Aldo Benatti Filho, sempre corretos e eficientes colaboradores. Na ACOPARP, Flavio Carrano Torres”.

Esse início de combate à poluição pela vinhaça abriu um campo importante de trabalho, posteriormente ocupado por numerosos pesquisadores e serviu de alerta para a compreensão da importância do problema e para evitar o lançamento dos despejos no rio.

O tempo passou, foi reduzido o lançamento de restilo nos rios, diminuiu a poluição por ele causada, mas as pesquisas mostraram que a poluição na bacia, conquanto

tivesse sido por muito tempo consequência da vinhaça, continuou crescente após a adoção do uso da vinhaça como adubo e permanente durante todo o ano e não mais de forma estacional, no período de safra, porque outras indústrias se instalaram ao longo a bacia do rio Piracicaba, a população aumentou geometricamente, assim como os despejos de esgoto doméstico que lançados sem tratamento, clamando por uma solução definitiva.

O autor, Myllos Filippini e Licy Bonilha são remanescentes dessa época de lutas e pesquisas.

Aceitação da vinhaça como fertilizante

Antes de discutir o emprego propriamente dito é necessário fazer uma referência histórica aos fatos que antecederam à solução simples, mas de aceitação não tão simples.

Pela composição das vinhaças é possível reconhecer seu valor como fertilizante, mas quando foram iniciados os estudos em 1948, o mundo passava por um momento de adaptação pós-guerra, no qual a agricultura despertava atenção geral, com destaque para os rendimentos de produção. O uso de adubos merecia cuidados especiais e aumentou o uso de fertilizantes químicos; ainda que importados, eram relativamente baratos, motivo porque seu uso se generalizou.

Concomitantemente, a indústria canavieira ganhou extraordinário desenvolvimento, modernizando tanto a agricultura quanto as fábricas. A população aumentou e com ela o consumo de açúcar e de alcoóis, industrial e para licores.

As pequenas destilarias de aguardente, produtoras de 500 litros, de mil litros por dia de 12 horas, passaram a produzir este volume por hora e durante 24 horas de trabalho contínuo. As pequenas destilarias cederam lugar a grandes indústrias e os canaviais foram muito ampliados. Modernamente há destilarias que destilam 5 000 litros por hora, ou mais.

As vinhaças que eram despejadas nos rios continuaram a sê-lo, causando um prejuízo que não era sequer notado. Em pouco tempo as bacias hidrográficas ficaram altamente afetadas e os grandes rios, que apresentavam fora da época de safra D.B.O original de 0,5, 1,0 ou 2 p.p.m., foram transformados em cursos com 400, 1 000 p.p.m. de D.B.O. Pequenos cursos d'água se transformavam em esgoto a céu aberto durante a safra canavieira.

A reclamação foi geral assim como a exigência de providências urgentes dos poderes públicos; foi gerada uma forte pressão para que a vinhaça passasse a ser

utilizada como adubo. Esta havia sido a solução encontrada e desenvolvida alguns anos antes. Era solução simples, mas de aplicação não tão simples, pois exigia muito trabalho grandes gastos e romper com toda uma rotina da agroindústria canavieira.

A qualidade da vinhaça como adubo não sensibilizava ninguém. Todos estavam conscientes de seu valor fertilizante, representado principalmente pelos conteúdos de nitrogênio e potássio, mas os produtores não se dispunham a encarar o penoso e caro trabalho de conduzir um líquido quente, volumoso e corrosivo por meio de técnicas que rompiam com a rotina agrícola. Ainda havia um forte argumento contrário, ou seja, o baixo preço dos fertilizantes minerais.

A sociedade decidiu pressionar os destiladores movendo contra as indústrias um cerrado e até certo ponto violento combate. Apenas o aspecto da poluição impulsionou o uso da vinhaça como fertilizante.

Para convencer que o esforço não era intransponível, que era válido e econômico ainda que caro, houve que encontrar uma fórmula prática com respostas incontestáveis e de grande impacto. Para isso foram feitas experiências de aplicação de vinhaça em quantidades crescentes e muito altas. Volumes de 500 m³, 750 m³ e 1 000 m³ por hectare foram ensaiados e o rendimento agrícola incrivelmente aumentado. A produção obtida normalmente foi multiplicada por 5 ou 6 vezes. Com esse artifício a área de aplicação era muito pequena em relação ao total da lavoura de cana e anulava o argumento de que era impossível transportar toda a vinhaça produzida por ser o transporte demasiado caro. Os primeiros ensaios foram feitos com a vinhaça quente transportada por meio de caminhões tanque e este era o maior óbice alegado. Depois foi ensaiado o transporte por canalizações, por meio de canais de irrigação em terra e suas muitas variações.

Outro argumento contrário era o de que as quantidades estudadas causariam super adubação, mas ele era anulado pelo Professor Jayme Rocha de Almeida com a informação de que os terrenos que fossem adubados com excessivo volume de vinhaça só deveriam ser de novo irrigados após 12, 15 anos após a primeira aplicação. As grandes quantidades aplicadas mantinham o poder fertilizante por muitos anos sem esgotamento e justificava o aconselhamento das grandes doses.

Os resultados surpreendentes com a tonelagem elevada de cana produzida, comparados com o custo da aplicação deixavam um saldo altamente compensador e justificavam plenamente os gastos e a recomendação de não lançar o resíduo líquido nos lagos, nos açudes e, principalmente nos cursos d'água. Assim mesmo, havia produtores rebeldes que distribuíam a vinhaça nos caminhos de terra e não sobre a plantação de cana.

Os sucessivos aumentos de preço dos fertilizantes e a divulgação sistemática dos efeitos benéficos do uso da vinhaça como adubo acabaram por convencer a todos da viabilidade técnica e econômica de sua aplicação nos solos. A crise internacional do petróleo na década de 1970 e o aumento do preço dos fertilizantes importados demonstraram à sociedade que era vantajoso o uso da vinhaça como fertilizante.

Muitos anos após os primeiros ensaios alguns autores criticaram a maneira inicial de se adubar com enormes volumes de vinhaça, como se os primeiros pesquisadores, pioneiros, não se tivessem dado conta do valor da vinhaça como adubo de correção e dos problemas que poderiam advir do uso de enormes quantidades de matéria orgânica e mineral que agregavam aos solos com os grandes volumes de resíduo.

Se eles, que tinham bom conhecimento de química de solos, não tivessem se dado conta desse fato, não recomendariam voltar a aplicar vinhaça no mesmo local só após 12 a 15 anos da primeira irrigação e, em seguida a uma rotação de cultivo. Os autores que fizeram essas críticas não tiveram a compreensão real e vivida das dificuldades para convencer os agricultores da cana e os produtores de vinhaça das vantagens de sua recuperação como adubo. Sete décadas atrás, recomendar uso de 40 a 150 m³ de vinhaça por hectare e a irrigação de milhares de hectares em cada safra era, seguramente, condenar esse procedimento ao fracasso. Os pesquisadores pioneiros conheciam os princípios de química agrícola e recomendaram aplicar grandes volumes por unidade de área porque, muito importante, conheciam a psicologia dominante na indústria canavieira e os princípios de economia além de psicologia comercial. Por isso recomendaram e divulgaram o uso de irrigação com grandes volumes de vinhaça em áreas restritas e tiveram sucesso. Modernamente a vinhaça é distribuída nos solos de maneira bem diferente, em quantidades adequadas para o aproveitamento imediato dos canaviais.

O artifício era válido e ainda é válido em alguns casos. É mais vantajoso aplicar altos volumes de vinhaça do que armazená-la em áreas de sacrifício, em tanques com milhares de m³, com toda a gama de prejuízos ao ambiente.

Com o passar do tempo se generalizou o uso das vinhaças como fertilizante e renasceu o interesse dos investigadores que encontraram o campo preparado para novos estudos e pronto para aceitar novas técnicas. Era a década de 1970, vinte anos após os primeiros ensaios com a vinhaça como fertilizante líquido.

Na década de 1950 a indústria de destilação, para produção de álcool e de aguardente recebeu um grande impulso com a multiplicação de suas produções por elevado fator. Ao mesmo tempo em que crescia a produção de destilados, aumentava proporcionalmente a quantidade de resíduo para o qual ainda não se dava um

destino nobre. Ele era despejado tradicionalmente ao natural nos cursos d'água e como consequência criou enorme poluição, a refletir na fauna e na flora das águas interiores e também na saúde pública.

Felizmente, os estudos desenvolvidos na Escola Superior de Agricultura e no Instituto Zimotécnico anexo, demonstraram a factibilidade do emprego da vinhaça como fertilizante. Entretanto, a resistência ao seu emprego foi enorme.

Recomendava-se eliminar o despejo nos cursos d'água para evitar poluição e aplicá-lo no solo, mas quem estava interessado em poluição? Essa palavra era praticamente desconhecida, repudiada mesmo, e a recomendação para seu combate era coisa de pesquisadores “malucos”, que não tinham a menor noção das dificuldades e do custo para deixar de lançar o resíduo nos rios.

Os dados encontrados nos diversos estudos evidenciam a grande variação de composição das vinhaças segundo a matéria prima de origem, sua natureza e composição, condições de preparo dos mostos, nutrientes adicionados, diluição e outros.

Efeitos da vinhaça no ambiente

“O Homem busca sempre o progresso. Para seu desenvolvimento faz investimentos seguidos, cada vez mais aperfeiçoados e complexos. O crescimento da sociedade exige o aumento do volume de produção de bens e, para tanto, a ampliação das indústrias. Como consequência aumenta a quantidade de resíduos, cuja disposição é, em muitas vezes um problema sério por causa dos prejuízos que causa ao ambiente ou porque é complicada e cara.

O desenvolvimento da indústria canavieira constitui um bom exemplo no aumento de problemas com o aumento da produção industrial.

Com o aumento da produção de açúcar cresce a proporção de méis, de borras e tortas. Com o aumento da produção de álcool aumentam os resíduos de bagaço e de vinhaça.

Os méis são usados na alimentação animal ou na produção de alcoóis. As tortas são usadas como adubo e o bagaço usado nas caldeiras de usinas e destilarias. Se a indústria está direcionada à produção de álcool sobra bagaço.

A vinhaça é o mais importante resíduo da indústria alcooleira tanto pelo volume quanto por sua influência no ambiente.

Quando a indústria era pequena o volume de vinhaça despejado nos cursos d'água não era preocupante. Ainda que despejado em um pequeno curso d'água

não fazia dano aparente e até atraía peixes em busca de alimento”.

Rica em matéria orgânica, ávida de oxigênio para se estabilizar, encontrava-o suficiente, pois era pouco o resíduo e porque em movimento as águas se depuravam com a dissolução de mais oxigênio.

O desenvolvimento da produção de álcool aumentou demasiadamente o volume do resíduo líquido e a consequência do despejo nos rios resultou ser altamente prejudicial, desastrosa mesmo. Em muitos casos o volume de despejo era igual ao do volume de água no curso d'água. Dizia-se que o curso d'água era bombeado para dentro da indústria e saía novamente depois de totalmente usado e poluído.

Por sua composição e pelo volume a vinhaça causa em um corpo d'água receptor um forte e prolongado efeito destruidor.

A medida prática da capacidade poluidora de um resíduo orgânico quando não é tóxico é a demanda bioquímica de oxigênio ou, abreviadamente, DBO (BOD no idioma inglês). De maneira simplista significa a quantidade de oxigênio necessária para estabilizar a matéria orgânica. Nas análises, a estabilização da matéria orgânica em cinco dias de armazenamento a 20 OC.

A DBO da vinhaça varia de acordo com sua composição. De maneira geral estima-se que varia entre 20 000 e 30 000 p.p.m. Em outras palavras, cada litro de vinhaça necessita de

20 000 a 30 000 mg de oxigênio para estabilizar-se. Em cada litro de água de um curso d'água, dependendo da temperatura se encontram de 6 a 7 mg de oxigênio o que permite avaliar que um litro de vinhaça exige de 3 500 a 5 000 litros de água para a estabilização da matéria orgânica que contém. Ainda que as águas de um rio se depurem por dissolução de oxigênio por efeito do vento, de corredeiras, movimento dos animais aquáticos e outras causas, a estabilização da matéria orgânica que é lançada nos resíduos só ocorre ao longo de muitos quilômetros do curso a jusante do ponto de lançamento.

Uma indústria que produza 100 000 litros de álcool por dia (modernamente é uma indústria pequena) despejará, no mínimo, 1 milhão de litros de vinhaça. Se o despejo for direcionado a um curso d'água com fluxo de 20 m³/s terá um poder poluidor de, no mínimo, dois bilhões de DBO que exigem 2 bilhões de mg de oxigênio num corpo receptor que não possui mais do que 7 mg de oxigênio por litro d'água.

Outra forma de avaliar a capacidade poluidora do resíduo é estabelecer um equivalente populacional. Se considerar que os despejos domésticos têm 300 p.p.m. (300 mg) de D.B.O. e que correspondem a 200 litros por habitante por dia, a D.B.O. por habitante por dia é de 60 000 mg, ou de 60 g de O₂ por dia, o que significa, em

comparação, que a destilaria lança no rio uma carga poluidora correspondente a uma cidade de milhares de habitantes. Cada 2 litros de vinhaça com D.B.O. de 30 000 corresponde a um habitante.

“A forte poluição que causa aos corpos d’água receptores os incapacita para uso comum. O pH varia amplamente, a fauna e a flora macroscópica e microscópica são profundamente alteradas por causa da falta de oxigênio e da variação da reação do meio. Os peixes morrem e as espécies de melhor qualidade desaparecem.

A saúde pública é afetada, pois a elevada poluição favorece o aparecimento de endemias. Propicia o desenvolvimento de amebiose, esquistosomose e a disseminação de malária, além de prosperarem os germes patogênicos. O uso dos cursos d’água e dos espelhos para atividades de lazer é prejudicado e o uso doméstico da água exige tratamentos drásticos.

É importante evitar o lançamento de vinhaça nas águas e evitar o armazenamento em tanques porque por sua natureza é um resíduo pertinaz que resiste aos tratamentos conhecidos. Sua matéria orgânica não decanta, não sedimenta e não se separa por sistemas de filtração comuns. Armazenada em grandes tanques é suscetível à decomposição microbiana anaeróbia, da qual decorre poluição atmosférica e exalação de maus odores por muitos quilômetros quadrados nos arredores”.

No Brasil, por muito tempo o problema da poluição pela vinhaça não teve solução e foi se agravando a cada ano pelo grande aumento da produção do álcool antes do encontro de uma solução. A solução encontrada foi a utilização do resíduo como fertilizante, mas antes que fosse adotada muitos anos passaram com discussões e recusas por parte dos produtores de alcoóis.

Influência da vinhaça no solo

“A matéria orgânica influi favoravelmente, causando redução da densidade aparente, modificando a agregação das partículas do solo, aumentando a porosidade e a capacidade de absorção de água por ação do colóide orgânico”.

Pelas tabelas de composição das vinhaças é possível observar que elas se caracterizam como fertilizante orgânico e mineral, talvez mais importante pelo conteúdo orgânico. Os ensaios pioneiros ressaltam esse aspecto.

Com a divulgação dos primeiros resultados das experiências sistemáticas com vinhaça foi afirmado que:

- O pH das vinhaças varia entre os limites 3,7 e 5,9, mas sua aplicação não eleva a acidez normal dos solos, sejam usadas vinhaças puras ou neutralizadas com leite de cal;
- As vinhaças aumentam o poder de retenção da água no solo e o aumento é maior com vinhaças puras em comparação com as neutralizadas;
- As vinhaças melhoram as propriedades físicas do solo;
- Contribuem para maior retenção de sais minerais;
- Aumentam a microflora dos solos;
- Favorecem o combate à erosão;
- Propicia à cana condições para melhor ciclo de vegetação e favorece o desenvolvimento das raízes, que aproveitam melhor o cubo de terra;
- Muda a vegetação espontânea e contribui para o crescimento de plantas características de terras férteis.

No início das investigações alguns desses resultados eram marcantes em consequência das altas dosagens de vinhaças e hoje talvez fossem despercebidos por causa da irrigação com volumes menores.

A influência da vinhaça nas propriedades físicas dos solos não é perfeitamente conhecida, sem prejuízo das observações feitas pelos primeiros investigadores.

Com relação às propriedades químicas os benefícios estão provados com a reposição dos nutrientes exportados com a cana e com a restauração ou conservação da fertilidade dos solos pela adição dos nutrientes minerais presentes nas vinhaças. Todavia, havia receio de que o uso desordenado e exagerado da vinhaça viesse a causar salinização”.

Esse receio estava intrínseco desde os primeiros trabalhos de fertilização com vinhaça, nos quais, em nome da racionalização se recomendava que as terras só fossem irrigadas uma segunda vez depois que toda a área da propriedade houvesse recebido sua aplicação de vinhaça. Isso significava decorrer de 12 a 20 anos segundo o volume inicialmente usado.

Esse cálculo foi feito para emprego de vinhaça em área limitada ao redor da destilaria em um raio de três quilômetros, ou seja, limitada a 2 827 hectares, para uma destilaria com capacidade de produção diária de 100 000 litros de álcool, trabalhando 150 dias e adubando um máximo de 150 hectares/ano com 1 000 m³ de vinhaça por hectare.

Jayme Rocha de Almeida, que recomendava esse procedimento escreveu: “Com um sistema de trabalho assim racionalizado, nos parece que seria uma infantilidade

pensar na esterilização de solos pela vinhaça, mesmo aplicada exclusivamente em latossóis vermelhos”.

Estava claro que esta recomendação só podia ser seguida por aqueles que conduziam a fertilidade com esmerado cuidado, e serviu por muito tempo até que as condições da indústria da agricultura se modernizaram.

“Os adubos e fertilizantes são agentes causadores de poluição do solo quando empregados de forma abusiva e desordenada. A salinização é uma consequência e pode ser natural, embora geralmente causada pelo Homem.

Os solos se encontram em regiões úmidas, semi-áridas e áridas e sua gênese está relacionada com a pluviosidade, evapotranspiração, percolação e índices de reação do meio.

Nas regiões úmidas a pluviosidade é maior do que a evapotranspiração; o excedente infiltra, percola e lixívia cátions. Se a lixiviação é excessiva alcaliniza o solo, eleva a acidez e baixa o pH.

Nas regiões semi-áridas o ganho de água é praticamente o mesmo que a perda por evapotranspiração. A água infiltra e causa o intemperismo com liberação de bases sem, todavia, causar arrastes por percolação. Em consequência, os solos ficam com pH ao redor da neutralidade.

Nas regiões áridas há déficit de água, pois a evapotranspiração é mais alta do que o ganho de água. A água do solo se move em sentido ascendente e causa arraste e íons para a superfície e a gênese de solos holomórficos (salinos ou alcalinos), caracterizados por quantidade excessiva de sais e pH elevado, consequência de drenagem mal feita e irrigação excessiva.

O uso de fertilizantes contribui para elevar a concentração da solução de solo e a pressão osmótica, com efeitos de intensidade variável sobre as plantas de acordo com a quantidade, qualidade e local de aplicação do fertilizante em relação às sementes ou às raízes.

Os fertilizantes fosfatados têm pouca influência sobre a pressão osmótica da solução de solo, mas os nitrogenados e potássicos exercem forte influência. Quanto mais alta a pressão osmótica mais elevada é a salinização; a pressão osmótica se eleva com o aumento da adição de fertilizantes. Nos solos silicosos a influência é mais notável no aumento da salinidade, pois os solos arenosos têm menor poder de retenção de água e de íons.

Os fertilizantes nitrogenados e potássicos quanto não são empregados adequadamente influenciam de forma negativa a germinação e a emergência das plantas.

As vinhaças são ricas nesses dois componentes e a maneira adequada de usá-la é a preocupação principal dos pesquisadores, para que não ocorram prejuízos no solo e na cultura. Além do efeito sobre a pressão osmótica o efeito tóxico deve ser evitado.

A salinidade causa redução da água disponível, causa efeito de estresse hídrico com efeitos semelhantes ao da seca. A salinidade causa murcha permanente, ao contrário da salinidade, porque a turgescência é mantida pela absorção de íons ou pela síntese de aminoácidos ou de açúcares.

O efeito tóxico é causado pela ação do carbonato de cálcio ou do bicarbonato de sódio, ou por alterações nutricionais provocadas pela redução da disponibilidade de cálcio e de magnésio por influência do sódio.

As vinhaças atuam sobre a pressão osmótica por elevação da pressão osmótica do solo ou pela elevação da condutividade elétrica do extrato de saturação. Esses efeitos são mais intensos nas camadas superficiais e importante na adubação das soqueiras. A pressão osmótica da solução de solo aumenta em proporção direta com o aumento do volume das vinhaças.

Efeitos da vinhaça nas águas subterrâneas

“Faz falta a investigação sistemática dos efeitos da irrigação com vinhaça sobre águas subterrâneas. Muito se fala sobre o problema que efetivamente é preocupante, mas não se conhecem trabalhos que hajam sido executados com objetivo de observar exclusiva e detalhadamente a marcha da vinhaça na infiltração nos diferentes tipos de solos onde é aplicada e se cultiva cana ou outra planta. As observações são dispersas e não encadeadas em direção sistematizada.

A preocupação com a poluição dos lençóis freáticos é tão antiga quanto os trabalhos de irrigação com vinhaça. Quando se aconselhava irrigar com quantidades maciças como 1 000 m³/por ha, os pesquisadores afirmavam que águas subterrâneas, mesmo as mais superficiais não corriam risco de contaminação por infiltração, pois os volumes de vinhaça correspondiam a apenas 100 litros do resíduo por metro linear de sulco, ou a uma chuva de 100 mm. Para comprovar essa afirmação, nos diferentes tipos de solo onde se fazia a irrigação, assim que a água do resíduo estava totalmente infiltrada era feita uma escavação na terra do sulco, com pás ou enxadas e se media a profundidade da umidade. Ela não passava de 40 a 45 cm de profundidade nos solos arenosos. A matéria orgânica carregada pela vinhaça para o sulco, penetrava até 5 a 10 cm”.

Não tenho conhecimento de que tenham sido tomadas amostras de terra de todos os locais em que se faz aplicação de vinhaça para analisar e que em todos esses locais haja sido feita observação da profundidade da penetração do resíduo. É uma importante sugestão para pesquisa sistemática, para avaliar com segurança a marcha da umidade infiltrada e da penetração da matéria orgânica e dos sais minerais, principalmente com as baixas dosagens usadas em comparação com as experimentadas no início dos estudos nas décadas de 1940 e 1950.

Em destilarias há uma área de sacrifício constituída de depósitos abertos na terra, onde se deposita vinhaça que não é distribuída como fertilizante. É prática iniciada na década de 1950, combatida pelos primeiros investigadores porque é “responsável pela poluição de rios, da atmosfera e de águas subterrâneas, além de contribuir para o crescimento de insetos nocivos à saúde pública”.

“A matéria orgânica da vinhaça usa o oxigênio para sua estabilização; nos cursos rouba-o do corpo receptor e, depositada à superfície de espelhos d’água, se deteriora rapidamente entrando em putrefação acelerada pelo desenvolvimento de microrganismos de diferentes espécies. Como a quantidade de matéria orgânica é muito grande e a produção de vinhaça é volumosa e diária em metade do ano, a degradação da matéria orgânica é demorada, com efeitos ambientais denunciados pelo mau odor que se difunde por quilômetros ao redor do tanque.

A infiltração dos sólidos causa pequena redução do volume de vinhaça sem correspondente alteração da D.B.O., mas a evaporação eleva a concentração da matéria orgânica e a D.B.O.

Durante a safra os tanques de armazenamento recebem vinhaça continuamente e a D.B.O. eleva; o período de entressafra não é suficiente para a degradação total da matéria orgânica ainda que as vinhaças sejam diluídas com chuvas. A vinhaça, como já foi dito, é um resíduo pertinaz, altamente resistente aos tratamentos conhecidos para efluentes líquidos. Não obstante a colmatação causada pela matéria orgânica da vinhaça no fundo e nas paredes dos tanques, há infiltração e contaminação das camadas inferiores ao sub-solo e das camadas hídricas em consequência.

Os depósitos de vinhaça são considerados fonte pontual de poluição e a irrigação com o resíduo, fonte de poluição dispersa, tal como a aplicação de outros fertilizantes, defensivos agrícolas, despejos domésticos e acúmulo de lixo.

Para evitar a poluição de águas subterrâneas é aconselhável diminuir os volumes de irrigação para valores adequados e evitar seu armazenamento em grandes áreas, assim como construção de depósitos próximos de corpos d’água. Armazenar grandes volumes de vinhaça perto dos canais pode prejudicar o desenvolvimento da cana.

Em um texto do Professor Jayme Rocha de Almeida, não publicado, encontrei a seguinte informação:

“Não seria demais distribuir o líquido destinado aos tanques em diferentes locais de produção de cana e mudá-los de local todos os anos, onde seriam lançadas quantidades de vinhaça consideradas excedentes, mas dentro dos limites que se aconselhava no início das campanhas de sua utilização como fertilizante. Haveria perigo de salinização e de alcalinização como referido, mas seriam aproveitados para a produção de canas menos ricas em açúcar, de maturação incompleta, com maior teor de cinzas com maior sensibilidade à seca e os demais inconvenientes que são apontados para o uso de doses elevadas de vinhaças. Em contrapartida, seriam reduzidos os grandes depósitos e os grandes volumes de vinhaça que poluem o ambiente, águas subterrâneas, favorecem a criação de mosquitos e servem de ponto de partida para situações incômodas para a comunidade.

Mais estudos devem ser desenvolvidos sobre este assunto.

É preciso lembrar os resultados que foram encontrados no passado com aplicações de vinhaça “de sacrifício”, pois com elas se buscava convencer aos destiladores a evitar a poluição, ainda que não acreditassem nas vantagens da irrigação na restauração de solos e na produção da cana e rendimento dos canaviais. De qualquer forma se fazia a disposição de material altamente danoso ao ambiente com racionalidade e economia. É interessante recordar os resultados obtidos no início da década de 1950 com algumas variedades de cana, válidos para a época, em diferentes tipos de solos”.

| Variedade de cana | Data | Número de cortes | Rendimento médio anual em t/ha de cana | | Tipo de solo |
|-------------------|-----------|------------------|--|--------------|--|
| | | | Irrigada | Não irrigada | |
| CB 36/24 | 1953-1958 | 6 | 117,83 | 25,55 | Arenoso, ácido, Baixa fertilidade |
| Co-421 | 1954-1958 | 5 | 119,84 | 45,98 | Idem |
| Co-419 | 1954-1958 | 5 | 151,52 | 13,49 | Idem |
| Co-421 | 1952-1958 | 7 | 99,87 | 60,36 | Roxo, argiloso, ácido esgotado |
| CP - 27/139 | 1952-1955 | 4 | 62,57 | 10,72 | Roxo, pobre, ácido |
| Co-290 | 1952-1955 | 4 | 65,12 | 42,33 | Roxo, pobre, ácido |
| CP - 27/139 | 1953-1954 | 2 | 169,94 | 137,99 | Roxo, argiloso, alta fertilidade pouco ácido |
| Co-290 | 1953-1957 | 5 | 118,57 | 80,36 | Idem |
| POJ-2878 | 1953-1957 | 5 | 66,98 | 45,23 | Sílico-argiloso, alta Fertilidade |

“O nitrogênio é responsável pelo desenvolvimento da planta e uma quantidade crescente determina aumento do crescimento. O nitrogênio em terras deficientes contribui para aumento da colheita, mas excesso do elemento determina redução do percentual de sacarose na cana.

Usando para a vinhaça a estimativa de redução de 20% no teor de sacarose nas canas cultivadas com altas doses de vinhaça os resultados ainda são favoráveis às irrigadas, pois a maior tonelagem de biomassa compensa a redução do teor de açúcar.

Essa afirmação pode ser estimada como na simulação expressa na tabela seguinte:

| Cana | % de açúcar | | t de cana/ha | | t de sacarose/ha | |
|-----------|-------------|--------------|--------------|--------------|------------------|--------------|
| | Irrigada | Não irrigada | Irrigada | Não irrigada | Irrigada | Não irrigada |
| CB 36/24 | 9,6 | 12 | 117,83 | 25,55 | 11,31 | 3,06 |
| Co 421 | 9,6 | 12 | 119,84 | 45,98 | 11,50 | 5,51 |
| Co 419 | 9,6 | 12 | 151,52 | 13,49 | 14,54 | 1,61 |
| Co 421 | 9,6 | 12 | 99,77 | 60,36 | 9,57 | 7,24 |
| CP 27/139 | 9,6 | 12 | 62,57 | 10,72 | 6,00 | 1,28 |
| Co 290 | 9,6 | 12 | 65,12 | 42,35 | 6,25 | 3,08 |
| CP 27/139 | 9,6 | 12 | 167,94 | 137,99 | 16,12 | 16,55 |
| Co 290 | 9,6 | 12 | 118,57 | 80,36 | 11,38 | 9,64 |
| POJ 2878 | 9,6 | 12 | 66,98 | 45,28 | 6,43 | 5,43 |

“Têm toda a razão os pesquisadores que insistem na utilização de baixos volumes de vinhaça (30 a 50 m³/ha) como adubação de reposição ou de fertilização de substituição parcial dos fertilizantes minerais, mas não se pode esquecer os resultados pioneiros, pois eles poderão ser de interesse no caso de se desejar voltar a esses estudos com o fim de reduzir a armazenagem em áreas de sacrifício. Os grandes depósitos podem causar malefícios ao ambiente e impedir o uso de grandes volumes de resíduo que poderiam ser úteis na restauração de solos degradados”.

Ação da vinhaça na ictiologia

“Desde o início dos estudos os pesquisadores demonstraram preocupação com o efeito nefasto da disposição da vinhaça nos corpos d’água e exemplificavam os trabalhos feitos em outros países, incluindo a luta das associações de pescadores. A defesa da ictiologia não é local nem nacional, é universal.

No Brasil há leis que regulamentam o lançamento de resíduos industriais nos cursos d’água, mas ainda há desrespeito. Entretanto, não mais como ocorria nas

décadas de 1940 e 1950, quando rios caudalosos se transformavam em canais de esgoto a céu aberto, inacreditável atualmente”.

O Professor Jayme Rocha de Almeida, Diretor do Instituto Zimotécnico, pouco antes de falecer, em 1964, disse que “o pouco interesse dos produtores de aguardente e de álcool no cumprimento de disposições municipais, estaduais e nacionais era revoltante. Por ignorância ou egoísmo não queriam tocar em uma parte de seus lucros para se aparelharem convenientemente, para evitar que um volumoso e poderoso ictiotóxico dizimasse a população de peixes, uma das mais ricas do globo em quantidade e qualidade, mas deixando de gastar alguns “cruzeiros” eles jogam muito mais fora e prejudicam a si mesmos e ao próximo como já foi sobejamente provado.

O Brasil com um sistema hidrográfico privilegiado, povoado com milhares de espécies de peixes, deveria tê-las como alimentação básica do povo, principalmente no momento em que os contínuos acréscimos do custo de vida elevaram astronômicamente o preço da carne e gêneros de primeira necessidade. O peixe custa no mercado muito mais do que a carne e o que é pior, não existe mais no mercado.

Piracicaba era famosa pela quantidade de peixes que se encontrava no mercado. Hoje, raramente se encontra e de má qualidade. É a consequência do despovoamento dos rios pelos resíduos industriais. Quem sofre as consequências são as populações rurais e operárias.

No Nordeste onde poucos rios são de curso perene, a natureza é hostil à vida aquática e essa hostilidade se acentua com os escoamentos industriais.

Justamente numa região onde as secas periódicas geralmente prolongadas martirizam a população, os rios perenes têm de ser protegidos. São esses rios perenes que têm as grandes açucareiras nas suas margens, que recebem vinhaça em quantidades astronômicas e a vinhaça é o mais letal de todos os resíduos industriais.

Há anos que o Instituto Zimotécnico luta contra essa prática recebendo uma guerra surda aos seus propósitos. Mas, enquanto houver o Instituto haverá quem grite contra. A solução econômica e definitiva para o estado de São Paulo é o emprego da vinhaça como adubo. E há vozes que se levantam contra nós dizendo que a solução apresentada resolve, em parte apenas o problema da poluição e não os da saúde pública e da agricultura, que a aplicação da vinhaça provoca a esterilização da terra e um sem número de razões que nós derrubamos com pequeno número de resultados já obtidos”.

Qualidade da água para a vida dos peixes

“Aqueles que se dedicam à hidrobiologia ou os que são simplesmente amadores, os pescadores, sabem que para haver peixes em abundância é necessário ter água de boa qualidade.

A adição de vinhaça à água não lhe permite boas condições. Suas consequências são destacadas pelos desvios que provoca nas condições favoráveis à vida. A fermentação aumenta a ação letal.

A parte sólida da vinhaça se acumula no fundo dos cursos d’água impedindo o desenvolvimento da flora submersa, prejudicando o plâncton e impedindo o desenvolvimento das larvas dos insetos que deles necessitam na primeira idade.

A vinhaça é nociva aos grandes animais aquáticos (peixes, sapos e crustáceos), destrói os seres microscópicos que formam o plâncton, e as plantas submersas e flutuantes, afasta a população marinha que procura as costas para a desova, torna inabitável a zona ribeirinha e favorece o aparecimento de endemias.

Outros fatores, que não a poluição favorecem a despovoação dos rios:

1. Destruição das matas ciliares, eliminando as sombras e causando falta de frutos;
2. Barragens que impedem a circulação das espécies;
3. Pesca mal conduzida;
4. Destruição da flora pela adição das substâncias componentes da vinhaça, pela temperatura e outros;
5. Resíduos domésticos.

São fatores predominantes na exigência de uma água própria à vida aquática.

Oxigênio dissolvido

Já falamos, já mostramos e já sabemos que o oxigênio é o elemento essencial à vida. É, portanto, o melhor índice para se julgar das qualidades de uma água. Para que haja vida na água é necessário que ela contenha certa percentagem de O.D. (oxigênio dissolvido).

Falando em vida, falamos de vida superior. Abaixando o teor de O.D. a vida superior começa a sofrer e, abaixando além de um certo limite, vêm a sucumbir. Restam apenas os seres rudimentares, bactérias, fungos e protozoários.

Quanto mais vinhaça, mais matéria orgânica a decompor e menos O.D.

De modo geral, 4 p.p.m de O.D é o limite para que os peixes vivam. Abaixo eles sofrem asfixia e sua resistência depende da espécie. As espécies finas desaparecem primeiramente. Os peixes de couro resistem mais.

Por essa razão, em Piracicaba não se encontra peixe na época boa de estiagem.

Os rios se oxigenam pela dissolução do ar atmosférico na água, favorecida pelos ventos fortes na região, turbilhonamento à superfície, afluentes não poluídos, redução de nitratos e nitritos e fotossíntese.

A matéria orgânica na água se mineraliza à custa do O.D.

Influência do pH

O organismo dos animais apresenta pH constante que pouco se afasta da neutralidade. Em geral é ligeiramente alcalino. Há um complexo mecânico bioquímico que controla o equilíbrio ácido básico. Graças a isso a variação suportada pelos peixes é de metade acima e abaixo de 7.

A Lei fixa de 5 a 9,5 os limites em um sistema de abastecimento, limites que não são adequados para os peixes, pois haveria modificações profundas nas substâncias dissolvidas nas águas dos rios, com influência sobre a vida dos peixes.

A vinhaça pode apresentar extremos de 2 a 8 de pH e daí a ação mortal sobre os peixes.

Influência da concentração da vinhaça nos rios

Os efeitos da decomposição da vinhaça são variáveis de acordo com sua concentração. Com 5% em volume são dizimados em ordem decrescente, plantas aquáticas, larvas de insetos, peixes, girinos, crustáceos, vermes e microrganismos.

É notável a resistência do guaru fêmea que vive o mesmo tempo que o macho. As fêmeas podem se reproduzir em meio com até 10% de vinhaça e os filhotes não dão mostras de sofrer até por alguns dias.

Quando a vinhaça é fresca, em concentração de 10% tem ação tóxica e destrutiva; neutralizada até 20%. Daí, a vinhaça em pequenas quantidades não ser altamente prejudicial. Plantas aquáticas submersas e flutuantes suportam até 30% em certas condições. Quando a concentração passa de 50% e em alta temperatura a ação letal é rápida. Com 50% mais ar e 30% sem ar a letalidade é maior neste último caso.

Em soluções de vinhaça altamente concentradas, além da ação tóxica entorpecente ou letal ocorre prejuízo na extremidade das nadadeiras brânquias

e olhos. Os peixes perdem a secreção viscosa do tegumento externo, os olhos se cobrem de película esbranquiçada, ficam cegos e perdem a orientação ao nado. Formam-se ácidos orgânicos e minerais.

Em meio de alta concentração de vinhaça os peixes sobem em direção à superfície, põem a cabeça fora, flutuam de lado e morrem”.

Emprego da vinhaça

O emprego da vinhaça como fertilizante está embasado no conteúdo de potássio, que tem influência bem definida sobre o desenvolvimento da cana de açúcar.

Ele contribui para o aumento da produção de açúcar, influi na regulação do consumo de água pela planta, no teor de cinza, na lignificação das fibras, na consolidação dos tecidos intersticiais, no aumento da cutícula das folhas e talvez responsável pela redução da incidência de doenças causadas por fungos e possivelmente de mosaico.

Os volumes de vinhaça a usar variam grandemente de acordo com sua composição, tipo de solo e variedade da cana.

Quando é feita uma adubação se procura saber quantos elementos faltam no solo, qual quantidade a adicionar, a época adequada e a maneira mais conveniente. Assim, é importante conhecer a composição do fertilizante e a análise da terra.

Em uma adubação de restituição não se aumenta a fertilidade da terra, mas ela é conservada sem preocupação com os nutrientes que a terra encerra e seu teor. É possível que algum componente seja adicionado em excesso.

No caso da vinhaça a composição não é uniforme e ao usá-la como adubo é usual tomar como base 200 kg de potássio por hectare; certamente algo faltará ou algo estará em excesso.

A fertilização de restituição é feita quando não se tem informações suficientes. Para uma operação racional é preciso conhecer o peso da colheita, sua composição química e o coeficiente de aproveitamento. Cada variedade tem um comportamento, seguramente variável para cada tipo de terra.

Com base em dados conhecidos é possível calcular as quantidades a adicionar de um fertilizante. A literatura informa quais os nutrientes são exportados pela planta durante sua vegetação com o exemplo a seguir.

Pelo fato deste trabalho ter um sentido histórico foram mantidos os dados de experiências do tempo em que se iniciou e se desenvolviam as pesquisas pioneiras sobre a característica fertilizante das vinhaças.

Exportação de nutrientes por 100 t de parte aérea fresca da variedade Co. 419

| Elemento | Quantidade em kg | Quantidade em gramas |
|-------------------------------|------------------|----------------------|
| N | 132 | - |
| P ₂ O ₅ | 17,4 | - |
| K ₂ O | 133,4 | - |
| CaO | 19,0 | - |
| MgO | 31,3 | - |
| S | 12,2 | - |
| Fe | - | 3,1 |
| Mn | - | 1,6 |
| Mo | - | 1,6 |
| Zn | - | 486,1 |

A proporção de N (nitrogênio) e K₂O (potássio) é aproximadamente 10 vezes maior que a de P₂O₅ (fósforo).

Sabendo que a vinhaça tem 60 kg de matéria orgânica por m³, 1 kg de N, 0,2 kg de P₂O₅ e 7 kg de K₂O e levando em conta as exportações de nutrientes mencionada na tabela é possível calcular o mínimo de vinhaças a aplicar por hectare, conhecendo a média de produção por hectare daquele terreno.

Se a média é de 85 t/ha é possível construir a tabela que segue:

| Elemento | Exportação em kg/100 t | Exportação em kg/85 t | kg por m ³ de vinhaça | Vinhaça m ³ | Total aplicado de matéria orgânica em kg |
|-------------------------------|------------------------|-----------------------|----------------------------------|------------------------|--|
| N | 132 | 112,2 | 1 | 112,2 | 6732 |
| P ₂ O ₅ | 18 | 15,3 | 0,2 | 15,3 | 818 |
| K ₂ O | 133 | 113,05 | 7 | 16,5 | 969 |

Considerando os coeficientes de aproveitamento dos elementos nos adubos, como N-60%, P₂O₅-15% e K₂O-15%, para colocar à disposição da planta uma quantidade como a que é exportada, é estimado que são necessários 187 kg de N, 102 kg de P₂O₅ e 107 kg de K₂O.

As grandes doses de vinhaça causam intensa vegetação da cana, aumento da tonlagem por hectare, mas acompanhadas de influência um tanto negativa

sobre a qualidade tecnológica da matéria prima. O aumento de cinzas dificulta a cristalização da sacarose e o excesso de nitrogênio ou de matéria orgânica causa forte desenvolvimento da planta, atraso da maturação e redução do teor de açúcar. Entretanto a quantidade de açúcar aumenta por hectare devido ao aumento de rendimento agrícola. É um fenômeno semelhante ao que ocorre nas terras recém desbravadas e plantadas logo em seguida. Com as dosagens de manutenção, esse fato não ocorre”.

Distribuição das vinhaças

Nos primórdios do uso da vinhaça como fertilizante ela era distribuída em sulcos. A terra era arada, gradeada e sulcada em nível em distância definitiva de plantio. A vinhaça era transportada em caminhões-tanques e distribuída em queda livre em uma extremidade do sulco por meio de tubos de grande diâmetro para ser rápida e permitir a volta do caminhão à destilaria para mais uma carga. O descarregamento rápido significa maior número de viagens de um único veículo e maior economia.

A condução da vinhaça no sulco ocorria por causa do grande volume, pelo nível e por acompanhamento de um ou mais operários que, com ferramentas quebravam os obstáculos à marcha do resíduo que percorria todo o comprimento do sulco com regularidade. A deposição da matéria orgânica e de sólidos causava impermeabilização momentânea da camada de solo e favorecia a movimentação do líquido sobre a terra dentro dos sulcos. Essa prática era usada também nos terrenos de soqueiras, em sulcos mais rasos e abertos entre as linhas de cana. Como a vinhaça era transportada ao natural e quente, tal como deixava os aparelhos de destilação, alguns brotos podiam ser mortos se houvesse transbordamentos. Entretanto, outros brotos eram emitidos depois, porque o rizoma não era afetado pelo calor; só as folhas.

Essa operação era facilitada pela enorme quantidade de vinhaça distribuída por hectare. Quando as doses baixaram para 30-100 t/ha a distribuição direta em sulcos passou a ser mais difícil, por causa do pequeno volume. Para facilitar se pensou em diluir o resíduo das destilarias com águas residuárias e outras, aumentando o volume. Os resultados foram bons e se passou à aplicação da vinhaça sobre o terreno não preparado e depois da colheita. Para a cana planta era feita a irrigação e depois o preparo para a semeadura. Se a vinhaça era aplicada em local destinado a rotação a vinhaça podia estimular a brotação da cana ou da vegetação natural, por efeito da umidade. Se a quantidade de vinhaça não era muito grande esse efeito passava despercebido.

A irrigação se fez também com tubulações e aspersores. Se a cana estava brotada era aconselhado terminar a operação com a passagem de água, para lavar as folhas do resíduo depositado sobre elas. Os primeiros ensaios de aplicação por aspersão foram também os primeiros de aplicação de vinhaça misturada com leite de cal. As respostas à fertilização não foram significativamente mais elevadas e não protegiam a tubulação de alumínio com a eficácia que se esperava contra a corrosão.

Quando a destilaria estava localizada em posição mais elevada do que os terrenos a ser irrigados, a distribuição era feita por gravidade. Também se usou bombear o resíduo para tanques em nível elevado no terreno e para canais de irrigação de onde passava para os sulcos em nível.

Do que foi mencionado é possível resumir que a vinhaça se aplica segundo as disponibilidades de cada destilaria, por gravidade, por aspersão, por meio de veículos ou por combinação de meios de transporte.

Por gravidade – Esse sistema exige topografia adequada, instalações permanentes de coleta, bombas, tubulação e canais de distribuição primários e secundários e preparo do solo para a irrigação por abertura de sulcos. O sucesso do trabalho depende da perfeição do nivelamento e da supervisão de operários cuidadosos. Depressões no terreno, imperfeição dos nivelamentos, falta de acompanhamento no momento da distribuição, causam irregularidade na irrigação, com falta em algumas partes do terreno, com carga excessiva em outras e até a morte da cana plantada. Com certeza a mecanização é afetada.

Por aspersão – A distribuição de vinhaça por aspersão é limitada. Já foi ensaiada com êxito, mas a necessidade de irrigação diária de um grande volume durante toda uma safra só a recomenda em casos específicos e particulares.

A aspersão também é feita por meio de canhões aspersores que distribuem o resíduo em círculos, a partir de um veículo-tanque, ou de canais de irrigação. O sistema se compõe de uma bomba de alto desempenho que distribui a vinhaça em um jorro de dezenas de metros de raio. O veículo, ou a bomba se deslocam de maneira contínua, ou não. A distribuição é rápida, mas não obriga necessariamente ao veículo percorrer toda a área destinada à plantação. A distribuição se faz a distância e a uniformidade depende da habilidade do operário. É um sistema de aplicação relativamente amplo.

Com veículos – A distribuição é feita com caminhões ou tanques tirados por tratores. Eles se distinguem em veículos com descarga livre, com pressão de ar, com bomba ou com um veículo conhecido como veículo distribuidor de vinhaça (VDV).

Os caminhões-tanque foram usados no início para transportar a vinhaça. Por muito tempo foram criticados pela dificuldade de uso e por serem caros. Todavia, constituem o sistema mais comum de transporte e distribuição.

O sistema exige instalações permanentes de coleta de vinhaça e carga dos veículos por meio de bombas, tubulações e válvulas para controle de fluxo e fechamento. As velocidades de carga e descarga dos veículos influenciam a eficiência da operação de distribuição. A distância entre a destilaria e o campo é outro fator importante.

Os veículos que descarregam o líquido por queda livre não possuem bomba, mas dispõem de uma válvula de grande diâmetro e tubulação de mesma grossura, perfurada para distribuição regular no solo e de mesma largura do veículo. Este se desloca sobre o terreno e esvazia continuamente com descarga decrescente. O dispositivo de descarga também pode ser construído para descarregar o resíduo com fluxo direcionado para mais de uma linha de cana.

Os caminhões têm capacidade diferente e quanto maior for o volume transportado têm de acusar maior potência. A entrada na plantação causa compactação do solo, variável com a tonelagem, assim como os riscos de atolar em terrenos frouxos e muito úmidos.

Os caminhões equipados com bomba acionada por motor independente permitem escoamento constante e mais rápido. Eles dispõem de um sistema de espalhamento da vinhaça, apto a dispersá-la com regularidade.

Os tanques equipados com compressor de ar permitem misturar as borras de filtração à vinhaça e distribuí-las em proporção de 5 a 10 t por ha, ou 35 m³/ha.

Os caminhões oferecem grande mobilidade e se deslocam em alta velocidade relativa pela propriedade agrícola. Entretanto, são afetados pela topografia, pelo preparo do solo e pelas condições climáticas. As precipitações pluviais a umidade do solo são os fatores mais adversos.

Para melhorar as condições de distribuição foi inventado um veículo conhecido por veículo distribuidor de vinhaça (VDV) constituído de um tanque atrelado a um trator do qual foram removidas as rodas dianteiras para facilitar o movimento no solo preparado ou na plantação. Um caminhão transporta a vinhaça e transborda para o tanque por meio de bomba. Em boas condições normais um caminhão distribui bem a vinhaça no solo. Em condições de muita umidade ou de terreno preparado para plantio o VDV executa bem a operação.

Ele tem raio de curva mais curto e, portanto, maior maneabilidade; sua compressão sobre o terreno é aproximadamente a metade a exerce menor compactação dos solos.

Pelo que foi descrito depreende-se que dos sistemas de distribuição de vinhaça não há um que possa ser considerado como solução definitiva, por causa da topografia, das condições climáticas e de preparo do solo, brotamento de soqueiras e outras. É a razão para o uso de combinação de sistemas, particulares para cada unidade industrial e agrícola que preencham suas peculiaridades. Sempre haverá possibilidade de encontrar um sistema de irrigação satisfatório para um determinado produtor.

Finalizando

As pesquisas levadas a efeito a partir de 1947 em Piracicaba sobre a utilização da vinhaça como fertilizante foram a maior contribuição ecológica até então para limpeza do ambiente poluído com rejeitos industriais e contribuíram de forma positiva para o desenvolvimento da produção de energia alternativa limpa e renovável, quando o país se viu presa da crise internacional do petróleo na década de 1970.

O autor crê firmemente que se não houvesse sido encontrada uma solução para a poluição pelo resíduo líquido da indústria alcooleira a produção de etanol como combustível alternativo não teria tido o sucesso que teve, e que impressionou a sociedade científica e civil internacionalmente.



5

ARTE E CULTURA

Adamoli: o genial borrador de telas

MARCELO BATUÍRA CUNHA LOSSO PEDROSO

Foi curador da exposição do centenário de Adamoli, em 2011. É crítico de arte e autor do livro: "De Piracicaba a Nichteroy: a pintura de Eugênio Luiz Losso e Fortunato Losso Netto", com o qual ganhou o prêmio Clío de História, em 2001, da Academia Paulista de História; autor da introdução do livro "Anuário de Artistas Plásticos de Piracicaba – 2000" e do livro: "Liberdade e Irrenunciabilidade no Direito do Trabalho".

Formado em Direito pela Faculdade de Direito da USP e em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas; Doutor em Direito pela USP e pós-graduando em economia e direito pela Fundação Getúlio Vargas e em administração pela The Anderson School of Management, da University of California (UCLA). É diretor responsável do Jornal de Piracicaba e da Revista Arraso e foi Presidente do Sindicato das Empresas proprietárias de jornais e revistas do Interior do Estado de São Paulo (SIND)ORI/SP).

Detalhe em preto e branco do
Autorretrato com quadro e palheta,
óleo sobre duratex, (58,5 x 79,0 cm).
Foto: Arquivo JP

“

Já não pinto mais detalhes. Não vai demorar muito para que eu faça apenas uns borrões nas telas, para representar o que estou sentindo. (1978)

Para mim vale mais uma crítica, do que um saco cheio de medalhas. As medalhas podem vir de muitas maneiras, as críticas não.

Não dou receita de pintura porque pintura não é como balcão de farmácia onde se vende a cura de alguns males. E sobretudo, sou honesto em minha criação.

”

J. ADAMOLI

De comedor de tintas a borrador de telas, Adamoli ouviu de tudo em junho de 1941, até mesmo que era um pintor comunista. Naquela época sua genialidade não foi – e nem poderia ser – inteiramente compreendida. De um lado João Chiarini, o organizador da histórica exposição de 5 dias no salão Pádua Dutra do Colégio Piracicabano (hoje, UNIMEP) e Antônio Osvaldo Ferraz, crítico de arte do Jornal de Piracicaba, a defenderem o modernismo de Adamoli. De outro, os críticos Moacyr Diniz, da Folha da Manhã piracicabana e Santos Viegas, do Diário de Piracicaba, chamando-o de borrador de tintas. 70 anos se passaram desde sua primeira exposição e a obra de Joca Adamoli ainda permanece incompreendida por muitos.

O modernismo havia se dado nas artes plásticas piracicabanas naqueles dias intelectualmente tumultuados de junho de 1941. Nem mesmo João Chiarini tinha noção, na época, da ruptura que estava por fazer. Dizem que os Dutra sequer foram na exposição – o que não é verdade. Muitos intelectuais e artistas compareceram à polêmica exposição, incluindo os irmãos Arquimedes e João Dutra, Eugênio Luiz Losso, Antônio Pacheco Ferraz, Angelino Stella, Eugênio Nardin, os irmãos Lino e Guilherme Vitti, Fortunato Losso Netto, Erotides de Campos, Walter Accorsi, Dovílio Ometto e muitos outros piracicabanos cujas assinaturas estão registradas no livro de presença da exposição.

Cento e dois anos separam o nascimento de João Egydio Adamoli deste ano e, mesmo assim, o tempo foi insuficiente para que Adamoli fosse completamente entendido e aceito. É claro que, atualmente, ninguém se atreveria a fazer qualquer reparo (ou crítica) direta à obra desse grande e consagrado pintor, contudo, o que não se vê nos pintores hoje ativos em Piracicaba, com raras exceções, são traços do legado moderno e artístico de Joca Adamoli.

Quando Adamoli morreu, em 10 de fevereiro de 1980, ele havia aberto o caminho e dado, a qualquer um que quisesse aproveitar, a inspiração de um modernismo pujante e sem paralelo na cidade. Porém, com sua morte, ninguém mais se atreveu a borrar as tintas, esquecer os detalhes e reduzir as paisagens ao essencial. O estilo de Adamoli tornara-se único; sem discípulos que o seguissem, sua arte ainda permanece, de certo modo, um enigma. Não se diga que Adamoli não seja hoje respeitado como artista. Mas todas as vezes que a grande tradição artística de Piracicaba é lembrada, os irmãos Dutra (Alípio, Arquimedes, Antônio de Pádua e



Versão em preto e branco de **Casamento na Roça** (Bairro do Pau Queimado), óleo sobre duratex, (99,0 x 57,0 cm). Foto: Nilo Belotto/JP

João) vem à frente, juntamente com Antônio Pacheco Ferraz, e “roubam a cena”, pois ninguém se lembra do tímido Joca.

Não é de se admirar, quase todos esses pintores estudaram na Europa, tiveram sólida formação técnica e são, cada um a seu modo, defensores do academicismo que faz a glória dos Salões de Belas Artes. Não raro, o juri do próprio Salão de Belas Artes de Piracicaba ainda exclui obras por considerá-las “não acadêmicas”, e não apenas por critérios de qualidade artística! O próprio Adamoli fora diversas vezes recusado nos Salões de Belas Artes de Piracicaba.

A Pinacoteca Municipal Miguel Dutra, que hoje abriga a exposição de seu centenário de nascimento, nunca deu a devida importância para João Adamoli. O próprio Pintor narra um episódio, no correr do ano de 1976, quando o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) lhe enviara um convite para que ele participasse de uma mostra de pintores modernistas brasileiros, porém, a correspondência fora endereçada à Pinacoteca Municipal. A direção da Pinacoteca, na época, ignorou o convite e não fez chegar em suas mãos como deveria. Não fosse pela intervenção hábil e tempestiva de Ermelindo Nardin, Adamoli teria perdido a chance de expor no MAM.

Em 1941 e mesmo agora, a pintura de Adamoli de alguma forma representou (e de certa forma ainda representa) um desrespeito aos padrões academicistas e retratistas. Esse desrespeito aos cânones vigentes foi algo necessário para que sua obra pudesse crescer para outros patamares; porém, muito embora seja um desrespeito meramente artístico e não pessoal, suas abstrações de formas são de tal modo contundentes que o artista, ao invés de cativar outros pintores e, assim, fazê-los discípulos de sua arte, os distanciou ainda mais.

Como muito bem asseverou o crítico de arte Walmir Ayala, “a paisagem de Adamoli é um grito franco de revolta”. Uma revolta que poucos (ou nenhum) pintor de sua época teve a coragem de aderir. Se olharmos alguns dos 53 quadros que participaram da histórica exposição de 1941, não veremos o Adamoli que hoje

**Retirantes, detalhe em pb,
óleo sobre duratex, (55,0 x 43,0 cm).
Foto: Nilo Belotto/JP**



conhecemos, mas um artista que apenas começava a colocar o pé no modernismo com pinceladas fortes, quase espatuladas. Porém, naquela época, jamais se poderia imaginar onde esse modo de “pensar fora da caixa” o levaria: aos borrões de tinta, às manchas de cores tênues e quase pastéis, em que a paisagem e a abstração falam a mesma linguagem e se confundem mutuamente. Nos quadros pós 1975, não se sabe mais o que é abstração e o que é paisagem. Nada que não seja essencial à paisagem permanece na tela. Os elementos humanos desaparecem e as casas se fundem com manchas de tinta.

Se pudermos traçar um paralelo da arte e do estilo de Adamoli com outros pintores brasileiros, nos ocorrem apenas dois: Pancetti e Bonadei. Ainda que Bonadei não tenha ousado tanto em seus casarios, quanto Adamoli em suas paisagens piracicabanas nos últimos anos da década de 70. E Pancetti sequer chegou à economia de formas que Adamoli atingiu. Em outras palavras, a pintura de João Adamoli tem uma veia mais moderna que a de Pancetti. Se alguém pensar em compará-lo com Rebolo, o paralelo é válido, principalmente pelas paisagens rurais, contudo, Joca Adamoli está em grande vantagem, principalmente por conta da sua apurada escolha dos tons melancólicos de suas cores na última fase e pelo fato de que Rebolo jamais chegou perto da “luminosidade amarelada” da penúltima fase de Adamoli.

O legado de Adamoli é muito mais importante para a história artística de Piracicaba do que se pode imaginar. Primeiro, porque é único, não no sentido de especial ou genial, mas no próprio sentido da singularidade. Nada das lições ou do estilo de seu mestre, Frei Paulo de Sorocaba, restou em Adamoli, nada do estilo dos pintores contemporâneos e conterrâneos dele pode ser sequer reconhecido ou identificado em sua pintura. O que chamou a atenção em sua obra de críticos como Pietro Maria Bardi e Walmir Ayala talvez tenha sido exatamente a singularidade de seu estilo. Com exceção da primeira e segunda fases iniciais de sua pintura, nas fases posteriores, não há mais traços de influência de outras escolas de pintura. A partir de 1941, Adamoli inaugura não só o modernismo na pintura em Piracicaba, mas também uma nova “escola” de pintura na tradição piracicabana de artes plásticas.

Sob a égide da escola clássica: as duas primeiras fases da pintura de Adamoli

O crítico Umberto Cosentino analisou cuidadosamente a obra de João Egydio Adamoli, em artigos publicados no Jornal de Piracicaba na década de 1980, classificando sua pintura em 5 (cinco) fases e, a cada uma delas, atribuiu um período de tempo, a saber: (i) primeira fase (1930-1935); (ii) segunda fase (1935-1941); (iii) terceira fase (1941-1960); (iv) quarta fase (1960-1970) e (v) quinta fase (1970-80). Muito embora essa divisão seja correta, é muito complicado estabelecer padrões cronológicos mais precisos a seus quadros, pois Adamoli raramente datava-os, ficando difícil situá-los no tempo. Além disso, nas duas primeiras fases não há uma grande diferença de técnica e muito menos de estilo que mereça uma distinção em “fases” de pintura.

Na juventude, João Adamoli já demonstrava grande aptidão para o desenho, quando não estava nadando nas margens do Itapeva, riacho que corria atrás de sua casa (na Avenida Ipiranga, n. 49, atual n. 1078), hoje coberto pela Avenida Armando Salles de Oliveira. Graças a isso, seu pai o matricula nas aulas do Frei Paulo Maria de Sorocaba, aos 10 anos de idade.

Seu aprendizado se dá, portanto, dentro da escola clássica de pintura e do convívio com amigos como o pintor Antônio de Pádua Dutra, entre os 15 e 20 anos de idade, quando Adamoli começa a fazer seus primeiros desenhos. São, em sua maioria, singelas e bem acadêmicas, paisagens dos arredores de Piracicaba, bem como figuras humanas conhecidas da cidade (como “Nho Nito”, “Nho Jaime”, “Pai Jacó”, “Tião” etc.). Nessas obras não se vê, nem de longe, o Adamoli que virá a se tornar. As pinceladas são precisas, detalhadas e bem ao gosto dos cânones artísticos da época. Boa parte da produção desse período também esteve exposta em 1941, no Colégio Piracicabano.

Da ruptura da forma para a luminosidade expressionista: a exposição de 1941 e a fase amarela

O estilo do pintor demonstra uma sensível mudança entre as duas primeiras fases, quase que indistintas entre si, para alguns quadros mais arrojados da exposição de junho de 1941. Após essa data teremos um hiato quase improdutivo na obra do pintor



Versão em preto e branco de **Serra de São Pedro**, óleo sobre duratex, (116,0 x 75,0 cm).
Foto: Nilo Belotto/JP



Versão em preto e branco de *Olaria do capitão*, óleo sobre Duratex, (11,5 x 7,3 cm).
Foto: Nilo Belotto/JP

de mais de dez anos, para depois eclodir com força (e quantidade produtiva) no final dos anos 50, com sua fase expressionista e luminosa, com marcante predomínio do amarelo.

Frei Paulo Maria de Soracaba teve a sabedoria de ensinar a técnica da escola clássica, e, ao mesmo tempo, dar ao aluno a liberdade necessária para que pudesse seguir outros caminhos estilísticos. E foi o que aconteceu com João Adamoli. Alguns de seus quadros já apresentavam um traço mais impressionista e pouco afeito à exatidão da forma. Foram produzidos nos últimos dois anos que antecederam à exposição. É nítido um empastamento das tintas, uma simplificação de planos e a eliminação dos detalhes. Nesses quadros não há mais o contorno minucioso das formas do classicismo e as tintas grossas e empastadas misturam-se plasticamente. Foram justamente esses quadros que provocaram a polêmica da exposição de 1941.

Chamado de “pintor sem talento, louco, que borrava as telas e comia as tintas”, João Adamoli não conseguiu lidar com essa crítica agressiva e desenvolveu um eczema de fundo alérgico que perdurou nos próximos dez anos. Essa alergia era-lhe exacerbada pela luz solar, mas os médicos também atribuíam-a às tintas, quando, em verdade, tinha um alto componente emocional.

Em virtude da doença sua produção foi parca nesses dez anos que se seguiram à exposição, fase voltada à interiorização, às naturezas mortas e à ausência de luz em seus quadros. A luminosidade e o traço fortemente espatulado vai começar a aparecer somente no final da década de 1950. Os quadros dessa fase são verdadeiros “borrões de tintas grossas”, se vistos de perto, porém, ao tomar distância, as figuras vão, aos poucos, se delineando e os empastamentos de tinta transformam-se em figuras, em paisagens. Em alguns quadros a intensidade da cor é tão forte que as próprias figuras se misturam, formando uma plasticidade cromática viva, ampliando-se a gama de interpretações sobre as figuras interpostas. O uso do amarelo em especial, mas também do vermelho e do laranja é notório e dá ao quadro uma forte luz expressionista.

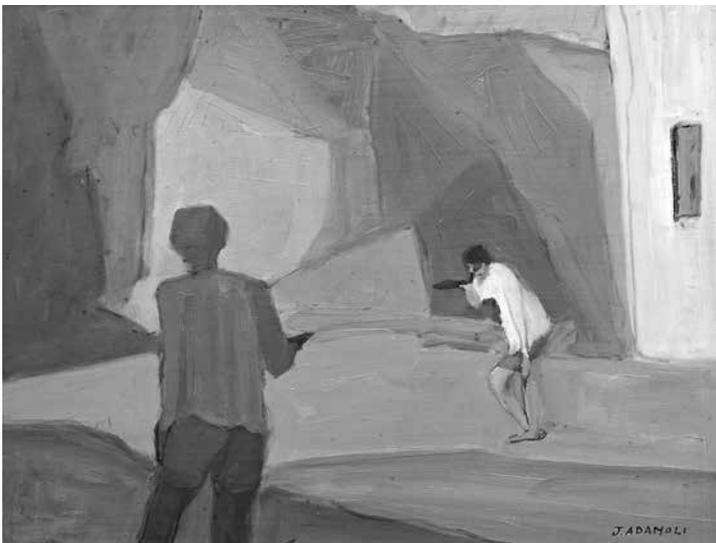
É exatamente entre o final dessa fase, já início dos anos 1960, que Adamoli mostra sua real veia modernista. Ele não reproduzia a natureza, pois segundo ele “a perfeição, a máquina fotográfica cuida de retratar”. Ele cuida de interpretar a

paisagem com grandes cargas de tinta, sem desenho, quase sem pincel, já que cortava rente as pontas do pincel para obter deste o efeito quase de uma espátula. Depois, aos poucos, foi substituindo por espátulas de madeira que ele mesmo fabricava. Adamoli abandona completamente as telas de linho para pintar numa superfície rígida: a placa de duratex ou uma placa de madeira. Tudo isso conferia um estilo único à sua pintura.

Explode em Adamoli o uso das cores fortes e vivas, mas sem exagero tonal. Adamoli corta rente as cerdas do pincel para que o empastamento das tintas fique mais ressaltado. Tintas vivas, mas poucas cores, trabalha com as várias tonalidades do amarelo, laranja e vermelho. Sua temática agora são as festas populares, as festas rurais, as brincadeiras de crianças, procissões e festas religiosas, tudo de forma a retratar os arredores de Piracicaba, do bairro do Pau Queimado, da Santa Rosa (Porte de Areia), Chicó, Porto João Alfredo (atual Ártemis), Bairrinho, Pau D’alho, o Bongue. Essa fase também possui um tom expressionista, com quadros retratando retirantes, acampamentos ciganos, mas tudo com uma incrível vivacidade de cores.

O expressionismo, a escolha de temas festivos, sempre povoado de gente e a própria luminosidade da quarta fase é praticamente o oposto da melancolia e a solidão de sua última fase. O uso (e abuso) do amarelo nessa fase de Adamoli é tão singular e marcante, quanto será o uso das cores pastéis em azul, verde, marrom e ocre dos quadros de sua quinta e última fase.

Essa quarta fase (ou fase amarela) equivale a um renascimento artístico do pintor e culmina com a homenagem feita a ele, por Ermelindo Nardin, em 1967, no I Salão de Arte Contemporânea de Piracicaba. Há uma transição da quarta para a quinta fase que temporalmente ocorre entre o final dos anos 60 e meados dos anos 1970. Adamoli diminui a quantidade das tintas, os borrões de tinta vão se tornando, gradualmente manchas. O elemento humano começa a rarear e a se confundir com a paisagem.



Versão em preto e branco de **Crianças Brincando**, óleo sobre duratex, (63,0 x 48,0 cm). Foto: Nilo Belotto/JP

A economia da forma e a melancolia da cor: a quinta e última fase de sua pintura

Com o passar do tempo, os quadros de Adamoli vão ficando cada vez mais solitários e um ar de melancolia invade o observador de tal forma que só conseguimos nos consolar num sentimento de paz que a tela, ao mesmo tempo, consegue nos transmitir. As cores vivas dão lugar às cores pastéis de tonalidade tênue e melancólicas. Há uma luminosidade de entardecer quase que constante. Primeiro, são as paisagens com casarios e algumas pessoas. As pessoas vão aos poucos desaparecendo, como que desnecessárias à composição. Ficam as árvores e as casas, o rio e as estradas rurais.

Depois as casas vão se distanciando e ficando menores, mais opacas, até que desaparecem. Sobram os riachos, os lagos, a montanha, o céu, os tons de verde e as estradas rurais. São manchas que se convertem de longe em paisagem. São riachos, são nascentes ou são grandes rios. O alto da serra de São Pedro começa a ser um cenário constante. O jogo de cores chega a ser quase aquarelado. Nessa fase final de sua pintura, a paisagem já se converteu em abstração e a abstração em paisagem.



Versão em preto e branco de : **Natureza morta com abóbora**, óleo sobre duratex, (9,0 x 5,8 cm). Foto: Nilo Belotto/JP

Tudo que não é estritamente essencial foi eliminado do quadro e da nossa vista. Fica a solidão da paisagem, a quietude e a paz.

Como disse o próprio pintor sobre essa sua fase, que, sem saber, seria a última: “sinto que minha pintura evoluiu para grandes massas nebulosas e me sinto desmanchar dentro delas.”

Mergulhar no universo pictórico de Adamoli talvez seja uma das mais impressionantes experiências sensoriais que a arte piracicabana pode nos promover. A presente exposição pretende, muito mais do que tratar a pintura de Adamoli de forma histórico-cronológica, mas objetiva mostrar o caminho percorrido, a evolução artística de um pintor singular.

Um caminho que nos leva ao moderno, mas também nos leva à solidão interior e a um sentimento de paz, onde a economia da forma bane todo tipo de detalhes, nada que não for essencial sobrevive numa tela de Adamoli. Às vezes são apenas borrões ou manchas de cores tênues, mas o essencial da paisagem está ali. É nesse momento da pintura de Adamoli que podemos fazer coro às palavras de Fortunato Losso Netto em seu necrológico: “o pintor municipal se tornou universal”.



ARTE E CULTURA

Fotografia, memória e cultura: atualização no processo comunicativo

CAROLINE PASCHOAL SOTILO

Professora da Universidade Nove de Julho de São Paulo. Doutora em Comunicação e Semiótica pelo Programa de Comunicação e Semiótica da PUC-SP. E-mail: carolinesotilo@gmail.com.br

Resumo

A proposta do presente trabalho é refletir sobre alguns aspectos abordados na pesquisa de mestrado, sendo eles a fotografia e o álbum de família, memória e esquecimento, as imagens reproduzidas no meio impresso, atualização da tradição e da cultura. Tais elementos foram analisados, no decorrer da pesquisa de campo realizado em Piracicaba, interior de São Paulo, junto a uma comunidade ribeirinha, no qual foram utilizados os registros fotográficos e matérias de jornal, como um elemento desencadeador das narrativas e da memória local. Neste sentido, o trabalho se dividirá em dois momentos, primeiro pensar a sociedade em seu caráter “arquivístico”, que com suas diversidades criam mecanismos contra o esquecimento (fotografia, filmes, músicas, rituais, festas, encontros etc). No entanto, focaremos a nossa análise, na fotografia. Por outro lado, esses registros pessoais e coletivos, se atualizam em suas narrativas, em seus suportes, em suas manifestações, proporcionando a criação de novos textos dentro da cultura, gerando, distribuindo e conservando informações, tornando-se um ciclo dinâmico que nos alimenta pela “repetição e pela inovação informacional” e não apenas por seu caráter acumulativo.

Trabalho apresentado no Núcleo de Pesquisa Semiótica da Comunicação, 2006.

Palavras-chave: Memória; Cultura; Fotografia; Comunicação e Mídia.

Podemos repetir a frase de Boris Kossoy “fotografia é Memória e com ela se confunde” (2002, p.132). Memória fixa num tempo, mas que retoma o seu movimento, a sua animação ao ser contemplada neste ato rememorativo. Registro este que abriga um certo “recorte espacial” e uma “interrupção temporal”, fazendo-nos construir realidades diversas. Ou seja, apesar da fotografia ter a credibilidade de registrar o “real”, como disse um dos moradores da Rua do Porto¹ “(...) pegava peixe com a mão. Não é mentira não, eu tenho foto pra prová, não falo mentira”, de provar este real, de que algo aconteceu, ela contém em si inúmeras significações e uma vez representada em imagem, interpretado e idealizado, deixa de ser aquele “primeiro real”, cria-se um novo.

Atualmente a discussão sobre a fotografia, enquanto representante fiel do “real” acredita-se estar superada, porém a idéia de uma tecnologia que possibilitou “registrar imagens do mundo visível num outro suporte, que passa a ser a matriz de uma história possível, deixou a humanidade perplexa na primeira metade do século XIX” (FERNANDES JÚNIOR, Rubens, 2002, p.10). Segundo Fernandes, a câmara obscura, em seu surgimento, aproximou-se desta “verdade visual”, vigorando praticamente até o fim da primeira metade do século XIX, para posteriormente, com o advento da fotografia, surgir uma “nova valorização da experiência visual” (Ibid., p. 14).

Se anteriormente, principalmente em seu início, a preocupação em relação a essa nova tecnologia era ser a mais realista possível, provar o “real”, hoje compreendemos que os nossos olhares são distintos (difícilmente tiramos fotos de uma mesma coisa), e a suposição que se tinha de uma imagem impessoal e objetiva deu lugar a uma outra idéia que vai além do registro, para uma visão do mundo, isto é pessoal e subjetiva. Além disso, a fotografia possibilitou a hibridização de novas formas, de novas junções, criando outras representações e movimentos artísticos culturais.

Assim muitas outras discussões envolveram e ainda envolvem a fotografia, desde a questão do real até ser ou não ser arte², um advento que modificou as relações e o modo de ver e encarar o mundo. Acrescenta-se ainda o cinema que colocou essas imagens em movimento, contribuindo para um novo ritmo de vida e da própria percepção do homem.

Com isso, além do rápido aprendizado na utilização dessas novas tecnologias, houve a inclusão desta no uso cotidiano. Há uma necessidade de tudo registrar e organizar em nossos álbuns. Esta necessidade pode ser comparada com o que Susan Sontag nos coloca sobre o ato de tirar fotografias que seria “desvelar uma verdade oculta e conservar um passado que desaparece (...) o fotógrafo saqueia e ao mesmo

tempo preserva e consagra” (1981, p.57 - 65), muitos fotógrafos estabeleceram como meta o “registro de um mundo em desaparecimento” (Ibid, p.65), pois grande parte destes trabalhos dizia e ainda dizem respeito aos registros de culturas diversas, seus costumes, crenças, o cotidiano, entre outros, com intuito de eternizar essas manifestações pelo menos em imagens.



Deste ato do fotógrafo de fixar o tempo e a época de uma cultura em imagem, deixando um registro deste presente, que no instante fotografado torna-se passado, é um mecanismo que podemos comparar com o ato de fotografar a nossa trajetória de vida, isto é o medo do desaparecimento e a necessidade de preservar se faz presente neste ritual. “A máquina fotográfica acompanha a vida familiar” (Ibid., p.8) e buscamos nesses registros a “preservação” do instante fugaz, que não tem volta. Sontag faz uma observação interessante no seu livro “Ensaio sobre a fotografia” (1981), ao descrever que a fotografia tornou-se um ritual na vida familiar, justamente quando, nos países industrializados como a Europa e a América, a instituição familiar começa a sofrer grandes transformações.

Esta relação “precária com o passado”, a ausência desses entes queridos, bem como os objetos, a casa, o bairro, a cidade, etc, a transitoriedade de todas essas coisas tornou-se ainda mais intenso no ato em que a fotografia nos permitiu “fixar o instante fugaz” (Ibid., p.172).

Esses instantes são retomados no momento em que se abri os álbuns de fotografia, ao ir ao cinema, ou ouvir uma música, são suportes que torna presente

essa ausência, essa transitoriedade. Dentro deste universo, manusear, olhar, recordar essas imagens torna-se um ato ritualístico, sendo este a presentificação de um momento significativo, e que se atualiza no discurso.



No livro “Processo ritual” (1974) o autor Victor W. Turner analisa alguns rituais executados pelo povo ndembo, do noroeste de Zâmbia, pontuando no decorrer do livro, alguns aspectos do rito. Um desses aspectos diz respeito ao seguinte “os homens expressam no ritual aquilo que os toca mais intensamente” (1974, p.19) e complementa “descobrimos com grande freqüência as decisões de executar o ritual estavam relacionados com crises na vida social das aldeias” (Ibid., p.24). Podemos trazer para a nossa análise esses dois aspectos, dentre vários, do rito, para pensarmos que a sua prática diz respeito ao que nos “toca” e aos momentos de “crise” em nossa vida social.

Acreditamos que esses dois momentos estão presentes neste processo ritual, ao buscarmos na fotografia este passado presentificado em imagens. E não é apenas a saudade, o sentimento nostálgico que nos leva à fotografia, mas a própria necessidade de pertença, de amenizar os nossos conflitos, da importância que esses laços afetivos tem em nossas vidas.

Podemos dentro deste processo, cada um com suas especificidades, fazer um paralelo com uma das passagens ritualísticas dos ndembos relatados por Turner, quando descreve o “Isoma”, identificado por eles como “rituais das mulheres” ou “rituais de procriação”. Resumidamente este ritual diz respeito às dificuldades das mulheres de engravidar, bem como a perda dos filhos na gestação, nas palavras

de Turner “a infelicidade adequada às mulheres consiste em alguma forma de interferência na capacidade de reprodução da vítima” e completa “os ritos de cura, incluindo o Isoma, tem como uma de suas funções sociais a de ‘obrigá-las a se lembrarem’...”, pois esta dificuldade que a mulher enfrenta é porque esqueceu de “venerar as sombras dos ancestrais, porque como dizem os ndembos, ‘não foram elas que deram à luz ou geraram vocês?’” (Ibid., p.25).

Esta passagem do ritual é extremamente rica para pensarmos a importância destinada aos mecanismos que nos faça não ceder ao esquecimento e a fotografia assume um papel relevante no interior deste processo, pois suscita as lembranças em suas imagens, fazendo-nos recordar as “sombras dos ancestrais”, similar ao rito dos ndembos. Cada sociedade, com suas diversidades culturais criam mecanismos contra o esquecimento, seja através das fotografias, dos filmes, das músicas, dos rituais em suas variadas categorias, nas festas, nos encontros etc.

Neste sentido, demarcamos cada fase de nossas vidas, ou melhor, os “ritos de passagem”, as que consideramos mais significativas, em algum suporte de registro, sendo o mais comum à fotografia³. Registramos o nascimento, as festas, os encontros, casamentos, a juventude e a velhice, esta, curiosamente, aparece nos álbuns, esparsamente, são algumas imagens perdidas, nos quais encontramos fotos dos pais, até mesmo dos avós, mas, em sua maioria na mocidade⁴.

Além disso, podemos dizer que a fotografia se tornou um mecanismo aliviador da memória, pois compartilhamos com ela alguns momentos significativos o qual podemos deixar registrados no papel fotográfico, e sempre que quisermos lembrar de tal fato voltamos a ela. Podemos exemplificar com o fato de que quando viajamos tiramos fotos de tudo que achamos bonito, e se não tiramos foto de algo logo pensamos “deveria ter tirado foto de tal lugar”, e assim registramos cada impressão desta experiência, sendo esta impossível de ser armazenada na sua plenitude, mas a fotografia acaba por dar este suporte detalhado destes momentos o qual nossa memória não suportaria.

Sob esta perspectiva Baudelaire, descreve, na efervescência de seu surgimento, este caráter da fotografia como aliviadora da memória dizendo o seguinte “que enriqueça rapidamente o álbum do viajante e restitua a seus olhos a precisão que faltaria a sua memória (...)”⁵, é exatamente esta precisão, impossível à memória, que a fotografia compartilha com aqueles que buscam seu registro.

Fotografia e Memória: Imagens da Rua do Porto

Diante das narrativas dos moradores da Rua do Porto, confluem memórias e imagens, como: a festa do Divino, o rio, os peixes e as enchentes. Imagens estas comuns a todos, mas que para cada um assumi um significado particular, uma história da família, de vida. São eventos que unem, de certo modo, a todos, numa forma de perpetuar as tradições locais.

Neste sentido, segundo Maurice Halbwachs, a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com o trabalho, com os grupos de convívio entre outros. Não há uma memória do indivíduo somente “em realidade nunca estamos sós”. Esta memória descrita como “individual” não é inteiramente isolada e fechada, para Halbwachs “um homem para evocar seu próprio passado, tem freqüentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros” (1990, p.54). O que nos leva a refletir de que para haver uma comunicação com o outro é necessário um grau de memória comum, isto é, para que a memória dos outros venha reforçar e completar a minha é preciso que as lembranças do grupo não estejam absolutamente sem relação com os eventos que constitui o meu passado.

A memória assim é infinita da qual apenas conseguimos registrar um fragmento.

Podemos dizer que esses sentimentos sempre perseguiram e atormentaram o ser humano, o medo do esquecimento, de não eternizar uma história, de tudo terminar, de ter o seu fim, a morte. Esse processo tão bem descrito por Norval Baitello



Junior, no livro “O animal que parou os relógios” (1999), em que analisa a frase “breve é a vida, longa é a arte” (HIPOCRATES, 460-377 a. C) pontuando dois momentos: “breve é a vida” o homem, biológico, que terá um destino inevitável à morte e “longa é a arte”, criação do

próprio homem, tenta vencer a morte, o tempo, necessita de mudança contínua é o que podemos chamar de cultura: “Este campo amplo recebe as contribuições e descobertas de cada indivíduo, de cada grupo social, de cada época, e as perpetua, transmitindo as informações de geração a geração, de grupo para grupo, de época a época” (1999, p.18).

Assim como o homem vive em permanente mutação, o mesmo ocorre com a cultura que está sujeita a transformações suscitadas da necessidade de seu próprio criador e usuário. Neste sentido, ainda segundo Baitello, a cultura, enquanto sistema comunicativo, “tem como principal função à de ordenar as informações de uma sociedade” (Ibid., p. 95), e com isso cria-se ritmos próprios⁶.

Esta linha de pensamento está intrinsecamente articulada ao artigo intitulado “Cultura é memória” (1995), da autora Jerusa Pires Ferreira⁷, em que faz uma reflexão sobre o semiótico Iúri Lotman ao pensar a cultura enquanto informação:

“A cultura não é um depósito de informações; é um mecanismo organizado, de modo extremamente complexo, que conserva as informações, elaborando continuamente os procedimentos mais vantajosos e compatíveis. Recebe as coisas novas, codifica e decodifica mensagens, traduzindo-as a um outro sistema de signos”. (1995, p.116).

Selecionamos o que interessa, descartamos outras, mas sempre recriando, reorganizando, reelaborando as informações. Esta mobilidade está presente em nossa cultura, em nossa memória e por isso necessita de constante manutenção para continuar viva.

A memória assim não pode ser condicionada a um sistema de armazenagem ou a um receptáculo passivo, mas como uma força ativa e dinâmica, sendo que o que ela planeja esquecer é tão importante quanto o que ela lembra. Deste modo este grande texto cultural acaba por tecer uma colcha de retalhos, pois ela não começa de um jeito e termina do mesmo, mas ao contrário, ela se renova a todo instante, criando novos textos, símbolos e significados.

Por outro lado, o esquecimento é um mecanismo que possibilita a drenagem cultural, sob a compreensão de Paul Zumthor as “nossas culturas só se lembram esquecendo” e completa “este esquecimento implica um desejo latente. É dinâmico: rejeita, mas em vista de” (1997, p.15). É justamente em vista de alguma outra coisa, que criamos, revivemos, vivenciamos outras práticas culturais. Por isso um dos aspectos fundamentais dentro dos liames da cultura é o seu dinamismo.

Assim:

“A dupla esquecimento/memória, portanto, é apenas uma aparente oposição (...) Poderíamos mesmo dizer que o esquecimento seria responsável pela continuidade, pela memória e até pela lembrança. Segundo Lévi Strauss é o esquecimento que vem quebrar uma certa continuidade na ordem mental, sendo responsável pela criação de uma outra ordem” (FERRERIA, Jerusa Pires, 1991, p. 1-2).

Neste aspecto é pertinente pensarmos até mesmo o processo de criação das matérias dentro de um jornal, possibilitando-nos a observar a permanência de determinados traços dentro de nossa cultura, ou melhor, de nossa memória.

O caráter repetitivo de algumas matérias, sendo elas, principalmente, sobre tradições, comemorações seja o aniversário de uma cidade ou de datas históricas, entre outras, cria-se mecanismos que garantem, por um determinado tempo, a continuidade, do que podemos chamar, de cultura, suas imagens e seus imaginários⁸.

Este sistema comunicativo dentro das sociedades, na concepção de Baitello, desempenha uma função ordenadora, sendo que os símbolos “regulam relações, convencionam significados e valores e, portanto estabelecem ordem, tecem relações” (1999, p.95). Com isso a cultura, enquanto sistema comunicativo, tem essa característica de ordenar as informações de uma sociedade, possibilitando assim a criação de ritmos para as informações.

Com base nesta ritmicidade constrói-se o símbolo, complexo e abstrato, do tempo. Este materializado em diversas formas, seja por calendários, comemorações, rituais, eventos, além do próprio relógio mecânico que instituiu uma certa “disciplina do tempo (ibidem), uma pontualidade interior, uma concepção autônoma que vive o tempo como dimensão organizativa da vida humana” (COLOMBO, Fausto, 1991, p.71). Não podemos nos esquecer, que um dos mais importantes suportes desta materialização do tempo são os meios de comunicação como: jornais, emissoras de rádio, televisão, Internet etc, que geram, distribuem e conservam as informações (BAITELLO, 1999, p. 98). Estes suportes alimentam assim o ciclo de textos⁹ que compõe e alimentam a cultura.

No entendimento de Baitello, cada cultura define o seu próprio padrão de tempo, o que significa, que existe culturas voltadas para o “texto futuro”, outras se centram no “presente” e há ainda os textos “passados”, fundados na memória. É importante

refletirmos sobre os diversos textos dentro de uma determinada cultura, pois serão eles determinantes no processo de construção da informação dentro das estruturas dos meios de comunicação e por outro lado na percepção e na busca destes pelos leitores, telespectadores, internautas.

Com isso têm-se as culturas voltadas para o texto “futuro”, os quais o passado e presente são “redimensionados em função da sociedade ideal que vai acontecer no futuro” (Ibid., p.99), há o texto “presente” que são marcadas pela rapidez em que a informação é descartada, obsoleta, substituída, e por último o texto “passado”, são fundadas num tempo memorável dos “deuses e heróis aos quais devemos a nossa existência e o nosso saber” (Ibid., p. 99).

Todos estes textos aparecem simultaneamente nos discursos da mídia, sendo os textos do “presente” e do “passado” mais freqüente nestes meios. São nessas brechas da memória “presente”, “curta”, fugaz, que se criam, ou melhor, ressurgem mitos, personagens, histórias passadas, imagens longínquas, quase esquecidas, que povoam nossos imaginários e dão continuidades aos textos da cultura.

É um ciclo contínuo e dinâmico que nos alimenta seja pela repetição ou pela inovação informacional, aliás, não existe este ou na frase, mas sim o e, pois necessitamos destes dois procedimentos ao mesmo tempo, são as características primordiais que dão mobilidade à cultura¹⁰.

Diante disso apropriamo-nos do conceito de Zumthor, que se encontra em seu livro “Introdução à poesia oral” (1997), ao falar sobre performance, fazendo um paralelo com os sistemas comunicativos. O autor menciona cinco operações que constituem a performance: Produção, Transmissão, Recepção, Conservação e a Repetição.

Estes cinco mecanismos podem ser utilizados para pensar os sistemas comunicativos no interior das matérias jornalísticas e não só nelas. Primeiro a “produção” do texto, delimitado em um objeto temporal e espacial, em que se perde e ganha informações, de outro lado o recorte, dentre múltiplas possibilidades, de um, ou melhor, vários pontos de vista.

Em um segundo momento surge a “transmissão”, diferente dos repentistas ou poetas em que o físico é mais presente. Aqui a transmissão pode ser em imagens, vinculada na televisão ou Internet, pelo rádio nas ondas da voz, ou no texto através das palavras escritas e das próprias imagens que o acompanham.

Conseqüentemente ao ato de transmissão vem a “recepção”. De um lado a informação, do outro a recepção do leitor, do internauta, do ouvinte, do telespectador

etc, que pela sua experiência de vida, repertórios culturais, crenças, entre outros faz o recorte daquilo que o interessa e descarta o que não interessa.

Depois a “conservação” da mensagem. Esta etapa também é seletiva, conservamos aquilo que é significativo para nós, em que há o mínimo grau de identificação.

E por último a “repetição”. Esta repetição pode ser identificada como um meio utilizado nos sistemas de comunicação, em que se repete, dentro de um ciclo contínuo, elementos da cultura como: mitos, tradições, festas, comemorações entre outros.

Este mecanismo é o que dá equilíbrio e mobilidade a cultura, diante das rupturas e inovações informacionais. Sob esta perspectiva o autor Iuri Lotman pensa a cultura enquanto um sistema “regenerativo” das informações, inovadora e não apenas acumulativa.

“El significado del símbolo no es algo constante, y no debemos imaginarnos la memoria de la cultura como un depósito en el que están apilados los mensajes, invariantes en su esencia y siempre equivalentes a sí mismos. Desde este punto de vista, la expresión “guardar información” puede inducir a error con su metaforismo. La memoria no es un depósito de información, sino un mecanismo de regeneración de la misma. (...) Así pues, la información que se reconstruye se realiza siempre en el contexto del juego entre los lenguajes del pasado y del presente”. (1998, p.157).

A informação assim é construída e reconstruída a partir do que Lotman descreve como o “jogo entre linguagens do passado e do presente”. Um diálogo que articula as inúmeras nuances da informação, re-significada, que gera mobilidade à memória da cultura.

A memória, neste sentido, é muitas vezes mencionada como um “depósito de informação”. Aliás, buscamos incessantemente este “depósito”, na tentativa de tudo arquivar, seja nas fotografias, nos vídeos, na televisão, nos jornais entre outros. Estes meios são utilizados dentro da própria família nos arquivos armazenados em suas casas, como forma de recordações, bem como nos meios de comunicação em que comemorações, mitos, tradições, são repetidos em matérias, em depoimentos, imagens, no intuito de arquivar, pelo menos alguns traços desta memória.

Para Fausto Colombo o arquivamento torna-se também um depósito em que não é mais necessário recordar. “O importante não é mais recordar, praticar a memória,

é saber que a recordação está depositada em algum lugar e que sua recuperação é – pelo menos na teoria – possível!” (Ibid., p. 104). No entanto, apesar de parecer inabalável e protegida, o arquivo é imperfeito e esta sujeito a falhas, imprevistos, incidentes, chegando até mesmo a perder todos os seus “dados”, criando outros novos, continuamente. É a relação conflituosa de um lado e geradora, criativa e articuladora do outro, que consiste a memória e o esquecimento¹¹.

A “sociedade arquivística”, nas palavras de Fausto Colombo, torna-se frágil diante de tantas inovações informacionais: o que arquivar e para quê? Mesmo com tantas inovações sentimos a necessidade desta memória, de sentirmos que algo nos pertence, uma história, a recordação de uma imagem, de um lugar... Pois caso o contrário viveríamos o “presente, entregue às suas incertezas e voltado apenas para o futuro imediato, seria uma prisão” (BOSI, Eclea, 2003, p.19).

Assim, deixamos impressas nossas memórias nas mais variadas formas de registro. Registramos, reproduzimos, duplicamos e repetimos fragmentos desta memória. O jornal torna-se um suporte “arquivístico” dentro da sociedade, em que se confluem os textos “presente, passado e futuro”, e nas brechas de um e de outro se cria mecanismos de permanência desta memória que luta contra o esquecimento.

São deixadas neste registro marcas de textos anteriores e a produção de textos novos, gerando tensões que possibilitam a atualização, bem como a criação de outros novos textos da cultura. A cada repetição abre-se espaço para re-significação de antigas histórias, de imagens e imaginários e assim tenta-se conviver com a perenidade das informações, e até mesmo da própria vida, com o tempo on-line, com a “grande” rede.

Mas a rede informacional não se alimenta apenas do futuro, necessita dos textos passados, de seus traços presentes nas entrelinhas, estas mantenedoras de futuros novos textos geradores de cultura.

Notas

¹ Rua do Porto é localizado à margem do rio Piracicaba, comunidade ribeirinha, onde foi feita a pesquisa de mestrado. Cidade: Piracicaba, interior de São Paulo. As fotos foram cedidas pelos moradores.

² Neste sentido a idéia de que a fotografia deveria ser realista “imperou ingenuamente somente nas primeiras décadas”, o que ocasionou, segundo Rubens Fernandes Júnior, a partir “desses argumentos iniciais de entender a fotografia como resultado da verdade e como precisão de registro, que causaram tanta perplexidade, foram ao mesmo tempo, responsáveis, nas décadas seguintes, por negar à fotografia o estatuto de arte. Hoje, a fotografia não é mais entendida como esse reconhecimento direto e imediato das coisas, mas um filtro que permite ver, selecionar e fazer advir”. Ver “A fotografia expandida”, p. 90.

³ Na concepção de Sontag “a fotografia fixa pode constituir recordação mais autêntica do que a fotografia em movimento, pois aquela é uma fração precisa do tempo, não um fluxo. A televisão é uma torrente de imagens malselecionadas, em que cada uma anula a antecedente. Cada fotografia é um momento privilegiado, convertido em pequeno objeto que se pode guardar e olhar novamente”. Ver “Ensaio sobre a fotografia”, p. 17.

⁴ Ao contemplarmos essas imagens ritualizada no contato e no olhar, o tempo é outro, é não linear, não se fecha nas horas, nos minutos e nos segundos. Este tempo é bem descrito pelo autor Vilém Flusser, é o “tempo de magia”, e acrescenta: “Ao circular pela superfície, o olhar tende a voltar sempre para elementos preferenciais. Tais elementos passam a ser centrais, portadores preferenciais do significado. Deste modo, o olhar vai estabelecendo relações significativas. O tempo que circula e estabelece relações significativas é muito específico: tempo de magia. Tempo diferente do linear, o qual estabelece relações causais entre eventos. No tempo linear, o nascer do sol é a causa do canto do galo; no circular, o canto do galo dá significado ao nascer do sol, e este dá significado ao canto do galo. Em outros termos: no tempo da magia, um elemento explica o outro, e este explica o primeiro. O significado das imagens é o contexto mágico das relações reversíveis” (2002, p. 8)

⁵ Citado por Rubens Fernandes Júnior, “A fotografia Expandida”, 2002, p. 42.

⁶ Atualmente vivemos em uma sociedade cada vez mais da informação, em que a todo instante seu conteúdo é renovado, isto acaba fazendo com que a cultura tenda a seguir o mesmo ritmo se readequando as transformações, pois caso o contrário, as tradições, por exemplo, tenderiam a esclerosar, enfim ao esquecimento. A sua sobrevivência necessita de sua permanente extensão.

⁷ Ver FERREIRA, Jerusa Pires. *Armadilhas da Memória*, São Paulo: Ateliê, 2004.

⁸ É a partir desses elementos que se constroem este grande texto, em conformidade com os “repertórios pessoais, culturais, seu conhecimento, suas concepções ideológicas/estéticas, suas convicções morais, éticas, religiosas, seus interesses econômicos, profissionais, seus mitos” (KOSSOY, Boris, 2002, p. 44) dos receptores, e é claro também dos próprios produtores da notícia. Podemos dizer que o nosso imaginário reage diante das imagens e dos textos de acordo com estas concepções embutidas em cada um de nós.

⁹ Ver o texto “Uma alternativa: cultura sem letramento ou cultura antes da cultura?” (“An alternative: Culture Without literacy or culture before culture?”), Traduzido por Fernanda Angélica Mourão (Oficina de Texto – FALE/UFMG), extraído de Yuri Lotman, *Universe of the mind: a semiotic theory of culture*, 1992, p. 245-253. Um dos aspectos interessantes é quando descreve a escrita, como uma forma de memorização, dentro de uma cultura, porém registrando aquilo que as “pessoas acham que deve ser lembrado”, o que interessam a elas. Necessitamos de um registro, de registrar o nosso passado (bem como o presente e o futuro) de alguma forma, e o jornal impresso, como em outros meios, por exemplo, utiliza-se desse mecanismo seja com o texto escrito, com as imagens, com a diagramação, disposição etc. “Assim como a mente individual tem seus próprios mecanismos de memorização, a mente coletiva, que tem de registrar o que existe em comum, cria seus próprios mecanismos. Um desses mecanismos é a escrita. Mas será a escrita a única forma de memorização coletiva, ou mesmo a mais importante? Para responder essa pergunta, devemos supor que formas de memorização são derivadas do que as pessoas acham que deve ser lembrado (grifo nosso), o que depende da estrutura e orientação daquela civilização”.

¹⁰ Esta característica repetitiva da informação é bem evidente nas matérias e imagens relativas a Rua do Porto, em que constantemente reforçam alguns imaginários sobre o local. Arquivo da Biblioteca Municipal.

¹¹ O armazenamento da memória e o seus descartes são hoje desafios para os cientistas, que tentam compreender estes mecanismos. Sobre este assunto a folha publicou no seu encarte “Mais!”, do dia 1º de fevereiro de 2004, uma matéria intitulada “Memória Dura”, levando à reflexão a memória e, podemos dizer, suas armadilhas. Segue um trecho da matéria: “Os gregos sabiam do que estavam falando quando fizeram de sua deusa Mnemósine, Memória personificada, a mãe das Musas e, portanto, a raiz de todas as artes humanas, da história à astronomia. Entre os escandinavos, nem o deus supremo Odin podia se dar ao luxo de fazer qualquer coisa sem o par de corvos gêmeos, Hugin (Pensamento) e Munin (Memória), que se empoleiravam em seus ombros. A capacidade de estocar eventos, coisas e sensações na mente está entre as bases do raciocínio e da criatividade de deuses e homens – e entre os mais duradouros enigmas da ciência.

Depois de décadas analisando as interações moleculares entre células nervosas em animais e seres humanos, os cientistas conseguiram aprender muito sobre como as conexões entre neurônios nascem e desaparecem, mas relativamente pouco sobre o processo físico de armazenamento (ou descarte) de memórias. O desafio agora, avaliam neurocientistas, é compreender como o quebra-cabeças da ligação entre cada um dos cerca de 100 bilhões de neurônios se organiza em unidades maiores para armazenar ou alterar as memórias”, p. 17.

Bibliografia

BAITELLO JUNIOR, Norval. O animal que parou os relógios: ensaios de comunicação, cultura e mídia. São Paulo: Annablume, 1999.

BARTHES, Roland. A câmara clara. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. A mensagem fotográfica e Retórica da imagem in O óbvio e o obtuso. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BERGSON, Henri. Matéria e Memória: ensaio da relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BENAJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia in Sobre arte, técnica, linguagem e política. Lisboa: Relógio D'Água Editores Lda, 1992.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembrança de velhos. 3ª ed., São Paulo: EDUSP, 1999.

_____. O tempo vivo da memória: Ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

COLOMBO, Fausto. Os arquivos imperfeitos: memória social e cultura eletrônica. São Paulo: Perspectiva, 1991.

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. Olhar periférico. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1993.

_____. Leitura sem palavras. 4ª ed., São Paulo: Editora Ática, 2002.

_____. A Estratégia dos signos. São Paulo: Perspectiva, 1986.

FERREIRA, Jerusa Pires. As armadilhas da memória. São Paulo: Ateliê, 2004.

_____. Cultura é memória. São Paulo, Revista da USP, dezembro/fevereiro 1994/1995, p. 115 – 120.

_____. Os desafios da voz viva. Campinas: Centro de memória da Unicamp in Os desafios contemporâneos da História Oral, 1997.

_____. Oralidade, Mídia, Culturas Populares. São Paulo: Sesc - Revista e, agosto, 2003, n. 2, ano 10.

_____. Cavalaria em cordel. 2ª ed., São Paulo: HUCITEC, 1993.

FERNANDES JUNIOR, Rubens. A fotografia Expandida. São Paulo: Tese de Doutorado, 2002, PUC/SP.

FLUSSER, Vilém. Filosofia da caixa preta: Ensaio para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

KOSSOY, Boris. Realidades e ficções na trama fotográfica. 3ª ed, São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

—. Fotografia e História. São Paulo: Editora Ática, 1989.

LOTMAN, Iuri M. La memoria de la cultura in La Semiosfera II: Semiótica de la cultura del texto, de la conducta y del espacio. Tradução de Desiderio Navarro. Madrid: Cátedra, 1998.

SONTAG, Susan. Ensaio sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TODOROV, Tzvetan. A vida em comum: Ensaio de antropologia geral. Campinas: Papyrus, 1996.

TURNER, Victor W. O processo ritual: Estrutura e Antiestrutura. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.

VERNANT, Jean Pierre. Aspectos míticos da memória e do tempo in Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica. São Paulo: EDUSP, 1973.

ZUMTHOR, Paul. Introdução à poesia oral. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

—. Tradição e esquecimento. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

—. Permanência da Voz in O correio da Unesco: Ed. Brasileira, outubro de 1985, ano 13.

O “grupo piracicabano” do “Estadão” era composto por jornalistas de origem ou de formação piracicabana que, sob “a bem humorada casmurrice do saudoso Leo Vaz, assinalou época na história da redação d’O Estado de S. Paulo”¹. Fizeram parte deste grupo, constituído de maneira espontânea, os jornalistas Leo Vaz, Marcelino Ritter, Sud Mennucci, Cincinato Braga, Otacílio Silveira de Barros, Paulo Magalhães, Helio Damante, Jacob Diehl Neto, Pedro Ferraz do Amaral, Brenno Ferraz do Amaral, Mario Neme, Francisco Damante, João da Cunha Caldeira Filho, Thales Castanho de Andrade entre outros. Três deles – Leo Vaz, Marcelino Ritter e Sud Mennucci – ocuparam postos diretivos no “Estadão”.

Em um texto publicado em “O Estado de S. Paulo” por ocasião das comemorações do bicentenário de Piracicaba, o jornalista Helio Damante² comenta que nenhuma outra cidade do Estado, excetuando-se provavelmente a capital, contribuíra com “contingente tão numeroso, homogêneo e brilhante de seus filhos para os quadros de um grande jornal como ‘O Estado’”. Para Damante o fato deu-se graças a afinidades culturais, lembrando o avanço piracicabano no campo da educação. O jornalista analisa que a cidade se fez

viveiro de normalistas, pedagogos, beletristas, genetistas etc. Nem mesmo Campinas, tradicional centro educacional, lhe fazia então sombra. Um impacto cultural sem precedentes, que iria trazer para a casa de Julio Mesquita verdadeiro escol de profissionais e colaboradores.

De fato, a Piracicaba do começo do século XX já se destacava no cenário nacional como um importante centro cultural e educacional. Dispunha de dois jornais de circulação diária, “Gazeta de Piracicaba” e “Jornal de Piracicaba”, cinemas e teatros. Contava com uma escola superior de agricultura, a então chamada Escola Agrícola, hoje Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), escolas normais, como a Normal Oficial, hoje Sud Mennucci, e Assunção, grupos escolares, o Colégio Piracicabano, cursos técnicos e preparatórios para ingresso nas normais, que eram bastante disputadas, entre outros. Em setembro de 1910 foi criada a Universidade Popular, que oferecia cursos diversos, realizava concertos e conferências e contava com uma boa biblioteca.

Marcelino Ritter³, quando analisa a formação piracicabana de Leo Vaz, relata que

(...) foi em Piracicaba que Leo Vaz viveu parte da infância, a adolescência e a mocidade e justamente num tempo em que se registrou naquela cidade uma admirável florescência intelectual. É de fato curioso o haver podido o modesto burgo piracicabano de então formar e abrigar em seu seio, e particularmente no jornalismo, grupo tão numeroso de notabilidades, das quais ainda se lembram com saudades um Antoninho Pinto e um Osório de Souza, Pedro Crem e Pedro Krahenbuhl, Juquinha da Silva, João Silveira de Melo, Thales de Andrade, Sud Mennucci, Arruda Camargo, Breno Ferraz do Amaral, Gustavo Teixeira e tantos outros (...). O fenômeno talvez se explique com o fato de, graças a Prudente de Moraes, ao senador Moraes Barros e à projeção social e política dos membros todos das duas ilustres famílias ali constituídas pelos dois grandes ituanos, terem podido os piracicabanos pensar em grande a partir de então, libertos de modorrentas questiúnculas locais.

Para Helio Damante⁴ o “grupo piracicabano” compunha-se majoritariamente de professores normalistas, mas também por autodidatas, paulistas ou filhos de imigrantes, que chegavam ao jornal “seguramente influenciados pelo ambiente em que se formaram. Não só redatores e colaboradores, mas correspondentes, recrutados quase sempre entre os professores saídos da Escola Normal, que se espalhavam pelo Estado todo”. O jornalista lembra ainda que os livros escritos pelos conterrâneos,

(...) alguns clássicos, entre os quais “O professor Jeremias”, “Rodapés”, “O bom povo”, “Cidades vivas”, “Donana sofredora”, sem esquecer “Saudade”, de Thales Castanho de Andrade, também intimamente vinculado ao jornal, constituem amostra da vasta estante piracicabana, nascida ao redor senão dentro do próprio “Estado”. Por isso certamente Monteiro Lobato, num artigo da década de vinte, a propósito dos irmãos Dutra, referia-se a um certo “perigo piracicabano”, fruto porém do talento.⁵

A presença dos piracicabanos era conhecida a ponto de ser apontada naturalmente como característica na composição daquela redação. No suplemento comemorativo do centenário de “O Estado de S. Paulo”, o jornalista Rodrigo Soares

de Oliveira⁶ lembrou o colega de redação Manoel Lopes de Oliveira, o Maneco, jornalista e cientista da área de entomologia. Conta Oliveira:

Maneco tinha sempre uma explicação para tudo e para todos, geralmente dando vazão ao seu gênio alegre e muitas vezes mordaz. Certa feita, numa dessas crises periódicas que afetavam os jornais e tiveram repercussão no "Estado", não me recordo se revolução ou alguma dificuldade de importação de papel, Maneco, disse, sem mais preâmbulos: "É o resultado dessa situação. Aqui tem muita gente mandando. Como não bastassem os da família Mesquita, há os da família Lima e Castro e, o pior de tudo, os da família de Piracicaba..." Referia-se aos irmãos Octavinho, Paulo, Gentil e Rui de Lima e Castro, redatores do jornal e a Leo Vaz, Pedro e Brenno Ferraz do Amaral, Octacílio Silveira de Barros, Marcelinho Ritter, Paulo Ribeiro Magalhães, Sud Mennucci, Helio Hoepfner e outros mais, todos eles naturais da cidade de Piracicaba.

Entre os piracicabanos do "Estadão" muitos iniciaram suas atividades de imprensa ainda em Piracicaba, nos jornais "Gazeta de Piracicaba" e "Jornal de Piracicaba", ou ainda no "Diário de Piracicaba" após o surgimento deste em 1935. Alguns fundaram novos jornais, de vida efêmera. Eram intelectuais criados na tradição dos ituanos radicados em Piracicaba, na efervescência cultural da cidade adiantada, nas suas escolas. Outros tiveram passagem rápida pela cidade. Muitos fizeram parte do grupo que José Maria Ferreira chamou de "Bloomsbury caipira".⁷

Os resumos biográficos que se seguem estão em ordem aleatória, embora os primeiros sejam os mais conhecidos entre os piracicabanos do "Estado", pelo trabalho realizado no periódico. O grau de detalhamento de cada trajetória depende mais de seu relacionamento com o jornal do que de seu desempenho em outros âmbitos da vida brasileira.

Foram consultadas fontes primárias de documentação (notícias sobre os biografados, sobretudo as publicadas por ocasião de sua aposentadoria ou falecimento, na grande maioria no próprio "Estado") complementadas pela bibliografia disponível. Os textos de "O Estado de S. Paulo" foram consultados online, no site "Acervo Estadão".

Resumo histórico de "O Estado de S. Paulo"

O jornal "O Estado de S. Paulo" nasceu em 4 de janeiro de 1875 como "A Província de S. Paulo", ligado aos movimentos abolicionista e republicano. Seu nome atual foi adotado em 1890, ano seguinte à queda do império. Em 1902 passou a pertencer Julio Mesquita, redator daquela folha desde 1885, patriarca da família que controla o jornal até a atualidade.

As páginas do "Estadão" trouxeram as notícias sobre a guerra de Canudos, enviadas por Euclides da Cunha, que deram origem ao clássico "Os Sertões". Na Primeira Guerra Mundial, o jornal assumiu uma posição anti-militarista. Na política nacional, defendeu a candidatura de Rui Barbosa contra Epitácio Pessoa, em 1909. Nos anos 20 apoiou o Partido Democrático, de oposição ao PRP. Em 1930 o jornal apoiou a Aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência, em oposição a Júlio Prestes. No governo de Getúlio Vargas foi um importante aliado dos paulistas na Revolução Constitucionalista. Este evento e outros embates com Vargas levaram à intervenção federal no jornal, entre abril de 1940 e dezembro de 1945. Já durante o regime militar o grande controle de conteúdo exercido pela censura prévia levou à adoção de um expediente que entrou para a história do jornalismo brasileiro: o preenchimento dos espaços censurados por trechos do épico de Camões, "Os Lusíadas". No período de redemocratização apoiou a campanha pelas diretas e passou a ser criticado pelas esquerdas, que acusavam o periódico de fazer-lhes oposição sistemática durante as eleições, apoiando os candidatos adversários.

LEO VAZ

Leonel Vaz de Barros nasceu no dia 6 de junho de 1890, em Capivari. É considerado parte do grupo piracicabano porque aos dois anos de idade mudou-se com a família para Piracicaba, onde fez grande parte de sua formação. Frequentou o jardim de infância do Colégio Piracicabano e depois uma escola particular. No início do século mudou-se para São Paulo com a família, onde ingressou na Escola Americana. De lá, a família mudou-se para uma fazenda em Bica da Pedra (atual Itapuí). Anos depois, de volta a Piracicaba, Vaz ingressou na Escola Normal Oficial de Piracicaba (atual Escola Sud Mennucci), onde se formou professor normalista, em 1911. Recebeu profunda influência da mãe, Filomena, responsável por estimular o gosto pelos grandes clássicos, e do avô materno, José Vaz Pinto Ribeiro, liberal, maçom, defensor da educação ateaista. Daí os traços céticos e irônicos de seus trabalhos.

Cecílio Elias Netto⁸ conta que em Piracicaba Vaz fundou o jornal “Noiva da Colina”, em parceria com Brenno Ferraz do Amaral, futuramente também integrante do “grupo piracicabano”, e que

Em sua juventude piracicabana, foi companheiro, também, de Sud Mennucci, Thales de Andrade, Lourenço Filho, formando o poderoso grupo intelectual que, de Piracicaba, chamou a atenção do Brasil, aquele que, muito tempo depois, José Maria Ferreira chamaria de o “Bloomsbury caipira”.

A falência da família frustrou os planos de seguir os estudos superiores no exterior. Vaz passou a dividir seu tempo entre o magistério e o jornalismo, ofício que ainda nos bancos escolares começara a aprender, escrevendo para diversos jornais no interior, assinando Leonel de Barros ou usando um pseudônimo, Diágoras. Em Piracicaba escreveu para os jornais “Gazeta de Piracicaba” e para o “Jornal de Piracicaba”.

Leo Vaz chegou a São Paulo em 1918. Logo foi apresentado a Monteiro Lobato pelo amigo Thales Castanho de Andrade, que também o indicou para o cargo de secretário da Revista do Brasil, da qual Lobato era diretor. Com o estímulo do escritor publicou seu primeiro livro, “O professor Jeremias” (1920).

Ainda em 1918 ingressou nos quadros de “O Estado” passando, em dezembro, a fazer parte de seu corpo de redatores. Trabalhou como professor substituto de francês entre 1921 e 1923. A partir de 1933 tornou-se bibliotecário da Faculdade de Direito e a partir do ano seguinte ocupou o mesmo cargo na Assembléia Legislativa.

No jornal “O Estado de S. Paulo” foi redator, secretário da redação, redator-chefe e diretor, cargo no qual se aposentou em 1951. Leo Vaz atravessou alguns dos momentos mais delicados do jornal, durante as décadas de 1930 e 1940, incluindo o período de exílio de Julio Mesquita Filho. Em 1969 voltou ao “Estadão”, reassumindo o cargo de diretor.

Leo Vaz fez parte do grupo de jornalistas de “O Estado de S. Paulo” que criou o jornal “Folha da Noite”, em 1921, órgão de origem do grupo “Folha”.⁹ Participou também da fundação do jornal “Diário da Noite”, em 1925.

Escreveu, além de “O professor Jeremias”, os livros “Ritinha e outros casos” (1923), “O Burrico Lucio” (1951) e “Páginas vadias” (1956). Foi contista do grupo Seleta Literária, nos anos 20. Na Academia Paulistana de Letras ocupou a cadeira número 14.

Era conhecido pela erudição, bom humor, ceticismo e ironia. E dizia “Ora, que não é a glória que procuro, escrevendo. É o pão de cada dia”.

No texto que “O Estadão” publicou por ocasião de sua morte¹⁰, consta o escrito por um cronista anônimo, em 1958:

Leo Vaz – o cético e sorridente caipira de Capivari – é um dos remanescentes das mais brilhantes gerações literárias de São Paulo, tendo integrado um grupo de intelectuais de que participaram Amadeu Amaral, Monteiro Lobato, Sud Mennucci, Ciro Costa, Waldomiro Silveira e tantos outros, cujos nomes honram a inteligência e a cultura de nossa terra.

Leo Vaz faleceu em São Paulo no dia 5 de maio de 1973, aos 82 anos. Ainda ocupava o cargo de diretor de “O Estado de S. Paulo”.

MÁRIO NEME

Mário Neme foi jornalista, escritor, ficcionista, folclorista e historiador. Nasceu em Piracicaba no dia 2 de maio de 1912, no seio de uma modesta família libanesa. Depois de terminar o curso primário matriculou-se na Luiz de Queiroz, mas não se formou. Começou a escrever para a “Gazeta de Piracicaba” em 1927. Seu pseudônimo era Dr. Salim. Rapidamente envolveu-se nas disputas políticas locais, “do antigo PRP contra o Partido Democrático, batendo-se ao lado dos que defendiam a renovação que deveria vir com o movimento de 1930”.¹¹

Chegou à cidade de São Paulo em 1936. Trabalhou no jornal “Correio de S. Paulo”, “Última Hora”, “Jornal da Manhã” e, finalmente, no “Estadão”, onde se manteve por 32 anos, até a aposentadoria, em 1972. Ali trabalhou no antigo “Suplemento em Rotogravura”, na página de arte e, finalmente, como editorialista. Escrevia a opinião do jornal sobre assuntos do interior, e “(...) conhecia tão bem os problemas da hinterlândia e tinha tão agudo senso jornalístico, que só excepcionalmente recebia instruções para abordar determinados temas”.¹² Aposentou-se no jornal em 1972 para dedicar-se ao Museu Paulista, do qual era diretor.

Logo de sua chegada a São Paulo ligou-se aos escritores Mario de Andrade e Sergio Milliet, sob cuja influência escreveu “Donana Sofredora” (1941) e “Mulher que sabe latim” (1944). Escreveu também a peça “Serviços em casa de casal”. Fundou a Sociedade Paulista de Escritores (1942), com vistas a fazer a defesa da classe.

Promoveu 1º Congresso Brasileiro de Escritores, realizado na cidade de São Paulo, em 1945. Entre 1943 e 1944 promoveu um "inquérito" publicado em "O Estado de S. Paulo", no qual 29 intelectuais brasileiros responderam a questões como a herança das velhas gerações, valores, grau de satisfação, estética, política, ciência, guerra e ideologia. O material foi compilado e publicado no volume "Plataforma da nova geração", de 1945.

A pesquisa histórica foi a atividade dominante de sua vida profissional. Iniciou-a ainda em Piracicaba, cidade sobre a qual publicou os estudos "Piracicaba, documentário" (1936), "Piracicaba no século XVII" (1938), "Um município agrícola - aspectos sociais e econômicos da organização agrária de Piracicaba" (1939), "Fundação de Piracicaba" (1940) e "História da fundação de Piracicaba" (1943). O estudo "Apossamento do solo e evolução da propriedade rural da zona de Piracicaba" (1974) foi publicado postumamente. Em São Paulo estudou e desmistificou a história da fundação da cidade, publicando "Notas de revisão da história de São Paulo" (1959). De pesquisas realizadas em viagens pela Europa e África, com bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian, resultaram os estudos "Difícil África Negra", série de artigos publicados no "Estadão" em 1965, e "Fórmulas políticas do Brasil holandês" (livro de 1971). Escreveu também "Estudinhos brasileiros" (1947) e outros.

Foi um dos principais organizadores da Exposição de História, realizada no parque do Ibirapuera em 1954, como parte das comemorações pelo IV centenário da cidade de São Paulo.

Nos anos 30 ingressou no funcionalismo público municipal. Designado para o Departamento de Cultura, colaborou com Mário de Andrade. Quando este deixou o departamento, Neme passou a responder pela "Revista do Arquivo Municipal" e posteriormente pelo "Boletim Bibliográfico". Participou da fundação das publicações "Planalto" e "Clima".

Foi um dos fundadores do Museu do Folclore e diretor do Museu Paulista (Museu do Ipiranga), nomeado em 1960, numa gestão revolucionária que culminou com a transferência do museu para a Universidade de São Paulo, em 1963.

Faleceu em 14 de março de 1973, em plena atividade, aos 61 anos.¹³

MARCELINO RITTER

Nascido em Piracicaba a 9 de janeiro de 1903, Marcelino Ritter cedo começou os estudos, no grupo escolar Moraes Barros. Frequentou, em seguida, a escola Barão do Rio Branco e, finalmente, a Escola Normal, onde foi aluno de Thales de Andrade, Lourenço Filho e Joaquim Silveira Santos. Este último recomendou-lhe a leitura de Augusto Comte, e assim foi que Ritter "(...) trocou pelo positivismo (...) a fé tradicional da família, que aprendera nas aulas dominicais da Igreja Metodista de Piracicaba". Mais tarde se tornaria católico, "conservando porém o leve traço do ceticismo que lhe inculcaram as leituras de Renan ou do Eça"¹⁴.

Em 1922, diplomado professor normalista, decidiu não lecionar. Tornou-se revisor da "Gazeta de Piracicaba", inicialmente, passando depois à redação, da qual foi a redator-chefe.

Chegou a São Paulo em 1923 e tornou-se revisor da Editora Monteiro Lobato. Em 1924 pleiteou um cargo no "Estadão", levando consigo uma carta de seu ex-professor Lourenço Filho. Admitido por Julio Mesquita Filho, com auxílio do "piracicabano de Capivari" Leo Vaz, tornou-se redator daquela folha em 3 de setembro de 1924.

Nunca deixou de ser jornalista. No "Estado" foi repórter, noticiário, redator, editorialista, chefe das seções



Página 16 da edição de 15 de janeiro de 1969 de O Estado de S. Paulo. Reprodução. Acervo O Estado de S. Paulo (<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19690115-28763-nac-0016-999-16-not>)

local e internacional, secretário geral da redação, redator-chefe (cargo para o qual foi promovido em 1950) e editor (em 1º de março de 1962). Trabalhou em várias editorias. Durante a fase em que foi secretário passou pelos delicados períodos do Estado Novo e ocupação do periódico.

Em 1925 participou da criação do jornal "Diário da Noite".

Entrou para o funcionalismo estadual no governo Armando de Salles Oliveira, como redator da Diretoria de Publicidade Agrícola. Posteriormente ocupou os cargos de chefe da Seção Técnica no Departamento de Assistência ao Cooperativismo, Chefe da Diretoria do Pessoal da Secretaria da Agricultura, Secretário Geral do Conselho de Expansão Econômica do Estado. Exerceu funções de confiança durante os governos de Armando de Salles Oliveira, Fernando Costa, Macedo Soares e Lucas Nogueira Garcez. Aposentou-se como Chefe de Seção, sendo convocado novamente mais tarde para ocupar a Secretaria do Governo.

Paralelamente a estas atividades, Ritter participou ativamente da movimentação política apoiada por "O Estado de S. Paulo", como a campanha preparatória do movimento que levou à Revolução de 1930. Durante a Revolução de 1932 trabalhou diretamente sob as ordens de Armando de Salles, que à época era um dos diretores do "Estado". Após a derrota paulista foi incumbido, também por Salles, de tentar promover algum entendimento, ou desarmamento de espíritos, entre os paulistas e governo federal. Segundo o jornal, Ritter "Saiu-se bem dessa missão, reservada (...) criando condições pessoais para que o governo de Armando de Salles Oliveira mais tarde pudesse ao menos entabular entendimentos com alguns dos então donos do Brasil"¹⁵.

Aposentou-se em fevereiro de 1971, como diretor-redator-chefe do "Estado" e do "Jornal da Tarde". No longo texto que o jornal publicou por ocasião de seu falecimento¹⁶, consta que

De fato, com Marcelino Ritter desaparece um dos últimos remanescentes da geração que entre nós ficou conhecida pelo nome de "os piracicabanos de O Estado". Tinha seus muitos e ilustres representantes, a maioria já desaparecida, o traço comum de haver nascido em Piracicaba ou nessa cidade feito sua formação cultural, sendo quase todos professores normalistas. Não foi por acaso, certamente, que o piracicabano Marcelino Ritter sucedesse a Leo Vaz, "piracicabano de Capivari", como redator-chefe e depois diretor de O Estado.

Por ocasião do centenário do "Estado", Ritter foi convidado a escrever sobre a fase compreendida entre 1946 e a queda de João Goulart, tarefa feita em casa, onde releu aproximadamente 20 anos de coleções do jornal.

Marcelino Ritter faleceu em 23 de setembro de 1976.

BRENNO FERRAZ DO AMARAL

Brenno Ferraz do Amaral nasceu em Piracicaba em 25 de agosto de 1894. Formou-se pela Escola Complementar em 1910, um ano antes de o estabelecimento tornar-se a Escola Normal Oficial de Piracicaba. Ingressou muito cedo nos quadros do jornalismo piracicabano, primeiro na "Gazeta de Piracicaba", em 1909, e depois no "Jornal de Piracicaba", em 1911. Entusiasta da campanha civilista, escreveu na "Gazeta" seus primeiros artigos políticos, que chamaram atenção do próprio Ruy Barbosa e foram transcritos para jornais do Rio de Janeiro. A política foi sua grande paixão. Ainda em Piracicaba, fundou, ao lado de Leo Vaz, o quinzenário "A Noiva da Colina", que durou apenas 10 números. Foi também secretário da Universidade Popular de Piracicaba, entidade que reunia artistas e intelectuais, promovendo debates e aulas¹⁷.

Leccionou em cursos primários das cidades de Laranjal, Dourado e Piracicaba.

Chegou a São Paulo em 1918. Trabalhou na edição paulista do "Jornal do Commercio", na revista literária "Novela Semanal" e "Revista do Brasil", e colaborou com jornais e revistas diversos, incluindo o periódico argentino "La Nación", de Buenos Aires. O convite para ingressar em "O Estado" veio de Amadeu Amaral.

Especializou-se em jornalismo político e econômico: "até um presidente da República, o sr. Washington Luis, desejou ouvir-lhe os conselhos sobre a condução de nossa política financeira, convocando-o para uma audiência especial no Palácio do Catete"¹⁸. Mas costumava enviar trabalhos para todas as seções do jornal, "desde notas e informações passando pela crônica social e artística, até o registro bibliográfico e as notícias diversas"¹⁹. Destacou-se na reportagem, em coberturas como a da grande geada de 1918 no interior do Estado de São Paulo. Os textos deste trabalho posteriormente foram reunidos e publicados no volume "Cidades Vivas", de 1924. Conheceu profundamente os temas ligados aos homens da terra, pelo que recebeu reconhecimento público da Liga Agrícola Brasileira, em 1924.

Foi político militante e um grande orador, "inflamado e eloqüente"²⁰.

Após a revolução de 1924, participou da fundação do Partido da Mocidade, sendo candidato das eleições de 1926. Pouco depois, quando já se fundara o Partido Democrático, procurou convencer os companheiros a fundir a nova entidade com o Partido da Mocidade.

Teve grande participação no movimento constitucionalista de 1932. Já em 1931 rebelou-se contra a invasão de São Paulo e partiu para a ação:

*Agia às claras, sem circunlóquios, improvisando comícios aqui e ali, conclamando sempre os presentes a pegar em armas e desalojar os intrusos, para que se implantasse no País a ordem Constitucional. Participou de conciliábulos, que ainda não eram conspiração; escreveu, imprimiu e divulgou artigos de combate que os jornais estavam proibidos de publicar, numa atividade que tomava todas as suas horas.*²¹

Foi chefe do alistamento de voluntários da Milícia Civil Constitucionalista MMDC e tomou parte na propaganda do movimento. Percorreu postos de comando e trincheiras, conversando e procurando levar estímulos e conforto moral aos combatentes. Finalmente, pegou em armas, tornando-se combatente no setor sul.

Teve participação nos movimentos que se seguiram: "O Partido Constitucionalista e a União Democrática Nacional jamais deixaram de contá-lo entre os seus mais dedicados correligionários"²².

Foi também escritor, ensaísta, economista e dramaturgo. Seu livro "O patriarca da Independência" foi publicado postumamente, ocasião na qual o jornalista Pedro Cunha²³ escreveu:

(...) Encerrado o expediente, poucos saberiam por onde ele andava. Ele estudava, pesquisava, escrevia, sobre temas de economia, finanças, história. Recentemente, a Pedro Ferraz do Amaral ocorreu a feliz idéia de coligir e editar, com prefácio de Leo Vaz, parte dos escritos de seu irmão sobre a vida e obra do patriarca da Independência.

Brenno Ferraz do Amaral faleceu em 30 julho de 1961.

PEDRO FERRAZ DO AMARAL

Pedro Ferraz do Amaral nasceu em Piracicaba em 21 de julho de 1901.

Irmão mais novo de Brenno Ferraz, logo se interessou pelo jornalismo, principalmente depois do lançamento de "A Noiva da Colina", pelo irmão e Leo Vaz. Frequentou a Escola Normal, onde secretariou o órgão do grêmio estudantil. Formou-se em 1917. Na terra natal trabalhou no "Jornal de Piracicaba" e secretariou o vespertino "A Tarde".

Chegou a São Paulo em 1919. Foi redator da edição paulista do "Jornal do Commercio", do diário "O Combate" e do semanário "O Dia". Foi secretário das revistas "Novela Semanal" e "Novela Nacional". Logo foi convidado por Monteiro Lobato para assumir a secretaria da "Revista do Brasil" e chefiar o staff da Editora Monteiro Lobato. Nesta época começou a colaborar com o "Estadão", jornal no qual, entre idas e vindas, passou 40 anos.

Ingressou no jornal após a revolução de 1924, mas ao mesmo tempo trabalhou redigindo a "Página Paulista" do jornal "Gazeta de Notícias", do Rio de Janeiro, e como colaborador de "O Jornal", de Assis Chateaubriand, também do Rio.

Em 1925 foi chamado para secretariar a redação do "Diário da Noite" e, mais tarde, quando o jornal passou a ser controlado por Assis Chateaubriand e Plínio Barreto, foi promovido a redator-chefe.

Em 1927 voltou ao "Estadão", trabalhando em várias de suas seções. Seus temas preferidos eram os políticos.

No mesmo ano foi chamado para secretariar o "Diário Nacional", órgão do Partido Democrático que se fundara no ano anterior e que levantaria a bandeira da Aliança Liberal.

Em 1934 o Partido Constitucionalista comprou o vespertino "Correio de S. Paulo", convidando Pedro Ferraz a dirigi-lo. O "Correio" foi considerado uma escola de jornalismo e muitos de seus jornalistas transferiram-se depois, também, para o "Estado", a exemplo de Helio Hoepfner, Mario Neme e Rolmes Barbosa.

Após a experiência no "Correio", Pedro voltou a "O Estado de S. Paulo", tornando-se um dos responsáveis pelo "Suplemento em Rotogravura". Nos meses que antecederam a Segunda Guerra, Pedro Ferraz do Amaral dirigiu um dos primeiros boletins radiofônicos da cidade de São Paulo, que se transmitia diretamente da redação do jornal. Quando do período de intervenção durante a ditadura Vargas, iniciado em 1940, Pedro afastou-se do jornal, somente retornando em dezembro de 1945, quando "O Estado de S. Paulo" voltou ao controle de seus proprietários.

Pedro Ferraz do Amaral foi também secretário executivo do Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort), de cuja revista foi redator-chefe, e diretor administrativo do Hospital do Servidor Público. Editou e colaborou com outras diversas publicações.

Traduziu "O pensamento vivo de Schopenhauer, apresentado por Thomas Mann", "Clair de Lune" e "Consieur Parent", de Guy Maupassant, e "A abadessa de Castro" de Sthendal. Para a "Revista do Idort" escreveu "A história da organização científica no Brasil". Organizou os estudos de seu irmão Brenno Ferraz sobre José Bonifácio, trabalho que resultou no volume "O patriarca da Independência". Escreveu os livros "Celso Garcia" (1973) e "Taylor - o mago da administração" (1985).

Em 1975 foi eleito para a Academia Paulista de Letras, ocupando a cadeira número 7. Em 1981 tomou posse na Academia Paulista de História. Pertenceu à Academia Paulista de Jornalismo e ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Pedro Ferraz do Amaral faleceu em 27 de junho de 1991.²⁴

CINCINATO BRAGA

Cincinato Braga nasceu em Piracicaba no dia 7 de julho de 1864. Estudou sob a orientação do padre Antonio José de Castro, em Belém do Descalvado (hoje Descalvado), e em seguida no Colégio Culto à Ciência, de Campinas. Em 1881 entrou para a Faculdade de Direito de São Paulo, tornando-se bacharel em Direito em 1886. Durante o curso trabalhou pela abolição da escravatura, participando da Confederação Abolicionista Acadêmica. Em 1886 foi nomeado promotor público da comarca de São Carlos do Pinhal, demitindo-se no ano seguinte a fim de se dedicar somente à advocacia.

Cincinato Braga foi uma das grandes figuras da política nacional nos primórdios da República. No texto publicado em "O Estado de S. Paulo" por ocasião de seu falecimento, consta que

*"(...) seu nome não poderá deixar de ser pronunciado pelo historiador que queira escrever um dia a verdadeira História do período republicano que medeia entre a implantação do regime, em 89, e a queda da oligarquia, em 1930".*²⁵

Foi discípulo de Prudente de Moraes e companheiro de Julio Mesquita. Teve longa carreira parlamentar. Em 1891 elegeu-se deputado ao Congresso Constituinte de São Paulo. No meio do mandato o golpe de Estado de Deodoro da Fonseca levou

à renúncia de Braga, Julio Mesquita e outros que haviam sido eleitos na chapa de Deodoro e que se colocaram a serviço da revolução contra o golpe, chefiada em São Paulo por uma junta composta por Prudente de Moraes, Campos Sales, Julio Mesquita e outros. Cincinato foi designado para representar esta junta na Capital Federal. Quando Deodoro renunciou e a Presidência foi assumida por Floriano Peixoto, o conselheiro Rodrigues Alves deixou sua vaga como representante do Estado de São Paulo no Congresso Nacional para assumir o posto de Ministro da Fazenda. Sua vaga foi preenchida pela eleição de Cincinato Braga. Teve papel relevante durante a Dissidência Paulista ("a primeira coletividade partidária que no Brasil arvorou a bandeira da revisão da Constituição de 24 de fevereiro"²⁶), ao lado de Prudente, Mesquita e Cerqueira César. No Congresso, ficaram famosos seus discursos em apoio a Ruy Barbosa, contra a intervenção militar na polícia. Participou da Campanha Civilista, refletindo no Congresso "a magnífica campanha dirigia em São Paulo, pelas colunas do 'Estado', por Julio Mesquita, incontestavelmente o braço direito de Ruy Barbosa tanto em São Paulo como em Minas e no Sul do País". Em 1933 foi eleito deputado à Assembléia Nacional Constituinte, pela Chapa Única por São Paulo Unido e, empossado, foi indicado pela representação paulista para a comissão dos 26, incumbida de organizar o projeto de Constituição.

Durante a presidência de Epitácio Pessoa representou o Brasil em missões internacionais.

No campo das leis, escreveu trabalhos que logo mereceram citação de juizes e ministros dos tribunais paulistas.

No "Estado", causou impressão a publicação da série "Magnos problemas econômicos do Estado de S. Paulo". Neste jornal e no "Jornal do Commercio" foi autor de vários trabalhos que posteriormente foram editados em volume, dedicados aos assuntos econômicos, como "Apontamentos históricos sobre a fundação da cidade e município de São Carlos do Pinhal", "O golpe de Estado", "O câmbio", "Questões econômico-financeiras", "Intensificação econômica no Brasil", "Ensino industrial, siderúrgica, etc.", "Secas do nordeste", "O Brasil novo" e outros.

Foi membro fundador do Instituto Histórico do Estado de São Paulo, sócio do Instituto Histórico e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Presidiu o Banco do Brasil.

Faleceu em 12 de agosto de 1953, no Rio de Janeiro.

OTACÍLIO SILVEIRA DE BARROS

Nascido em 1895, também pertenceu ao grupo dos piracicabanos. Na nota publicada por ocasião do seu falecimento consta que foi um

(...) vernaculista emérito e regeu, por concurso, a cátedra de Latim da antiga Escola da Praça, depois Instituto de Educação "Caetano de Campos". Nesta redação, onde ingressou nos anos 20, chefiou o serviço do Exterior e depois o Nacional, que em seu tempo abrangia também o noticiário político, até aposentar-se, nos anos 50.²⁷

Faleceu em 13 de junho de 1982.

JACOB DIEHL NETO

Jacob Diehl Neto nasceu em Piracicaba em 6 de abril de 1890. Jornalista e advogado piracicabano, diretor e redator de jornais em Piracicaba, como o "Diário de Piracicaba", do qual foi um dos fundadores, e o "Jornal de Piracicaba", foi presidente da Ordem dos Advogados local de 1942 a 1968.

A nota que o "Estadão" publicou por ocasião de seu falecimento explica que "Era conhecido como 'O advogado dos peixes', por ter defendido o rio Piracicaba contra a poluição".²⁸ Jacob Diehl Neto foi funcionário de "O Estado" quando era estudante da Faculdade de Direito, na capital.

Sobre ele, Cecílio Elias Netto²⁹ escreveu:

No jornalismo, ninguém excedeu o seu estilo castiço, apaixonado que era de Eça de Queiroz; na advocacia, foi um jurista de saber imenso; polemista, bom orador, poeta, soldado constitucionalista em 1932. De si mesmo e de sua paixão por Piracicaba, Jacob Diehl Neto dizia: "Sou piracicabano como o riacho Itapeva, que nasce e morre sem sair do município".

Faleceu em 23 de maio de 1970, ainda na ativa, atropelado por um carro.

SUD MENNUCCI

Dos piracicabanos do "Estado", Sud Mennucci é a figura mais controversa quando o assunto é o relacionamento jornalista – jornal.

Nascido em Piracicaba em 20 de janeiro de 1892, formado professor normalista em 1908 pela escola que futuramente levaria seu nome, Sud Mennucci tornou-se conhecido em todo Brasil por seu trabalho nos censos e nas reformas educacionais e pela defesa incondicional da educação rural. Ocupou os cargos mais importantes na hierarquia da Educação Estadual. Criou o Centro do Professorado Paulista. Segundo o "Almanaque 2000: memorial de Piracicaba"³⁰, Mennucci pode ser considerado um dos mais completos intelectuais piracicabanos do século XX.

Em 1910 começou a lecionar, mas sua atividade como professor foi inconstante. Logo foi seduzido para o jornalismo, inicialmente colaborando com os jornais das cidades onde lecionou. Passou pelo "Jornal de Piracicaba". Publicou seu primeiro livro em 1917, "Alma contemporânea". Entre suas obras mais importantes está "A crise brasileira da educação", de 1930.

Sua colaboração com o "Estado" começou por volta de 1918. Em 1925 aceitou o convite de Julio Mesquita Filho para trabalhar no "Estado" como redator, atividade que desempenhou até 1931. Os problemas de Sud com o "Estadão" aparentemente começaram com as primeiras manifestações de simpatia do piracicabano pelo movimento de levou Getúlio Vargas à Presidência. Diz Nacim Chieco³¹:

Não consegui identificar se essa preferência antecede ou sucede ao rompimento com os Mesquitas e, conseqüentemente, se haveria alguma relação de causalidade entre esses fatos. Importa assinalar que, segundo seu neto biógrafo, nem sempre Sud esteve do lado considerado "certo".

Em 1931 durante o período de intervenção federal em São Paulo, Sud Mennucci foi designado para dirigir a Imprensa Oficial do Estado. Mais tarde, quando se iniciaram as movimentações para a revolução de 1932, Sud Mennucci estava em situação política cada vez mais delicada. Chieco lembra que o piracicabano

*(...) havia integrado o PPP (Partido Popular Paulista, de triste memória nos fatos que culminaram no episódio MMDC), (...) do qual havia se desligado sem que fosse dada a devida publicidade, viu-se em situação política muito embaraçosa. Refugiou-se, durante dois meses, em um sítio em M'Boy, até que as coisas se acalmassem.*³²

Em 1932, Sud não esteve entre os autores do documento "A reconstrução educacional do Brasil", conhecido como "Manifesto dos Pioneiros", Lourenço Filho, Sampaio Dória e Júlio de Mesquita Filho. Em 1933 tentou um cargo político na Assembléia Constituinte. Não se elegeu.

Em 25 de março de 1940 "O Estado de S. Paulo" foi tomado da família Mesquita pela ditadura Vargas. A intervenção durou até 6 de dezembro de 1945 e o jornal não reconhece o conteúdo produzido no período como de sua autoria: "Somente o título do jornal não teve alteração. O conteúdo, por sua vez, tornou-se mais um boletim elogioso ao governo".³³ Em 1943, Sud Mennucci foi nomeado por Adhemar de Barros, outro piracicabano, para ocupar o cargo de diretor-superintendente do jornal. Para o pesquisador Vandrê Silva³⁴, "Pensar na nomeação de Mennucci para o jornal é importante, visto que o Estado Novo passou a utilizar os opositores da Família Mesquita para dirigirem seu jornal após a intervenção". Ficou no cargo até o dia 29 de novembro de 1945, quando pediu demissão, às vésperas de o jornal ser devolvido aos seus proprietários.³⁵

Sud Mennucci continuou no jornalismo, mas faleceu poucos anos depois, em 22 de julho de 1948, em São Paulo.

JOÃO DA CUNHA CALDEIRA FILHO

João da Cunha Caldeira Filho nasceu em Piracicaba em 12 de outubro de 1900. Mudou-se para São Paulo ainda criança. Estudou no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Diplomou-se no curso de piano em 1924 e no curso de concertistas em 1926. Residiu e estudou na Europa. De volta ao Brasil tornou-se professor de piano e história da música no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Iniciou a crítica musical no "Correio de S. Paulo", passando depois à "Folha da Noite". Ingressou no "Estado" em 8 de setembro de 1935. Ali, respondeu pela crítica de música erudita por 43 anos.

Trabalhou em outros jornais e revistas. Parte de sua obra está publicada em livros. Sua obra didática também é extensa. Sua sucessora no "Estadão" escreveu,

por ocasião de seu falecimento, que "Caldeira vinha de uma época de jornalismo romântico, de ir após o concerto à redação para sair, no dia seguinte, a palavra respeitada do crítico infalível".³⁶

Faleceu em São Paulo, em 21 de maio de 1982.³⁷

PAULO RIBEIRO DE MAGALHÃES

Paulo Magalhães nasceu em Piracicaba. Seu pai foi editor do jornal "Gazeta de Piracicaba". Chegou a freqüentar a Escola Normal, mas não terminou o curso. Trabalhou no comércio, em Santos, foi funcionário de banco e orientador artístico da RCA Victor. Trabalhou para jornais diversos, entre os quais o "Diário da Noite", entre 1927 e 1932. Foi combatente de 32. No "Estado", onde se fixou definitivamente, especializou-se nos setores musical e nos estudos de folclore. Foi oficial do gabinete do prefeito Fabio Prado, função na qual, ao lado de Mario de Andrade, foi um dos responsáveis pela criação e organização do Departamento Municipal de Cultura. Foi diretor do Teatro Municipal. Durante a campanha de Armando de Salles Oliveira à Presidência, Magalhães foi o responsável pela assessoria de imprensa. Escreveu livro infantil "Histórias do mato virgem". Faleceu em São Paulo, aos 56 anos.³⁸

FRANCISCO E HELIO DAMANTE

Nascido em Piracicaba, Francisco Damante formou-se pela Escola Complementar e cedo foi lecionar em Bom Jesus dos Perdões, onde se fixou e começou a trabalhar também como jornalista. Foi correspondente e colaborador do "Estado". Grande estudioso das tradições da região bragantina, teve suas contribuições reconhecidas por Amadeu Amaral, Monteiro Lobato, entre outros. Publicou os livros "Na Roça" (1919) e "O bom povo" (1925). Seu filho, Helio Damante (1919 – 2002), nascido em Perdões em 1919, jornalista e estudioso da história e da religião, trabalhou em "O Estado de S. Paulo" por 50 anos. Francisco Damante faleceu em Santos em 27 de novembro de 1927.³⁹

THALES CASTANHO DE ANDRADE

Nascido em 15 de agosto de 1890, em Piracicaba, diplomou-se professor normalista na Escola Complementar, instituição onde foi professor de história e, posteriormente, diretor. Lecionou em outras escolas e cidades. Exerceu cargos de

diretor do Departamento de Educação e Secretário da Educação. Escreveu dezenas de livros, entre os quais "A filha da floresta" e o clássico "Saudade", ambos de 1919. Foi membro da Academia Paulista de Letras. Cecílio Elias Netto destaca o escritor piracicabano como um "ecologista pioneiro"⁴⁰, ao anunciar uma "ideologia ruralista que, depois, foi reinterpretada pelo enfoque da ecologia e do ambientalismo". Em vida viu o sucesso de seu trabalho. Recebeu as mais importantes homenagens, em Piracicaba e também nas principais capitais e entidades nacionais.

Por ocasião de seu falecimento, o "Estado" publicou sobre Thales de Andrade:

Trata-se de um dos últimos representantes da geração de pedagogos, saída da escola normal local, hoje Instituto de Educação "Sud Mennucci", e que se projetou não só no campo do magistério público, como também do jornalismo e das letras. Leo Vaz, Lourenço Filho, Breno Ferraz, Marcelino Ritter, Sud Mennucci e tantos outros. Incompleto elenco que também denota os laços que uniram mais de uma geração de professores piracicabanos a esta casa. Trata-se dos chamados "piracicabanos de O Estado". Entre eles Tales Castanho de Andrade teve seu lugar, como colaborador assíduo e partícipe de campanhas educativas que culminaram com a criação da Universidade de São Paulo.⁴¹

Thales de Andrade faleceu em São Paulo, em 2 de outubro de 1977.

Conclusão

O "grupo piracicabano" do jornal "O Estado de S. Paulo" compunha-se de jornalistas e intelectuais de origem ou formação piracicabana, ou ainda de filhos de piracicabanos que também tiveram passagem pelo matutino. A maioria deles formou-se normalista na escola que hoje leva o nome de um dos componentes do grupo – Sud Mennucci – e exerceu o magistério. Alguns ocuparam cargos públicos como secretários, diretores e delegados da Educação, ou como responsáveis por importantes acervos e museus do Estado. Quase todos trabalharam nos jornais da terra natal e também da capital paulista. No "Estadão" construíram carreiras que, em alguns casos, chegaram a cinco décadas.

A concentração de piracicabanos na redação de "O Estado de S. Paulo" e a duração de sua colaboração com a casa deve-se à consonância de interesses entre jornal e profissionais, que estiveram do mesmo lado na maioria dos os eventos que marcaram a vida nacional, desde o aparecimento do primeiro dos piracicabanos a aliar-se a Julio de Mesquita nos primórdios da República, Cincinato Braga. Houve algumas poucas exceções pontuais. O único do grupo a, claramente, não estar alinhado aos interesses do jornal foi Sud Mennucci, cujas posições políticas tornaram inviável sua presença na empresa, dada sua incompatibilidade com a família Mesquita, ao passo que o qualificaram a desempenhar o cargo de diretor-superintendente de "O Estado", durante os anos 1940-1945, quando o periódico foi tomado de seus proprietários pela ditadura Vargas, a mando de Adhemar de Barros.

Há muito para ser estudado sobre os "piracicabanos de 'O Estado de S. Paulo'", tanto de suas relações com o jornal como individualmente. Suas histórias de vida, o papel crucial que desempenharam na história brasileira do século XX, suas relações com a terra natal, o ideário da época em que viveram merecem o resgate do limbo dos velhos arquivos, onde seu trabalho repousa esquecido, muito injustamente.

Notas

- ¹ BARBOSA, Rolmes. Celso Garcia não é apenas nome de rua. O Estado de S. Paulo. 15 jul. 1973. p.254.
- ² DAMANTE, Helio. Piracicabanos em "O Estado". O Estado de S. Paulo. 01 ago. 1967, p.14.
- ³ RITTER, Marcelino. Em Piracicaba, sua formação. O Estado de S. Paulo. 06 mar. 1973, p.13.
- ⁴ DAMANTE, Helio. Piracicabanos em "O Estado". O Estado de S. Paulo. 01 ago. 1967, p.14.
- ⁵ Segundo Cecílio Elias Netto (2000, p.155) o vigor intelectual daquela geração de piracicabanos era tamanho que o grande Monteiro Lobato – apercebendo-se da força piracicabana nos meios culturais de São Paulo e na imprensa – alertou, com seu estilo cortante: "O perigo não é amarelo. O perigo é piracicabano".
- ⁶ OLIVEIRA, Rodrigo Soares. Os saudosos companheiros de redação – Suplemento do Centenário. O Estado de S. Paulo. 13 dez. 1975, p.6.
- ⁷ Cecílio Elias Netto (2000, p.155) explica: "Tendo morado alguns anos na Inglaterra, JM Ferreira mergulhou nos estudos do 'grupo de Bloomsbury', o bairro londrino onde, a partir de 1907, uma elite intelectual inglesa se reuniu para repensar as artes e a cultura do século. Era o grupo de se reunia em torno de Virginia Woolf e do seu marido, Leonard Woolf, com a participação do biógrafo Lytton Strachey, o economista J.M.Keynes, o crítico Roger Fry, o escritor Edward Morgan Forster, autor do consagrado 'Passagem para a Índia'.
- ⁸ ELIAS NETTO, Cecílio. Leo Vaz, um dos grandes escritores brasileiros, quase esquecido em sua terra. A Província Online, Piracicaba, 22 dez. 2012. Disponível em < <http://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/gente-nossa/leo-vaz/>>. Acesso em 28 jun. 2013.
- ⁹ Depois de "Folha da Noite", em 1921, vieram os jornais "Folha da Manhã" (1923) e "Folha da Tarde" (1925). A fusão destes títulos deu origem, em 1960, ao jornal "Folha de S. Paulo".
- ¹⁰ LEONEL Vaz de Barros, escritor e jornalista. O Estado de S. Paulo. 06 mar. 1973, p.13.
- ¹¹ MARIO Neme faleceu ontem. O Estado de S. Paulo. 15 mar. 1973, p.22.
- ¹² Idem.
- ¹³ Mais sobre Mario Neme em APOSENTA-SE Mario Neme. O Estado de S. Paulo. 01 de março de 1972, p.18.
- ¹⁴ MORRE Marcelino Ritter. O Estado de S. Paulo. 24 set. 1976, p.6.
- ¹⁵ APOSENTA-SE Marcelino Ritter. O Estado de S. Paulo. 16 fev. 1971, p.20.
- ¹⁶ MORRE Marcelino Ritter. O Estado de S. Paulo. 24 set. 1976, p.6.
- ¹⁷ ELIAS NETTO, Cecílio. Brenno Ferraz do Amaral. A Província On-line. 01 out. 2012. Disponível em <www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/gente-nossa/brenno-ferraz-do-amaral>. Acesso em 04 jul. 2013.
- ¹⁸ LOSSO NETTO, Fortunato. Os piracicabanos do "O Estado de S. Paulo". Jornal de Piracicaba. 04 jan. 1975.
- ¹⁹ BRENNO Ferraz do Amaral. O Estado de S. Paulo. 01 ago. 1961, p.9.
- ²⁰ LOSSO NETTO, Fortunato. Os piracicabanos do "O Estado de S. Paulo". Jornal de Piracicaba. 04 jan. 1975.
- ²¹ BRENNO Ferraz do Amaral. O Estado de S. Paulo. 01 ago. 1961, p.9.
- ²² Idem.
- ²³ CUNHA, Pedro. O pesquisador Brenno Ferraz. O Estado de S. Paulo. 20 ago. 1972, p.152.
- ²⁴ Sobre Pedro Ferraz do Amaral ver também PEDRO Ferraz aposenta-se, O Estado de S. Paulo, 04 de julho de 1971, p. 45.
- ²⁵ CINCINATO Braga, O Estado de S. Paulo, 13 ago. 1953, p.5.
- ²⁶ Idem.
- ²⁷ FALECIMENTOS. Otacílio Silveira de Barros. O Estado de S. Paulo. 16 jun. 1982. p. 15.
- ²⁸ FALECIMENTOS, Jacob Diehl Neto, O Estado de S. Paulo, 24 mai. 1970, p.33.
- ²⁹ ELIAS NETTO, 2000, p.205.
- ³⁰ Idem, p.195.
- ³¹ CHIECO, Nacim Walter. Discurso de posse na Academia Paulista de Educação. Centro do Professorado Paulista, 19 abr. 2004. Disponível em < apedu.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=161:discurso-de-posse-do-academico-nacim-walter-chieco&catid=10:discursos&Itemid=171>. Acesso em 10 jul. 2013.
- ³² Idem.
- ³³ HISTÓRIA do Grupo Estado nos anos 1940. Disponível em < http://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1940.shtm>. Acesso em 20 jul. 2013.
- ³⁴ SILVA, 2012, p.186.
- ³⁵ Sobre Sud Mennucci e o período de intervenção no "Estado" ver também GIESBRECHT, Ralph Mennucci. A devolução do Estadão aos Mesquita em 1945. Blog do Ralph Giesbrecht. Disponível em <blogdogiesbrecht.blogspot.com.br/2010/11/devolucao-do-estadao-aos-mesquita-em.html>. Acesso em 10 jul. 2013.
- ³⁶ FREITAG, Lea. Professor e crítico infalíveis. O Estado de S. Paulo. 23 mai. 1892, p.48.

³⁷ Sobre Caldeira Filho, ver também CALDEIRA Filho faz 70 anos. O Estado de S. Paulo. 10 dez. 1970, p.20. CALDEIRA Filho, uma vida dedicada à música erudita. O Estado de S. Paulo. 23 mai. 1892, p.48.

³⁸ PAULO Magalhães. O Estado de S. Paulo. 29 out. 1957, p.11.

³⁹ Sobre Francisco Damante, ver PLEITO a memória de um jornalista. O Estado de S. Paulo. 18 ago. 1949, p.8. Sobre Hélio Damante, ver MORRE o jornalista e folclorista Hélio Damante. O Estado de S. Paulo. 02 dez. 2002, p.8.

⁴⁰ ELIAS NETTO, 2000, p.156.

⁴¹ A MORTE do velho autor de “Saudade”. O Estado de S. Paulo, 06 out. 1977, p.21.

Referências bibliográficas

ACERVO Estadão. Disponível em <acervo.estadao.com.br/>.

A PROVÍNCIA ON-LINE. Piracicaba. Disponível em <http://www.aprovincia.com.br/>.

ELIAS NETTO, Cecílio. Almanaque 2000: memorial de Piracicaba – Século XX. Piracicaba: IHGP, Jornal de Piracicaba, Unimep, 2000.

SILVA, Vandrê Aparecido Teotônio da. “Notícias do Rio”: a intervenção no jornal O Estado de S. Paulo e a autolegitimação do Estado Novo (1939 - 1945). Dissertação (Mestrado em História). USP. 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

Imagem do diplomata japonês,
Chiune Sugihara (1900-1986)



BIOGRAFIAS

CHIUNE SUGIHARA, O "SCHINDLER" JAPONÊS

TOSHIO ICIZUCA

Engenheiro, escritor, associado efetivo e Diretor 2º Secretário do IHGP

*Artigo originalmente publicado no jornal
"Tribuna Piracicabana".*



Escudo da cidade de Kaunas, então capital da Lituânia. O país foi partilhado por russos e alemães através do Pacto Ribbentrop-Molotov (agosto de 1939) e tornou-se uma república socialista da União Soviética de 1940 a 1990.

Até o fim do século passado, pouco se sabia sobre Chiune Sugihara, o japonês que salvou milhares de refugiados judeus do Holocausto. Somente na década de noventa e no início doséculoXXI, após a sua morte, começaram a circular publicações falando do diplomata japonês que ficou conhecido como salvador de 6000 judeus da Polônia e Lituânia durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Eu também não sabia que existia o “Schindler” japonês, alusão ao industrial alemão Oskar Schindler (1908-1974) que livrou milhares de judeus da câmara de gás no mesmo período.

Em outubro de 2012, recebi de um amigo e ex-colega de Engenharia da Universidade Mackenzie, de São Paulo, um e-mail com uma série de publicações falando de Chiune Sugihara, também conhecido como Sempo

Sugihara. Todas as matérias eram de jornais e sites dos EUA, logicamente escritas em inglês.

Ao ler as publicações, achei-as muito interessantes como um fato histórico, tendo em vista a pouca divulgação no Brasil sobre essa personagem que viveu intensamente durante a Segunda Guerra Mundial.

A seguir, uma breve descrição da linda história de Chiune Sugihara e de sua esposa, Yukiko. A trajetória de vida desse homem é um veículo perfeito para inspirar a juventude para o amor entre os seres humanos, motivação para se dedicar ao próximo e mostrar como uma pessoa pode fazer diferença neste mundo.

Chiune Sugihara nasceu nodia primeiro de janeiro de 1900, na cidade de Yaotsu, Província de Gifu, no Japão. Seu pai queria que ele fosse médico, mas seu sonho era estudar línguas estrangeiras e morar no exterior. Assim, matriculou-se no curso de inglês na Universidade de Waseda, em Tóquio. Fazia bicos para custear seus estudos, pois a família era bem modesta. Quando tinha 19 anos de idade, soube que o Ministério de Relações Exteriores estava recrutando estudantes que quisessem estudar no exterior e posteriormente seguir a carreira diplomática. Ele se esforçou e passou no exame de seleção. Seu destino foi estudar em Harbin, na Manchúria, que

na época era uma possessão japonesa dentro do território chinês. Ele se matriculou no curso de língua russa na Harbin Gakuen University, e graduou-se com 24 anos.

Ao se formar, Sugihara iniciou a carreira diplomática no governo da Manchúria, controlado pelo Japão. Após dez anos de atividade diplomática foi-lhe oferecido o cargo de Ministro de Relações Exteriores da Manchúria, porém, ao não tolerar a crueldade dos japoneses contra o povo chinês – a China havia sido derrotada pelo Japão na Guerra “Sino/Japonesa”-recusou a oferta como sinal de protesto, e retornou ao Japão. Casou-se com a jovem Yukiko, sua noiva há algum tempo.

Em 1938, Sugihara foi designado para a embaixada do Japão em Helsinque, na Finlândia, porém, ficou pouco tempo no cargo. No ano seguinte estourou a Segunda Guerra, e ele foi enviado à Lituânia para abrir o consulado em Kaunas, então capital, com 120.000 habitantes. Entretanto, ele não se sentia confortável no posto quando a Alemanha invadiu a Polônia e uma onda de perseguição aos judeus teve início. Os refugiados procuravam a Lituânia, aparentemente um país tranquilo, onde viviam cerca de 30.000 judeus. Os refugiados vinham apenas com as roupas do corpo e pouco dinheiro. Entretanto, com o avanço das tropas nazistas em direção à Lituânia, a única rota de fuga dos judeus seria em direção ao leste, do lado da Rússia. Porém, os russos só permitiam cruzar a fronteira aos que portavam o “Visa” (visto) de trânsito. Na época, o único consulado de Kaunas em condições de emitir o “Visa” era o do Japão, onde Sugihara era o responsável. A obtenção do “Visa” tornou-se uma questão de vida ou morte para milhares de judeus.

Na manhã de julho de 1940, a família Sugihara foi acordada com o barulho de centenas de refugiados judeus em frente ao consulado, onde também era a residência do seu titular. Todos queriam o “Visa” japonês para poder seguir a rota de fuga para o leste.

Ao ver os refugiados, entre os quais, muitas mulheres, crianças e idosos, com os olhos brilhando de esperança, Sugihara ficou triste, sentiu-se incapaz de atender ao desejo deles. Ele queria ajuda-los, porém não tinha autorização do Governo japonês para emitir o “Visa”. Ele telegrafou três vezes ao seu superior pedindo permissão para emitir o documento, porém foi-lhe negado, e na última resposta, além da negativa veio uma advertência: aconselho-o a não repetir o pedido, pois poderás sofrer a devida punição.

O tempo era crucial para os refugiados judeus, e Sugihara tinha uma difícil decisão a tomar. Era sua obrigação acatar as normas do Governo Japonês, porém não poderia permitir que os refugiados morressem nas mãos dos nazistas. Ele poderia desobedecer à ordem superior, mas isto seria também desobedecer a Deus. Em conversa com Yukiko, sua esposa, disse: “Eu sei que a solução está na



Figura 1 - mapa dos campos de concentração na Europa durante a 2ª Guerra Mundial.
Fonte: <http://history1900s.about.com/od/holocaust/ss/Camps-Map.htm>

minha consciência, vou seguir o que ela mandar”. Guiado pela força da moralidade, Sugihara começou a emitir o “Visa”, inteiramente manuscrito, assinado e carimbado, documento essencial à entrada na Rússia em direção a Vladvostok, via Sibéria, e atingir o norte do Japão.

Durante 29 dias, de 31 de julho a 28 de agosto, ele trabalhou ininterruptamente emitindo “Visa”, com uma produção média diário de 300 documentos. No fim do dia era necessário que alguém massageasse suas mãos e braços, pois o cansaço era terrível. Ele precisava atender milhares de refugiados em fila desejosos de obter o documento sonhado. Se algum dos desesperados tentasse galgar o muro, ele saía da sala para acalmar a multidão, prometendo não abandoná-los à sorte. Mesmo quando precisava viajar a serviço, ele carregava pastaos materiaisnecessários à emissão do documento.

Assim, ele emitiu cerca de 6000 “Visas” aos refugiados judeus. Todos eles ficaram livres do Holocausto e puderam seguir suas rotas de fuga para o leste. Eles ficaram conhecidos como “Sobreviventes do Sugihara”.

Ao terminar a Guerra, o Governo Russo prendeu Sugihara, Yukiko e seus filhos, e os mantiveram presos por 18 meses em um campo de concentração na Romênia.

Em 1947, quando retornou ao Japão, o Ministério de Relações Exteriores demitiu-o do serviço diplomático por desobediência às normas. Sem o cargo, ele entrou em depressão e ficou doente. O abatimento maior foi por ele estar beirandoos 50 anos, idade considerada crítica para um trabalhador japonês devido à dificuldade de colocação no mercado. A família Sugihara enfrentou pobreza e fome. Para sobreviver, ele vendia lâmpadas de porta em porta, único trabalho digno que conseguiu encontrar. Além disso, esporadicamente executava serviços de intérprete e tradutorde textos em inglês e russo. Felizmente, nessa época ele conseguiu uma colocação em uma empresa exportadora da Rússia, onde ficou por 15 anos. Nesse período Sugihara ficou totalmente obscuro, ignorado, pois raramente visitava o seu país.

Após o fim da Guerra, vários dos sobreviventes salvos por Sugihara tentaram localizá-lo através do Ministério de Relações Exteriores do Japão, porém não obtiveram êxito. O Governo Japonês não colaborava no trabalho de busca, dizia simplesmente que o nome de Sugihara não constava na relação dos diplomatas.

Sua humildade e modéstia não lhe permitiu que falasse da sua atuação durante a Guerra para se vangloriar, e somente em 1968, pouco mais de trinta anos do fim do conflito, foi localizado por Joshua Nishri, um dos sobreviventes que exercia o cargo de adido econômico na embaixada de Israel em Tóquio. Desde então, o nome de Sugihara voltou a ser falado na imprensa japonesa e de Israel.



Figura 2. Fotos de autoria do polonês Wilhelm Brasse (1917 – 2012) retratando a jovem Czesława Kwoka, morta aos 14 anos no campo de Auschwitz em março de 1943. Também prisioneiro, Brasse realizou de 40.000 a 50.000 fotografias para prontuários, fichas e arquivos do campo que ficava na vizinha Polônia. Fonte: Auschwitz-Birkenau State Museum/Wikipedia.

O encontro com o Nishri foi muito significativo para Sugihara, pois durante todo esse tempo ele não sabia se os "Visas" que emitira e entregara aos refugiados da Lituânia tinham salvado alguns deles. Mas ao saber que todos obtiveram êxito, e cerca de 40.000 descendentes deles viviam espalhados pelo mundo, lágrimas rolaram dos seus olhos diante do seu interlocutor. Ele disse: Mesmo que uma vida fosse salva, meu esforço seria recompensado.

No ano seguinte, Sugihara visitou Israel a convite do Governo daquele país e particularmente do Ministro da Religião, Zorach Warhaftig, um dos sobreviventes. Em 1985, após ser reconhecido mundialmente pelo trabalho executado, ganhou do Governo de Israel a maior honraria concedida a uma personalidade. Ele foi agraciado também com o título de "Justo Entre as Nações" do Memorial Holocausto de Israel "Yadi Vashen". A cerimônia de entrega foi realizada na Embaixada de Israel em Tóquio, uma vez que Sugihara, muito doente, não tinha condição de se locomover. Sua esposa Yukiko e seu filho Hiroki representaram o homenageado nesse ato. No ano seguinte, foi erguido um monumento em sua homenagem na colina de Jerusalém, e no local foi plantada uma árvore símbolo de Israel. Na mesma cidade, um parque recebeu o seu nome, e seus descendentes ganharam a cidadania israelense. Nobuki, um dos filhos, graduou-se na Universidade Hebraica e fala fluentemente o idioma hebraico.

Um ano depois, em 31 de julho de 1986, aos 86 anos, Chiune Sugihara faleceu. Apesar da divulgação dada ao seu nome em Israel e outras nações, em seu país ele era virtualmente desconhecido. Entretanto, devido à presença de inúmeras delegações de estrangeiros ao seu funeral, o povo japonês reconheceu-o como uma grande figura altruística. Anos depois, seu filho mais velho, Hiroki, que na época vivia nos Estados Unidos, criou a Fundação "Visas for Life", juntamente com o Governo de Israel, para perpetuar o legado de seu pai. A finalidade da Fundação é divulgar e educar o povo a respeito do valor da vida e, sobretudo conscientizar as pessoas sobre o que é essencial para a humanidade.

Em 1991, por ocasião da celebração da data de Independência da Lituânia, um monumento foi erguido em um dos principais logradouros de Kaunas. Mas, somente em 1992, os moradores de Yaotsu, sua terra natal, construíram um monumento à sua lembrança.

Após a sua morte, vários escritores japoneses lançaram livros falando de Sugihara, inclusive Yukiko, a viúva, com o título "Visas for Life" (Passaporte para a vida, no título em português), em 1995.

REFERÊNCIAS:

- Artigo publicado no "Jewish Post" de New York, por Zamira Chenn, sob título, "The Japanese Schindler", em 2012.
- Artigo publicado no "What's New", de Sacramento, Califórnia, EUA, por Anne Akabori, sob título, "Visas For Life Foundation".
- Jewish Virtual Library – Livro sob título "Chiune e Yukiko Sugihara"
- The Art of Manliness – "Lessons In Manliness: Chiune Sugihara", em 2010
- Amazon.com, USA – Pesquisa sob título: "Holocaust" – "Visas For Life: The Remarkable Story of Chiune and Yukiko Sugihara".



7

POESIA E PROSA

Lendas do rio Piracicaba

IVANA MARIA FRANÇA DE NEGRI

Professora, escritora e poetisa. Titular da Cadeira n.º 33 da Academia Piracicabana de Letras.

Denise Storer, "Repouso do barco",
2009, aquarela (50 x 70 cm).
Pormenor em branco e preto .

Conta-se que há muitos e muitos anos, quando a cidade não passava de um vilarejo, viveu por estas bandas um jovem casal de apaixonados que costumava encontrar-se todos os dias, ao entardecer, numa pequena colina às margens do caudaloso rio que dava nome à cidade.

A paixão que os unia era tão intensa que cada novo encontro tornava-se pura magia, graças ao cenário fantástico que os envolvia nesses idílios. Traçavam belos planos para o futuro que incluíam filhos para compartilhar esse grande amor. Sonhavam com uma casinha aconchegante e cheia de flores à beira do rio que amavam tanto e que sempre faria parte de suas vidas, já que Ari era pescador.

A cerimônia do casamento seria na capela, ornada com flores em profusão, de todos os matizes, pois plantas e flores eram a paixão de Iraci, a jovem casadoira.

A moça, vendo que a coroação do sonho estava próxima, sentia-se num verdadeiro paraíso onde só havia amor, encantamento e felicidade.

Às vésperas do casamento, tudo já estava mais ou menos encaminhado. O casal acertava os últimos detalhes sentado na barranca do rio, quando Ari vislumbrou entre o vão das pedras, uma flor estranha e de inigualável beleza e decidiu colhê-la para sua amada já que ela gostava tanto de flores.

Foi cautelosamente escalando as pedras mais secas e logo chegou ao destino. Parou maravilhado pela rubra flor aveludada e ficou contemplando absorto as pétalas salpicadas de gotinhas furtacoras, ansioso para entregá-la ao seu grande amor. Tão embevecido ficou que, pisando em falso, foi colhido de surpresa pela força truculenta da correnteza. Tentou lutar contra ela, mas a violência das águas era tanta que o pobre rapaz sucumbiu num redemoinho de espuma.

Iraci, que tudo assistia sem nada poder fazer, entrou em desespero e, num ímpeto ditado pelo coração, mandou-lhe um último beijo, pedindo a Deus que o acompanhasse.

Jamais encontraram o corpo do jovem tragado pelo rio, que nunca o devolveu. Para a donzela, que viu seus sonhos de amor desmoronarem, só restaram as lágrimas. Tudo perdeu o sentido, sua vida não tinha mais significado.

Todos os dias, religiosamente, ela rumava para a beira do rio e, na pequena colina, com os olhos perdidos no horizonte, sentia a aragem suave envolvendo-a, e fechava os olhos imaginando que era o seu amor afagando-lhe os cabelos como sempre fazia. Só assim conseguia um pouco de paz e conforto para aplacar sua dor pela imensa saudade.

Passaram-se os anos rapidamente. Os loiros cabelos, que a brisa do rio continuava a afagar mansamente, tornaram-se brancos como a espuma do rio e, todos os dias, a

velha senhora era vista na colina perto do rio a derramar lágrimas de saudade pelo noivo engolido pelas águas traiçoeiras do rio.

Sua história perdeu-se entre tantas outras e diluiu-se no tempo. Mas há pescadores que juram de “pés juntos” que, ainda hoje, em noites sombrias, ouvem choro e lamentos longínquos. É o pranto eterno da noiva que, segundo a crença popular, continua misteriosamente a ecoar pelas cercanias do rio.

Não se tem certeza de sua veracidade, mas essa é uma das muitas histórias que são contadas pelos avós aos atentos netinhos em noites de temporal e passadas de geração em geração.

Em épocas de cheia do rio, quando as águas barrentas invadem com fúria as habitações ribeirinhas, dizem que são as lágrimas da moça pelo noivo perdido que fazem o rio transbordar. Pode ser mais uma história de pescador. Quem sabe?...

A cidade de Piracicaba é famosa, além das fronteiras, como a “Noiva da Colina”, e seu nome em tupi-guarani quer dizer “lugar onde o peixe pára”. Seu majestoso salto é conhecido como “Véu da Noiva”, pois desce as pedras em cascata, espumando as águas até torná-las brancas como o tule farto que adorna a grinalda das noivas ao pé do altar.

Os nativos desta terra são apaixonados pelo rio e pela “noiva”. Não há um só poeta ou escritor piracicabano que não tenha cantado em verso ou em prosa as suas belezas naturais.

E o imponente Rio Piracicaba, em seu eterno corcovar, leva para longe a história de amor dos dois amantes, que ficou para sempre em suas águas a vagar...

Piracicaba, o espírito do lugar

As águas recortam odores e paisagens
de uma cidade que incorporei em minha alma
no lusco-fusco da ponte pênsil
nas ribanceiras apinhadas de pescadores
na chaminé do Engenho que rasga a Urbanidade

Na praça, velhinhos com os carrinhos de passeio
transportam guris, empresários do futuro
e as pombas arrulham histórias das dinastias
entremeadas com o metalúrgico que ali caminha.

Mas é nos bares que a cidade se revela
nas caninhas sorvidas em meio às angústias
nos chopos compartilhados com amigos
nos petiscos que marcam sabores e veleidades.

Somos partículas do ambiente em que vivemos
força viva do planeta que coabitamos.
Nosso espírito está tatuado no espaço
virtualmente presente nos fluidos cósmicos.

Anatomia de Piracicaba

No corpo de uma vivaz cidade progressista
águas banham em rio, córregos e ribeirões
Universidades que norteiam seus destinos

E da terra produtiva em sua força industrial
um labor encantado pela pujança da cultura
daquela emoção cabocla inserida no ambiente urbano
quando o Folclore colore o cinza do progresso

No biotipo de um povo bandeirante
Que aqui aportou fazendo história
Há energia da cana, da moenda, do retirante
Do coração pulsante do povo paulistano!

Carmen Pilotto

Formada em Letras. Escritora.
Titular da Cadeira nº 19 da
Academia Piracicabana de Letras.

Denise Storer, "Piracicaba", aquarela.
Pormenor em branco e preto

8

IHGP

**Relatório de atividades do
Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba
(IHGP)**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA (IHGP)

A - Sessão Magna 2013



Programa

- Composição da Mesa Diretora
- Abertura da Sessão Magna pelo Presidente Dr. Vitor Pires Vencovsky
- Saudação do Orador do IHGP e protocolo oficial Dr. Gustavo Jacques Dias Alvim
- Palestra alusiva a Piracicaba pelo Prof. Dr. Almir de Souza Maia
- Apresentação dos novos Associados Efetivos do IHGP e entrega dos medalhões e respectivos diplomas - Sr. César Lásaro Ferreira Costa, Prof. Laura Alves Martirani, Prof. Josué Adam Lazier e Eng. Luis Roberto Moretti
- Apresentação da personalidade homenageada com a outorga da Medalha de Mérito e Diploma "Prudente de Moraes" - Dr. Olívio Nazareno Alleoni
- Palavra do homenageado com a Medalha de Mérito "Prudente de Moraes" e dos associados empossados
- Encerramento e coquetel

Pede-se a confirmação de presença para reserva de lugares.
Fone: (19) 3434-8811 – ihgp@ihgp.org.br - Secretaria Geral
Aos Confrades, pede-se o porte da insígnia do IHGP

B - Medalhas de Mérito “Prudente de Moraes” outorgadas em 2013

Outorga da Medalha de Mérito “Prudente de Moraes”, oficializada pela Prefeitura Municipal de Piracicaba através da Lei nº 2.122 de 01 de julho de 1974.

DR. OLÍVIO NAZARENO ALLEONI - piracicabano, médico, formado pela Faculdade de Medicina de Taubaté (SP), onde especializou-se em cirurgia vascular. Possui inúmeros cursos de extensão universitária na área de saúde, no Brasil e Estados Unidos. Ocupou vários cargos e funções em sua área profissional. Atualmente dedica-se a pesquisar as raízes folclóricas de nossa cidade, a história dos imigrantes e europeus em nossa terra. É autor de várias obras, tais como “Teatro Municipal Dr. Losso Netto - três décadas de cultura” e “Cururu em Piracicaba”.

Exposição de Olívio Nazareno Alleoni por ocasião do agradecimento com Medalha Prudente de Moraes – Sessão Magna em homenagem ao IHGP - 30 de agosto de 2013

*Ilmas Autoridades presentes,
Ilmos Diretores do IHGP e seus associados,
Sras e Srs:*

Não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade para algumas breves considerações. Há 125 anos iniciou-se um sonho, o da busca de uma existência e porvir melhor, mais condigno do ser humano para duas famílias. E nesta intenção saíram meus avós da Itália, um da região de Mântova e outro da de Veneza, estabelecendo-se em Piracicaba, ainda na penúltima década do século XIX.

Um, Giovanni Alleoni, lavrador, e o outro Giovanni Busatto, sapateiro, apesar de suas profissões singelas, nem por isto deixaram de fornecer o que de melhor poderiam dar aos filhos naqueles difíceis tempos dos imigrantes. E este melhor chamava-se educação.

Pelos avós paternos Alleoni e Arrighi, meu pai, José Santo Alleoni, formado guarda-livros ou o atual contador, nunca exerceu a profissão, dedicando-se a cuidar das terras que havia adquirido com a herança recebida. Também foi um lavrador, assim como seu pai e seus irmãos. Transferiram-me a fibra indômita dos Alleoni.

Pelos meu avós maternos Busatto e Renna, todos seus filhos e filhas foram professores. Minha mãe, Antonieta Busatto Alleoni, me transferiu o gosto pelo

estudo e leitura que havia recebido de seus pais. Livros e revistas nunca faltaram em minha casa. E para isto também colaborou de forma impar minha irmã, Maria Ruth Buzzato Alleoni, formada agrônoma.

Dentro da profissão que optei, o sacerdócio à medicina foi a escolhida. E com ela tenho plena convicção que cumpri o juramento hipocrático e o dever como cidadão para com esta cidade. Mas só estas metas atingidas mostravam-se insuficientes para a plena satisfação pessoal. Algo mais tinha que ser realizado, para marcar indelevelmente minha gratidão por Piracicaba. A escrita foi uma das formas que optei. Foram redigidos quatro livros.

O primeiro, Uma Fresta para o Passado, procurei resgatar parte da condição dos imigrantes italianos em Piracicaba, seus sucessos e revezes, suas satisfações e agruras. Tentei identificar as famílias de imigrantes que por aqui passaram, as que permaneceram e as que foram para outras localidades. Foram anos e anos de entrevistas e pesquisas.

No segundo livro, Dr. Jairo Mattos honrou em me escolhendo para retratar o Centenário do Lar dos Velhinhos. Aí foram descritos a saga e a senda de um ideal ímpar, defendida com toda a garra pelos piracicabanos.

No terceiro retratei a pessoa de Sebastião da Silva Bueno, o Nhô Serra, indivíduo ímpar na música repentista, chamada de Cururu.

O quarto livro foi descrito os trinta anos da história do Teatro Municipal Dr. Losso Neto, sua atuação e influências na população de Piracicaba.

Há mais de uma década fui convidado a fazer parte do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba e Clube dos Escritores de Piracicaba, e aproximadamente a um quinquênio a ser membro da Academia Piracicabana de Letras. Diversos de meus artigos foram publicados nas revistas destas instituições. Optei também por uma série de artigos na internet, especificamente em www.oalleoni.blogspot.com, com quase meia centena de publicações versando sobre contos e www.memorial-piracicaba.blogspot.com com dezenas de publicações, ambos com milhares de acessos.

Mas ainda considerava insuficiente todo este esforço realizado frente o número de pessoas atingidas. Dediquei-me então a colocar pequenos filmes na Internet, no Youtube (site de filmagens), versando sobre Piracicaba e região. Foram em torno de 200 filmes, resultando em 15 horas de apresentação, com média de 5 minutos para cada filme. Os filmes realizados abordam temas como cururu, festas religiosas, cantores radicados em Piracicaba, peças teatrais, apresentações de danças

folclóricas e clássicas, etc. Foram realizados mais de meio milhão de acessos nestes filmes. Diversos foram apresentados entre 10 mil e cem mil vezes, e um dos filmes foi visto mais de 100.000 vezes.

Com isto tenho a convicção que consegui difundir por todo o Brasil, e inclusive nos Estados Unidos, Portugal, Japão e Espanha o nome de Piracicaba e cidades vizinhas e suas tradições. Já havia sido agraciado há alguns anos (2008) pela Prefeitura Municipal de Piracicaba (Secretaria Municipal de Ação Cultural) com a medalha João Chiarini pelos serviços prestados à manutenção do folclore e tradições piracicabanos.

Hoje com mais este galardão com que me honram, muito além de uma conquista pessoal, é o mérito herdado de meus pais e avós bem como o contínuo incentivo de minha irmã. É a eles que quero dedicar esta condecoração.

Tenho que ressaltar também, entre um grande número de pessoas que sempre me auxiliaram, o nome da Prof. Dra. Marly Theresinha Germano Perecin, e do jornalista João Umberto Nassif, pelos inestimáveis apoios dispendidos.

Sem dúvida constituirá este mérito, acima de tudo, como estímulo a continuar produzindo para este torrão que nos acolheu de braços abertos há mais de um século. Que sirva também de exemplo estes méritos para os familiares que me sucederem e outros, a carregar este lábaro da contínua e incansável busca dos inalienáveis direitos humanos, à justiça, à verdade, ao aprimoramento científico e social, à defesa e edificação da comunidade como um todo, à manutenção das tradições, e aos consanguíneos em especial a preservação destes dois nomes, Alleoni e Busatto, como musas inspiradoras da detenção e manutenção da dignidade, honra e capacidade de realização de um sonho iniciado há mais de um século.

Enfim, podemos nos vangloriar com toda a altivez, o arrojo, a audácia que nortearam nossos antepassados nesta busca de novas perspectivas a canção que cantarolavam; e hoje podemos orgulhosos dizer que atingimos seu tão desejado sonho: “Facciamo la América”. Meu muito obrigado a todos.

C - Admissão de novos associados em 2013

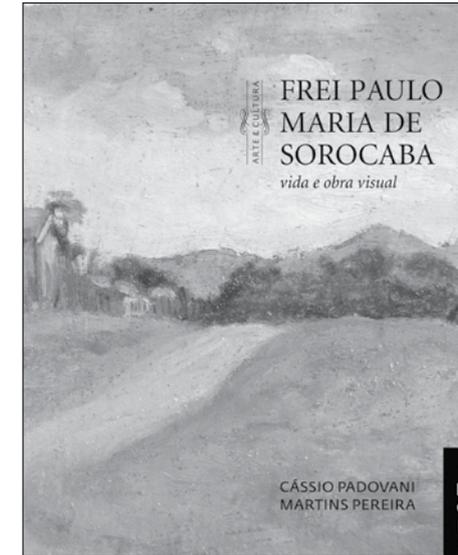
CÉSAR LÁZARO FERREIRA COSTA – piracicabano, é graduado em Comunicação Social-Jornalismo pela Unimep - Universidade Metodista de Piracicaba. Possui um acervo digital com mais de 15 mil entrevistas, exibidas pela TV Beira Rio desde 1992. Produziu, em parceria com a TV Manchete, um programa abordando a navegabilidade do Rio Piracicaba, transmitido em rede nacional. É atuante no Rotary Clube de Piracicaba Paulista desde 1995; participa da diretoria da Acipi desde 1999, ocupando vários cargos; em 2012, recebeu o título “Piracicabano Praeclarus”, a maior honraria da Câmara de Vereadores de Piracicaba.

JOSUÉ ADAM LAZIER – Doutor em Educação, Mestre em Teologia Bíblica. É coordenador do curso de extensão e assuntos comunitários da Unimep - Universidade Metodista de Piracicaba; professor de Teologia Pastoral na UMESP e Bispo Honorário da Igreja Metodista. Atua nas áreas de Educação, Educação Cristã, Educação Teológica, Pastoral e Bíblica, com ênfase no Novo Testamento. Autor de vários livros sobre o assunto e de textos e artigos para jornais e revistas.

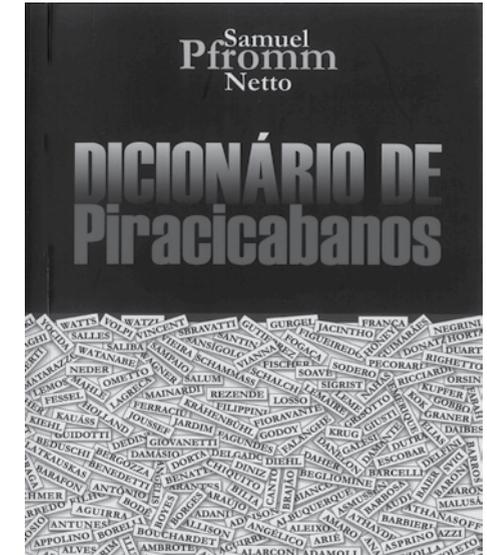
LAURA ALVES MARTIRANI – é doutora em educação pela USP - Universidade de São Paulo. Em sua formação acadêmica possui inúmeros cursos abrangendo as áreas de computação gráfica, audiovisuais, arte linguística, entre dezenas de outras especializações. É professora do departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, onde coordena um laboratório de vídeo, com ênfase na produção de audiovisual de documentários científicos, institucionais, educacionais e ambientais. É autora de várias obras sobre esses temas.

LUIS ROBERTO MORETTI – piracicabano, graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP - Universidade de São Paulo. Ingressou, em 1982, no Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE e, desde 1999, é diretor da Diretoria da Bacia do Médio Tietê. Participou da criação dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, onde atualmente exerce a função de secretário. É Professor Titular da Escola de Engenharia de Piracicaba e membro da Comissão de Pós-Graduação da mesma. Em 2009, recebeu o prêmio Destaque Ambiental por suas ações de vida pela gestão de recursos hídricos.

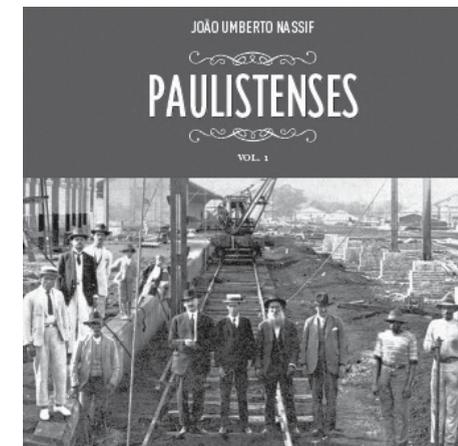
D - Livros publicados em 2013



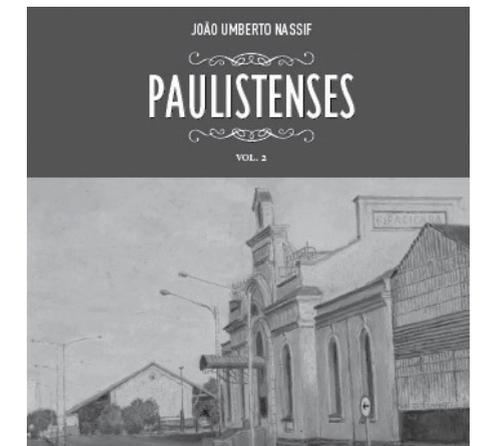
Frei Paulo Maria de Sorocaba
Cássio Padovani Pereira Martins
Relançamento: 1ª reimpressão



Dicionário de Piracicabanos
Samuel Pfromm Netto



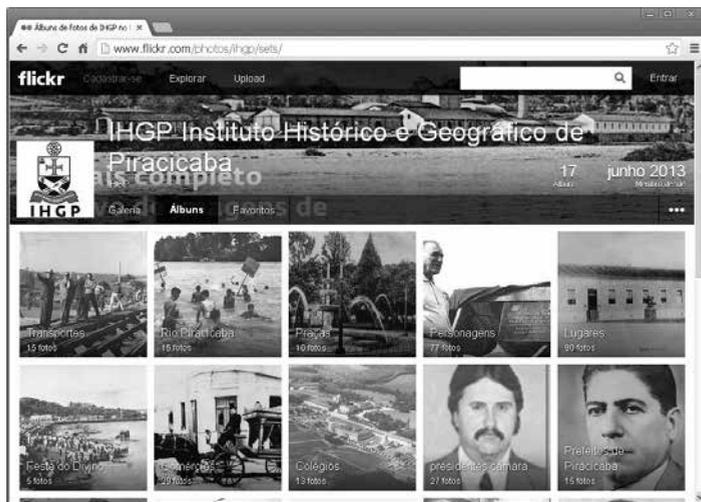
Paulistenses - vol 1
João Umberto Nassif



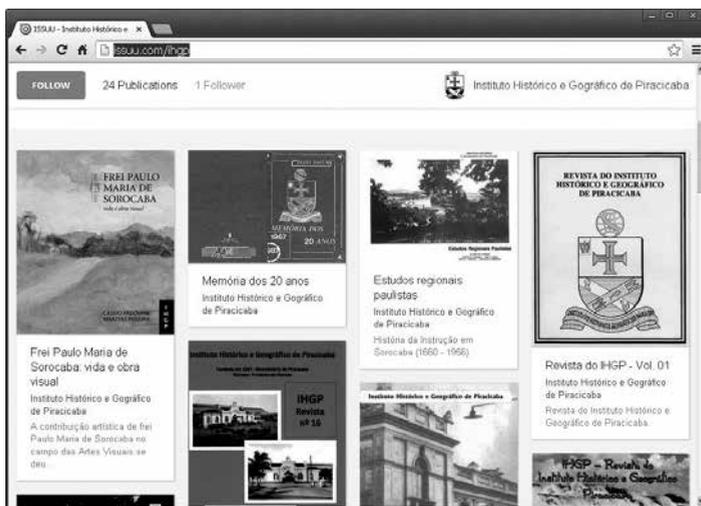
Paulistenses - vol 2
João Umberto Nassif

E - Serviços disponibilizados na Internet

1 - Acervo fotográfico – <http://www.flickr.com/ihgp>



2 - Publicações digitais – <http://www.issuu.com/ihgp>



3 - Linha do tempo

<http://www.ihgp.org.br/novo/category/blog/linha-do-tempo/>



4 - Mapoteca - <http://www.ihgp.org.br/novo/mapoteca/>



F - Prestação e contas do Exercício 2012

Em atendimento ao Artigo 16 dos Estatutos Sociais do IHGP – Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, apresentamos a prestação de contas do exercício 2012 aprovado em Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 17 de março de 2012.

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.011 E 2.012

1 - OPERAÇÕES

Reconhecimento de utilidade pública

O Instituto Geográfico de Piracicaba, fundado em 01 de Agosto de 1967 é uma pessoa Jurídica de Direito privado de caráter científico e cultural, sem fins lucrativos, tendo como objetivo principal promover pesquisas, cursos e certames culturais, excursões científicas, comemoração cívicas, estimular pesquisas, bem como na defesa do patrimônio histórico, especialmente do município e região de Piracicaba. Atualmente o Instituto promove o desenvolvimento de diversos projetos, como a publicação de sua revista anual, digitalização, organização e manutenção do acervo documental e disponibilização de conteúdo na internet. Utilidade Pública Municipal, Decreto nº 748/68-Renovação – Decreto nº 513/2012.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, instituídas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, bem como especificamente a ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC 1.409, de 21 de setembro de 2012, aplicável às Entidades sem finalidade de lucros e demais disposições complementares.

A Administração da Entidade optou por não elaborar documento que quantificasse valores de recuperabilidade de seus ativos (impairment), conforme Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 01, bem como a apuração do valor atribuído dos bens do Ativo Imobilizado (Deemed Cost); conforme Pronunciamento CPC 27 e ICPC 10.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado: As receitas e as despesas são apropriadas pelo regime de competência de exercícios. A documentação contábil é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

4 – DISPONIBILIDADES

As posições das disponibilidades, em 31 de dezembro de 2012, estão assim representadas:

| | 2.012 R\$ | 2.011 R\$ |
|--------------|---------------------|---------------------|
| Caixa | 870,21 | 1.068,62 |
| Bancos | 2.264,15 | 1.683,31 |
| Total | 3.384,36 | 2.751,93 |

5 - SUBVENÇÕES RECEBIDAS

A entidade recebeu em 2012 subvenção da Prefeitura de Piracicaba, para fazer face à manutenção e programação de obras sociais e desenvolvimento de projetos culturais sobre sua responsabilidade.

| | 2.012 R\$ | 2.011 R\$ |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Subvenção Social Municipal (SEMACE) | 44.478,00 | 42.120,00 |
| Total | 44.478,00 | 42.120,00 |

6 – DOAÇÕES RECEBIDAS

a) Em dinheiro: no exercício de 2.012, a entidade recebeu em doação em dinheiro o montante de R\$ 12.400,00 (R\$ 3.970,00 em 2.011) de pessoas físicas e jurídicas.

7 – RECEITAS DIVERSAS

| | 2.012 R\$ | 2.011 R\$ |
|--|---------------------|---------------------|
| Anuidade de Associados | 6.400,00 | 2.470,00 |
| Doações Diversas | 6.000,00 | 1.500,00 |
| Venda de Livros | | 299,26 |
| Subv. Prefeitura de Piracicaba-SEMAC | 44.778,00 | 42.120,00 |
| (-) Devolução de subvenções não utilizadas | | (9.040,00) |
| Total | 57.178,00 | 37.349,26 |

8 – As receitas são reconhecidas através de doações de pessoas físicas e jurídicas e da Subvenção da Prefeitura do Município de Piracicaba. Os valores da Subvenção são mantidos em conta corrente bancária específica no Banco Santander. As despesas são apuradas através de notas fiscais e documentos, todos de conformidade com a legislação vigente.

9 – As atividades desenvolvidas pela Entidade são de natureza não onerosa, portanto concede gratuidade total.

10 – Isenção da Imunidade de Recolhimento da Cofins: O valor relativo à isenção, como se devido fosse, gozada no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 4.345,53

11 – IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção dos pagamentos dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174, do regulamento de imposto de renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

Reconhecemos a exatidão das contas acima, representadas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações dos Fluxos de Caixa, encerrado em 31 de Dezembro de 2012.

VITOR PIRES VENCovsky
Presidente

SÃO FRANCISCO SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA.
OSWALDO ANTONIO NOVELLO
Contador CRC 1SP120568/O-8
CPF 822.334.038-00

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, tendo examinado os livros e documentos, bem como o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxos de Caixa do ano de 2012, declaram ter encontrado tudo em perfeita ordem e são favoráveis à sua aprovação.

Piracicaba, 31 de Dezembro de 2012.

Antonio Messias Galdino

Moacir Nazareno Monteiro

Legardeth Consolmagno

1. Os artigos e ensaios, com extensão máxima de 20 páginas, e as resenhas, com até 4 páginas, deverão ser encaminhados para o e-mail ihgp@ihgp.org.br em formato .doc., digitados em fonte Arial 11, com espaço 1,5 e margens de 3 cm.

2. Os artigos devem ser acompanhados de resumo de no máximo 10 linhas e de três palavras-chave em português e inglês. Abaixo do nome do autor deverá constar sua formação e/ou a instituição à qual se vincula.

3. Caso o trabalho/pesquisa e/ou experiência didática tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deverá ser mencionada no rodapé da primeira página.

4. As notas devem ser colocadas no final do texto, podendo constar de referências bibliográficas e/ou comentários críticos, observando a normatização NBR 6023:

SOBRENOME, Nome. Título do livro em *itálico*: subtítulo. Tradução. edição, Cidade: Editora, ano, p. ou pp.

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em *itálico*. Tradução, edição, Cidade: Editora, ano, p. x - y.

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico em *itálico*. Cidade: Editora, vol., fascículo, p. x-y, ano.

5. Os textos poderão ser apresentados com ilustrações e gráficos com as fontes devidamente mencionadas.

6. Todos os textos serão submetidos à avaliação da Comissão de Publicações do IHGP, que recomendará sua publicação ou a realização de correções ou complementos.

7. Ao encaminhar trabalhos para análise o autor declara-se ciente que não fará jus a qualquer contraprestação pecuniária pela eventual publicação de seu texto, cedendo integral e gratuitamente os direitos autorais patrimoniais sobre seu trabalho e autorizando desde já o IHGP a realizar sua divulgação em meio impresso e eletrônico.

Normas para publicação de artigos na Revista IHGP

Locomotiva a vapor que fazia o transporte de cana-de-açúcar da Usina Monte Alegre para o Engenho Central, em meados de 1940.

**DOE SUAS FOTOS DE
PIRACICABA ANTIGA
PARA O IHGP,**
*o principal centro de
documentação e preservação
da memória da cidade.*



IHGP
Instituto Histórico e
Geográfico de
Piracicaba

Suas fotos serão digitalizadas,
arquivadas e estarão disponíveis
ao público e pesquisadores
através de nosso site,
www.ihgp.org.br



www.ihgp.org.br



IHGP
Instituto Histórico e
Geográfico de
Piracicaba

APOIO



Prefeitura do
Município de
Piracicaba



Ação
Cultural